

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
SINARA SANDRI

Sinara Sandri

**BROOKLYN - COMUNICAÇÃO E INSURGÊNCIA
NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE

2020

Sinara Sandri

**BROOKLYN - COMUNICAÇÃO E INSURGÊNCIA
NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Trabalho apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

sandri, sinara
Brooklyn - Comunicação e Insurgência na cidade de
Porto Alegre / sinara sandri. -- 2020.
192 f.
Orientadora: Nísia Martins do Rosário.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Comunicação . 2. Cidade. 3. Insurgência. 4.
Interacionismo . 5. Brooklyn - Porto Alegre. I.
Martins do Rosário, Nísia, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SINARA SANDRI
BROOKLYN - COMUNICAÇÃO E INSURGÊNCIA
NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário – UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Fátima Aparecida dos Santos – UnB
Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva - UFRGS
Examinador

Prof. Dr. Fabrício Silveira – UFRGS
Examinador

Prof. Dr. Tarson Núñez – UFRGS
Examinador

*Para Nina,
pela paciência*

*Para Cecília,
pela confiança*

AGRADECIMENTOS

Às pessoas da minha família que foram apoio para continuar. Aos parceiros de trabalho que assumiram minhas tarefas e ajudaram a viabilizar a permanência neste curso, feito apenas com recursos financeiros próprios.

Aos professores do PPGCom e especialmente à Profa. Nísia Martins do Rosário, pela generosidade e grande contribuição neste trabalho. Aos colegas com quem tive o privilégio de dividir conhecimentos e experiências que foram incorporadas nesta pesquisa e com quem compartilho a extrema preocupação com o destino das pessoas e das pesquisas produzidas neste programa. Em um cenário de tantas ameaças à universidade pública, à ciência e aos intelectuais brasileiros, espero que consigamos seguir com nossos trabalhos. Por todos nós, pelos que estiveram antes e pelos que virão.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender os processos comunicativos que ocorrem em práticas que fazem um uso imprevisto dos espaços urbanos enfocando especificamente a experiência do Brooklyn, na região central da cidade de Porto Alegre. A partir de uma abordagem teórica e empírica, foi feito um estudo de caso onde foram analisadas três atividades desenvolvidas no vão inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina, no período de 2018 e 2019, visando entender as dinâmicas de interação e fruição, bem como os conflitos que surgiram em torno das vivências criadas por estes grupos.

A fundamentação teórica reuniu autores como Foucault (2008), Bourdieu (2007), além de pensadores do campo do urbanismo como Rolnik (2013, 2015) e Vainer (2000) para abordar o espaço como portador de uma codificação geográfica e política. Em diálogo com o pensamento comunicacional, tivemos a obra de Ferrara (2015, 2018) como referência e analisamos a ideia de comunicação como ferramenta adaptativa ao ambiente urbano na obra de Park (1925, 1928, 1999, 2000) e no Interacionismo Simbólico. Por último, mobilizamos uma série de estudos que dizem respeito à materialidade dos processos comunicativos em Gumbrecht (2010) e de comunalização em Harvey (2013, 2014), Dardot e Laval (2017) para identificar os elementos de insurgência urbana pontuados por Holston (2013) e Tonnuci (2017) que configuraram uma oportunidade de comunicação a partir do compartilhamento de uma situação de precariedade como descrito por Butler (2019).

Dessa forma, consideramos ter constituído um entendimento sobre o espaço como parte de uma estratégia que incide sobre corpos individuais e sobre o conjunto da população, produzindo um campo de relações onde são formatadas condutas ou mecanismos de condução de conduta. Ao identificar a conexão entre comunicação e adaptação ao ambiente como um fator de empobrecimento do cenário comunicativo urbano e de restrição das vivências ali produzidas, pretendemos ter recuperado o entendimento de que a imprevisibilidade que caracteriza o uso da cidade é uma oportunidade de comunicação. Este raciocínio leva ao reconhecimento de que os usos que escapam do planejamento espacial prévio não são um fator de degradação, mas possibilidades de produção de espacialidades e interação que articulam dimensões globais e locais e produzem novas formas de cooperação e solidariedade, podendo ser aproveitadas e potencializadas em distintas estratégias de comunicação.

Palavra-Chave – Comunicação, Cidade, Comunalização, Insurgência, Porto Alegre, Brooklyn, Interacionismo

Áreas – Estudos Urbanos, Comunicação e Cidade, Teoria da Comunicação

ABSTRACT

This thesis aims to understand the communicative processes involved in practices that make an unexpected use of urban spaces, specifically the Brooklyn experience, in the central area of Porto Alegre city. Based in a theoretical and empirical approach, we did a case study about three activities that took place in the lower span of the Imperatriz Leopoldina viaduct, during 2018 and 2019, in order to understand the dynamics of interaction and fruition, as well as the conflicts that emerged around the experiences created by these groups.

The theoretical approach has authors such as Foucault (2008), Bourdieu (2007), as well as thinkers in the field of urbanism such as Rolnik (2013, 2015) and Vainer (2000) to address space as a carrier of geographic codification and politics. In dialogue with communicational thinking, we had the work of Ferrara (2015, 2018) and we analyzed the idea of communication as an adaptive tool to the urban environment in Park's work (1925, 1928, 1999, 2000) and in Symbolic Interactionism. Finally, we mobilized a series of studies that concern the materiality of communicative processes in Gumbrecht (2010) and communalization in Harvey (2013, 2014), Dardot and Laval (2017) to identify the elements of urban insurgency punctuated by Holston (2013) and Tonnuci (2017) who configured a communication opportunity based on the sharing of a precarious situation as described by Butler (2019).

In this way, we consider to have constituted an understanding about space as part of a strategy that affects individual bodies and the population as a whole, forming a field of relationships where conducts are formed. By identifying the connection between communication and adaptation to the environment as a factor in impoverishing the urban communicative scenario and restricting urban experiences, we intend to have recovered the understanding that the unpredictability that characterizes the use of the city is an opportunity for communication. This reasoning leads to the recognition that uses that escape previous spatial planning are not a factor of degradation, but possibilities for the production of spatialities and interaction that articulate global and local dimensions and produce new forms of cooperation and solidarity, which can be used and enhanced in different communication strategies.

Keyword - Communication, City, Communalization, Insurgency, Porto Alegre, Brooklyn, Interactionism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Viaduto Brooklyn Porto Alegre	22
Figura 2 - Viaduto Imperatriz Leopoldina	22
Fotografia 3 - Impacto da construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina	39
Fotografia 4 - “Beco” e alça de acesso do Viaduto Imperatriz Leopoldina	40
Fotografia 5 - UFRGS Campus Central (1960)	42
Fotografia 6 - As tipuanas ameaçadas	43
Fotografia 7 - Céu, de Zoé Degani	44
Fotografia 8 - Bares no Brooklyn	47
Figura 9 - Distrito do Vício (Chicago)	75
Fotografia 10 - A fila no PF das Ruas	82
Figura 11 - Perimetral – Área de Negócios	101
Fotografia 12 - PF das Ruas – Espaço Infantil	117
Fotografia 13 - Samba de Terça no Brooklyn	118
Fotografia 14 - Rampas para skate no Brooklyn	119
Fotografia 15 - Aula Pública Sobre Democracia	146
Fotografia 16 - Todas as Rodas do Samba	149
Fotografia 17 - A última dança no Brooklyn	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAP I ROTEIRO METODOLÓGICO	20
1.1 Sobrevoando o Brooklyn	36
CAP II. COMUNICAR E PACIFICAR A CIDADE	53
2.1 A Cidade Interacionista	58
2.2 Ecologia Urbana e Homem Marginal	65
CAP. III A CIDADE COMO UNIDADE (FORMA, PLANEJAMENTO E GOVERNO)	80
3.1 A população como problema	91
3.2 Financeirização e cerco à cidade	100
CAP. IV COMUNICAR E INSURGIR NA CIDADE	109
4.1 Produção do espaço comum	110
4.2 Direito à cidade insurgente	125
4.3 Comunicação e presença	129
4.4 Cidade e corpo presente	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Modelo de Termo de Consentimento	171
APÊNDICE B – Transcrição de entrevista com Guilherme	172
APÊNDICE C – Transcrição de entrevista com Diego Silva	175
APÊNDICE D – Transcrição de entrevista com Paloma Ceresani e Jadir dei Svaldi	183
APÊNDICE E – Transcrição de entrevista com Rose Carvalho	186
APÊNDICE F – Transcrição de observação e entrevista com Roberto Vasconcelos	189
APÊNDICE G – Transcrição de entrevista com Humberto.....	192

INTRODUÇÃO

A temática urbana apresenta-se como um dos principais focos de disputa na sociedade contemporânea e a conexão entre a qualidade da experiência nas cidades e o porvir humano é cada vez mais evidente. Enquanto cresce a demanda por novas modalidades de usos do espaço, multiplicam-se as dificuldades cotidianas derivadas da restrição de acesso aos serviços públicos e da ampliação das interdições físicas, econômicas e disciplinares que restringem a mobilidade e a circulação de vários setores sociais, especialmente os de maior vulnerabilidade.

Nesse panorama, também cabe ressaltar elementos que assumem destaque na conjuntura como os efeitos do desequilíbrio ambiental que rompem os limites rurais ou florestais e constituem uma “ameaça” cada vez mais violenta à vida urbana. Além disso, as crises humanitárias provocadas pelo deslocamento de refugiados políticos e climáticos batem à porta das cidades em todos os continentes. Portos, estações de trem, estradas, praias e infovias estão repletos de dramas humanos que expõe a fragilidade de sua condição e reivindicam direito à cidadania e à cidade. Enquanto as autoridades nacionais naufragam em descrédito, tentando confinar os migrantes em campos de refugiados, os governos e as populações locais ensaiam ações de solidariedade e incendeiam a polêmica sobre o lugar dos pobres no mundo. São as cidades, já abarrotadas de problemas, que precisam absorver e viabilizar a existência da grande maioria desta população desterrada.

A este componente conjuntural, junta-se à ideia já bem assentada de que a cidade é espaço para construção de memória e inscrição de experiências, servindo reiteradamente como objeto de produção científica e artística. Como motivação para procedimentos investigativos, a cidade oferece um espaço para convivências e leituras poéticas enquanto coloca em marcha questões como o anonimato, o medo, a escassez e a hostilidade do ambiente, temas que vêm sendo atualizados ao longo dos tempos e assumem importância no condicionamento da própria experiência urbana humana. Além disso, uma série de elementos relacionados ao direito ao acesso aos serviços públicos como as condições restritivas do transporte urbano, a interdição de espaços de lazer e o gargalo da oferta de moradia, resultantes de uma lógica específica de ocupação do território, servem como combustível aos movimentos de contestação das populações urbanas em todo o mundo.

Este desconforto contemporâneo se manifesta em conflitos que reclamam um novo desenho do espaço urbano. Para enfrentar este desafio e reinventar o espaço, é necessário considerar uma racionalidade que se atualiza em discurso de novidade e apresenta como solução o que provavelmente está implicado na fabricação dos transtornos: uma cidade voltada à constituição de um ambiente favorável à realização de negócios e a exploração do espaço público como fonte para geração de recursos e tributos e não para o desenvolvimento da vida humana.

O projeto originalmente apresentado como roteiro para este estudo de caso tinha como objetivo a identificação dos mecanismos que bloqueiam a apropriação e ressignificação dos espaços públicos. A proposta apresentava como premissa a ideia de que estes movimentos de redefinição de uso do espaço urbano, enfrentam obstáculos e contradições que tomam forma de conflitos e movimentos contestatórios. Também tinha como premissa a ideia de que há uma percepção crescente sobre a inadequação deste ambiente urbano às demandas de uma população humana que exige mobilidade e experimenta ferramentas comunicativas interativas e globalizadas. Naquele ponto, o esforço seria entender os mecanismos que conformam os níveis de aceitabilidade sobre o que é o urbano, identificando processos de comunicabilidade, assentados em formações discursivas, envolvidas tanto na produção de novos matizes discursivos quanto na própria forma de viver este ambiente.

Naquele contexto, buscávamos delimitar um corpus que permitisse avaliar as condições de aparecimento dos enunciados que tanto legitimam quanto questionam o nível de aceitabilidade dos padrões de uso do espaço urbano, com especial interesse para casos capazes de tensionar pela ampliação dos limites de aceitabilidade e, com isso, reabrir o leque de possibilidades para usos dos espaços urbanos. Assim, o problema proposto inicialmente poderia ser circunscrito como a identificação dos bloqueios à ressignificação da cidade e dos mecanismos que ativam a produção de sentido, parecendo apropriado perguntar como se constituíam os regimes de visibilidade e de enunciabilidade na cidade.

A ideia de que a cidade existente não é compatível com as demandas contemporâneas permeou a primeira fase desta pesquisa e orientou a busca por um quadro de referências capaz de evidenciar a lógica de funcionamento da cidade. Perguntávamos como se legitima uma lógica que orienta as reformas urbanas e as estratégias de apagamento de sociabilidades não ajustadas aos códigos de urbanidade. Na sequência, passamos a questionar sobre os cenários comunicativos em

que ocorreriam estes processos de configuração da cidade contemporânea e os regimes de visibilidade no discurso sobre o urbano.

A pergunta era se – e como - o modelo comunicativo preconizado pelo Interacionismo Simbólico estaria relacionado aos regimes de visibilidade/inteligibilidade vigentes no ambiente urbano. Naquele momento, a hipótese levantada era que a compreensão da cidade como unidade orgânica e funcional tenderia a estabelecer zonas de segregação e estratégias de mitigação de conflitos que reduziriam seu potencial como ambiente comunicativo, prejudicando o exercício da diferença. Como questão teórica, surgiu o problema do conflito e o tratamento dado pelo Interacionismo a partir da teoria pragmática da ordem social que preconiza a autorregulação como mecanismo de solução de problemas, em um dispositivo que articula democracia e comunicação.

Deste ponto em diante, o trabalho foi reorientado pela busca de evidências sobre os processos comunicativos que ocorrem em experiências que alteram um uso pré-determinado e desafiam as estratégias que pretendem manter o ordenamento e classificam os usos imprevistos como degenerescência urbana.

Ao trazer a questão para o escopo específico dos estudos da comunicação que pensam a cidade contemporânea, encontramos Ferrara (2018) e sua preocupação com a produção de espacialidades e com a identificação das configurações que marcam, conformam e deformam a imagem do espaço. Ela busca as mediações e interações comunicativas que transformam o espaço, considerando que seu uso seria um gerador de hábitos que sedimentam uma opinião e um sistema de valores. É dela o esclarecedor postulado que afirma que os usos imprevistos da cidade são vistos como degenerescência. A pesquisadora recupera a ideia de cidade como campo para o estudo da experiência humana e pergunta quais seriam os espaços capazes de acionar os “processos nevrálgicos” do cotidiano. Essa questão foi muito importante dentro do conjunto de preocupações desta pesquisa e remeteu a uma recuperação teórica sobre a relação entre a vivência e o ordenamento do espaço mobilizando o pensamento crítico sobre o planejamento urbano como estratégia de homogeneização das feições da cidade e da sua vivência.

Para avaliar como a cidade é produzida na fronteira de múltiplos processos comunicativos, adotamos a percepção de que é necessário pensar em articulações de lugares que são globais e locais, além de atentar para espacialidades insurgentes que abrigam a comunicabilidade de novos atores sociais cuja socialização foi deslocada do ambiente da fábrica para uma categoria

essencialmente extra laboral e que podem ter na cooperação um eixo para constituição de novos arranjos sociais. Assim, constituímos como problema geral de pesquisa a reflexão sobre as práticas de comunicação envolvidas nas experiências socioespaciais insurgentes e sua contribuição para ampliação da fruição dos espaços urbanos da cidade de Porto Alegre. Realizamos um estudo de caso cujo objetivo foi a análise dos processos comunicativos, em especial, as dinâmicas de interação e fruição, bem como os conflitos que surgiram em torno da vivência criada por estes grupos ao produzirem um uso diferenciado do espaço.

Especificamente, tivemos como meta identificar os atores envolvidos e a dinâmica de ocupação e das redes comunicativas e sociocolaborativas presentes nas experiências selecionadas; observar a presença de indicadores do processo de comunalização, como por exemplo, elementos que informam sobre o processo de tomada de consciência e de apropriação do espaço, expressas em torno da motivação e do efeito do uso do vão inferior do viaduto Leopoldina na constituição da experiência chamada Brooklyn. Além disso, estabelecemos como objetivo a identificação do processo geral de produção da espacialidade urbana que impacta no caso estudado, relacionando este plano de força à experiência analisada e explorando núcleos de argumentos que julgamos importantes para configurar o processo envolvido na produção de espacialidades urbanas.

O texto foi organizado em uma estrutura que inclui um Capítulo I que demonstra as ferramentas e o percurso metodológico utilizado no trabalho, além de oferecer informações sobre as experiências que conformaram o corpus da pesquisa. Os três capítulos teóricos foram organizados a partir de dois eixos temáticos que serviram como orientação geral para a pesquisa e reuniram elementos que ajudam a entender a tensão entre uma cidade que comunica e se adapta e outra cidade que comunica e cria.

Dessa forma, no capítulo II estivemos envolvidos no esforço de compreender a relação da cidade com o pensamento comunicacional e com a própria configuração da ideia de comunicação e, de forma mais específica, sobre os processos de interação no ambiente urbano. Após uma crítica à ideia de que a comunicação estaria limitada a garantir um processo adaptativo no ambiente urbano, recuperamos o entendimento de que a imprevisibilidade que caracteriza o uso da cidade é uma oportunidade de comunicação. Neste recorte, foi importante desmontar a ideia de que os usos que escapam do planejamento espacial prévio são um fator de degradação para entendê-los

também como possibilidades de produção de espacialidades e de interação que articulam dimensões globais e locais produzindo novas formas de cooperação e solidariedade.

No Capítulo III, mobilizamos uma série de contribuições que autorizam a configurar um entendimento sobre o espaço como portador de uma codificação geográfica e política e pretendemos ter explicitado que a compreensão de que a conformação da cidade é um processo natural, pautado por um mecanismo adaptativo, acaba por colocar a funcionalidade – qualidade que, na maior parte das vezes, está associada à garantia de espaços programados para o fluxo de pessoas, veículos e capital – como critério primordial para ocupação, decorrendo daí uma série de consequências como, por exemplo, a naturalização da segregação de populações e a dificuldade para alteração dos usos dos espaços urbanos. Já para o capítulo IV mobilizamos uma série de estudos que dizem respeito à percepção das qualidades oferecidas pelo espaço, formas de organização e uso, elementos de insurgência e compartilhamento de condições de precariedade para avaliar uma experiência que oferece chance de refletir e observar a substituição da valoração da terra urbana na produção do comum.

Nesta estrutura, fizemos uma primeira abordagem que enxerga a cidade como resultado de uma disputa de forças e não como produto de uma racionalidade urbanística inquestionável. Em segundo lugar, buscamos entender o espaço como alvo de estratégias de poder que incidem sobre corpo individuais e sobre o conjunto da população. Dessa forma, o governo sobre o espaço se faz também governo sobre o corpo e configura um campo estratégico de relações móveis, transformáveis e reversíveis, onde são formatados tipos de conduta aceitáveis ou de mecanismos de “condução de conduta”. Dessa forma, buscamos evidenciar a relação entre conformação dos espaços e experiências corporais das populações justamente em casos onde estes limites e padrões estão sendo postos em questão.

Para seleção do corpus, na fase inicial deste estudo, já haviam sido arrolados alguns casos que poderiam constituir o material de trabalho desta pesquisa como a Horta da Formiga e a Serenata Iluminada da Redenção. No primeiro caso, a instalação de uma horta comunitária em terreno privado aparecia como uma boa oportunidade para avaliar a retomada de vivências que desafiam a dicotomia urbano e rural, polaridade que está no cerne da constituição da ideia de cidade em oposição a um mundo natural e que configura o lugar da natureza na cidade como paisagismo controlado e ajardinamento. Quando escapa desde formato e aparece em forma de

resquício de vegetação silvestre, sua presença é lida como descuido, desleixo ou vazio. Naquele momento, chamava atenção a pequena utilização de áreas urbanas para cultivo de alimento como um indicativo do processo de divisão e especialização do trabalho que desvinculou as tarefas básicas para reprodução e manutenção da vida da produção de bens. Nessa divisão, cultivar alimentos seria função do espaço rural e não do urbano, sendo apropriado analisar uma experiência coletiva que propõe a utilização de um terreno privado para instalação de uma horta no centro da cidade.

Já a Serenata iluminada conformou uma experiência importante de ocupação cultural feita de forma independente em um parque público da capital. A proposta do evento, articulado pelas redes sociais, era reunir público para atividades mensais noturnas aos sábados no Parque Farroupilha (Redenção), área verde de intensa ocupação no bairro Bom Fim. Marcado pela presença de grupos musicais e artesões, o evento enfrentava a polêmica da possibilidade de ocupação noturna daquela área, marcada por uma percepção de periculosidade alimentada por notícias de crimes realizados na redondeza. O evento foi se tornando esporádico até que deixou de ser realizado, mas a viabilidade da ocupação foi demonstrada e aproveitada pelo poder público municipal que promoveu em 2019 uma intensa programação de Natal, patrocinada pela iniciativa privada.

Já experiência do Brooklyn surgiu na fase exploratória desta pesquisa e chamou atenção principalmente pela movimentação que ocorria em torno do Samba de Terça, atividade promovida pelo grupo Encruzilhada do Samba. O evento chamou atenção como objeto de pesquisa e a partir dele foi crescendo o interesse pela diversidade das atividades desenvolvidas ali. Ao mesmo tempo, os dois casos anteriores foram se mostrando de difícil abordagem. No caso da Serenata Iluminada, o evento já não ocorria mais e o problema exigiria abordar toda a Redenção como território de ocupação. A Horta da Formiga permaneceu como parte do corpus até a fase final da pesquisa quando foi necessário optar por um calendário compatível com o tempo para execução do trabalho de campo. Naquele momento, o fator decisivo para a limitação do corpus ao Brooklyn foi a reunião de uma gama muito diferenciada de atividades em um espaço público, aberto e cuja utilização tinha um caráter efêmero e ao mesmo tempo sistemático.

Dessa forma, selecionamos o Brooklyn por entender que se trata de uma experiência que oferece elementos de práticas que alteram o uso de espaços urbanos e estabelecem um circuito de

interações imprevistas em espaço público, ao mesmo tempo que se relaciona com a institucionalidade e com os preceitos do planejamento urbano dando chance para verificar como ocorre a produção de espacialidades a partir de alianças entre setores que compartilham uma situação de precariedade e constituem uma oportunidade para a comunicação.

O trabalho foi feito a partir de uma metodologia de estudo de caso que utilizou ferramentas da cartografia em um trabalho de campo que colheu informações em entrevistas em profundidade e observações feitas a partir de um roteiro previamente construído, além da observação direta das atividades e observação da performance no ambiente digital. Foram estudadas três experiências distintas de ocupação da área localizada na parte inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina, na região central de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Esse vão inferior foi formado por um viaduto construído na década de 70 como parte de uma grande intervenção urbanística, realizada pelo poder público municipal cujo objetivo era implantar um plano feito duas décadas antes, e construir um sistema de ligação viária radial em torno do centro da cidade. Reconhecida como uma verdadeira “cirurgia” na paisagem da capital, a intervenção provocou desapropriações e deslocamento de população, em uma área que era alvo de políticas de regramento desde o início do século XX. O local conta com um paisagismo muito elementar e, nos anos 2000, recebeu uma instalação artística e novos frequentadores. De uma área que servia apenas como abrigo para população em situação de rua, o vão inferior virou espaço para atividades que superam o simples trânsito de pedestres. São exatamente estas experiências desenvolvidas na área onde ficava o cruzamento das ruas Sarmiento Leite e João Pessoa que contribuíram para alterar a denominação deste espaço e constituir a experiência atualmente conhecida como Brooklin.

Esta pesquisa trabalha com três casos e tem como foco a observação da relação com o espaço e a capacidade destas experiências afetarem outros cidadãos, gerarem articulações heterogêneas, associações efêmeras ou produzirem novas espacialidades. A ocupação de skatistas é a experiência mais longa e mais irregular por funcionar sem agenda prévia ou calendário fixo. Foram os primeiros que chegaram no atual Brooklyn ainda no início dos anos 2000 e transformaram o local em um ponto importante de street skate, frequentado por pessoas que vem de várias regiões da cidade, principalmente da zona norte da capital. É a única das três experiências que construiu estruturas para a prática do esporte e deixou marcos de materialidade inscrita na paisagem. A segunda experiência é o PF das Ruas é uma ação assistencial voluntária e

independente que distribui marmitas semanalmente nas manhãs de sábado. Realizada por um grupo de cerca de 160 pessoas que arrecadam e preparam a comida. A atividade começou em 2016 e serve cerca de 1.200 refeições por edição para população empobrecida formada por pessoas em situação de rua, trabalhadores precarizados, idosos, mulheres e suas crianças. Enquanto o Samba de Terça é uma roda de samba que foi realizada semanalmente nas noites de terça-feira, no período de janeiro a outubro de 2018. Promovida pelo grupo Encruzilhada do Samba, a atividade ganhou características de evento, mas funcionava sem autorização oficial para sua realização. Após um processo de negociação frustrado, iniciado ainda em função de atividades artísticas realizadas antes da chegada do Samba de Terça, foi suspensa por decisão dos próprios organizadores diante da pressão dos vizinhos e do poder público.

O estudo adquire atualidade justamente por mapear uma problemática que envolve o gerenciamento de um espaço, as vidas que habitam ali e a governança sobre os corpos e seus movimentos na cidade contemporânea. Se o espaço é terreno para exercício de poder, o planejamento urbano é uma ferramenta que ordena e conforma um padrão de visualidade e de sociabilidade. Neste receituário, um viaduto tem determinada tarefa a cumprir. A questão é que a materialidade da sua presença funciona como gatilho para práticas sociais e comunicativas. Dessa forma, consideramos a experiência do Brooklyn uma oportunidade para avaliar o potencial dos processos comunicativos disparados por experiências socioespaciais que alteram o uso do espaço urbano tanto criando novas espacialidades quanto tensionando as dinâmicas de formatação dos seres que interagem neste ambiente de simultaneidade, produzido na cidade contemporânea.

A Volta do Malandro
Chico Buarque

Eis o malandro na praça outra vez
Caminhando na ponta dos pés

Como quem pisa nos corações
Que rolaram dos cabarés

Entre deusas e bofetões
Entre dados e coronéis
Entre parangolés e patrões
O malandro anda assim de viés

Deixa balançar a maré
E a poeira assentar no chão
Deixa a praça virar um salão
Que o malandro é o barão da ralé

I. ROTEIRO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem como objetivo a análise dos processos comunicativos presentes em experiências socioespaciais que alteram o uso de espaços urbanos na cidade de Porto Alegre. Para tanto, fizemos o estudo das atividades desenvolvidas no Brooklyn, tomando como principal eixo de verificação a composição, as formas de fruição e controle do espaço urbano em ambiente público. Na abordagem do problema proposto, optamos por seguir na esteira dos estudos que tomam a cidade como um tema de investigação para comunicação tendo como primeira referência metodológica o trabalho de Ferrara (2018) que recomenda relacionar a imagem do cenário urbano, sua configuração, as mediações e interações presentes nos seus processos comunicativos a partir das categorias espacialidade, visualidade e comunicabilidade.

Ferrara (2018) propõe a observação das formas de improviso presentes no cotidiano como forma de avaliar a relação com a previsibilidade funcional do espaço – expressa pelas estratégias modernistas de planificação e ordenamento cujo objetivo seria conformar a cidade ideal – e as transformações inevitáveis que provocam mudanças na sua realidade. Para a autora, o trabalho de pesquisa deve procurar fatores que agitam e enriquecem o cotidiano e substituem a cidade como simples local do evento urbano pela ideia de um lugar que, ao ser apropriado, possibilita a transformação do usuário em cidadão. Essa valorização da espacialidade estaria relacionada à percepção da importância de relações e agenciamentos que se produzem em diferentes ambientes, em uma prática coerente ao mundo contemporâneo, marcado por nomadismos e fluxos intensos e em uma conjuntura de ocupação crescente de espaços públicos, em paralelo, ao recrudescimento de intervenções estatais.

A partir deste postulado, poderíamos buscar a observação de momentos ou fatos onde se revela a insuficiência da formatação espacial prescrita como ideal para a cidade. Foi exatamente com este intuito que fizemos a seleção do corpus para análise. A inclusão do Brooklyn no mapa da cidade foi feita por uma série de ações que tomaram, de forma imprevista, um espaço urbano e constituíram ali um ambiente para inscrição de corpos e direitos, alterando a percepção sobre uma área degradada da cidade ao mesmo tempo em que questionaram os limites de uma funcionalidade pré-estabelecida.

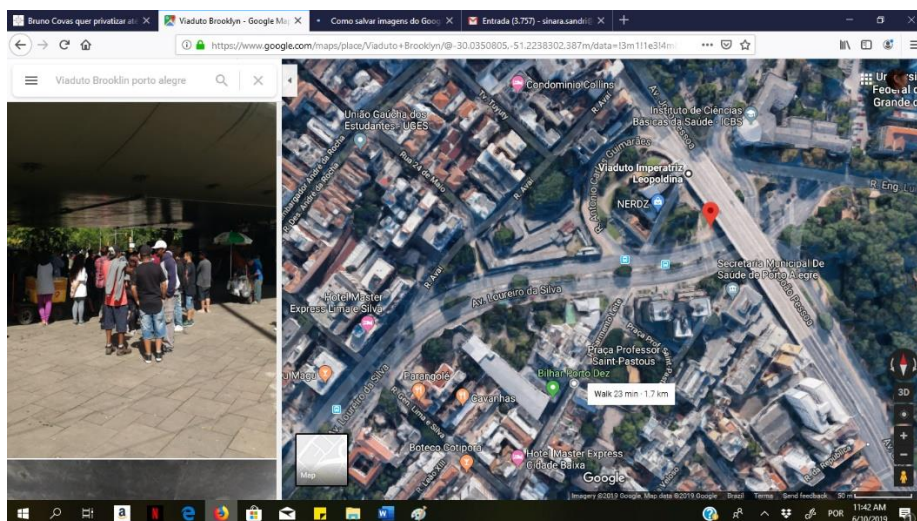
A partir da constituição desta premissa, este trabalho colocou-se como objetivo específico verificar a presença de elementos capazes de explicitar o conteúdo das práticas de instituição do comum, ou comunalização. Para explicitar nossa procura, mobilizamos Tavares (2019) para ajudar na definição da nossa questão. Para o autor,

práticas de instituição do comum promovem espaços de autonomia ou “geografias autônomas” onde as pessoas desejam constituir formas políticas, econômicas e sociais de organização igualitária, solidária e não capitalista através da combinação de resistência e criação (TAVARES, 2019, p. 18)

Tavares (2019) assinala que o comum é entendido como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda em desenvolvimento do meio social e/ou físico. Nessa concepção, ele destaca as práticas sociais de comunalização, fundamentais para constituição de um espaço político do comum: a autodefinição, relacionada à tomada de consciência por parte de um grupo (experiência de autoemancipação) e o processo de apropriação do “meio social e/ou físico” realizado tanto concretamente quanto no nível simbólico enquanto utopia. Tavares também recorta o conceito de práticas sociais de comunalização a partir da ideia de práxis instituinte, ou seja, da prática de instituir o comum ou manter e reforçar sua instituição. Esta abordagem foi articulada com a observação dos processos comunicativos envolvidos nas três experiências com atenção para as formas de interação, fruição e as dinâmicas de decisão e gerenciamento de conflitos que se expressaram no caso observado.

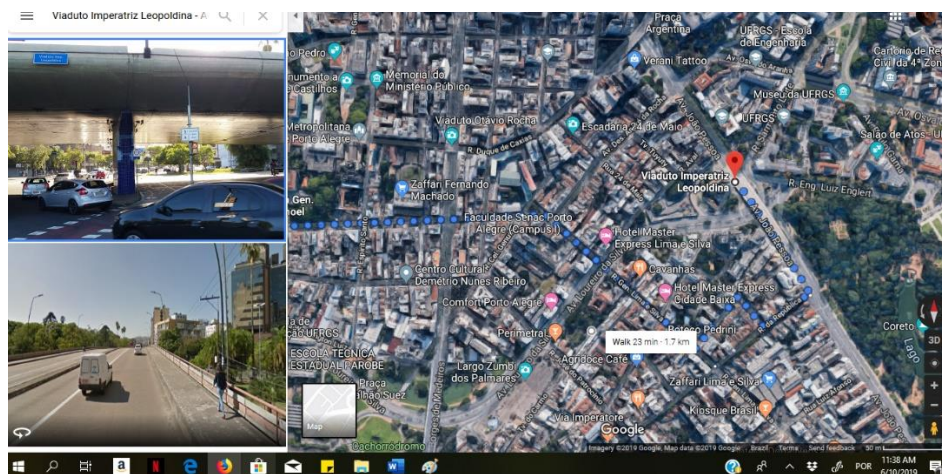
Dessa forma, a pesquisa de campo foi orientada para identificar a possível presença de indicadores desse processo de comunalização, a saber: elementos que informem sobre o processo de tomada de consciência e de apropriação do espaço, além da articulação de valores que contestem a lógica capitalista de ordenação e consumo do espaço urbano. De maneira objetiva, abordamos as distintas atividades desenvolvidas em torno da prática de skate, do PF das Ruas e do Samba de Terça que contribuem para a constituição de uma experiência socioespacial chamada Brooklyn. Estas experiências coletivas formam territorialidades mais ou menos temporais pela sua regularidade e têm reflexos diretos e indiretos no entorno, provocando outros eventos associados e, dessa forma, potencialmente ressignificando o cotidiano da urbe. Neste sentido, o primeiro fato concreto constatado foi a alteração da toponímia do lugar e sua gravação em mecanismos de busca como Google Maps (figuras 1 e 2).

Figura 1 – Brooklyn, Porto Alegre



Fonte: Elaborada pela autora, 2019, print screen do GOOGLE maps ¹

Figura 2 – Viaduto Imperatriz Leopoldina



Fonte: Elaborada pela autora, 2019, print screen do GOOGLE maps ²

¹Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Viaduto+Brooklyn/@-30.0348078,-51.2215536,12z/data=!4m8!1m2!2m1!1sbrooklyn+porto+alegre!3m4!1s0x951979ac649f5271:0x23b0f654ddf7d19!8m2!3d-30.034701!4d-51.2216013>>. Acesso em 06 de outubro de 2019

² Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Viaduto+Imperatriz+Leopoldina/@-30.0342359,-51.22179733>>. Acesso em 06 de outubro de 2019.

É interessante notar que a análise das duas figuras obtidas no mecanismo de busca Google demonstram não só a localização específica do Brooklyn como a diferença de natureza da atividade associada ao nome. Enquanto a palavra “Brooklyn” está associada à palavra “pista de skate” e mostra sua localização relacionada ao vão inferior do viaduto e à presença de pessoas, a expressão “Viaduto Imperatriz Leopoldina” está associada à palavra “ponte” e as imagens mostram a estrutura da elevada e à sua funcionalidade viária³. Dessa forma, consideramos que a inscrição do nome Brooklyn na geografia urbana de Porto Alegre indica um processo de tomada de consciência e de apropriação do espaço que está envolvido no processo de comunalização, cumprindo um dos objetivos específicos desta pesquisa e reafirmando sua pertinência.

Para cumprir o propósito deste trabalho, optamos pelo emprego de uma estratégia metodológica que usa parâmetros estabelecidos para estudo de caso por avaliar que o tipo de questão proposta diz respeito a um processo em andamento que envolve acontecimentos contemporâneos e cujos eventos comportamentais não são passíveis de controle. Yin (2001, p.32) esclarece que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” e recomenda que a busca de evidências seja feita através da utilização da observação e uso sistemático de entrevistas como procedimento de pesquisa.

Recuperando a formulação de Yin (2001), aplicamos a observação direta ao longo de todo o trabalho para buscar comportamentos e condições ambientais em situações formais ou informais. Em nenhum momento, a pesquisadora assumiu funções nos grupos observados, coerente com uma decisão orientada tanto pelo tempo que seria necessário para participar de forma mais intensa das atividades quanto pela possibilidade de prejudicar as outras estratégias de pesquisa. Dessa forma, tivemos uma performance investigativa que combinou observação de tipo direta e entrevista, ambas dotadas de um protocolo preliminar que incluiu procedimentos preparatório e questões preliminares.

³ Em janeiro de 2020, quando fizemos a checagem final do material de pesquisa, foi possível observar que já havia sido referenciada ao Viaduto Imperatriz Leopoldina uma imagem da roda de samba da Encruzilhada do Samba ao mecanismo de busca do Google Earth.

Também empregamos noções relativas a práticas metodológicas que, como sublinha Rosário (2016, p. 179), permite que o caminho de pesquisa “seja traçado na experiência da investigação, no trajeto e no encontro com o problema e o objeto de pesquisa a partir de uma constante reflexão sobre os processos metodológicos”. Dessa forma, a opção cartográfica coloca o conhecimento no âmbito de uma prática social e altera o entendimento sobre o método, provocando mudanças no modo de iniciar o processo, de coletar e registrar dados, na postura do investigador e na forma de interpretar os dados. Dando consequência a este entendimento, tentamos ao máximo abandonar dados apriorísticos e constituir uma dinâmica interativa dentro dos limites vivenciados nesta pesquisa, tendo ficado evidente a reorientação teórica feita a partir de dados e intervenções recolhidas junto aos informantes que, neste sentido, foram parte ativa da investigação. Dessa forma, consideramos ter produzido uma pesquisa múltipla e subjetiva.

O trabalho foi orientado pela ideia de que conhecimento é poiesis (ação ou capacidade de produzir algo) e a pesquisa configurou uma produção de dados que consideramos necessários para descrever e acompanhar o processo em andamento da realidade investigada. Através de dispositivos como observação participante e entrevistas, o objetivo foi abordar a experiência do problema e não suas supostas causas ou consequências. De forma mais objetiva, estivemos empenhados na produção de informações sobre as características da vivência daquele espaço e não na busca de dados que comprovam o apartheid urbano, premissa já bem assentada no modelo explicativo do mundo exercitado pela pesquisadora.

O trabalho foi organizado também com referência na prática da cartografia que pressupõe momentos distintos da observação, nominados como rastreamento, varredura de campo, toque, pouso e reconhecimento atento⁴. No início, durante a fase de rastreamento exercitamos a suspensão da atenção e mantivemos a concentração, mas sem um foco definido. Em um período de quatro meses (março a junho de 2019), foram sendo recolhidos dados sobre a dinâmica das atividades e também algumas pistas daquela processualidade. Neste momento, percebemos que havia um sentimento comum de protagonismo na produção daquele espaço, mas também inúmeros fatores de atravessamento que jogavam na dispersão das experiências. Esses elementos perturbadores funcionaram como um toque, considerado pela cartografia como evidências que provocam um desnível na percepção.

⁴ Para realizar esta investigação, utilizamos as indicações desenvolvidas por Kastrup (2015) sobre o trabalho cartográfico.

Afetada por este deslocamento de forças, a cartografia permitiu constituir uma espécie de intersecção que reconfigurou a percepção da pesquisadora e acionou a busca pela memória de circuitos onde se misturam resíduos do processo de implantação daquela estrutura à incerteza de um plano de utilização de longo prazo. Neste momento, foi possível verificar que especificamente naquele lugar temos uma combinação de agentes que ainda que reconheçam seu protagonismo na produção do espaço e compartilhem a compreensão de que o vão inferior do viaduto deve ser ocupado, não conseguem produzir um entendimento comum sobre o que fazer. Na indefinição de um entendimento compartilhado sobre a forma de ocupação, a materialidade da elevada fala mais alto e as atividades cuja visualidade estão mais próximas da dinâmica esperada para uma vida embaixo da ponte vão se mantendo.

A abordagem contou com uma fase inicial de aproximação dos grupos envolvidos com o objetivo de identificar a trajetória, motivações, estratégias de financiamento (autonomia em relação a financiadores), perfil dos integrantes, relações com outros grupos e iniciativas, estratégias e canais de comunicação/mobilização, além das características do andamento das atividades. O trabalho foi limitado ao Brooklyn, mas referiu as redes de relações com grupos de outras regiões da cidade. A produção de dados foi feita através de entrevistas em profundidade, participação e observação nas atividades presenciais e redes sociais.

Tendo em vista a preocupação com o rigor metodológico, optamos pelo emprego de entrevista do tipo semiestruturada, cujo funcionamento parte de uma matriz ou roteiro de questões-guia que cobrem o interesse de pesquisa. As questões básicas foram formuladas a partir das teorias e hipóteses relacionadas ao problema de pesquisa e apresentadas de forma aberta, conjugando “a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle” (DUARTE, 2005, p. 65). Trabalhamos com um roteiro composto de quatro a sete questões iniciais que foram sendo adaptadas no curso das entrevistas. Durante a entrevista, as questões foram aprofundadas na busca de detalhes, exemplos e especificidades, exigindo do pesquisador o domínio de referências e conhecimento prévio capaz de permitir aprofundar o tópico. Foi muito importante ter conhecimento da dinâmica e da história do lugar, assim como estar munida de informações veiculadas pela imprensa sobre o conflito recente em torno das reclamações provocadas pela realização das atividades culturais.

Uma vantagem desse modelo é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes (DUARTE, 2005, p. 67)

As entrevistas foram realizadas presencialmente a partir de um roteiro comum onde foram produzidas informações relacionadas às questões colocadas pela pesquisa e também obtidos dados que contribuiriam no ajuste da abordagem inicialmente proposta. Para dar validade à seleção de entrevistados, consideramos não apenas a relevância dos informantes, mas também a garantia de visões diversas sobre os fatos e a presença de pessoas que tinham papéis sociais diferentes. Observamos os critérios de Duarte (2005) e realizamos uma seleção de informantes a partir do critério envolvimento na organização, ser afetado diretamente pelas atividades ou ter conhecimento sobre o tema. As questões de pesquisa giraram em torno da motivação, forma e avaliação sobre o efeito do uso do vão inferior do viaduto Leopoldina na constituição deste espaço chamado Brooklyn. Também aplicamos procedimentos que garantiram a obtenção de respostas confiáveis, ou seja, realizamos entrevistas que contaram com consentimento esclarecido e fizemos observações informadas. Por último, obedecemos ao critério de descrever os resultados articulando as informações obtidas ao conhecimento teórico disponível.

Foram realizadas oito das 10 entrevistas programadas inicialmente: a coordenadora e o voluntário responsável pela logística do PF das Ruas, um dos assistidos do PF das Ruas; a gerente da loja Nerdz e um antigo morador do local que também é pai do proprietário da Nerdz, comerciante que liderou a reclamação dos vizinhos em relação ao barulho provocado pelo Samba de Terça; dois skatistas e o produtor do Samba de Terça que também é músico integrante do grupo Encruzilhada do Samba. Como o Samba de Terça foi suspenso, substituímos as entrevistas que inicialmente seriam feitas com os frequentadores pela observação do conteúdo veiculado nas redes sociais pelo grupo e seus simpatizantes. Incluímos ainda uma rápida consulta a uma especialista e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que ajudou a recuperar a localização do viaduto no plano original de construção.

Para a entrevista semiestruturada, observamos o que preconiza Duarte (2005) ao assinalar que é uma técnica qualitativa que permite ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas, sendo útil justamente para estudos exploratórios que tratam de conceitos, percepções ou visões já que “seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” (DUARTE, 2005, p. 63), não para testar alguma hipótese.

Mais que uma técnica de coleta de informações interativa baseada na consulta direta a informantes, a entrevista em profundidade pode ser um rico processo de aprendizagem, em que a experiência, visão de mundo e perspicácia do entrevistador afloram e colocam-se à disposição das reflexões, conhecimento e percepções do entrevistado (DUARTE, 2005, p. 82)

A técnica se mostrou bastante útil porque a interação entre entrevistadora e entrevistados favoreceu as respostas espontâneas e tratou de assuntos mais complexos e delicados, colaborando na investigação dos aspectos afetivos e valorativos que determinaram significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas e a liberdade de incluir questões não previstas favoreceram o surgimento de proposições inesperadas que tiveram grande utilidade na pesquisa como, por exemplo, o tema das desapropriações para implantação do viaduto trazido pelo entrevistado Jadir dei Svaldi, além das considerações feitas por Paloma Ceresani que foram importantes para a opção de buscar uma abordagem teórica sobre a materialidade do processo de comunicação, até aquele momento não prevista como base de análise.

Cabe referir que, ao optar pela via da exploração da materialidade do viaduto, tivemos necessidade de recuperar o processo de construção da elevada, incluindo no corpus imagens fotográficas obtidas em arquivo que deram uma ideia das alterações feitas no local e do impacto inicial sobre a população do entorno. As imagens são apresentadas em conjunto com o objetivo de oferecer um panorama sobre a obra. Não tivemos o intuito de realizar uma análise sobre a leitura da paisagem urbana feita por este trabalho visual, apenas oferecer a oportunidade para os leitores deste trabalho terem contato com documentos capazes de oferecer informações visuais básicas sobre a extensão e a forma como a área foi atingida.

Sobre a colheita de informações⁵, utilizamos anotações e gravações em áudio/imagem quando necessário. Além da preparação e do uso de técnicas de entrevistas já experimentados pela pesquisadora na sua prática jornalística, foi feita uma observação circunstancial para além das respostas. A descrição e análise dos resultados foi feita a partir da transcrição e descrição de cada entrevista logo após a sua realização. A descrição incorporou o conteúdo latente das entrevistas e fez uma articulação permanente com a teoria. A consistência dos relatos dos entrevistados foi observada e foram destacados trechos literais que reforçam, esclarecem e sustentam o trecho.

⁵ Utilizamos o termo "colheita de dados" em referência ao conceito de Passos e Kastrup que afirma o caráter de produção do mundo conhecido. Nessa ideia, a pesquisa acompanha os processos de produção da realidade e a entrevista é um instrumento para acessar à experiência do entrevistado. A ideia aqui é de um conhecimento como ato de produção onde "colhe-se dados porque se cultiva a realidade no ato de conhecê-la" (PASSOS e KASTRUP, 2013).

Optamos por identificar os declarantes Rose Carvalho, Roberto Vasconcelos, Paloma Ceresani, Jadir dei Svaldi e Diego Silva, deste último também aproveitamos material gerado a partir de declarações feitas em posts em ambiente virtual. Com autorização prévia, decidimos mencionar apenas pelo primeiro nome, os entrevistados Guilherme e Humberto, respectivamente frequentador da pista de skate e assistido do PF das Ruas, por considerar desnecessário apresentar seu sobrenome para validação dos depoimentos frente à possibilidade desta exposição ter implicações que estariam fora da capacidade de manejo desta pesquisadora. Para isso, tomamos como base a recomendação de Duarte (2005, p. 81) ao assinalar que “não é necessário identificar as fontes na descrição e análise, embora seja conveniente fazer a relação”. Cabe também referir que a entrevista realizada com o skatista Alessandro Machado foi utilizada como subsídio para a compreensão da dinâmica da circulação dos skatistas entre as pistas e não aparece citada especificamente no texto.

O conjunto de ferramentas de pesquisa também contou com observação e interação nas atividades. Foram feitas cerca de cinco observações formais presenciais no PF das Ruas e outras cinco que tiveram como foco o grupo de skatistas durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2019. No caso do PF, foram observados quatro sábados de atividade regular e uma festa em comemoração aos três anos de atividade no Brooklyn. No caso dos skatistas, como não havia um calendário fixo para as atividades, optamos por fazer as observações sempre no final da tarde e durante a semana. Não foi possível observar qualquer critério de regularidade na ocupação e, em duas das cinco visitas, não foi possível realizar a observação porque não havia ninguém usando a pista. Em relação ao Samba de Terça, como a atividade já havia sido suspensa no momento do trabalho de campo, foram recuperados e incluídos na análise os registros realizados durante o período de prospecção desta pesquisa, época em que a atividade ainda era desenvolvida no Brooklyn, com destaque para as últimas edições do evento.

As observações tiveram um roteiro que orientou a presença da pesquisadora em campo. Observamos a dinâmica geral da atividade, em especial: a distribuição das pessoas e de equipamentos na área do Brooklyn e Largo Archymedes Fortini, o trabalho de produção e desmontagem do evento (quem participava da montagem, a distribuição de tarefas), a situação do local após o evento (tratamento de resíduos), a relação com vizinhos e a população de moradores de rua que habitam o local e a ocorrência de situações imprevistas.

As observações diretas também serviram para recolher informações sobre o perfil dos frequentadores, dado importante para a linha de raciocínio desenvolvida por esta pesquisa, mas que não contava com a possibilidade de realizar um cadastro socioeconômico para recolher estes dados. No caso do Samba de Terça só seria possível atingir uma mostra significativa se houvesse utilização de um canal de comunicação do próprio grupo, uma vez que o evento deixou de ser realizado no local. Em relação ao PF e aos skatistas, a dificuldade seria utilizar um instrumento que de certa forma contraria a dinâmica que caracteriza estes grupos, com o risco de tomar grande importância no curto período de pesquisa campo e criar uma situação totalmente diferente na rotina da atividade. Dessa forma, a opção foi aceitar um nível de precisão menor e ficar restrito aos dados obtidos na observação.

Em função da interrupção da realização do evento, a observação do Samba de Terça incluiu a movimentação dos perfis @encruzilhadosamba e @emdefesadobrooklyn com o objetivo de complementar as observações realizadas no local ainda na fase exploratória e como forma de obter informações em relação ao comportamento dos participantes frente a duas situações imprevistas: a ação fiscalizatória da Prefeitura Municipal e a suspensão do evento. Para tanto, recolhemos o conteúdo do evento “Sambistas Unidos contra o Fascismo” desde o anúncio da atividade até as manifestações de seguidores feitas durante o evento. Também recolhemos o conteúdo veiculado nas redes sociais relacionado ao “último samba no Brooklyn”, evento que marcou a suspensão permanente da atividade no local. Não foi aplicada uma metodologia específica já que o foco não era ampliar a análise para o ambiente digital nem abordar estas manifestações como uma espécie de ativismo digital. O objetivo era tão somente recolher informações sobre os participantes, mas acabamos percebendo alguns dados interessantes sobre a articulação de vivências e alianças em ambiente digital e presencial.

Também é importante referir que as observações na fase de pesquisa exploratória serviram para identificar os componentes dos grupos e a dinâmica de cada uma das experiências. Esta fase foi importante porque garantiu material para análise da roda de samba mesmo após o encerramento desta atividade, configurando uma importante função de registro que não estava prevista inicialmente. Neste primeiro momento exploratório, também foi possível acompanhar algumas manifestações políticas importantes que tiveram como local a área do viaduto e verificar o

atravessamento da conjuntura política do país nas atividades daquele espaço, impactando inclusive no seu nível de aceitabilidade.

Como recomenda Duarte (2005), as informações foram classificadas a partir de critérios que organizam grupos de temas comuns a saber: percepção das qualidades oferecidas pelo espaço, formas de organização e uso do espaço, elementos de insurgência e compartilhamento de condições de precariedade. Com este procedimento, foi possível estabelecer interfaces para relacionar o conteúdo das entrevistas e das observações às questões teóricas mobilizadas no esquema de análise do tema. Optamos por não construir categorias analíticas por considerar que não teríamos condições de estabelecer e manejar uma autonomia clara entre as questões levantadas. Além disso, durante a fase de prospecção teórica não foi estabelecer um princípio de classificação exaustivo que pudesse servir para unificar as possíveis respostas.

O processo de análise foi sendo feito mesmo durante a fase de produção das informações. Em sintonia com a ideia de que as cidades são sistemas abertos, constituídos empiricamente e tributários de um aporte constante de matéria e energia, consideramos que seria necessário também na pesquisa lidar com a ocorrência de imprevistos, interferências e incertezas que marcam o cotidiano urbano. Neste cenário, buscamos referências em trabalhos como Fernandes e Herschmann (2015) que utilizaram a cartografia como ferramenta interdisciplinar para estudos no contexto urbano e constituíram uma possibilidade efetiva para abordar os processos comunicativos contemporâneos. Nesse contexto, a exploração foi feita sem a pretensão de constituir um mapa síntese e consideramos que a existência simultânea de uma realidade cotidiana múltipla exigia que a exploração fosse feita como se estivéssemos tateando um objeto. Exemplo disso foi a dificuldade de enfrentar a situação de conflito instalado entre as ocupações culturais e os moradores, precariamente mediado pelas autoridades públicas. Foi exatamente ao tatear o problema durante o trabalho de campo que pudemos ter a clareza pela opção de enfrentar o espaço proposto pela materialidade do viaduto e não pela significação dos atos produzidos ali.

A partir daí, a proposta foi desmanchar o viaduto em um procedimento que se assemelharia a desagregar sua estrutura em pequenos pedaços. A aposta foi que ao quebrar estas paredes veríamos do que é feito e até onde seus cacos seriam capazes de chegar. Como foi implantado ali? Como se relaciona com o entorno? Que tipo de espaço criou? Como o viaduto só pode ter expressão pela sua própria presença, restava aperfeiçoar o roteiro para reconhecer uma situação a

partir das mediações realizadas sem perder de vista as relações com os problemas enfrentados no contexto. Logo se configurou a certeza de que seria um trabalho precário e subjetivo, ideia que parecia apropriada e coerente com aquela situação em si.

Nesta operação, foi particularmente importante uma ideia relacionada ao escopo da cartografia que é a atenção para os movimentos de dispersão e reagregação dos atores, valorizando o que seria considerado princípio menor, residual ou sem credibilidade e importância. É um “protocolo de investigação que promove a polifonia”, resumem os autores (FERNANDES; HERSCHMANN, 2015, p. 297). Na escuta destas múltiplas vozes, percebemos pontos de conversão e dispersão. Identificamos gestos que confluíam para uma participação cruzada e solidária entre os frequentadores de cada evento e um consenso na percepção positiva das condições materiais oferecidas pela elevada. Além disso, foi possível perceber que a questão da segurança e um plano de longo prazo para ocupação do espaço funcionam como fatores que não só abrem um leque de opiniões diferentes como geram conflito.

Também havia uma questão a resolver sobre a definição da interação da pesquisadora nas observações. Com um roteiro de questões a investigar e uma pauta prévia, restava definir como colocar o próprio corpo naquele espaço. A necessidade era operar um protocolo coerente com o propósito de “entender a cidade como um espaço dinâmico que se atualiza cotidianamente a partir de interações inteligíveis e sensíveis” (FERNANDES; HERSCHMANN, 2015, p. 217). Nesse sentido, pareceu útil mobilizar a ideia de deriva recuperada pelos autores a partir das proposições dos situacionistas. Originalmente, a deriva relaciona uma experiência sensorial pela cidade à constituição de uma psicogeografia de caráter lúdico e experimental, ou seja, uma geografia afetiva que narra por mapas e cartografias as diferentes ambiências psíquicas provocadas pela errância urbana, entendida aqui como apropriação do espaço através do andar sem rumo. Neste sentido, colocar-se à deriva é deixar-se levar pela desorientação da cidade em um comportamento labiríntico que proporcionaria o afastamento da atividade de produção e consumo. “A deriva apresenta-se como uma abordagem não linear que permite compreender na configuração comunicativa da cidade, múltiplos fenômenos de identificação sociocultural” (FERNANDES; HERSCHMANN, 2015, p. 298)

Kilpp e Lopes (2018) assinalam que a deriva é um meio experimental de conhecimento e comunicação no espaço que se difere de procedimentos como leitura de mapas e pesquisas que

não apresentam a dimensão ativa e direta, próprios da experiência empírica proporcionada pelas técnicas de deriva. Os autores assinalam que as técnicas de deriva experimental pressupõem o deslocamento pelo espaço para criar condições para que estímulos sensoriais e afetivos que emanam do ambiente – sonoridades, aromas, formas arquitetônicas – possam ser sentidos intensamente pelo sujeito que caminha pela cidade.

É uma técnica experimental para construção de novos comportamentos e novas formas de habitar a cidade que se opõe às maneiras tradicionais de utilização do espaço urbano, tais como o passeio turístico, de lazer ou terapêutico, o deslocamento para o trabalho, o uso do espaço para exercício físico e práticas desportivas entre outros (KILPP; LOPES 2018, p.18)

Ao optar pela experiência da componente de deriva do método cartográfico, buscamos uma interação sensível com aquele espaço da cidade com o objetivo de observar possíveis processos que ultrapassavam a programação urbanística e construíram comunicabilidades. Dessa forma, o objetivo da observação foi compreender como aquela estrutura arquitetônica reativa narrativas e movimenta percepções. As situações observadas envolveram múltiplos atores que desempenhavam papéis distintos em uma interação dinâmica e inquieta. Aqui cabe referir a entrevista realizada com o produtor e músico Diego Silva, no Brooklyn. Foi a primeira entrevista da fase de pesquisa de campo e também seria a primeira vez que o sambista voltaria ao local, quase um ano após a realização da última roda.

Propus que a entrevista fosse realizada no início da noite tanto para adequar a atividade à agenda de trabalho do informante quanto para tentar experimentar alguns dos elementos do cenário em que a roda de samba costumava acontecer. Era uma sexta-feira. Em meio a um pequeno fluxo de alguns pedestres, as únicas pessoas que permaneciam paradas no local eram a pesquisadora, Diego Silva e os vendedores de drogas ilícitas que ocupam regulamente a área sem iluminação, localizada na base da elevada. Após as apresentações iniciais, sentados no único banco de concreto que existe já na área do Largo, iniciamos a conversa. Eu mantinha a atenção no informante e na movimentação do ambiente. Optei por fazer da minha impressão de desconforto em relação à segurança, tema recorrente na problemática do Brooklyn, assunto da conversa e perguntei qual era a sua sensação naquele momento no local. “Quando a gente fazia o Samba de Terça, eu me sentia em casa aqui. Hoje, agora, não mais. A dinâmica da rua é muito rápida”, respondeu Diego.

Dessa forma, além de confirmar a produtividade de dar centralidade como tema de pesquisa a um dado sensível percebido no contato com o ambiente, foi possível observar que as dinâmicas

de produção do espaço vividas no cotidiano estão baseadas em um movimento nômade onde a cidade é constituída não só pelo planejamento, mas também por fluxos e vetores alicerçados nas ações, nos movimentos e nos desejos dos atores. Até onde foi possível averiguar, a mudança substancial ocorreu exatamente na forma com que o meu informante interagiu naquele espaço e isto alterou a sua percepção sobre o Brooklyn.

Como fizemos aqui, a contribuição dos informantes foi sendo trazida para o texto para compor uma narrativa processual da investigação a partir de dentro da experiência de pesquisa. O objetivo foi acessar o plano de forças e mapear os pontos em aberto. Segundo Kastrup (2013, p. 399), é preciso explorar núcleos de argumentos que sejam capazes de expressar um devir e o processo envolvido na produção de subjetividade.

No caso específico desta pesquisa, seguimos a proposição de Kastrup (2013, p. 395) e delimitamos o macrocontexto, conformando o plano de forças que atuam na questão e fazendo um desenho do campo em sua dimensão processual. Para abordar a dinâmica geral do problema de pesquisa, fizemos uma revisão bibliográfica que circunscreveu o ordenamento do espaço como dispositivo para governança da população e do corpo. Localizamos e conformamos um plano de forças que relacionou o planejamento urbano e o modelo comunicativo interacionista em um movimento que converge na constituição de uma dinâmica adaptativa que estabiliza e esvazia a dimensão política da cidade. Neste quadro, trabalhamos o microcontexto do Brooklyn a partir dos problemas levantados ao longo das visitas de campo e selecionados a partir do instrumental teórico.

A partir das informações colhidas nas entrevistas mostrou-se oportuno recorrer à pesquisa documental, caracterizada pelo uso de fontes primárias como fotografias, jornais eletrônicos e material de propaganda de empreendimentos imobiliários da região, para complementar não apenas a pesquisa bibliográfica, mas também buscar algumas linhas de relação com temas trazidos pelos depoimentos. No que diz respeito a imagens, utilizamos material de distintas fontes como o acervo público da Fototeca Sioma Breitman, material produzido pela própria autora durante pesquisa exploratória no Brooklyn e em pesquisas na internet, imagens veiculadas pelos grupos envolvidos nas experiências em seus perfis nas redes sociais. O objetivo não foi dar um tratamento quantitativo ao material, mas utilizar estas fontes como indicativo de elementos que ajudam a compor tanto o cenário sobre o qual a obra impactou tanto no período de sua construção quanto, recentemente, no momento em que seu uso foi alterado de forma mais substancial.

As fotografias da Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo foram selecionadas a partir de uma pesquisa na base de dados da instituição, realizada em novembro de 2019. O objetivo foi localizar imagens que informassem sobre a alteração da região em que foi implantado o viaduto Imperatriz Leopoldina. Para a pesquisa utilizamos palavras-chave e o resultado foi a localização de 11 imagens relacionadas à expressão “viaduto imperatriz Leopoldina”, cinco imagens relacionadas à palavra “Carris”, três imagens aéreas para o termo “campus URGs”. Muitos arquivos não têm datação precisa, nem autoria definida, mas pelas características técnicas e pelas informações que podem ser obtidas a partir do percurso de institucionalização – chegaram ao Museu por doação de um antigo funcionário da Secretaria Municipal de Obras e Viação – e pela comparação entre elas, foi possível concluir que se trata de material institucional produzido por agentes municipais ou contratados pela administração da capital, entre 1960 e 1975, e que dão conta da fase de inventário prévio à implantação do viaduto (mostrando o campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a avenida João Pessoa e as antigas instalações da Companhia Carris Portoalegrense⁶, na esquina da rua Sarmiento Leite) assim como do acompanhamento da evolução da obra, deixando evidente as etapas de construção que incluíram a edificação da elevada, a instalação da alça de acesso e a finalização da pista de rodagem sentido bairro-centro.

Ainda recolhemos uma série de imagens que dão conta da construção dos viadutos Tiradentes, Obirici, Açorianos e da grande intervenção na área da antiga Viação Férrea que proporcionou a instalação do conjunto de elevadas que compõe o complexo do Túnel da Conceição e se estende pela antiga Rua da Conceição até a atual Estação Rodoviária, conformando o conteúdo de “cirurgia urbana” promovido pelo prefeito Thompson Flores como já citado anteriormente.

Também utilizamos algumas imagens recolhidas de redes sociais de perfis relacionados ao Samba de Terça e PF das Ruas para oferecer informação visual sobre as atividades que foram desenvolvidas no Brooklyn durante o período anterior ao início da pesquisa de campo. Recorremos ainda a textos jornalísticos publicados pela imprensa da capital em formato digital para acompanhar a polêmica sobre o barulho, ocorrida no primeiro semestre de 2018, e para identificar

⁶ A Companhia Carris Portalegrense foi criada em 1872 por decreto do Imperador Pedro II para operar no sistema de transporte público com bondes puxados a mula. Em 1908, inaugurou o serviço de bonde elétrico e em 1928 começou a operar com ônibus. Os bondes foram desativados em 1970, quando a antiga garagem localizada na esquina da Avenida João Pessoa e Rua Sarmiento Leite caiu em desuso. A empresa continua sendo uma das principais players no transporte da capital, sendo sociedade mista com controle acionário da Prefeitura Municipal.

a inscrição da palavra Brooklyn como designação para o espaço localizado no vão inferior do Viaduto Imperatriz Leopoldina.

A construção do texto foi feita como resultado da observação do processo onde assinalamos singularidades que convergem para produção realidade, ou seja, elementos que além das oposições binárias, não se repetem ou surgem como fatores de imprevisibilidade. Interessa particularmente identificar a dinâmica da construção das relações de comunicação dos grupos, percebendo suas regularidades e rupturas, observando os pontos de adensamento em torno de eventuais controvérsias.

A observação realizada na pesquisa de campo resultou em um diário que serviu como material de análise junto com os dados produzidos nas entrevistas em profundidade. Inicialmente, no que diz respeito ao Brooklin, a observação e a entrevista semiestruturada tiveram o seguinte roteiro inicial:

1. Mapear e descrever as atividades realizadas no Brooklin (dias, horários e periodicidade). Observar a dinâmica e relação entre as atividades
2. Observar como era feita a divulgação (material, canais, apelo)
3. Verificar qual era a composição do grupo organizador e dos frequentadores
4. Observar dinâmica de produção e pós-produção, relação com vizinhos e com moradores de rua.
5. Observar dinâmica durante atividade (que espaços ocupam, como ocupam)
6. Identificar e descrever situações imprevistas

Roteiro para entrevista semiestruturada

Dados pessoais

1. Fluxo/deslocamentos pela cidade (residência, trabalho, lazer). Como costume chegar na Redenção/Brooklin? (ônibus, carro, bicicleta?)
2. Motivação para realizar atividade? Por que neste local? Inspirado em outra atividade? Participa de atividades parecidas em outros espaços?
3. Facilidades e dificuldades para realizar a atividade

4. Relação com outros eventos no mesmo local, vizinhos

Munida desta instrumental, fomos a campo.

1.1 Sobrevoando o Brooklyn

No âmbito desta pesquisa, apresentamos como material de estudo um caso em que observamos um uso imprevisto de um espaço urbano na cidade de Porto Alegre e cuja primeira constatação relevante é a alteração da toponímia do lugar. Abordamos especificamente os processos que decorrem da realização de atividades no Brooklin, denominação informal dada pelos frequentadores na área inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina, contígua ao oficialmente chamado Largo Archymedes Fortini. A designação já está gravada em mecanismos de busca eletrônica e aplicativos de geolocalização como já ilustramos. Dessa forma, a denominação não oficial será adotada neste texto como recurso para referir não apenas aquele espaço, mas também para afirmar a legitimidade de um conjunto de práticas sociais e comunitárias que tensionam pelo direito de usufruir e modificar a cidade. Vamos ao caso.

O viaduto Imperatriz Leopoldina, inaugurado em março de 1974, foi construído no limite entre os bairros Centro Histórico, Cidade Baixa e Bom Fim com o objetivo de permitir o cruzamento da Avenida João Pessoa sobre a então recém-aberta Avenida Loureiro da Silva. A estrutura marca a etapa inicial da implantação da primeira perimetral e da chamada Elevada da Conceição, sendo parte de um conjunto de intervenções viárias feitas durante o governo do prefeito Telmo Thompson Flores, nomeado pelos governos federais militares para administrar a capital entre março de 1969 e abril 1975. Além do complexo da Conceição que inclui o túnel e a elevada, foram construídos os viadutos Açorianos (Largo dos Açorianos, centro), Obirici (Av. Assis Brasil, zona norte), Tiradentes (Avenida Silva Só sobre a Avenida Protásio Alves), além do Muro da Mauá.

A administração de Thompson Flores marcou a cidade e o impacto das suas políticas sobre a vida de Porto Alegre foi claramente expresso por João Dib, ex-prefeito e vereador por diversos partidos sucessores da antiga ARENA, em artigo laudatório publicado em periódico de circulação na capital⁷.

7 DIB, João. Telmo Thompson Flores. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 25/01/2011. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=52927>>. Acesso em 09 de outubro de 2019

Administrador eficiente e empreendedor, [Thompson Flores] realizou uma cirurgia urbana tão radical em Porto Alegre que é impossível aos mais jovens imaginar a cidade sem as obras que foram feitas em sua gestão, de 1969 a 1975. Nos seus seis anos de administração, foram solucionados ou encaminhados problemas de saneamento, urbanismo, saúde pública, educação, assistência social, habitação popular, abastecimento público, além dos melhoramentos viários, pelos quais é mais lembrado (DIB, 2011)

A metáfora da cirurgia urbana é bastante esclarecedora sobre a percepção da oportunidade de interferência drástica em um corpo, como recurso para extirpar a causa de uma doença que provoca disfunção em um organismo, neste caso, os gargalos que impediriam a circulação e o tráfego no centro da capital. Flores pôs em marcha o projeto que havia sido proposto inicialmente no Plano Diretor de 1959, documento que resultou de um processo de análises e diagnósticos que começou ainda na década de 30 e enfatizou a necessidade de melhorias e de ações planejadas para o cumprimento de quatro funções urbanas: habitação, trabalho, lazer e circulação.

É interessante assinalar o contexto em que foi desenvolvido já que o plano estaria alinhado com os preceitos da Carta de Atenas, conjunto de proposições resultantes do IV Congresso de Arquitetura Moderna, realizado em 1933, que estabelecia a cidade como unidade funcional onde o crescimento harmonioso seria garantido por normas que orientassem a distribuição das funções de cada área e fizessem frente aos efeitos do desenvolvimento industrial e do caos urbano. Cabe lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, a ideia de cidade funcional já estava sendo posta em questão como demonstram os debates do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1950). Naquele momento, a funcionalidade já estava perdendo espaço para o conceito de “habitat”, algo maior que a casa e menor que o bairro, ou seja, o cenário da vida humana diária⁸. Portanto, eleger princípios funcionais na década de 60 e 70 era de certa forma anacrônico ao pensamento urbanístico que começava a atentar para a ecologia espacial e a necessidade de observar as características humanas e locais.

Em Porto Alegre, o Plano de 1959 coincidiu com a estruturação de uma burocracia estatal e com a profissionalização do corpo técnico municipal dos setores ligados ao planejamento urbano, com grande ênfase nos temas ligados à morfologia urbana, planejamento das vias e o uso do solo (criação de sistema viário e zoneamento). O Plano de 59 propôs normas que estabeleciam padrões de controle para construções e usos permitidos, normatizando itens como recuos, alinhamentos,

⁸ SOSA. Marisol. Do coração da cidade a Otterlo (1951-1959): discussões transgressoras de ruptura, a semente das novas direções pós-CIAM. Disponível em <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/096.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020

altura máxima e área de edificação, além de instituir o mecanismo de desapropriações de imóveis em casos de necessidade de abertura de vias. Com este dispositivo, ficava facilitada a liberação de terrenos para construção de arruamento, dando mais liberdade aos planejadores para traçar novas vias mesmo que sobre áreas já ocupadas pela população residente.

Segundo Cruz (2006), as autoridades queriam controlar e garantir as condições ideais de funcionamento da cidade e um sistema viário eficaz para conectar o centro político e financeiro às outras regiões. Os técnicos projetavam uma cidade cujo centro serviria como área residencial para profissionais liberais, funcionários públicos e elite cultural, constituindo-se como centro político, financeiro e comercial da cidade. Para o restante da cidade, havia previsão de área portuária, uma área industrial, três grandes áreas que mesclavam pequenas indústrias e residências para trabalhadores.

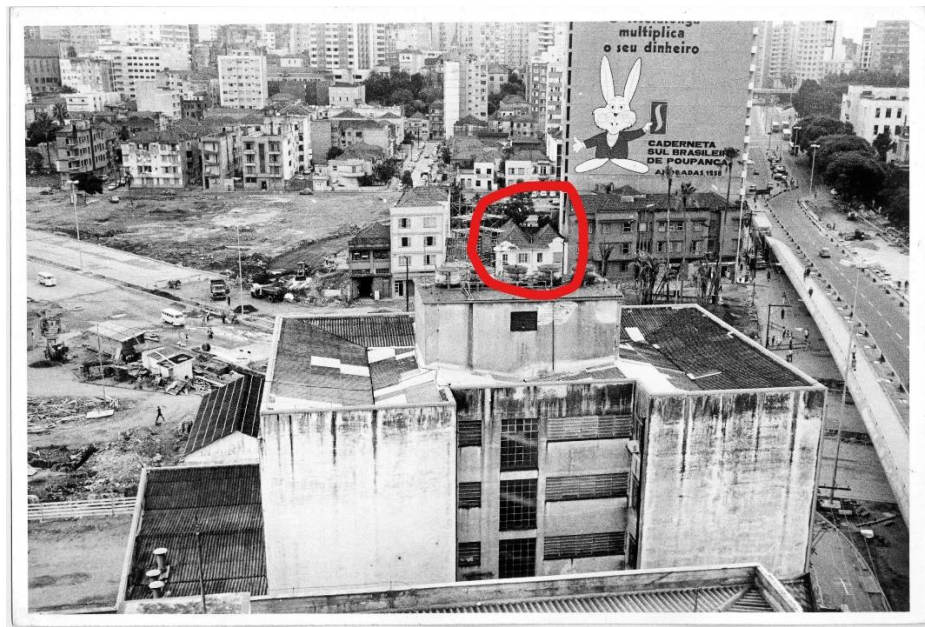
O autor assinala que o plano de 1959 também coincidiu com o deslocamento da responsabilidade de regimento da cidade do Legislativo para o Executivo municipal. No processo de elaboração e aprovação dos planos, a ênfase estaria na participação de entidades da sociedade civil, esvaziando o papel dos vereadores que só entrariam na fase de aprovação da lei. O eixo da proposição permaneceu o mesmo no período seguinte deixando explícito, nas justificativas das medidas apresentadas pelo executivo municipal e recolhida por Cruz (2006), que o objetivo dos governos era estudar as causas dos problemas urbanos e propor o “remédio para curá-los”, utilizando uma metodologia científica de planejamento – apresentando o Plano Diretor como principal instrumento - e ordenamento das funções urbanas em um contexto de crescimento e complexificação de suas funções.

Dessa forma, é oportuno tomar o caso da intervenção que resultou na construção do viaduto Imperatriz Leopoldina como oportunidade para observar o impacto sobre a vida na cidade e, a partir daí, recolher elementos que ajudem a conformar o ambiente em que nos interessa verificar a dinâmica dos processos comunicativos contemporâneos que tem esta estrutura urbana como gatilho.

Segundo informações da prefeitura de Porto Alegre, foram requisitados imóveis nas ruas Sarmiento Leite, Conceição e avenida Osvaldo Aranha. Por meio de decretos municipais, 17 imóveis foram declarados de utilidade pública. No total, com as obras necessárias para a abertura da Primeira Avenida Perimetral - construção do túnel e das passagens elevadas sobre as avenidas

Alberto Bins, Farrapos e Voluntários da Pátria (elevada da Conceição), bem como os viadutos nas avenidas João Pessoa (Imperatriz Leopoldina) e Borges de Medeiros (Açorianos) - foram desapropriados 349 mil metros quadrados de terrenos e 57 mil metros quadrados de prédios, edifícios e armazéns, com grande impacto na área das ruas Avaí e Sarmiento Leite como demonstra a Fotografia 3, onde a intervenção da autora (círculo em vermelho) assina o prédio onde atualmente está localizada a Loja Nerdz.

Fotografia 3 – Impacto da construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina

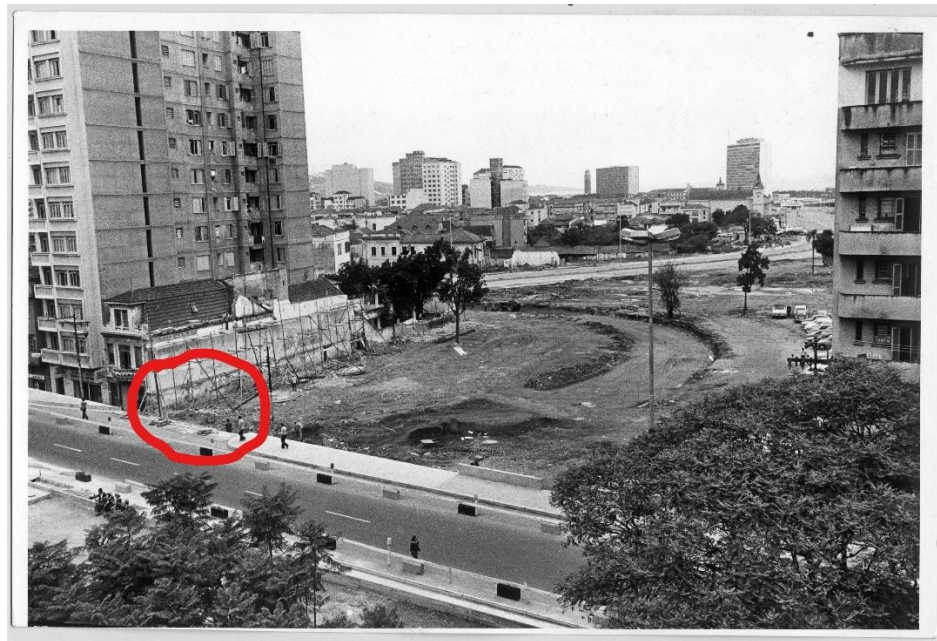


Fonte: Intervenção da autora, 2019, sobre Foto 8496 Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A memória do processo de negociação destas desapropriações ainda está presente entre antigos moradores e pode ser recolhida durante a coleta de dados desta pesquisa. Jadir dei Svaldi (75 anos), proprietário de um prédio, cuja construção dataria de 1887, situado sob o antigo leito da Rua Sarmiento Leite, onde atualmente funciona a Loja Nerdz. Ele lembra que houve a formalização de uma proposta de desapropriação de todos os imóveis que estavam situados entre a alça de acesso e o Largo Archymedes Fortini. Durante a discussão dos valores, o poder público teria recuado em função do custo para indenização dos proprietários, principalmente em função da existência do prédio residencial de 14 andares, localizado na avenida João Pessoa. “Estava prevista a desapropriação de todo este conjunto para construção de uma praça. Foram meses discutindo, mas com o custo das indenizações e o argumento de que atingiria prédios históricos, acabou não saindo”, lembra Jadir em entrevista realizada pela pesquisadora durante o trabalho de campo.

A praça não saiu como idealizada na prancheta dos projetistas e o atual largo acabou reduzido a cerca de um terço da área que seria liberada com a demolição dos imóveis. Com a manutenção dos prédios da Avenida João Pessoa, a alça de acesso do viaduto criou um espaço residual para trânsito de pedestres e para o acesso dos próprios moradores. O “beco”, assinalado com um círculo em vermelho pela intervenção da autora sobre a Fotografia 4, é a principal fonte de reclamações, sendo apontado como local perigoso e propício a assaltos.

Fotografia 4 – “Beco” e alça de acesso do Viaduto Imperatriz Leopoldina



Fonte: Intervenção da autora, 2019
Foto 8495 do Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo
Construção do viaduto Imperatriz Leopoldina, 18/05/1975

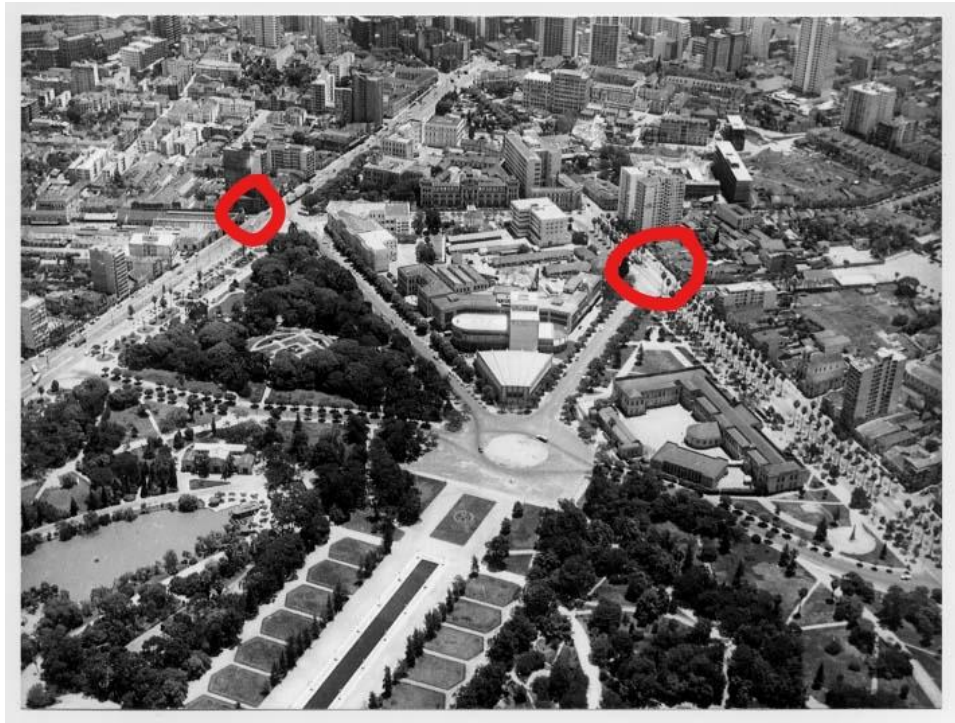
A resistência quanto ao impacto da obra também foi grande no outro lado do viaduto. O traçado original da perimetral, previsto no Plano Diretor de 1959, rasgava ao meio o campus central da então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) para fazer um acesso em linha reta à entrada do Túnel da Conceição. O projeto todo vinha sendo discutido há anos e Figueiredo (2015) lembra que a ideia inicial era permutar a área e transferir a universidade para a orla do Guaíba, integrando o projeto Praia de Belas, previsto no Plano de 1959 para urbanizar a área que seria ganha com o grande aterro, iniciado logo após a aprovação do Plano. As negociações nunca avançaram e enquanto o tema era discutido, novas construções foram sendo feitas no campus como forma de dificultar a abertura da via como, por exemplo, o prédio da Faculdade de Educação edificado exatamente sobre o traçado proposto.

Com a recusa da universidade de abandonar seu campus, optou-se por um traçado que contorna todo o conjunto de prédios e acessa o túnel após duas complicadas curvas, uma de quase 90° graus. Figueiredo (2015) afirma que a construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina fazendo a Avenida João Pessoa passar sobre a perimetral teria sido uma resposta à impossibilidade de passar a nova via aberta pelo campus.

A cidade abriu mão de dar continuidade a Av. Perimetral conforme seu traçado original no Plano de 1959, que seccionava os quarteirões universitários próximos ao Centro Histórico de Porto Alegre. Posteriormente, foi construído o Viaduto Imperatriz Dona Leopoldina, na Av. João Pessoa, em frente às Faculdades de Direito e Medicina da UFRGS. Tentava-se resolver desta forma um problema viário, porém também foi gerada muita polêmica na época, pois se alterou o entorno imediato da área da universidade bem como sua relação com a cidade. O Viaduto implantado neste novo local foi uma solução para o problema viário da região na época, mas foi concebido sem considerar mais profundamente o necessário “diálogo” urbanístico que deveria existir com o importante conjunto de prédios históricos dos quarteirões centrais da UFRGS. (FIGUEIREDO, 2015, p. 771)

A pesquisadora afirma que, para que a nova perimetral ligasse a Rua Sarmiento ao que seria a entrada para o acesso ao Túnel da Conceição, conforme pontos indicados pelos círculos vermelhos aplicados na Fotografia 3 que indicam à esquerda a Rua Sarmiento Leite, esquina com Avenida João Pessoa, e à direita a área prevista para ser construído o acesso ao túnel da Conceição. Como se pode ver, no projeto original, o viaduto passaria exatamente pelo quarteirão universitário, tangenciando a Faculdade de Arquitetura e demolindo prédios históricos como a Rádio da Universidade. Em função da contrariedade da comunidade universitária, o projeto foi reavaliado e deslocado para a localização atual. Na nova conformação, o miolo do campus foi poupado, mas o prédio da antiga Faculdade de Medicina ficou praticamente embaixo do viaduto. A obra também atingiu em cheio a Rua Avaí (antiga Rua da Fonte, também denominada de Beco do Firme) e a Rua Sarmiento Leite (antigo Beco do Juca da Olaria) onde, desde 1874, funcionava a sede e a garagem da Companhia Carris Porto-Alegrense – empresa que tinha exclusividade na exploração do serviço de bondes elétricos da capital.

Fotografia 5 – UFRGS Campus Central (1960)



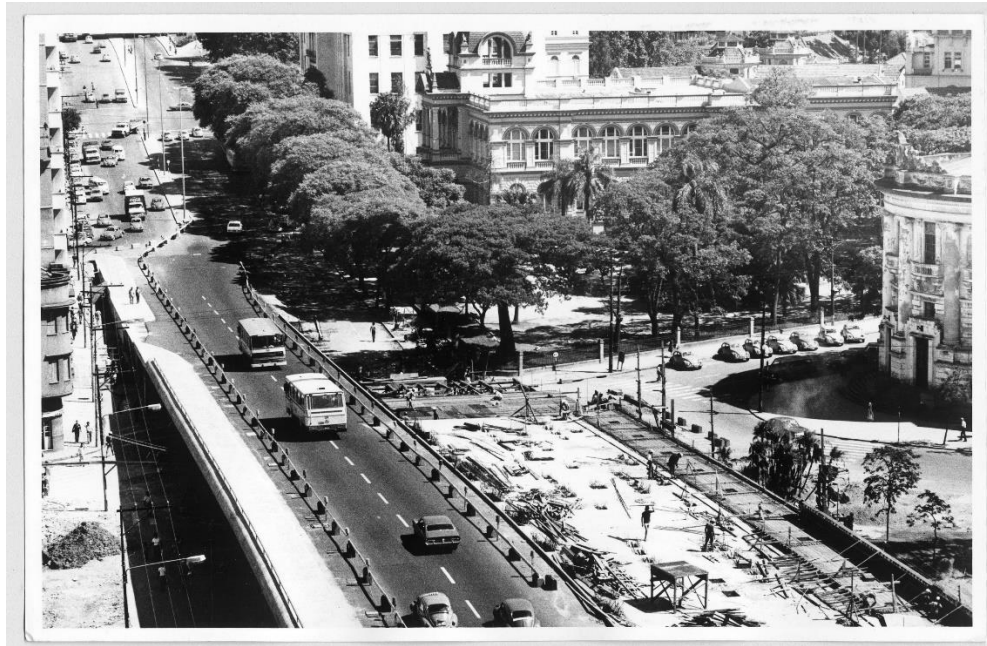
Fonte: Intervenção da autora, 2019. Foto 1617 do Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, de autoria de Leo Guerreiro.

Também vale referir que a fase de conclusão da obra do viaduto está relacionada ao episódio que é considerado marco do surgimento do movimento ambientalista no Brasil. Em 25 de fevereiro de 1975, os estudantes da UFRGS, Carlos Alberto Dayrell, Marcos Saraçol e Teresa Jardim subiram em uma árvore em frente à faculdade de Direito, para impedir o corte de árvores previsto pela obra⁹. Como demonstra a Fotografia 6, o traçado da pista de rodagem e da área para trânsito de pedestres passava exatamente sobre a fileira de tipuanas localizadas no canto superior direito da imagem. As árvores seriam abatidas com o objetivo de dar seguimento ao traçado original no sentido bairro-centro. As tipuanas acabaram sendo poupadas e o viaduto foi concluído mesmo assim. Segundo a pesquisadora Elenita Pereira (2018)¹⁰, o protesto deu visibilidade nacional à temática ambiental e à atuação da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), que havia sido fundada em 1971.

Fotografia 6 – As tipuanas ameaçadas

⁹ Sobre o protesto dos estudantes em 1975, ver: Mais Verde, Menos Concreto. Agir Azul Notícias. Disponível em <<https://agirazul.com/arquivos/3732#more-3732>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

¹⁰ PEREIRA, Elenita Malta. Movimentos Ambientalistas no Rio Grande do Sul (Décadas 1970-1980). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, jan./jun. 2018.



Fonte: Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo
Foto 8499 – Construção do viaduto Imperatriz Leopoldina, s/ data e s/identificação de autoria.

Estas informações preliminares já evidenciam o papel do viaduto como elemento agenciador de disputas de força em torno da ocupação do espaço e do uso da cidade e também como materialidade associada a distintos processos comunicativos. Para o caso analisado nesta pesquisa, é importante observar que a construção alterou de forma intensa as características do lugar e só houve previsão de aproveitamento da face norte do vão criado sob o viaduto, onde o revestimento do piso disposto sobre o antigo traçado da rua Sarmiento Leite é adequado à circulação de pedestres e faz uma área de contiguidade ao Largo Archymedes Fortini. É exatamente nesta área que foram desenvolvidas as atividades analisadas nesta pesquisa.

Para a abordagem dos casos proposto por este trabalho, foi importante recuperar informações sobre a ocupação recente do vão inferior do viaduto e do seu entorno. A artista plástica Zoé Degani venceu a edição 2002 do concurso "Espaço Urbano, Espaço Arte", promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o objetivo de instalar obras de arte nos viadutos da capital. Como mostra a Fotografia 7, a obra *Céu* é um mosaico cerâmico, instalado nos quatro pilares centrais do Viaduto Imperatriz Leopoldina, sete anos depois do concurso. Na época da inauguração, a administração municipal justificou a demora na realização da obra pela dificuldade de obter fornecedores interessados na produção das peças de cerâmica e reafirmou que o trabalho

“humanizava” o local¹¹. Os painéis têm mosaicos sobre um fundo azul e evocavam a presença nuvens. Em declarações dadas à imprensa local, a autora disse que a proposta do trabalho era “fixar o céu” na estrutura da elevada.

Fotografia 7 – Céu, de Zoé Degani



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Foto de Ricardo Stricher (26/08/2009)

A presença dos skatistas começou a ser notada a partir do ano seguinte à instalação da obra de arte, tendo como principal atrativo a presença de iluminação e a cobertura que protege da chuva e do calor extremo que permite uma prática noturna e mesmo em dias de clima desfavorável. O lugar é conhecido como a única pista coberta e pública da cidade, oferecendo as vantagens de ser um ambiente, ao mesmo tempo, externo e protegido. A pista ocupa cerca de um terço da face norte do vão inferior do viaduto onde o revestimento do piso é regular e favorece o deslizamento das rodas do skate. As condições físicas do local ajudaram a expandir a prática do esporte. Atualmente, o Brooklyn integra um circuito de uso que interliga a pista de skate do Parque Marinha do Brasil, frequentada durante o dia, e a pista improvisada no canteiro junto ao monumento a Júlio de Castilhos, na Praça Marechal Deodoro, popularmente conhecida como Praça da Matriz.

¹¹ Para detalhes sobre a obra http://www1.portoweb.com.br/cs/default.php?reg=113291&p_secao=3&di=2009-08-30. Acesso em 27 de janeiro de 2020

Além de usar o espaço, os skatistas fizeram algumas intervenções na área do viaduto para otimizar a estrutura já existente e construir obstáculos que tornam o local mais interessante e desafiador para a prática do esporte. Em um trabalho feito durante duas madrugadas, sem alarde sobre a autoria e sem apoio institucional, alguns voluntários acertaram os desníveis, instalaram um corrimão, um caixote, duas rampas e um cofre. Estas inscrições no espaço têm como objetivo oferecer condições materiais para o desenvolvimento da habilidade e criatividade na execução das manobras que caracterizam o skate. Rigon (2018, p. 25) considera que, em linguagem característica do meio, “o pico do viaduto é uma referência na cena do skate” e elenca algumas das personalidades conhecidas no esporte como Thiago Lemos, Carlos Ribeiro, Alex Carolina, Carlos Ique e Patrick Vidal que já fizeram manobras lá.

Naquele momento inicial, o público do skate convivia com os frequentadores do antigo Beco, casa noturna que ocupava o imóvel que é a última edificação no beco, passagem entre a alça de acesso e o vão inferior. Além da casa noturna, havia uma loja especializada em graffiti que atraía grupos ligados à prática do skate e da street art e o *Bar do Seu Everaldo*, antigo estabelecimento que estava localizado na loja que faz esquina na rua Sarmento Leite onde moradores do bairro costumavam jogar cartas. Segundo relatos recolhidos por Rigon (2018), um primeiro evento teria sido feito ainda em parceria justamente com este antigo bar. Os skatistas colocaram equipamento e levaram a sonorização até a pista. A avaliação geral naquele momento foi de que a sonoridade obtida teria sido de boa qualidade. Segundo relatos coletados por Rigon (2018), neste ambiente, os frequentadores teriam passado a utilizar a expressão “viaduto do Brooklyn” para denominar o espaço do vão inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina, mas a pesquisadora não conseguiu localizar com precisão a origem do termo.

Com o tempo, a loja especializada em graffiti, o Bar do Seu Everaldo e a casa noturna fecharam. Manteve a atividade a Nerdz, loja especializada em quadrinhos, jogos de tabuleiro e RPG (Role Playing Game), que é o empreendimento mais longo na área. O prédio é propriedade da mesma família há mais de 20 anos e, neste período, já abrigou uma clínica geriátrica e uma locadora de videogames.

Os skatistas permaneceram na pista e mantiveram a atividade no local que acabou atraindo outras iniciativas. Entre os pioneiros, é possível destacar os Slams¹² e as batalhas de Rap, eventos que também fazem parte de um circuito que inclui o Parque Farroupilha (Redenção). Rigon (2018) assinala a mudança de proprietário de um prédio de três andares, localizado no número 607 da Rua Sarmiento Leite, como fato relevante na tentativa recente de reanimar o comércio o local. A partir de 2015, com a nova administração de Ivone Medina, o imóvel foi reformado e as unidades foram alugadas, misturando apartamentos residenciais e os estabelecimentos comerciais que passaram a ocupar o andar térreo. O empreendimento chamou atenção pela localização e preços e atraiu, entre os locadores, dois produtores musicais que resolveram abrir um bar e uma loja de discos, respectivamente o Novetrês e a Bugio Discos. São justamente estas lojas que retomaram a movimentação do local e forneceram energia elétrica para os eventos que começaram a ser realizados no vão do viaduto. O local e a esperança de reativar o mix que conformava o antigo público serviram como estímulo para os novos empreendedores que pretendiam reaquecer as atividades naquele pedaço da cidade e começaram a ter iniciativas de ocupação na área em frente aos seus estabelecimentos, no início do ano de 2018, como mostra a Fotografia 8 que mostra mesas e cadeiras dispostas no Largo Archymedes Fortini para utilização de clientes e frequentadores dos bares instalados no local.

¹² Competição de declamação de poesia improvisada, onde os participantes são avaliados diretamente pela reação do público. Há informações dispersas recolhidas de fontes de imprensa, depoimentos e da etnografia de RIGON (2018) de que teriam sido realizadas cerca de 10 edições das batalhas de Slam no Brooklyn, durante o ano de 2017.

Fotografia 8 – Bares no Brooklyn



Fonte: Jornal Eletrônico Sul 21. Foto: Guilherme Santos (21/01/2018)¹³

O Novetrês foi o primeiro bar aberto no Brooklyn após a reforma do prédio 607, em agosto de 2016. O dono era músico, skatista e organizador da festa “Boom Rap” que teve algumas edições feitas no Brooklyn. O segundo estabelecimento a se instalar no local, em novembro de 2016, foi a Bugio Discos. A loja oferecia produtos musicais no antigo formato de LP e promovia a Feira do Vinil. O terceiro estabelecimento importante naquela retomada foi o Espaço Cultural Lechiguana – projetado por um produtor cultural e fabricante de cerveja artesanal. A partir do Lechiguana, foram promovidos eventos no Brooklyn como o CB Festival e o festival Rock na Praça e ampliada a parceria com outros produtores locais. O primeiro evento do espaço foi a Oktober Multicultural cuja proposta era reunir vários estilos musicais para apresentações financiadas pela venda de cerveja.

Rigon (2018) observa que a presença de público foi se intensificando e assinala a realização de festas com grande público como a Cumbia na Rua e o Festival de Hip Hop Zumbi dos Palmares. Segundo a autora, a Cumbia pode ser considerada um dos primeiros “eventos de massa” realizado no Brooklyn, em novembro de 2017. A promoção oferecia ritmos latinos como a cumbia colombiana e reggaeton (mescla de reggae, hip hop, salsa, funk e música eletrônica) e reunia vendedores ambulantes e foodtrucks em eventos que se estendiam durante toda a madrugada. Em algumas ocasiões, teria tido tantos participantes que tornava “difícil se locomover entre as pessoas

¹³Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/01/sob-o-viaduto-do-brooklyn-ocupacao-de-espaco-publico-com-batalhas-de-mcs/>. Acesso em 20 de março de 2020.

que estão em um estado coletivo de frenesi” (RIGON, 2018, p. 45). Outro marco no calendário de atrações apontado pela etnógrafa foi o Festival de Hip Hop Zumbi dos Palmares.

No dia 26 de novembro de 2017, *quem ia ao Brooklyn sentia a estrutura do viaduto tremer com a superestrutura de som que havia sido montada* para a primeira edição do Festival de Hip Hop Zumbi dos Palmares, realizado como encerramento da semana da consciência negra, simultaneamente à Parada Livre do Orgulho LGBT, que ocorria no Parque da Redenção (RIGON, 2018, p. 44, grifo meu)

O uso do espaço por eventos com estas características gerou conflito com os moradores que, além do barulho, se queixavam da sujeira e do cheiro de urina que restava nos dias posteriores às festas. Em 2018, moradores e vizinhos organizaram um abaixo-assinado com 80 assinaturas e acionaram o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) que abriu um Inquérito Civil na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com o objetivo de apurar “denúncia de perturbação causada por eventos no Viaduto Imperatriz Leopoldina (*Viaduto do Brooklyn*), nesta capital” (grifo meu). Sobre os investigados, a notícia de abertura do inquérito¹⁴ não especifica quem seriam os responsáveis pelos transtornos limitando a assinalar “INVESTIGADO(S): Não informado”. Depois de aberto, os inquéritos podem resultar em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em uma Ação Civil Pública ou na responsabilização criminal de algum envolvido. No caso da reclamação sobre o Brooklyn, o sistema de consulta do MPRS sobre o andamento de processos informa que a última modificação feita no Inquérito ocorreu em 18 de abril de 2018, tendo sido justamente a sua finalização¹⁵.

Segundo Rigon (2018), houve audiências, reuniões de negociação e mobilização dos grupos que ocupavam o Brooklyn¹⁶. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre também entrou na questão. O Espaço Cultural Lechiguana foi interditado por irregularidade na documentação e a Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio intensificou a fiscalização sobre o comércio ambulante. Em ações que contaram com apoio da Brigada Militar, os fiscais municipais

¹⁴ Diário Eletrônico Ministério Público do Rio Grande do Sul. Edição 2603 (p. 06), de 5 de fevereiro de 2018, informa a abertura do Inquérito Civil Público, n. 01633.000.065/2018, sob responsabilidade da promotora Ana Maria Moreira Marchesan. Disponível em <<https://www.mprs.mp.br/media/de/arquivos/demp-05-02-2018.pdf>>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

¹⁵ O histórico do andamento do processo está disponível <<https://www.mprs.mp.br/atendimento/consulta-processo/processo/?sis=SPU&id=2310221>>

¹⁶ O Movimento Cidade Baixa Viva, Bloco da Laje, Encruzilhada do Samba, ONG Embolamento Cultural, Slam, Espaço Cultural Lechiguana e a Cumbia na Rua formaram uma comissão de mobilização e criaram uma página no facebook intitulada “Movimento em Defesa do Brooklyn” para veicular informações e um calendário unificado de eventos culturais.

apreenderam mercadoria dos ambulantes e, em alguns episódios, tiveram a presença de um efetivo considerável do grupo de elite da polícia estadual. A ação fiscalizatória foi particularmente sentida pelo grupo Encruzilhada do Samba, que promovia o Samba de Terça, em parceria com o Espaço Lechiguana.

Antes de ocupar o Brooklyn, o Encruzilhada promovia rodas de samba no Bar do Aldo, no bairro Menino Deus, e também foi pioneiro na criação de eventos em locais abertos como o samba no viaduto Otávio Rocha (Av. Borges de Medeiros, centro da cidade), realizado em parceria o Tutti Bar. Com a transferência, o público conquistado na escadaria da Borges acompanhou o grupo e passou a frequentar os eventos no Brooklyn. A parceria com o Lechiguana garantia o fornecimento de eletricidade, mesas e cadeiras para a banda. Mesmo após a interdição do bar, o grupo manteve o evento, apenas transferindo a roda da área em frente ao bar para o espaço embaixo do vão do viaduto. O evento era gratuito e pretendia ser sustentável, contando em levantar recursos com a venda de cerveja artesanal para financiar uma pequena estrutura que incluía aluguel de banheiros químicos, varrição do local após o evento e respeito ao limite de horário com encerramento até 22h.

Normalmente, os músicos começavam a tocar por volta de 19h em uma espécie de jam session¹⁷, estruturada a partir interpretações particulares de clássicos do gênero. Definida pela banda como um samba mais cadenciado, o repertório sempre incluía os Afro-Sambas de Baden Powell e Vinícius de Moraes, Pixinguinha, Cartola, João Bosco e Chico Buarque, especialmente a canção “A Volta do Malandro” que se tornou a preferida do público do evento. Nesse formato, o Samba de Terça foi o único evento musical que continuou sendo realizado durante o ano de 2018 e acabou se tornando uma expressão bastante visível do Movimento em Defesa do Brooklyn, articulação formada logo no início dos conflitos com os vizinhos.

Naquele contexto, é importante observar que a corrida eleitoral pela presidência da República impactou a conjuntura do Brooklyn. Durante a campanha política, o local foi utilizado para reuniões e manifestações políticas e as duas semanas de outubro que antecederam o segundo turno da eleição, realizada em 28 de outubro, foram particularmente movimentadas. A polarização

¹⁷ A roda de samba é uma ação cultural muito comum em várias cidades do Brasil. Originalmente, o encontro realizado nos quintais dos sambistas para celebrar o samba, a comida típica e mostrar suas composições. No Rio de Janeiro, a tradição está ligada a uma figura histórica chamada Tia Ciata, mãe de santo, considerada por muitos como decisiva para o surgimento do samba. O evento é realizado sem grande estrutura e há liberdade na participação dos músicos.

característica da escolha entre apenas dois candidatos e o conteúdo proposto pelas candidaturas estimulou as manifestações públicas sobre cada um dos projetos políticos. Para o Brooklyn, confluíram setores que se opunham à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), vencedor da eleição¹⁸. Além das atividades promovidas pelo Diretório Central de Estudantes da UFRGS e relatadas por Rigon (2018), é importante registrar a realização da roda de samba União de Sambistas contra o Fascismo, no dia 16 de outubro, e a Aula Pública sobre o Fascismo com Guilherme Boulos, no dia 25 de outubro.

A última roda de samba foi realizada no dia 30 de outubro de 2018 e encerramento do evento foi comunicado pelos organizadores nas redes sociais sob argumento de que não haveria condições de segurança para manter a atividade após o retrocesso da negociação para legalização do evento que estava em andamento junto às autoridades municipais e Ministério Público. O Samba de Terça foi transferido em um primeiro momento para a Praça do Aeromóvel, nas imediações da Usina do Gasômetro, teve algumas edições na Praça da Alfândega (centro) e depois foi transferido para um bar no bairro Cidade Baixa, onde a entrada era feita mediante pagamento de ingresso.

Dessa forma, no momento de realização da pesquisa campo deste trabalho, as atividades que se mantinham no Brooklyn eram a ocupação dos skatistas e o PF das Ruas, ação de voluntariado que começou em agosto de 2016 e consiste na distribuição semanal de marmitas para população de baixa renda. A atividade começou como uma ação independente de um grupo de amigos que reunia cinco pessoas com experiência em cozinha e voluntariado e se reuniram para distribuir cerca de 50 refeições por semana. Em agosto de 2019, o grupo reunia 160 voluntários de várias regiões da cidade e distribuía cerca de 1.300 refeições. A idealizadora do trabalho, Rose Carvalho, disse em entrevista realizada durante o trabalho de campo que a escolha pelo Brooklyn se deu pela localização na região central, área que concentraria um contingente de cerca de 5 mil pessoas em situação de rua e pela vantagem de poder trabalhar em uma área coberta.

A iniciativa não é única na capital, mas apesar de se relacionarem com grupos que atuam em outros pontos da cidade trabalham de forma independente. O trabalho é totalmente voluntário

¹⁸ No segundo turno da eleição presidencial, Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito com 57,7 milhões de votos, contra 47 milhões de votos obtidos pelo seu adversário Fernando Haddad (PT). Brancos, nulos e abstenções somaram 42 milhões de votos. No Rio Grande do Sul, o presidente eleito venceu em 407 das 497 cidades gaúchas, com um percentual de 63,24 por cento dos votos contra 36,76 por cento do segundo colocado.

e os organizadores fazem questão de deixar clara sua distância em relação ao poder público ou grupos religiosos. Eles arrecadam alimentos através de campanhas, preparam e cozinham nas próprias casas e apenas aquecem antes de servir, já no Brooklyn. Normalmente, o cardápio é composto por arroz, massa, feijão, polenta, salada, molho com carne moída ou salsicha, suco e sobremesa. Em dias de festa ou feriados comemorativos, o PF das Ruas oferece galeto assado e bolo. Em algumas edições, eles contam com a participação de barbeiros voluntários que cortam cabelo e a barba gratuitamente.

No momento de realização da pesquisa, o grupo de voluntários era uma ação entre amigos que não tinha formalização como instituição ou organização não governamental. Além da distribuição de comida, a ação também incluía o trabalho de duas psicólogas que aproveitavam o tempo em que as pessoas esperavam na fila para conversas e oferecer algum tipo de orientação. Segundo informações oferecidas pela coordenadora Rose Carvalho e confirmadas em depoimentos e observação direta, o projeto atuava também na distribuição de roupas e medicamentos, além de oferecer apoio e assistência para facilitar o acesso a serviços públicos de saúde, habitação, busca de emprego e suporte para famílias que precisavam sair da rua para recuperar a guarda dos filhos menores. Além de orientar, em alguns casos, os voluntários ofereceram ajuda para pagamento de aluguel e compra de móveis e utensílios domésticos. Em algumas edições, o evento recebia ações pontuais do poder público municipal como campanhas de promoção da saúde e controle de doenças.

A partir da observação e produção de dados em torno destas experiências articulamos teoricamente este trabalho no texto que segue.

Ronco da Cuíca
João Bosco

Roncou, roncou
Roncou de raiva a cuíca
Roncou de Fome
Alguém mandou
Mandou parar a cuíca, é coisa dos home

A raiva dá pra parar, pra interromper
A fome não dá pra interromper
A raiva e a fome é coisa dos home

A fome tem que ter raiva pra interromper
A raiva é a fome de interromper
A fome e a raiva é coisa dos home

É coisa dos home
É coisa dos home
A raiva e a fome
A raiva e a fome
Mexendo a cuíca
Vai ter que roncar

II. COMUNICAR E PACIFICAR A CIDADE

Este trabalho se dedica a analisar os processos comunicativos envolvidos em experiências de práticas socioespaciais que fazem um uso imprevisível do espaço urbano. O objetivo foi verificar como estas práticas enfrentam a aleatoriedade dos encontros citadinos e constituem oportunidade de comunicação. Na primeira parte deste capítulo, fazemos o diálogo específico com o pensamento comunicacional mobilizando as formulações do Interacionismo Simbólico para avaliar a constituição da cidade como objeto de estudo e sua relação com o desenvolvimento do conceito de comunicação. Consideramos que o postulado da comunicação como compartilhamento de traços culturais comuns e dispositivo necessário à assimilação de populações em ambiente urbano empobrece o cenário comunicativo e contribui para dificultar os movimentos de apropriação e vivência dos espaços.

Pretendemos demonstrar que, ao aceitar que a conformação do espaço exerce influência em um contexto onde indivíduos e relacionamentos se modificam e interferem também nas relações e estruturas sociais, a ideia da cidade como uma unidade homogênea, onde as alterações de uso do espaço são vistas como degradação, pode ser relacionada ao esvaziamento de suas funções políticas. Partindo de Bourdieu (2007), abordamos o espaço como expressão de uma correlação de forças e discutimos o planejamento urbano como uma estratégia de inscrever no espaço um código único de sociabilidade. Com Foucault (2008), recuperamos a constituição da ideia de meio como estratégia de governança sobre a população e agregamos a contribuição de Butler (2018) para enxergar o governo sobre a distribuição da precariedade como dispositivo biopolítico. Para completar este primeiro percurso, mobilizamos Rolnik (2015, 2013) e Graham (2016) para localizar os dilemas e pressões que se instauram sobre as cidades no contexto da financeirização capitalista e da importação das doutrinas de segurança das guerras de fronteira para o ambiente das metrópoles centrais.

Dessa forma, ao final desta unidade pretendemos ter dado conta de expor a operação feita no campo da comunicação que aproximou a ideia de unidade e adaptação, contribuindo para naturalizar os processos de gerenciamento do espaço urbano, envolvido em uma despolitização planejada que esvaziou a cidade como espaço para ação política e coletiva.

Tomamos a cidade como objeto para estudo em comunicação por compartilhar da premissa de que se configura ali um ambiente privilegiado para interação. Além de ampliar o espectro de

análise da cidade para além dos problemas urbanísticos, entendemos ser possível relacionar a vivência do ambiente urbano ao desenvolvimento do conceito de comunicação que partiu da ideia de uma partilha do possível e assumiu estatuto de necessidade à medida que as sociedades urbanas se tornaram mais complexas.

Cordeiro (2011) recupera a trajetória do termo *communication* a partir de seu surgimento nas línguas inglesa e francesa nos séculos XIV-XV e identifica um sentido próximo do termo latino *communicare* que significa tornar comum, estar em relação ou partilhar. Nos dois séculos seguintes, a palavra passou a designar aquilo que é posto em comum e o próprio ato de divulgar ou transmitir. A palavra incorporou a função de meio ou via de comunicação ao absorver a ideia de trânsito, transporte ou troca, chegando ao século XX como designação para instituições e técnicas de difusão de massa como jornais, cinema e publicidade. O autor salienta ainda que, no âmbito das ciências humanas, comunicação é entendida como a ação de comunicar e seu resultado confundiu-se com a própria ideia de “vida em sociedade”.

Neste sentido, a haver qualquer coisa como uma ‘vida da sociedade’, podemos dizer que isso, pelo menos para um certo entendimento, é comunicação, e que toda a ação social é comunicação. É daí que vem a ideia de uma ‘ciência da comunicação’, surgindo agora a comunicação como uma espécie de noção unificadora para as diversas ciências sociais (CORDEIRO, 2011, p. 41)

Segundo Cordeiro, a comunicação pode ser entendida como troca social concreta mediada por técnicas de reprodução e difusão, em um conceito que remete às instâncias de mediação feita tanto pelos meios de comunicação, reprodução e difusão, quanto pelos elementos que viabilizam a ligação entre duas pessoas. No que diz respeito a este estudo, tomamos a via da análise dos processos interpessoais, considerando a cidade como uma oportunidade para comunicação. Para abordar especificamente estes processos comunicativos, mobilizamos Caiafa (2002) que define a cidade como a experiência da vizinhança de estranhos e postula a possibilidade da constituição de uma comunicação da diferença em ambiente urbano.

Para a autora, a possibilidade de ser afetado por estranhos é uma marca da vida urbana já que as “cidades geram um poderoso espaço de exterioridade que se opõe tanto ao interior dos espaços fechados quanto à interioridade do sujeito” (CAIAFA, 2002, p. 3) e geram um meio heterogêneo, onde a exposição ao imprevisível introduz a variação como contingência nos processos subjetivos e intensifica o investimento na diferença, localizando justamente na análise da natureza destes encontros citadinos o problema a que poderiam se dedicar os estudos de comunicação.

A possibilidade de vislumbrar mundos estranhos abre um campo de virtualidades e potencialidades onde o outro não é um objeto ou um sujeito, mas sim um fator de distração que desloca a atenção do âmbito pessoal. Como sublinha a autora, não se trata de intersubjetividade, mas de um operador de diferenciação que dissolve as identidades. Os reconhecimentos e as identidades se produzem, mas as transições conformam uma operação de diferenciação anônima que coloca em jogo fatores de reconhecimento e estranhamento que variam em cada caso.

A comunicação se dá com desconhecidos e as situações não estão previstas. Acentua-se assim essa experiência de margem ou fundo que me mostra outros mundos. Outrem é uma operação mais ativa. O habitante da cidade tem mais chance de cruzar com uma passante desconhecida e olhar dentro de seus olhos, se deixar afetar. O que as cidades nos podem trazer é precisamente a intensificação da experiência de outrem como expressão de um mundo possível. A comunicação vai se dar justamente no contexto das colisões e da experiência expandida desses outros mundos, dessas margens (CAIAFA, 2002, p. 9)

A autora sublinha que a densidade de pessoas e a necessidade de movimentar-se no trânsito urbano e na vizinhança das massas urbanas na cidade moderna teria colocado a exigência de uma nova dinâmica subjetiva cujo caráter seria o choque. Importante assinalar que esta contingência de atrito produz oportunidades de comunicação em cenários contemporâneos onde as concepções tradicionais de sociabilidade e de relação social não estão limitadas à interação face a face, pois foram ampliadas pelo efeito da tecnologia e recentemente das mídias locativas.

Massimo Di Felice (2009) postula que, desde sua origem europeia, o espaço da metrópole manifesta-se como um conjunto de paisagens e de geografias midiáticas (cinema, fotografia, jornais, publicidade) que incide tanto nas práticas sociais como no imaginário coletivo da modernidade. A expansão tecnológica da produção e das relações comunicativas coincidiu com a extensão do espaço urbano e inaugurou uma forma técnica do habitar, além de dar espaço a uma nova racionalidade. A multiplicação eletrônica dos espaços trincou a dualidade que opunha espaço público e privado, possibilitando experiências híbridas e plurais de espacialidade, capazes de superar as dimensões arquitetônicas do espaço urbano. Ao mesmo tempo, o autor assinala que esta “emancipação da paisagem” (DI FELICE, 2009, p. 154) provocou a expansão irregular do território e a perda de seu controle, fatores que estariam relacionados à chamada crise do urbano nas metrópoles modernas.

O surgimento de novas espacialidades midiáticas determinaria a extinção da sobreposição entre mapa e território, ou seja, entre a construção social e comunicativa do habitar e sua percepção

pelo imaginário-social. Dessa forma, a metrópole se constitui como um espaço dinâmico e multiforme onde o indivíduo experimenta as possibilidades oferecidas pelas espacialidades tecnológicas-eletrônicas, sendo que o comportamento social seria determinado pelos fluxos informativos e não pelo lugar. Na metropoleletrônica contemporânea, composta de situações informativas e circuitos eletrônicos, seus moradores habitariam espaços midiáticos atravessados por informações e imagens veiculadas pelos fluxos comunicativos. Esses sistemas informativos indicam que o ambiente físico e os ambientes das mídias seriam um contínuo e não uma dicotomia. Dessa forma, a difusão de novas mídias criaria situações sociais que transformam a paisagem arquitetônica e geram novas espacialidades socialmente relevantes.

As formas do habitar e as relações sociais que se desenvolvem na metropoleletrônica são caracterizadas por uma contínua mutação e por um contínuo 'devir'. A ausência de um limite preciso e a consequente perda de significado de termos como: 'intramuro/extramuro', 'nativo/estrangeiro', 'centro/periferia' coloca seus habitantes em um devir pós-identitário e lhes impõe nas suas deslocações metageográficas em um 'proceder não-linear' que fazem dos nossos corpos e dos lugares os espaços dos circuitos de trocas de informação. Nesse contexto, é necessário pensar um conceito de espaço, de corpo e de habitar que supere os limites espaciais dos conceitos de longitude e latitude (DI FELICE, 2009, p. 163)

A mídia de massa deu visualidade à sociedade, enquanto a difusão das novas velocidades eletrônicas deu a sensação de superação de distâncias e criou espaços comunicativos. Nessa paisagem que migra de forma permanente, os corpos e os espaços são caracterizados mais pela capacidade de conexão do que pela sua própria delimitação física. Dessa forma, coexistem espaços e sistemas de proximidades que provocam um movimento nômade e obrigam a saltar entre as redes para se deslocar no interior de inputs informativos e não apenas percorrer geografias.

No caso deste estudo, coube aceitar o desafio de buscar elementos para entender os processos comunicativos interpessoais que acontecem na cidade do século XXI, cujo cenário é caracterizado pela exigência da conectividade e do trânsito em infovias que ampliam as possibilidades de contato para além dos espaços físicos. A partir da observação de conflitos e disputas pela criação de novos espaços urbanos, adotamos como premissa o entendimento de que existem bloqueios à efetivação da demanda crescente por um trânsito físico e informacional livre nas cidades. Dessa forma, nos pareceu necessário verificar como os modelos preconizados pela comunicação contribuíram para a conformação deste impasse, colocando em diálogo com um pensamento capaz de entender a imprevisibilidade do ambiente urbano como oportunidade de comunicação e não como ameaça.

No âmbito desta pesquisa, consideramos relevante averiguar o aporte do pensamento desenvolvido no campo da comunicação como contribuição para os mecanismos de fixação dos padrões de uso do espaço. Ao constituir a cidade como âmbito de trabalho, o pensamento comunicacional atua na constituição de referências que informam um padrão de abordagem das questões urbanas e de construção narrativa, delimitando uma ordem de aceitabilidade dos padrões de fruição e de sociabilidades nestes espaços.

Consideramos oportuna a análise de estratégias que atuam na definição do que pode ser nomeado como cidade e na constituição de forças mobilizadoras capazes de instaurar um regime de fixação de formas específicas de ocupação e fruição do espaço urbano capazes de atender a uma configuração espacial planejada, racionalmente programada e apta a mediar visualmente o caos das metrópoles através da exposição de suas qualidades urbanas. Trabalhamos com a hipótese de que os limites para a conformação dos usos da cidade são atravessados por inúmeras disputas de forças, entre elas, a pressão para adesão a um regramento planejado e codificado sem a qual ficariam afastadas as possibilidades de acesso aos marcos vigentes de aceitabilidade e restaria apenas relegar toda a sobra ao terreno do caos, pobreza e estagnação.

Ao questionar a lógica que orienta a constituição dos parâmetros que delimitam os regimes de visibilidade da cidade e a ordem de argumentos mobilizada para dificultar a alteração dos usos dos espaços urbanos, os modelos de comunicação desenvolvidos ao longo do século XX constituem um importante foco de interesse. O problema encerra componentes que dizem respeito tanto ao conjunto de possibilidades previstas para a apropriação do espaço urbano quanto à rede discursiva envolvida na vivência conflituosa desse espaço. Neste esforço, é incontornável a abordagem da chamada Escola de Chicago que estabelece um campo de conhecimento articulado em torno do conceito de Intencionismo Simbólico, corrente teórica precursora da sociologia urbana e particularmente importante para os estudos de comunicação que incluiu as interações pessoais como campo de interesse.

Baseados no conceito de reflexividade e na necessidade de constituir acordos a partir do compartilhamento de costumes, os interacionistas tentaram responder ao desafio de manter a integralidade da vida social em um contexto de explosão demográfica nas cidades norte-americanas e conformaram uma ideia de comunicação como um mecanismo adaptativo cujo objetivo seria garantir a coesão social. No final do século XIX, as mudanças na configuração

urbana provocadas pelo crescimento das populações migrantes nos Estados Unidos foram entendidas como uma ameaça de esfacelamento social, diante da qual a sociologia norte-americana advogou a necessidade de criar novos dispositivos que fossem capazes de fazer frente à instabilidade do mundo que se avizinhava. Em diálogo com a biologia e o darwinismo, essa matriz teórica firmou o conceito de Ecologia Humana traçando um paralelo entre a dinâmica das cidades e o processo biológico. O ser humano era visto como parte de um ambiente no qual a integração seria viabilizada através de mecanismos de competição e coesão social.

Esse entendimento implica considerar a cidade como um organismo vivo cuja manutenção estaria vinculada à compreensão de que, para um bom funcionamento do conjunto, cada órgão deveria desempenhar suas funções de forma satisfatória. Nessa construção, é fundamental recuperar a contribuição de Robert Park, elemento central na institucionalização da Escola de Chicago e na configuração da cidade como campo de observação. Jornalista e teórico, Park desenvolveu um pensamento intrincado que vinculou a dinâmica urbana ao seu modelo de comunicação, postulando que a imprensa poderia desempenhar a função de dispositivo de aglutinação e defendendo que a notícia – em detrimento da História - ganharia importância como forma privilegiada de conhecimento da realidade já que a conjuntura, marcada por transformações drásticas e aceleradas, faria crescer a necessidade de compreensão do presente.

2.1 A cidade interacionista

A contribuição da chamada Escola de Chicago, expressa sob a denominação de Interacionismo Simbólico, desperta interesse a partir de seu esforço em identificar os significados que emergem das interações que constituem a vida social. A elaboração foi fundamental para a constituição da chamada sociologia urbana, tendo contribuído também para os estudos em torna da criminologia e de problemas sociais. No campo da comunicação, sua leitura abriu possibilidade para construção de um modelo de análise que prioriza o viés relacional, escapando das abordagens centradas apenas nos processos mediatizados¹⁹.

Em linhas gerais, a Escola de Chicago constituiu uma tradição sociológica, no final do século XIX e início do século XX, principalmente nos Estados Unidos, que estabeleceu a

¹⁹ RIZO, Marta. El interaccionismo simbólico y la Escuela de Palo Alto. Hacia un nuevo concepto de comunicación. Portal de la Comunicación. Disponível: http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/17_esp.pdf

comunicação como base das relações sociais. Desenvolvida por pesquisadores de várias áreas, reunidos no Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Chicago, instituição fundada em 1892 com recursos de John Rockefeller, a escola foi marcada por uma metodologia de estudos empíricos e qualitativos, voltada à abordagem de fenômenos da vida social.

As transformações no cenário urbano da cidade de Chicago²⁰ foram fundamentais para a construção teórica da Escola, pois atraíram a atenção dos pesquisadores da universidade e motivaram a realização de estudos dedicados à compreensão dos impactos da migração, da industrialização e a dinâmica das relações sociais. Entre 1915 e 1935, o grupo desenvolveu investigações importantes com pesquisas qualitativas focadas nas pequenas interações cotidianas que conformam os grupos urbanos. Costuma-se dizer que a Escola estudou a cidade como um “laboratório social”, tentando apreender a “rede de vida” ou “estado de espírito” que a conforma. Importante referir também a relação com a chamada Escola de Chicago de Arquitetura, cuja ênfase na verticalidade e no uso de estruturas metálicas deram o impulso para a construção dos arranha-céus que caracterizam a visualidade da cidade. Louis Sullivan é o grande expoente desse grupo e exercitou a máxima “a forma segue a função”.

No contexto de instalação da Escola, havia presença de um debate teórico relacionado ao darwinismo que colocou a reflexão sobre as relações sociais sob o crivo dos processos de seleção, adaptação e transformações que ocorreriam entre os sujeitos e o meio. Além disso, haveria uma interface com a tradição filosófica e sociológica europeia, através da obra do alemão George Simmel e do francês Gabriel Tarde, dedicados ao estudo da dimensão intersubjetiva das trocas realizadas na vida social, a partir de ações recíprocas entre indivíduos, temas que se tornariam os objetos da microsociologia.

Outra marca importante no quadro de referências de Chicago foi a presença do pragmatismo²¹ em sua base teórica. Em linhas gerais, preconiza que a ação funda o pensamento e enfatiza a experiência como resultado da interação entre os seres vivos e o ambiente. Esta dimensão interativa da experiência é recuperada pelas pesquisas de George Mead e bastante relacionada ao

²⁰ Nas últimas décadas do século XIX, Chicago teve um grande crescimento populacional. A abertura de um canal, a construção de um ponto nodal da rede ferroviária e a instalação de indústrias colaboraram para que a cidade tivesse mais de 1 milhão de habitantes em 1890. Trinta anos depois, a população já havia triplicado e três quartos deste conjunto eram formados por imigrantes.

²¹ Nos anos 70 do século XIX, Charles Sander Pierce, William James e John Dewey, reunidos no Clube Metafísico, desenvolveram um pensamento filosófico antiautoritário e avesso a generalizações.

conceito de comunicação partilhado pelo grupo de Chicago. Mead discute o ato social e concebe comunicação como um processo de interação, construído a partir de gestos significantes e marcado pela reflexividade. Na obra *Mind, Self and Society* (1934), o autor propõe que o ato social seja pensado a partir da relação entre o pensamento, o Eu e a sociedade, sendo esta última definida como um conjunto de comportamentos cooperativos de seus membros. Nesta perspectiva, a ação dos indivíduos seria orientada pelos significados oferecidos pelo mundo. Em vez de dados a priori, estes significados seriam construídos a partir de processos interpretativos desenvolvidos no âmbito da ação social. Os indivíduos assumiriam uma personalidade social juntando características individuais e internalizando as expectativas sociais. Nesse processo, o self seria construído a partir da capacidade reflexiva do indivíduo, exercida a partir da avaliação de si mesmo e do outro na dinâmica da vida social. Mead quebra a dicotomia entre indivíduo e sociedade e enfatiza a dinâmica interacional, cuja economia simbólica estaria marcada pela circularidade entre os sujeitos.

O caráter reflexivo da consciência de si permite ao indivíduo contemplar-se como um todo: sua capacidade para adotar as atitudes sociais de outros indivíduos e também do outro generalizado até ele, dentro da sociedade organizada da qual é membro, possibilitam que se incorpore a si mesmo, como um todo objetivo, dentro de sua própria esfera experimental (MEAD, 1993, p. 320)

Estas noções configuram um processo comunicativo concebido como troca simbólica, realizada através da linguagem, por ações recíprocas de sujeitos conscientes dessa mútua afetação. A comunicação assumiria aí um papel central na experiência que constitui os sujeitos e a sociedade e, junto com o ambiente urbano, funcionou como força integradora na construção teórica de Robert Park. A cidade aparece como locus de ativação de uma comunicação destinada a garantir uma ordem política e moral capaz de assumir a tarefa de configurar novos mecanismos de amalgama social que, somados às antigas instituições e às dinâmicas de controle ecológico, permitiriam uma ação concertada, conciliando o desenvolvimento individual e coletivo. Tanto o jornal quanto a cidade moderna são entendidos por Park como resultado de um processo adaptativo “não totalmente racional” (PARK, 2008, p. 33), cujo conhecimento seria viabilizado pela reconstituição de sua história natural.

Nesse quadro, a urbanização oferecia um desafio e uma oportunidade para a imprensa que, diante de um novo perfil populacional, precisava extrapolar o caráter de reunião de relatos sobre ações individuais – impossível na nova conjuntura de uma grande cidade - para tornar-se uma

narrativa impessoal sobre uma dada maneira de viver. A sobrevivência do jornal estaria condicionada à ampliação da circulação, em uma conjuntura em que as comunidades de imigrantes poderiam ser constituídas como potenciais consumidoras. Além disso, o crescimento dos meios de comunicação era visto pelo autor como uma possibilidade de ampliar a interação, já que pessoas mesmo em lugares remotos poderiam “participar dos eventos – pelo menos como ouvinte, senão espectador – enquanto esses acontecem em alguma outra parte do mundo” (PARK, 2008, p. 69).

É importante destacar que Park relaciona a amplitude da circulação da notícia à extensão da participação coletiva dos membros da sociedade, atribuindo à imprensa o poder de influenciar a formação da opinião pública e mobilizar a comunidade para agir. Nesse jogo de forças, deixa ver seu entendimento sobre os mecanismos para resolução de conflitos e estabelece que a ação política não estaria baseada somente no consenso e exigiria que a sociedade estivesse apta a agir “não apenas em uníssono, mas de forma consistente de acordo com um objetivo na busca de um fim racional” (PARK, 2008, p. 61). Nesse marco, constitui a notícia como uma forma de conhecimento da realidade cuja função seria orientar e esclarecer os indivíduos.

Para realizar seu propósito, Park mobiliza os conceitos “acquaintance” (conhecimento que resulta da acomodação do indivíduo a seu habitat, familiar, informal, inconsciente e intuitivo,) e “knowledge” (pensamento articulado, formal, racional e sistemático), usados pelo psicólogo William James para caracterizar a notícia a partir da operação realizada em torno do fato e para explicar como o direcionamento da atenção pode inibir as formas de reação coletivas e individuais. O interesse despertado pela notícia seria pragmático e não apreciativo e o resultado de sua operação sobre a realidade seria orientar, mais que informar, sobre o que está acontecendo ao redor do indivíduo. Potencializada pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, a notícia favoreceria a participação e a interação social, contribuindo para a implantação da democracia.

A função da notícia é de orientar o homem e a sociedade num mundo real. À medida que ela consegue isso, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade (Park, 2008, p. 69)

Na tentativa de estabelecer o território da notícia, o autor constrói distinções entre história e sociologia para definir a abordagem do repórter. Trabalhando com um tempo curto, afirma que a notícia trata de eventos “isolados num todo e não busca relacioná-los uns aos outros” (PARK, 2008, 58), enquanto historiadores e sociólogos teriam interesse tanto nos fatos quanto nas conexões entre eles. Assim, a notícia abordaria um presente precível e transitório e por isso ganharia

importância maior que as outras formas de conhecimento em função de uma conjuntura caracterizada pela aceleração nos processos de transformação.

No mundo moderno o papel da notícia tem assumido maior importância em comparação com outras formas de conhecimento, a história, por exemplo. As mudanças nos últimos anos têm sido tão rápidas e drásticas que o mundo moderno parece ter perdido sua perspectiva histórica e parece que nós estamos vivendo dia a dia no que descrevi anteriormente como “presente precioso”. Nessas circunstâncias, a história parece ser lida ou escrita principalmente para nos capacitar, através da comparação do presente com o passado, a entender o que está acontecendo na nossa volta mais do que saber o que realmente aconteceu como os historiadores dizem (PARK 2008, p. 70).

A formulação de Park é sintoma de um movimento discutido pela historiografia do final do século XX que identifica uma mudança na função da narrativa histórica. A ideia foi sistematizada por François Hartog²² ao descrever os chamados regimes de historicidade e postular que o paradigma que constituía a narrativa histórica como exemplo para o presente, vigente desde a Grécia Antiga, em que o passado serviria como lição para orientar as condutas contemporâneas, dava mostras de esgotamento. Esse paradigma foi alterado na modernidade e, a partir da Revolução Francesa, onde enfatizou-se a importância da compreensão do presente como prerrogativa para projetar um futuro de prosperidade, prometido pelo domínio técnico e científico. É nesse registro que Park identifica a vigência de uma “era da notícia” em que um dos “mais importantes eventos da civilização americana é o repórter” (PARK, 2008, p. 70).

É interessante observar que ao estabelecer a referência de reportagem, o autor mobiliza de forma bastante ligeira a figura do historiador grego Tucídides. Tucídides foi o referencial da história *magistra vitae*²³ ao sistematizar o que julgava ser as razões da vitória na Guerra do Peloponeso. A questão a recuperar desta aproximação aparentemente contraditória é o efeito da legitimidade do relato do historiador em detrimento da testemunha. Desconfiado da imprecisão das testemunhas na Grécia Antiga, Tucídides propõe uma narrativa histórica sistematizada e baseada em documentos passíveis de comprovação, deslocando o referencial anterior estabelecido por Heródoto cujo relato era baseado na experiência direta e nas informações sobre o que via ou ouvia. O mesmo desejo de legitimação parece mobilizar Park ao estabelecer a distinção entre

²² Ver: HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e História. Como escrever a história da França. Anos 90. Porto Alegre, PPG em História, UFRGS, n.7, julho, 1997, p. 7-29.

²³ Ver GAGNEBIN, Jeanne-Marie. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.13-37.

notícia e outros tipos de conhecimento que compartilham a mesma capacidade de circulação, mas seriam “menos autênticos, notadamente o boato e a fofoca”.

Para que um relatório de eventos atuais tenha a qualidade de notícia, ele não deve apenas circular – possivelmente por canais subterrâneos – mas deve ser publicado, seja pelo arauto da vila ou pela imprensa pública. A publicação dará à notícia o caráter de documento público. A notícia é mais ou menos autenticada pelo fato de ter sido exposta ao exame crítico do público ao qual ela se dirige e cujos interesses ela trata (PARK, 2008, 62)

Dessa forma, a operação preconizada por Park busca legitimar a notícia como forma de interpretação autorizada da realidade imediata. Ao apresentar os eventos com um método passível de aferição, a notícia seria capaz de dirigir os conflitos suscitados pelas discussões interpessoais e informar a opinião coletiva na constituição de consensos e na criação de uma unidade. Pelo seu raciocínio, essa engrenagem pode ser considerada efeito e contribuinte do processo de urbanização. É a cidade que oferece condições ambientais para a reportagem ao mesmo tempo em que demanda soluções necessárias para garantir a sobrevivência e a coesão em uma dinâmica de crescimento e modificação do perfil urbano.

Assim, ao constituir um roteiro para compreensão do ambiente urbano naquele período, a notícia funcionaria como um dispositivo de adaptação e de assimilação de populações heterogêneas porque demarcaria um horizonte de possibilidades a partir do qual eram aceitos ou recusados determinados comportamento e usos do espaço urbano. No âmbito desta pesquisa, optamos por não analisar o tratamento dado pela imprensa especificamente ao território em estudo, mas verificamos a presença de uma agenda comum entre os depoimentos e a mídia local com destaque para temas como violência, barulho e assistência. A presença do PF das Ruas em matérias jornalísticas é bastante escassa, com exceção da cobertura feita pela RBS TV que marca presença nas comemorações do aniversário de atividade desde 2018, fato que demonstra a capacidade de agendamento deste coletivo a partir da criação de um evento comemorativo. As matérias abordam os resultados positivos de uma iniciativa de caráter voluntariado na assistência de população vulnerável, sem dar muita relevância ao local onde é realizado²⁴.

24FERRARI, Isabel. Projeto Prato Feito das Ruas completa dois anos. Jornal do Almoço. RBS TV. Porto Alegre. 25 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/projeto-prato-feito-das-ruas-completa-dois-anos-de-voluntariado-em-porto-alegre/6972142/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

Foi possível observar que o surgimento do Brooklyn na pauta jornalística da capital ocorre com matéria sobre a presença dos skatistas. A Gaúcha ZH foi uma das primeiras a noticiar a ocupação do espaço pelos skatistas já em 2017, mostrando-se atenta ao movimento no local e certamente servindo como alerta para novas coberturas da região²⁵. A entrada do Brooklyn no circuito do samba aparece como pauta no jornal laboratório da Faculdade de Comunicação da Unisinos também no ano de 2017²⁶ para depois chegar ao jornalismo empresarial. Interessante notar que o conflito com a vizinhança só aparece depois da abertura do processo pelo Ministério Público estadual. Em um levantamento feito com material publicado e disponível nos sites das empresas jornalísticas²⁷, foi possível observar uma considerável variação da abordagem feita pela Gaúcha ZH. A primeira matéria dava conta da formação do circuito do samba e não mencionava qualquer atrito com os vizinhos. Sete dias depois, o que havia sido classificado como um dos “novos redutos do samba” na capital passou a figurar como local para “festas e apresentações”. A abordagem das fontes mudou e também o perfil dos entrevistados. Os vizinhos que não haviam aparecido, surgem com uma série de reclamações. Os proprietários dos bares tratados na primeira matéria como fomentadores da cultura, aparecem sendo questionados sobre possíveis irregularidade na documentação dos estabelecimentos.

BACHES, Vanessa. Projeto Prato Feito das Ruas completa três anos. *Jornal do Almoço*. RBS TV. Porto Alegre. 31 de agosto de 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7886964/>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

²⁵ Um Brooklyn no centro – Conheça o viaduto ocupado por skatistas em Porto Alegre. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre. 18 de agosto de 2017. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/08/um-brooklyn-no-centro-conheca-o-viaduto-ocupado-por-skatistas-em-porto-alegre-9873545.html>

²⁶ O Som do Viaduto. Beta Redação. *Jornal Laboratório da Faculdade de Comunicação da Unisinos*. São Leopoldo. 4 outubro de 2017. Disponível em < <https://medium.com/betaredacao/o-som-do-viaduto-b713e77bc4cf>>
Sob o viaduto do Brooklyn, ocupação de espaço público com batalhas de MCs. *Jornal Eletrônico Sul 21*. Porto Alegre. 21 de janeiro de 2018. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/01/sob-o-viaduto-do-brooklyn-ocupacao-de-espaco-publico-com-batalhas-de-mcs/>>

²⁷ Dois viadutos e um ritmo: conheça os novos redutos do samba em Porto Alegre. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 13 de abril de 2018. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/04/dois-viadutos-e-um-ritmo-conheca-os-novos-redutos-do-samba-em-porto-alegre-cjfyapieu0a5101phh8r6jwkd.html>>

MP abre inquérito para apurar barulho no Brooklyn de Porto Alegre. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre. 20 de abril de 2018. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/04/mp-abre-inquerito-para-apurar-barulho-no-brooklyn-de-porto-alegre-cjg6zfl0h01le01qlx0krbxs.html>>

Viaduto do Brooklyn: um lugar dividido entre a arte e o ruído. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 27 de abril de 2018. Disponível em http://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/04/geral/624340-viaduto-do-brooklyn-um-lugar-dividido-entre-a-arte-e-o-ruido.html. Todos acessados em 20 de novembro de 2019

A abordagem feita pela matéria do Jornal do Comércio de 27 de abril de 2018 é um pouco mais ampla e, a partir da declaração do produtor do Samba de Terça, refere que o problema envolveria uma tensão pelo caráter do uso do espaço que estaria sendo disputado entre estacionamento dos moradores e as atividades culturais do Bar Lechiguana. Mesmo assim, consideramos pertinente concluir que o trabalho jornalístico da Gaúcha ZH pode ser considerado um exemplo do caráter pedagógico apregoado por Park como função da imprensa. Primeiro apresenta o assunto como um item de guia cultural, formatando os eventos para o perfil do seu público leitor como uma opção inovadora e atraente na agenda da capital - sem referir problemas de estrutura, acesso ou mesmo de segurança - e depois da interferência do poder judiciário e da reclamação dos vizinhos reorganizou a pauta para alertar ao seu público sobre possíveis problemas na legalidade dos promotores das atividades. Assim, a notícia vai indicando roteiros e caminhos de convivência na cidade, apontando onde o cidadão deve ir e onde deveria evitar estar.

2.2 Ecologia Urbana e Homem Marginal

Ao defender a notícia como elemento de integração e preservação cultural, o interacionismo atribui à imprensa o papel de um dispositivo de coesão social e coloca a noção de comunicação como “conceito-chave” sobre o qual constrói “sua teoria e fundamenta todo o seu sistema intelectual” (CONDE, 2008, p. 32). Diante do trabalho de Park, é possível afirmar que essa centralidade é construída por um movimento articulado em torno da formulação de Ecologia Humana²⁸ e da abordagem da cidade como um ambiente complexo, cuja análise deve ir além do fenômeno populacional ou geográfico e focar as possibilidades de integração como estratégia para redução de conflitos.

Mesmo assim, a forte interface com o pensamento de matriz darwinista, faz com que Park se preocupe com as condições que afetam e controlam o tamanho da população, reconhecendo a importância das interrelações com o habitat e considerando a pressão demográfica como um fator de incremento da competição e da alteração da divisão do trabalho. Esse instrumental teórico, montado para dar conta do desafio de adaptação de novas populações à sociedade norte-americana, aplica o modelo das ciências naturais aos temas sociais e, a partir de conceitos biológicos, enxerga

²⁸ O conceito de Robert Park foi expresso no artigo *Human Ecology*, publicado originalmente no *American Journal of Sociology*, 42(1936), p. 1-15 e recompilado em *Collected Papers of R.R. Park* (vol II), *Human Communities*, p.145-158 (PARK, 1999, p. 132)

a sociedade como uma organização em que uma base cultural atua sobre um substrato biótico – através da comunicação e do consenso – para manter o equilíbrio, moldar a competição e integrar os indivíduos.

A comunicação e a competição constituem processos sociais elementares que asseguram e mantêm a continuidade da comunidade urbana como unidade orgânica e funcional (PARK, 1999, p. 144)

Se por um lado, a competição funcionaria como um mecanismo para “regular o número e preservar o equilíbrio entre as espécies competidoras” (PARK, 1999, p. 130), permitindo a manutenção da integridade do grupo e criando as condições para a emergência de relações de cooperação, por outro lado, a comunicação seria o grande vetor de interação nos grupos humanos tendo como função “gerar o acordo entre os membros de uma sociedade” (PARK, 1999, p. 142). Coerente com o postulado interacionista da reflexividade, o autor preconiza a comunicação como um processo psicossocial que permite a adoção de atitudes e de perspectivas de um outro em uma dinâmica em que uma ordem racional e moral substituiria uma ordem puramente psicológica e instintiva. Estes acordos assumiriam a forma de costumes, tradições e solidariedade, capazes de ligar entidades muito diversas e “preservar o centro da agitação e da confusão de nosso mundo moderno” (PARK, 1999, p. 142).

É nítida a preocupação de Park com os processos que asseguram a manutenção da estabilidade, já que o equilíbrio garantiria a preservação da identidade da comunidade e sua integridade como unidade individual, mesmo diante das ameaças a que estaria submetida no curso da consolidação do “mundo moderno”. Pela sua lente, o equilíbrio biótico e social dependeria da interação de quatro fatores: população, artefatos (cultural tecnológica), costumes e crenças (cultura não material), além dos recursos naturais do habitat. Para entender o mecanismo, o autor criou um conceito operativo com o qual pretendia investigar as dinâmicas sociais durante o seu desenvolvimento.

A ecologia humana é, fundamentalmente, uma tentativa de investigar os processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm uma vez alcançados e, os processos pelos quais a transição se realiza de uma ordem relativamente estável a outra, quando estes equilíbrios se alteram (PARK, 1999, p. 139)

No desenvolvimento de seu projeto, Park se junta ao esforço teórico que tenta explicar as diferenças culturais entre raças e os obstáculos à convivência. O autor preconiza que, entre as forças decisivas na história da humanidade, a migração seria um grande agente de progresso já que

o contato com uma nova cultura provocaria a irrupção de energias controladas pela tradição. Essa liberação seria sucedida pela reintegração dos indivíduos a outra configuração da ordem social. Nesse processo, ele enxergava possibilidades de ocorrência de mudanças que poderiam tornar os indivíduos emancipados do coletivo.

Quando a organização tradicional da sociedade é quebrada como resultado do contato ou da colisão com uma nova cultura invasora, o efeito é emancipar o homem individual. As energias que estavam formalmente controladas pelo hábito e pela tradição são liberadas, o indivíduo está livre para novas aventuras, mas está mais ou menos sem direção e controle (PARK, 1928, p. 887)

Entretanto, o próprio autor adverte que as migrações raramente teriam uma natureza inicial pacífica e o nível de integração não seria homogêneo entre as diversas nações, havendo casos de maior ou menor sucesso. Ao detectar a ocorrência de processos incompletos, o autor postula a formação de um tipo específico de personalidade humana, o *homem marginal*, que estaria na margem de culturas e sociedades que não se fundiram completamente. Segundo Park (1928, p. 893), nesse tipo humano, o senso de dicotomia moral e de conflito presente em todo o imigrante durante o período de transição – caracterizado por intensa turbulência interna – tomaria contornos de crise permanente, onde o conflito entre o novo e o velho resultaria em um self dividido e em um quadro de desilusão profunda. “O homem de sangue misturado é aquele que vive em dois mundos, em ambos, é mais ou menos estrangeiro”, conclui PARK (1928, p. 893).

O autor está preocupado em estabelecer relações de simbiose que permitam que gente mesmo diferente assuma papéis específicos e tenha uma economia comum, ainda que mantenha uma organização própria. Além disso, Park manifesta interesse em estudar o *homem marginal*, como a manifestação mais óbvia da turbulência moral, provocada pelo contato com as novas culturas. “É na mente do homem marginal – onde as mudanças e fusões da cultura estão em andamento – que podemos estudar melhor os processos de civilização e progresso”, explica PARK (1928, p. 893).

O raciocínio se completa ao situar esse homem marginal, resíduo dos processos incompletos de aculturação provocados pelas ondas migratórias que invadiram as cidades modernas, em seu habitat específico. Para o autor, as cidades são o ambiente onde os tradicionais clãs e grupos de parentesco são quebrados e substituídos por uma “organização social baseada em interesses racionais e predileções temperamentais” (PARK, 1928, p. 890). Essa cidade favoreceu a divisão do trabalho, a especialização e a libertação do controle que a natureza impunha sobre os

humanos primitivos, mas é o terreno para a liberação descontrolada de energias e, portanto, precisa ser estudada detidamente: “Nestas grandes cidades, onde todas as paixões e toda a energia da humanidade são liberadas, estamos em condições de investigar os processos de civilização, por assim dizer, sob microscópio” (PARK, 1928, p. 890).

Lícia Valladares (2010) comenta que, ao ser formulada, a noção de *homem marginal* não tinha um caráter negativo. A partir das ideias de Simmel e de autobiografias de judeus, Park (1928) discutiu no artigo "*Human Migration and the Marginal Man*", publicado no *American Journal of Sociology*, em 1928, a integração dos imigrantes à sociedade norte-americana, em um texto que constitui uma importante contribuição à sociologia da época. Tomando como referência a figura do “estrangeiro”, indivíduo que se instala na comunidade mas permanece exterior ao grupo social, Park enxerga na trajetória dos imigrantes que enfrentam uma cidade mais complexa que seu lugar de origem não apenas os impasses provocados por um self dividido pela tensão entre a nova e a antiga personalidade. Ele dialoga com o repertório interacionista já apontado aqui e extrapola a análise original de Mead ao relacionar os conflitos enfrentados por este self dividido ao conflito entre culturas. Dessa forma, “o homem marginal é o produto de conflitos interculturais” (VALLADARES, 2010).

A comentadora nota que, mais tarde, a expressão *homem marginal* assumiu outro sentido e passou a ter uma conotação mais negativa quando Park volta sua análise para situação dos negros do sul dos Estados Unidos e da segunda geração de imigrantes. Estes grupos manifestariam os efeitos da desorganização do grupo familiar e, apartados de seus antigos valores e tradições, teriam sua antiga identidade abalada. No processo de aculturação, acabariam construindo uma nova identidade, mas a assimilação incompleta dos valores da sociedade onde tentavam se inserir provocaria lacunas na sua orientação moral. “Para Park, portanto, o *homem marginal* é um híbrido cultural, que se encontra entre duas culturas distintas, não sendo plenamente aceito por nenhuma delas” (VALLADARES, 2010).

Valladares lembra que 70 por cento da população de Chicago era formada por estrangeiros e aponta estudos que identificaram a presença de mais de 20 nacionalidades na cidade durante os anos 1930. Poloneses, alemães, russos, italianos, gregos, tchecos, irlandeses, suecos, eslavos e judeus de diversas procedências formavam comunidades que não se misturavam. Essa

conformação era vista pela Escola de Chicago como um “caldeirão” multicultural onde além das diferenças de nacionalidades se somava uma diferença de classe social que se refletia na configuração espacial da cidade.

A comentadora lembra que os imigrantes recém-chegados e não "integrados" se concentravam nas áreas centrais, em regiões conhecidas como *Little Italy*, *China Town* ou no *Ghetto Judaico* (conhecido como *The Ghetto*) que funcionavam como verdadeiros enclaves, oferecendo certa proteção e funcionando como um dispositivo para manutenção da tradição. À medida que conseguiam ser incorporados à sociedade, os "novos americanos" rumaram para periferia para morar em bangalôs (pequenas casas avarandadas, de um andar, em estilo bengali) ou em bairros exclusivos. Para Valladares (2010), a mobilidade residencial correspondia à mobilidade social e a ideia de cidade concêntrica proposta por Park refletia essa dinâmica econômica e espacial já que a progressão social correspondia ao deslocamento das populações das áreas centrais para periferia.

A ideia está associada ao conceito de "zonas morais" desenvolvido por Park para denominar territórios (verdadeiros enclaves) que cumpririam as funções de proteção diante do novo ambiente e ajudariam os diversos grupos étnicos na manutenção da tradição e na reprodução de valores. No artigo *The City*²⁹, ele apresenta o conceito de região moral para definir uma organização espontânea da vida da cidade e uma disposição da população em se auto segregar, resultante do fato de que os indivíduos buscariam as mesmas formas de excitação e acabariam se encontrando nos mesmos lugares. O autor adverte que a expressão "região moral" não designa um lugar ou uma sociedade necessariamente criminosa ou anormal, mas locais onde prevaleceria um “código moral divergente” porque, diferente das pessoas normais, aqueles frequentadores são “dominados por um gosto ou por uma paixão ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na *natureza original do indivíduo*” (grifo nosso) e mobilizados por interesses mais imediatos e fundamentais. Para o autor, as diferenças seriam consequência de um isolamento moral e não intelectual.

²⁹ PARK, Robert E; *The City*. Suggestions for the Investigation of Human Nature in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press, 1915. Disponível em:<<https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/212433>> Acesso em 11 de setembro de 2019.

Park adverte que estas regiões não são necessariamente locais de moradia e faz referência direta aos Distritos do Vício. O que parece importar ao teórico é o efeito do desenvolvimento desta segregação espacial da população em termos de formação e propagação de determinado comportamento. Em verbete dedicado ao “temperamento e contágio social” ele considera que a segregação de pobres, viciados e pessoas “excepcionais” é característica da vida urbana e que o “contágio social tende a estimular nos tipos divergentes as diferenças temperamentais comuns e a suprimir os caracteres que os unem aos tipos normais”. A associação entre pessoas de índole semelhante seria não apenas um estímulo, mas um suporte moral para os traços comuns, situação que não existiria em uma sociedade menos selecionada. O autor completa o seu raciocínio postulando que “devemos então aceitar essas "regiões morais" e as pessoas mais ou menos excêntricas e excepcionais que as habitam, em certo sentido, pelo menos, como parte da *vida natural*, senão a vida normal de uma cidade”.

Nesta abordagem que naturaliza as desigualdades das populações urbanas, Park entende que a cidade oferece uma “oportunidade” para que os “tipos excepcionais e anormais de homem” espalhem e exponham à opinião pública características que são normalmente obscurecidas e suprimidas em comunidades menores. “A cidade, em suma, mostra o bem e o mal na natureza humana em excesso”, conclui o autor ao defender a cidade como um “laboratório ou clínica em que a natureza humana e os processos sociais possam ser estudados de maneira mais conveniente e lucrativa” (PARK, 1915, p. 612). O autor postula a ideia de que a cidade abrigaria *regiões morais*, constituídas por indivíduos que compartilham as “mesmas formas de excitação”. Dessa forma, o ambiente urbano comportaria formas decorrentes da “disposição da população se autosegregar” em função dos seus interesses, gostos e comportamentos. Park adverte que as regiões morais não seriam necessariamente um local de moradia, mas também poderiam ser um local de encontro ou de abrigo.

A partir de uma explicação em que mobiliza conceitos da psicologia comportamental e da psicanálise, o jornalista e sociólogo norte-americano postula que as grandes cidades tendem a desenvolver estes “ambientes relaxados onde impulsos vagabundos e reprimidos, paixões e ideais emancipam-se da ordem moral dominante” para logo vaticinar que “a civilização, no interesse do bem-estar comum, exige a supressão, às vezes, e o controle, sempre, dessas disposições naturais e selvagens”, defendendo a utilidade do esporte, da arte e do jogo como forma socialmente aceitas

que “permitem que o indivíduo se purifique por meio da expressão simbólica desses impulsos selvagens e reprimidos”. Na época, o autor assinalava a dificuldade de construir uma família nas condições oferecidas pelas cidades em processo de adensamento e enfatizava seu interesse nestas regiões morais como forma de entender os “tipos mentais que são atraídos pela liberdade que eles oferecem” e a relação com a permissividade e as “restrições impostas pela vida urbana ao homem natural”.

O conceito de região moral é complementar ao de temperamento e contágio social, apresentado pelo autor em sequência na mesma obra. Após afirmar que na grande cidade, os pobres, os viciados e os delinquentes fundidos em uma intimidade doentia e contagiosa, procriam a alma e o corpo”, ele conclui que devemos aceitar este zoneamento e as pessoas “mais ou menos excêntricas” que ali habitam como “parte da cidade natural ou norma de uma cidade”, já que estes conglomerados urbanos dariam oportunidade para expressão de características que normalmente ficam obscurecidas em povoados menores.

No que diz respeito ao estudo realizado, consideramos oportuno observar a pertinência sobre a permissibilidade da manutenção de uma área que possa receber e de alguma maneira formatar comportamentos “excêntricos”. Pelo que podemos constatar, o vão inferior de uma elevada na região central de uma capital pode cumprir com certa eficácia essa função de escape ou contenção para comportamentos desviantes. Pela experiência do Brooklyn, a presença de moradores de rua e vendedores de drogas ilícitas é tolerada pela polícia e pelos moradores, assim como as funções assistenciais e o uso silencioso de uma população de skatistas é aceitável. O problema começa justamente quando uma ocupação de conteúdo desalinhado questiona a naturalidade desta segregação e reivindica a alteração da lógica do uso.

Com a imposição da sua presença, o grupo Encruzilhada do Samba jogou luz sobre o acordo tácito dos setores sociais mais favorecidos que validam a ideia da autosegregação dos marginais. Ao levar o batuque de terreiro para rua, o Samba de Terça mostrou que a conformação da geografia urbana é resultado de ação de forças políticas que extrapolam os mecanismos biológicos de adaptação e constituição de bolhas de sobrevivência. Se o samba pode ficar na rua, fazer barulho e perturbar a ordem, a população de pobres também podem reivindicar um teto.

Voltando a Robert Park, a exemplo do que preconizava para o estudo da imprensa (PARK, 2008, p. 33-50, v.2), o autor observava o cenário urbano orientado pelos conceitos da história

natural. É possível identificar seu alinhamento aos esforços classificatórios ou taxonômicos, o interesse pelos mecanismos de funcionamento das engrenagens dos organismos vivos e a preocupação com a reprodução de ideias e comportamentos pela via da semelhança (geração e herança). Dessa forma, para entender o desenvolvimento natural de uma cidade seria possível excluir aspectos históricos e aderir à ideia de que existiria uma organização espontânea, onde a distribuição da população teria uma dinâmica em que cada grupo se auto segrega para poder exercer seus gostos específicos. Concebida como organismo vivo, a cidade estaria sujeita aos riscos da desorganização já que serviria como local para reprodução de todo tipo de comportamentos, inclusive, para a procriação da alma e do corpo de viciados. Caberia então estudar a cidade como uma clínica onde aportam várias enfermidades com objetivo de compreender as manifestações dos distintos aspectos da natureza humana e desenvolver instrumentos eficazes.

A metáfora da cidade como organismo vivo e, portanto, passível de ser afetada pelo desenvolvimento de patologias decorrentes da experiência urbana é recorrente e muitas vezes trabalha com uma relação direta entre os fluxos migratórios e a sobrecarga na estrutura e nos serviços públicos, naturalizando a piora da qualidade de vida. Além disso, também consideramos possível associar esta idealização de um corpo urbano organicamente funcional como um dos pilares que justificam o discurso do planejamento urbano baseado na prioridade à mobilidade viária como ordenamento único e inquestionável da cidade, dificultando a valorização de locais de sociabilidade e a ressignificação dos espaços urbanos. No caso específico desta pesquisa, temos a instalação de um equipamento viário que teve como consequência a criação de um espaço residual degradado, onde a presença de população de rua e de situações de violência estão naturalizadas.

Para aprofundar a análise, é importante considerar a situação específica de Chicago para perceber o conjunto de questões com as quais esta obra de 1915 dialoga. Em Chicago, havia os chamados *Districts do Vício*, áreas restritas onde a prostituição era permitida. Até 1894, estes locais eram ocupados por casas de apostas que após serem reprimidas e fechadas foram usadas para instalação de bordéis. Em verbete da Encyclopedia of Chicago³⁰, o professor do departamento de História da Universidade de Connecticut, Peter C. Baldwin, informa que havia uma legislação

³⁰BALDWIN, Peter. Vice Districts. Encyclopedia of Chicago. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/1304.html>>. Acesso em 13 de setembro de 2019.

permissiva que tinha como objetivo confinar a atividade a áreas controladas já que autoridades e cidadãos "consideravam a prostituição *um mal necessário* e que deveria estar segregada em bairros pobres para proteger o resto da cidade de Chicago" (grifo nosso). As medidas eram tomadas pontualmente quando se fazia necessário manter certa ordem, regularizar o fluxo de pagamento de propinas ou reduzir a visibilidade da atividade em caso de abertura de novas vias públicas naquelas regiões.

A obra de Park, *The City (1915)*, vem a público na esteira da contestação desta política de tolerância. Cinco anos antes, o prefeito da cidade havia nomeado a Comissão do Vício (Vice Commission) para analisar o problema da prostituição na cidade e avaliar se a atividade deveria permanecer como negócio regulamentado e restrito aos distritos delimitados, ou ao contrário, deveria ser proibida. A questão era avaliar o impacto da proibição e o risco de disseminar a prostituição por toda a cidade. A professora de história da Universidade do Texas, Mary Linehan³¹, informa que a princípio, os membros da Comissão eram favoráveis à manutenção do controle e da segregação e "como reformadores típicos da era Progressista, eles se propuseram a investigar minuciosamente a questão". Foram feitas reuniões e consultas a várias instituições e a conclusão foi de que a regulamentação havia fracassado e os distritos do vício deveriam ser abolidos de forma permanente.

O relatório final da Comissão foi publicado em 1911 sob o título *The Social Evil in Chicago*³² e incluía uma seção estatística e 96 recomendações para melhorias. A comissão estimou que 5 mil prostitutas profissionais trabalhavam na cidade e faziam 5 milhões de atendimentos anualmente. O perfil era de mulheres mais velhas, de baixa escolaridade e que já estavam há bastante tempo na profissão. Enquanto as prostitutas ganhavam 25 dólares por semana, o rendimento semanal de mulheres com a mesma condição social em outras atividades não passava de seis dólares. O estudo prosseguiu com uma comissão privada e os distritos acabaram sendo fechados (o distrito Levee, um dos mais antigos e mais famosos, foi o último a ser interditado em 1912). Com a proibição, algumas áreas persistiram nos subúrbios com pouca interferência das autoridades e atividade se espalhou por toda a cidade, mas desta vez, em novo formato. Encontros secretos em apartamentos eram marcados através de uma rede de comunicação que incluía

³¹LINEHAN, Mary. Vice Commissions. In Encyclopedia of Chicago. Disponível em <<http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/1303.html>>. Acesso em 13 de setembro de 2019

³² Disponível em: <<https://archive.org/details/socialvilinchic00chic/page/n6>>. Acesso em 13 de setembro de 2019

cafetões, motoristas de táxi e recepcionistas de hotéis. "O automóvel e o telefone ajudaram a libertar a prostituição dos limites geográficos", informa Baldwin (s/d).

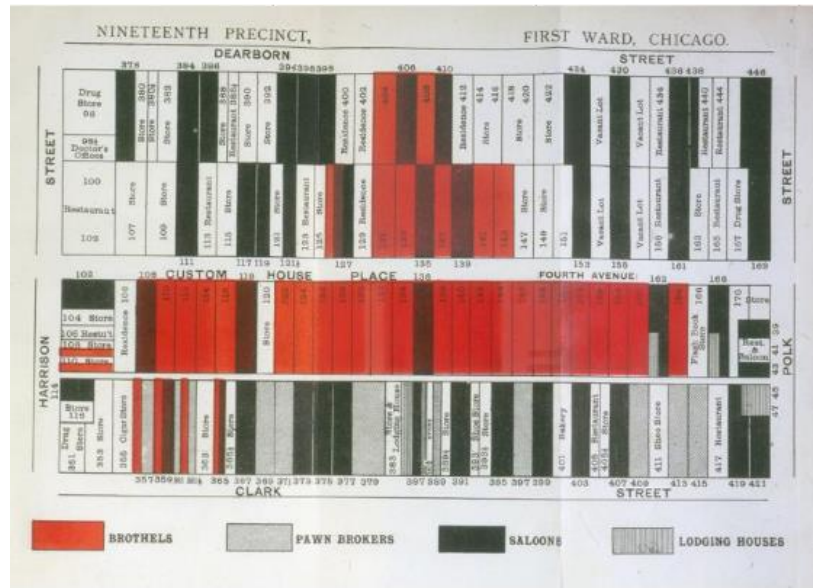
Outro dado acessório para recompor a agenda de problemas enfrentados pelos pensadores contemporâneos a Park, é o interesse pela relação entre etnia e situação socioeconômica dos migrantes. Em 1892, o Congresso dos Estados Unidos encomendou um estudo nacional denominado *The Slums of Baltimore, Chicago, New York and Philadelphia* (As Favelas de Baltimore, Chicago, Nova York e Filadélfia) que originou o *Hull House Maps and Papers*³³, publicado em 1895, com uma série de ensaios e informações estatísticas coletadas por Florence Kelley³⁴. Inspirada no trabalho sobre pobreza e condições de vida realizada em Londres por Charles Booth, a pesquisa domiciliar relacionou origem étnica, tamanho das famílias, renda e situação de emprego e utilizou mapas para representar graficamente as informações sociais. Um destes mapas reunidos pela Enciclopédia de Chicago mostra o distrito de Levee Clark (quarteirões entre as ruas Dearborn, Harrison, e Polk), em Chicago, e representa as atividades econômicas a partir de uma legenda de cores que estabeleceu vermelho para bordéis (brothels), cinza para penhores (pawn brokers), preto para os saloons e um grafismo vertical para os alojamentos (lodging houses). Essa região é exatamente um dos distritos do vício que foi objeto de debate municipal e posterior interdição pela Comissão do Vício³⁵.

³³ Alguns mapas e artigos podem ser visualizados em: <http://homicide.northwestern.edu/pubs/hullhouse/>

³⁴ <http://florencekelley.northwestern.edu/historical/hullhouse/>

³⁵ Disponível em: <<http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/6341.html>>. Acesso em 25 de janeiro de 2020

Figura 9 – O Distrito do Vício



Fonte: Enciclopédia de Chicago

Mapa usado no Hull House Maps and Papers, mostrando as ruas Clark, Dearborn, Harrison e Polk, em Chicago, Cartógrafo: W. T. Stead. Newberry Library (Case F548.5.S8 1894)

Dessa forma, podemos observar que havia uma demanda por compreender o impacto das migrações na sociedade norte-americana. É possível dizer que, ao abordar o problema e optar por relacionar origem étnica e perfil socioeconômico, foram produzidos dados que espacializaram e circunscreveram atividades sociais e econômicas de pouca credibilidade. A construção de mapas oferece uma base gráfica que aceita o cruzamento de novas informações como, por exemplo, índices de criminalidade.

É nesta conjuntura que Robert Park desenvolve suas ferramentas analíticas. Faltam dados para afirmar de forma conclusiva como o autor teria se posicionado na polêmica sobre os distritos do vício, entretanto é possível afirmar que sua construção teórica dialoga com problemas conjunturais da cidade, onde, independentemente dos resultados, seu interesse parecia estar associado à pesquisa de problemas sociais orientada por uma lógica de experimentação controlada. Mesmo que a proposição inicial do autor tenha sido delimitar um objeto e um método de investigação para os “processos de civilização” em curso, seria possível identificar certo determinismo na ideia de que um novo ambiente urbano seria capaz de criar um tipo humano específico, um homem marginal, habitante de guetos e eterno estrangeiro. Além disso, a caracterização desse tipo urbano é feita pela sua dificuldade em assimilar de forma completa novos

traços culturais. A diferença provocada pelo contato entre culturas distintas que havia sido considerada inicialmente como propulsora de progresso, acabou sendo vista como um fator de desajuste e desconforto individual.

Martinez (1999) pondera que Park percebia a vida social na cidade como instável e frágil, situação em que as modificações do ambiente teriam como efeito possível a desorganização social e a desintegração moral dos indivíduos. Para o comentador, o principal objeto de interesse da sociologia de Chicago seria a manutenção da ordem e a constituição de consensos que dessem conta de problemas como assimilação de imigrantes, desorganização familiar, conflito étnico, segregação e mobilidade urbana.

Boa parte das investigações de Park e da escola ecológica seguem esta direção: os processos de aculturação e desintegração moral da cidade. As mudanças introduzem uma nova ordem que contém as pulsões do homem e os comportamentos indecentes. O controle social adota uma forma indireta, mas não menos efetiva: a moda e a opinião pública. O rumor da aldeia como instrumento de controle é substituído pela imprensa (MARTINEZ, 1999, p.34).

Seguindo este raciocínio, nos parece possível concluir que Park preconizava a necessidade de abordar tanto a imprensa quanto o cenário urbano como resultado de mecanismos adaptativos, enxergando a cidade como um “organismo social” e postulando sua utilidade como uma espécie de laboratório a ser utilizado pelo jornalismo. Nesse ambiente controlado, a notícia seria a interpretação autorizada que ajudaria a constituir consensos e orientar a vida moral dos indivíduos, garantindo condições de sobrevivência e a realização de finalidades racionais. Neste modelo investigativo, era de particular importância compreender o emaranhado do processo adaptativo que constituiria a *mentalidade* do homem marginal como um terreno imprescindível para pesquisa.

É evidente que por maior que seja a eficiência da produção de notícias, ao longo do desenvolvimento do jornalismo, demonstrou-se que o efeito de um conteúdo ou de uma estratégia noticiosa não é homogêneo nem totalmente previsível. Mesmo assim, o que nos importa aqui não é a aferição dos resultados da proposição de Park, mas a constatação de que o seu modelo previa a notícia como parte de uma estratégia de acomodação ao ambiente. Portanto, é possível afirmar que, diante da instabilidade provocada pelo incremento da urbanização no final do século XIX, a sociologia urbana e o jornalismo de inspiração interacionista se preocupavam em entender os

processos de instabilidade gerados pela migração com o objetivo de facilitar a homogeneização das distintas experiências vividas na cidade.

Ao mesmo tempo que postula a notícia como forma de conhecimento do real e dá centralidade à comunicação como mecanismo de integração da vida social, Park reforça a compreensão da cidade como unidade orgânica e funcional. Dessa forma, não seria precipitado concluir que esse modelo reduz o potencial do ambiente urbano como locus para o exercício da diferença por estar orientado pela ideia de que a sobrevivência nos adensamentos urbanos exige mecanismos de orientação que garantam adaptação e a adesão aos códigos de urbanidade já estabelecidos. Dessa forma, um processo comunicativo baseado na interação reflexiva em que mecanismos de feedback reforçam o compartilhamento de semelhanças pode ser relacionado ao esvaziamento da cidade como esfera de participação e à limitação do uso dos espaços urbanos às funcionalidades pré-determinadas, levando os usos imprevistos do espaço à categoria de degenerescência.

Para complementar nosso raciocínio, mobilizamos Sfez (1994) para uma análise mais global sobre os jogos de força envolvidos na ideia de partilha simbólica que está embutida no conceito de comunicação e assume centralidade na determinação do nível de coesão obtido por uma sociedade. Para o autor, foi a desintegração dos antigos meios unificadores da sociedade que permitiam situar-se no mundo e agir com consciência – Deus, a História, as grandes figuras simbólicas Igualdade, Nação, Liberdade – que deixou espaço para o crescimento da comunicação como “recurso de uma coletividade pobre em símbolos históricos” (SFEZ, 1994, p. 25). O autor postula que comunicar seria o modo simbólico privilegiado de sociedades de “política fragmentada”, forma característica de um corpo social em vias de dispersão. Este fenômeno de dispersão teria lugar justamente na América do Norte, onde a unificação simbólica de populações de distintas origens e com uma história comum recente não poderia passar pela memória, mas pelo regime de trocas linguísticas. “Para assegurar sua coesão, as sociedades dotadas de memória valem-se da história; as sociedades sem memória da comunicação”, explica Sfez (1994, p. 25).

Nunca se fala tanto de comunicação quanto numa sociedade que não sabe comunicar-se consigo mesma, cuja coesão é contestada, cujos valores se desagregam, uma sociedade que símbolos demasiado usados não conseguem mais unificar. Sociedade centrífuga, sem regulador. Mas nem sempre foi assim. Não se falava em comunicação na Atenas democrática, pois a comunicação encontrava-se no próprio princípio da sociedade. A comunicação tampouco era um problema

para a Cidade cristã e, pelas mesmas razões: situada no próprio fundamento do cristianismo, ela amplia o lugar grego até atingir o universo (SFEZ, 1994, p. 20)

Na avaliação do autor, a substituição da política pela comunicação foi ao extremo, chegando à fórmula “sociedade da comunicação” que seria destituída de sentido e configuraria uma janela de repetição, reafirmando o laço que une as duas partes (sociedade e comunicação) para tentar fazer frente ao desaparecimento do caráter político do ser humano nas organizações sociais. A comunicação supriria o vazio deixado pelos dispositivos de unificação ao tentar reunir análises especializadas para explicar o mundo, corroborando a proposta de Park sobre a notícia ser uma forma de conhecer o mundo e compartilhar valores morais. A comunicação, a “nova teologia” dos tempos modernos (SFEZ, 1994, p. 25) tem a cidade como terreno de operação em um movimento que responde às demandas por assimilação de novas populações ao espaço urbano e dá condições para sua existência dando ênfase não mais à constituição de um ambiente para o exercício da política, mas sim o empenho na modulação dos fluxos informativos e da mobilidade humana. Dessa forma, também cabe pensar como as estratégias de conformação e ordenamento do espaço urbano interferem e influenciam essa economia das trocas simbólicas.

Canto de Ossanha
Vinicius de Moraes

O homem que diz: Dou
Não dá!
Porque quem dá mesmo Não diz!
O homem que diz: Vou
Não vai!
Porque quando foi Já não quis!
O homem que diz sou
Não é!
Porque quem é mesmo é
Não sou!
O homem que diz: Tô
Não tá!
Porque ninguém tá Quando quer
Coitado do homem que cai
No canto de Ossanha, traidor!
Coitado do homem que vai
Atrás de mandinga de amor

Vai! Vai! Vai! Vai!
Não Vou!
Vai! Vai! Vai! Vai!

Não Vou!
Que eu não sou ninguém de ir
Em conversa de esquecer
A tristeza de um amor Que passou
Não!
Eu só vou se for pra ver
Uma estrela aparecer
Na manhã de um novo amor

Amigo sinhô, Saravá
Xangô me mandou lhe dizer
Se é canto de Ossanha Não vá!
Que muito vai se arrepender
Pergunte pro seu Orixá
O amor só é bom se doer
Pergunte pro seu Orixá
O amor só é bom se doer
Vai! Vai! Vai! Vai! Amar!
Vai! Vai! Vai! Vai! Sofrer!
Vai! Vai! Vai! Vai! Chorar!
Vai! Vai! Vai! Vai! Dizer!

III A CIDADE COMO UNIDADE – FORMA, GOVERNO E PLANEJAMENTO

Para desmontar a naturalização da ocupação do espaço é preciso entender as estratégias que tentam dar uma aparência de unidade para o que é heterogêneo, enquadrando as disjunções e estabelecendo um controle das representações de futuro com o objetivo de reforçar a coerência da representação e reduzir a expressão de contraditórios. Uma primeira abordagem em relação ao tema é feita a partir da compreensão de que as configurações espaciais urbanas são resultado e expressão de disputas de forças. Para isso, mobilizamos Pierre Bourdieu (2007), em seu texto clássico *Efeitos de Lugar*, para entender o espaço como local para afirmação e exercício do poder. Para o autor, as estruturas sociais e as manifestações do exercício do poder se traduzem e se expressam no espaço físico, onde o espaço habitado funcionaria como uma simbolização espontânea do espaço social. Ao exprimir hierarquias e distâncias sociais de forma dissimulada, teríamos um “efeito de naturalização”, onde diferenças produzidas historicamente pareceriam estar relacionadas a uma suposta natureza das coisas. Para escapar desta via de pensamento substancialista, seria preciso analisar a relação entre estrutura social e estrutura do espaço físico para perceber as projeções espaciais das diferenças sociais.

O autor chama atenção para a importância de verificar as formas específicas de consumo do espaço (space consuming) e a distribuição dos agentes e dos bens e serviços, fatores que evidenciariam o exercício do poder sobre o espaço. A posição de um agente seria expressa pelo espaço que ocupa, pelas localizações que estabelece e pelas oportunidades de apropriação que constitui em relação aos outros. Esse mapa de localizações e distribuições fixa e objetiva oposições sociais que se afirmariam em uma forma de distinção simbólica e tenderiam a se reproduzir nos espíritos e na linguagem, sob forma de categorias de percepção e apreciação.

O apelo ao ordenamento do espaço físico seria uma espécie de mediação pela qual as estruturas sociais se converteriam progressivamente em organização mental e sistemas de preferências. O autor assinala que a incorporação de experiências prolongadas e repetidas de distâncias espaciais, feita pelos deslocamentos e movimentos dos corpos, afirmaria as distâncias sociais e, ao consolidar uma hierarquia, teria como efeito naturalizar a inscrição das realidades sociais no mundo natural. Por exemplo, a dimensão, a altura, a frontalidade e a conformação dos espaços arquitetônicos cujas “injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo obtendo o respeito

que nasce do distanciamento” (BOURDIEU, 2007, p.162) desempenham função semelhante às normas de etiqueta das sociedades de corte e são componentes importantes para a constituição dos efeitos reais do poder simbólico.

Para Bourdieu, a relação entre as estruturas sociais e espaciais seria tão intensa que as modificações na sociedade seriam dificultadas por terem como prerrogativa a necessidade de uma alteração física correspondente.

Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderiam ser modificadas senão pelo preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportariam transformações sociais extremamente difíceis e custosas. (BOURDIEU, 2007, p. 161)

A topologia de Bourdieu substitui a noção de classe social pela ideia de espaço social e, mesmo que possa parecer marcada por um determinismo de herança estruturalista, a formulação é importante por abrir uma via que permite abordar os aspectos relacionais dos processos políticos, dando importância ao espaço físico como local de inscrição de forças. Nestas disputas, o domínio do espaço está relacionado à disponibilidade de capital que influencia a capacidade de fixar distâncias e proximidades, garantindo a separação de elementos indesejáveis ou facilitando os encontros recomendados, além de interferir na mobilidade ou confinamento de um agente ao seu local.

Bourdieu assinala que as disputas pela apropriação do espaço podem ter forma individual e se traduzirem em dinâmicas de mobilidade espacial intra ou intergeracional que significam mudanças na localização geográfica e social dos indivíduos. Aqui é interessante perceber como o autor articula a relação de habitat e hábito para vincular a legitimação deste movimento à formação do *habitus*³⁶. Segundo o autor, as relações e ligações adquiridas pela ocupação prolongada de um lugar configuram um capital social que funciona como uma prerrogativa para o ingresso de novos agentes. Nesse efeito de clube, quem quiser ser admitido deve cumprir as

³⁶ *Habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). O conceito foi pensado no contexto das relações entre a sociedade e o sistema escolar e dialoga com a ideia de violência simbólica e de capital e partiu do interesse em compreender a relação entre as condições materiais de existência (capital econômico), a estrutura socioinstitucional e a individualidade. BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas* (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.

exigências econômicas, culturais e sociais para não se sentir deslocado já que “nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente diferentes”, observa Bourdieu (2007, p. 165).

O território empírico onde este trabalho é realizado permite observar a configuração de uma rede durável de relações, mais ou menos instáveis ou institucionalizadas, de conhecimento e reconhecimento. As três experiências analisadas constituem em graus diferenciados códigos próprios de relação com o espaço, conformando não exatamente uma barreira, mas uma demanda por assimilação de uma forma de uso daquele local. Nenhum dos casos está marcado por rituais de aceitabilidade. Antes pelo contrário, todos funcionam em lugar aberto e de acesso livre. Entretanto, para interagir e usufruir o piso como pista de skate, é preciso ter o skate e desenvolver competências e habilidades para saber manobrá-lo. Não há cadastro socioeconômico para receber a comida, mas entrar na fila e permanecer na espera por cerca de 20 minutos como mostra a Fotografia 10 significa aderir à condição de vulnerabilidade social. A roda de samba também não exigia cultura musical prévia nem ingresso pago, mas a presença no local foi se configurando como ato de adesão a um território de contestação política.

Fotografia 10 – A fila no PF das Ruas



Fonte: Fotografia captada pela autora, 29 de junho de 2020

A compreensão destes dispositivos de padronização é particularmente importante para esta pesquisa e também estaria presente nas medidas que decorrem de lutas coletivas pela apropriação do espaço e resultam em políticas oficiais para construção de moradias ou instalação de equipamentos públicos. Bourdieu apontava no seu trabalho um mecanismo de construção política do espaço que favoreceria a constituição de grupos homogêneos em uma base espacial. O resultado seria a intensificação da segregação já que, enquanto os bairros nobres valorizariam ainda mais os seus moradores, as áreas estigmatizadas degradariam simbolicamente os seus residentes, resultando em grandes conjuntos habitacionais deteriorados ou bairros desertos.

Pensar as experiências de alteração de uso de áreas urbanas enfocadas nesta pesquisa, a partir do ponto de vista dos mecanismos que delimitam as características de ocupação e os obstáculos à circulação, é útil já que, pelo que observamos, a aceitabilidade destas mudanças parece relacionada ao grau de heterogeneidade da população mobilizada. Uma das características evidentes da ocupação cultural Encruzilhada do Samba, desenvolvida no Brooklin (área embaixo do Viaduto Leopoldina) durante o ano de 2018, era a presença de pessoas de distintas faixas econômicas em uma situação onde a presença de música, dança e o compartilhamento de bebidas favorecia a circulação pelo espaço e a aproximação física do público que participava do evento.

No período em que funcionou, a atividade não era nem de longe desprovida de regramento, tendo inclusive um horário para o término que não poderia ultrapassar às 22 horas. Entretanto, durante as apresentações, pessoas que vinham de diversas regiões da cidade circulavam e conversavam em situações que muitas vezes não estavam restritas a seus grupos mais próximos. A situação é diferente do quadro que se configura no PF das Ruas, atividade em que também é evidente o contato entre distintas camadas sociais - notadamente um grupo de voluntários oriundos de segmentos que acessam bens de consumo como automóveis e o grupo de assistidos formado predominantemente por pessoas em vulnerabilidade social, com alto contingente de homens moradores em situação de rua - mas com uma delimitação de espaços, funções e papéis bastante mais evidente.

Do ponto de vista do enquadramento dos usos e fruição da cidade, as três experiências se oferecem para pensar os esforços de fixação da instabilidade, característica do ambiente urbano que conflita com a ideia de uma cidade normatizada, sendo oportuno avaliar como o ordenamento do espaço pode contribuir para garantir algum grau de controle sobre a contínua metamorfose

urbana e, nessa via, comunicar relações de força e modos de vida. Para Jeudy (2005), a capacidade de assimilação é um fator constituinte da cidade, sendo que as irrupções contingenciais são geridas e reduzidas a um efeito estético com o objetivo de responder a uma “necessidade de segurança mental” (JEUDY, 2005, p. 99) e viabilizar a crença na possibilidade de constituir uma unidade orgânica, passível de representação. Dessa forma, o surgimento de algo percebido como uma disjunção espacial desencadearia iniciativas para forjar alternativas de recomposição estética, onde a fixação e organização de territórios urbanos teriam como efeito “tranquilizar seus habitantes” (JEUDY, 2005, p. 99).

Esse é um ponto de vista que ajuda na abordagem do tema proposto para este trabalho ao estabelecer a gestão do urbano como a imposição de uma ação coordenada, baseada em um processo de reflexividade que ordena as representações do espaço e permite o exercício de certo formalismo conceitual. Dessa forma, a gestão resulta em um vocabulário controlado capaz de assegurar que as intervenções sejam vistas como melhoria da vida na cidade. Cabe ressaltar que o ato de tomar a cidade como objeto pode ser considerado como algo necessário ao gerenciamento de seu futuro, mas também é importante enfatizar que dificulta a percepção de que o desenvolvimento do espaço urbano é fruto da execução de medidas que resultam de uma correlação de forças específica, em um momento determinado, e não é uma resposta única ou natural a necessidades prévias. Para o autor, “a incerteza dominada ou em vias de sê-lo apresenta esta dimensão estética: a cidade se torna o território idealizado das representações possíveis da contingência do futuro” (JEUDY, 2005, p. 110).

Neste processo, as intervenções urbanísticas e arquitetônicas funcionariam como signos em um movimento de renovação das formas poéticas da cidade, legitimado *a posteriori* com a ajuda de dispositivos de produção simbólica. O autor sublinha que o “olhar do cidadão é confortado pelo de escritores e fotógrafos” que ajudariam a reforçar uma dada coerência assimilável na leitura do urbano. A afirmação desta coerência seria feita com a redução da expressão de contraditórios e da emergência de tendências espontâneas, restringindo os elementos em potência ou ainda implícitos no campo da percepção (JEUDY, 2005, p. 103). Na mesma linha de raciocínio, assinala que para ter eficácia prospectiva, a gestão urbana precisaria lidar com as formas de apreensão sensível da cidade e submeter as visões poéticas a supostas necessidades que justificariam as intervenções ou relega-las a uma função de demonstração da capacidade de adaptação das comunidades para viver na cidade tal como ela se apresenta.

O autor sublinha que mesmo a constituição de uma configuração urbana e arquitetônica racional não impede a apreensão sensível da cidade e postula que a vivência do espaço urbano é a origem da percepção estética humana já que a cidade nos “ensina a viver a simultaneidade temporal e espacial” em uma “experiência de soberania estética” onde a proliferação de imagens seria inesgotável e impediria uma representação totalizante ou mesmo a imposição de uma ordem semântica prévia. A cidade ofereceria imagens que configurariam nossos estados mentais.

O poder sentimental imposto pela cidade não tem paralelo com nenhum julgamento objetivo. A relação estética que nós mantemos com o mundo ou que o próprio mundo provoca, essa relação movimentada, sempre incerta, tem como origem a experiência cotidiana da cidade. E nosso corpo ora se inscreve no espaço público, ora joga com uma certa distância desta pluralidade de pontos de vista. Pois é exatamente ele – o nosso corpo – que não para de construir anamorfoses na cidade, ao se dispor a suportar alguma perturbação em seus hábitos de representação (JEUDY, 2005, p. 84)

É essa fronteira de tensionamento que nos interessa ter em mente ao avaliar as situações propostas para análise nesta pesquisa. Enquanto os corpos têm a possibilidade de produzir formas alteradas e distorcidas a partir da vivência do espaço, a materialidade deste espaço na cidade é submetida à uma lógica de planejamento que pré-determina sua funcionalidade e impede a fruição de suas qualidades de fluxo e mudança. Portanto, fica limitado seu potencial comunicativo já que o “uso imprevisto é confundido com a própria degenerescência do urbano” (FERRARA, 2015, p. 140). Essa é uma questão fundamental para esta pesquisa por apontar os obstáculos e dispositivos que tentam garantir a constituição de uma cidade normatizada, racionalmente programada e apta a mediar visualmente o caos através da exposição de suas qualidades urbanas (FERRARA 2015, p. 156). Por exemplo, a degradação de toda uma área transformada em viaduto é aceitável em função do aumento do fluxo de veículos e da facilitação do tráfego na área central, mas a utilização do espaço como estrutura lazer e convivência é contestada sob argumento de provocar aglomeração de pessoas, barulho e sujeira.

Nos casos específicos desta pesquisa, também é importante salientar que uma das três atividades foi interrompida em função da contrariedade à realização do evento, manifesta pelos moradores da região e acatada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Pelos dados coletados, o Samba de Terça, roda de samba semanal e noturna promovida pelo grupo Encruzilhada do Samba era a experiência que mais se distanciava da funcionalidade prevista para um viaduto tanto pela forma de ocupação que propunha quanto pela população que atraía. A distribuição semanal de comida para população de rua e o uso do espaço feito de forma aleatória,

individualmente ou em pequenos grupos, para prática de skate não enfrentaram resistência semelhante e continuavam sendo realizadas até o momento de conclusão desta pesquisa. Em depoimento recolhido durante o trabalho de campo desta pesquisa, Paloma Ceresani (39 anos), gerente da Loja Nerdz, dá indicativos sobre os processos que conformam os padrões de aceitabilidade do espaço urbano. A Nerdz é uma das maiores do país no ramo de jogos (mangás, cardgames, quadrinhos, RPG, acessórios e colecionáveis e atua em um dos prédios da rua Sarmiento Leite (indicado na Figura 3). Ela nasceu em Santo André (SP) e veio pra porto Alegre há 15 pra trabalhar na Nerdz.), sempre foi aficionada por jogos e trabalhava em uma distribuidora em são Paulo, onde conheceu os seus futuros patrões. Veio para Porto Alegre para assumir o gerenciamento da loja e morou durante anos no mesmo prédio da loja antes de mudar para o bairro Menino Deus em função do barulho provocado pelas festas realizadas no Brooklyn, como registrado em diário de campo, a partir de entrevista realizada durante a pesquisa.

O barulho é percebido por ela como o principal problema provocado pela realização frequente – em alguns períodos, semanal - de festas que se estendem ao longo da madrugada no local. Ela não afirma ter certeza sobre a venda de droga ou tráfico, mas diz que notava a presença de menores e o consumo de bebida alcoólica, atividade que seria facilitada pelo fato do Brooklyn ser um lugar aberto. Além do barulho, ele conta que nas manhãs posteriores às festas, antes de abrir a loja, era necessário lavar as calçadas e as paredes para retirar resíduos de urina. Pamela relata episódios onde houve conflito com frequentadores em função desse problema.

Para Paloma, as festas prejudicavam coisas boas como o PF das Ruas e o Skate, atividades realizadas apenas durante o dia. Na sua percepção, a interrupção das festas deu oportunidade para a realização de outras coisas legais. “Os skatistas ficam lá a tarde toda e não fazem barulho e o PF das Ruas dá apoio para pessoas que precisam”, contou ao lembrar do caso de um funcionário da loja que teve dificuldades financeiras e algumas vezes pegou a marmita do sábado. “Eles dão apoio e a pessoa sai daquela situação. Tem gente que não gosta de mendigo, mas eu acho que é uma questão de humanidade. Dão apoio e ajudam os outros. Isso que tem que ser”, disse Paloma.

Também lembra de feiras que considerava “bem bacanas” e reforça que o problema das festas era o horário do término. Sobre a negociação entre os moradores e os promotores dos eventos em relação ao problema do barulho, ela observa que percebia a existência de vários

grupos envolvidos na organização e disse que não poderia fazer afirmações sobre uso e venda de drogas. Conta que quando os bares foram fechados, as festas pararam e restou apenas o Samba, onde alguns não abriam mão de fazer barulho. Na sua opinião, os moradores queriam apenas que fosse respeitado o horário de silêncio.

Questionada sobre como gostaria que fosse aquele espaço, Paloma considera que o ideal seria fazer um estacionamento pago. Ela lembra de um exemplo de sua cidade natal, Santo André, onde fecharam o vão de um viaduto e fizeram um estacionamento. Outra possibilidade seria colocar lojinhas como no viaduto da Borges, bancas para comércio de flores, um camelódromo. Também considera que seria interessante mais atividades com escolas. Na sua opinião, este tipo de atividade seria mais próximo do que considera uma atividade cultural, “diferente das atividades onde as pessoas ficam bebendo e usando drogas”.

Pergunto se o viaduto como está lhe parece bem. Ela diz que não, é horrível. Na sua opinião, o pessoal que é mendigo não incomoda, algumas vezes, até avisam quando tem ladrão. “Ficam ali, mas no meio sempre tem quem rouba. Algumas vezes, vem a prefeitura e tira tudo deles. A gente fica com pena”, explica Paloma.

Durante o período de observação da fase de rastreamento deste estudo, foi possível verificar a ocorrência de uso de bebidas alcólicas durante os eventos realizados no Samba de Terça, mas não o uso de drogas ilícitas. O ponto de venda de drogas tem um funcionamento independente das atividades realizadas no Brooklyn e manteve sua atividade mesmo depois que a realização do evento cultural. Como mencionado, a venda de cerveja era tida como uma possibilidade de financiamento para os produtores do evento e, portanto, estimulada, além da prática disseminada do comércio por ambulantes. Por outro lado, é importante ressaltar que em uma das observações do grupo de skatistas, realizada por volta de 17h do dia 9 de outubro de 2019, presenciamos uma movimentação compatível com venda de drogas envolvendo um homem que guardava material próximo das pilastras da base da elevada e alguns outros pedestres. Não fizemos uma verificação mais precisa da atividade porque no momento não nos pareceu necessário pelo caráter evidente da situação.

Dessa forma, nos parece importante assinalar que as atividades culturais foram associadas pela gerente da Nerdz a um ambiente marcado pelo uso de álcool e drogas. No que diz respeito ao Samba de Terça, se é fato que havia presença de consumo de álcool e cerveja, é interessante observar

que não houve registro de ocorrências policiais ou transtornos causados pelos frequentadores. A leitura da ex-morador pode indicar que para uma pessoa que não participava das noites de samba, o incômodo provocado pelo barulho ajuda a informar um processo de ressignificação que atribui uma carga negativa a um evento, independente dos elementos que o compõe. Por outro lado, chama atenção a aceitação da presença de pessoas em situação de extrema precariedade pelo fato de que não provocam transtorno nem, principalmente, barulho.

Levando em consideração a situação identificada no Brooklin que coloca as atividades relacionadas aos eventos musicais como a mais inadequada. Neste sentido, mobilizamos Vainer (2000) para abordar os esforços para ordenamento e pacificação da cidade e as estratégias discursivas que tentam constituir a cidade como unidade. Neste contexto, o autor analisa a consolidação da metodologia do Planejamento Estratégico Urbano (PEU) como alternativa ao modelo tradicional – tecnocrático e centralizado. Difundido por agências multilaterais e consultores internacionais (Manuel Forn, Jordi Borja e Manuel Castells), a partir da experiência da cidade de Barcelona, o PEU deu centralidade à competitividade como eixo da nova questão urbana focada na disputa por investimento de capital, atração de negócios e força de trabalho qualificada. Frente à liberalização, a pauta das cidades que girava em torno do controle do crescimento desordenado e da racionalização do uso do solo foi substituída pela necessidade de competir pelos investimentos de capital. Vainer (2000) cita Castells para demonstrar o sentido geral da proposta de planejamento estratégico para cidades no final do século XX.

A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo exigem o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração (CASTELLS, 1990 apud VAINER, 2000, p, 7).

O resultado dessa estratégia seria a ênfase de atributos específicos que constituem, de uma maneira geral, insumos valorizados pelo mercado transnacional (espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação, torres de comunicação e comércio, segurança), agregados a uma operação de marketing cujo objetivo seria fixar a imagem de uma cidade segura e atrativa. A partir de diagnósticos quase universais foram sendo feitos planos estratégicos cujas propostas eram semelhantes pois compatibilizaram a diversidade de expectativas locais em torno de pontos comuns já que “todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades” (VAINER, 2000, p. 80).

Vainer demonstra que o discurso do PEU articulou a cidade em torno das analogias de mercadoria, empresa e pátria na tentativa de instaurar um sujeito simples e coeso. Teríamos uma cidade unificada cujos atributos são enfatizados a partir dos interesses do mercado e que ganha identidade como empresa, tornando-se capaz de competir pelos investimentos estrangeiros e ser a “multinacional do século XXI”.

O conceito de cidade, poder público e governo da cidade ganham novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2000, p. 89)

Ao ser instaurada como empresa, a cidade é constituída como um agente econômico que atua no mercado e estabelece aí a regra e o modelo de planejamento de suas ações, privilegiando segmentos estratégicos e retirando importância de grupos com escassa relevância econômica. Esta configuração dominada pela competitividade e pela produtividade não inclui formas de controle democrático e, sob a ideia de um urbanismo de resultado, o espaço da cidade deixa de ser pensado no plano político ou como território de exercício da cidadania local e passa a ser assunto de gestão.

Para colocar em curso estas metas empresariais, a cidade precisaria estar unificada em torno do projeto supostamente capaz de oferecer maior competitividade na luta pela sobrevivência em um cenário globalizado. A questão é que a adesão a este projeto pressupõe o aplainamento dos conflitos internos e a abdicação de interesses particulares por diferentes atores sociais. O autor identifica aí um mecanismo de metaforização para criação de um “patriotismo de cidade” (VAINER, 2000, p. 93) que, agregado à sensação de crise urbana, seria útil para criar as condições subjetivas para a paz social. A degradação das condições de vida e das áreas centrais, a congestão do trânsito e a debilidade da infraestrutura contribuem para a percepção de um caos que coloca o cidadão na condição de refém, apto a se engajar em um projeto unitário e coeso que ofereça esperança de salvação urbana.

O compromisso patriótico de não romper a unidade necessária ao bom andamento dos negócios nos quais a cidade está engajada, a abdicação do poder a um chefe carismático, a estabilidade e a trégua assim conquistadas seriam o preço a pagar pelo privilégio de disputar, junto com outras tantas dezenas ou centenas de cidades, o direito de ser escolhida como localização dos próximos investimentos, das próximas feiras, das próximas convenções (VAINER, 2000, p. 98)

Vainer assinala que a lógica de empresariamento da cidade, ao mesmo tempo, exige e viabiliza a constituição de um projeto consensual, capaz de oferecer segurança aos investidores

em uma “pátria urbana”, onde a “despolitização planejada é também parte das garantias oferecidas aos parceiros privados” (VAINER, 2000, p. 96). Assim, ao transfigurar a cidade em mercadoria, empresa ou pátria, a estratégia conduziria à destruição da cidade como espaço da política e lugar de construção da cidadania.

A questão é que, por maior que seja o nível de coesão obtido por esta operação de banimento da política e supressão das discordâncias, necessária para obtenção de uma cidade competitiva e pacificada, os processos cotidianos geram demandas por reapropriação e ressignificação do espaço público que acabam por questionar todo o esquema de valorização dos atributos mercadológicos estabelecidos como prerrogativa de competitividade para a cidade globalizada.

Neste contexto, podemos considerar que a existência de um espaço cuja atribuição prévia não extrapolaria a função de área residual de uma obra viária, detentora de algum paisagismo e sem previsão de grande fluxo de pedestres, é percebido como uma oportunidade para atividades que vão além da eventual presença de população em situação de rua ou mesmo de ponto para venda de drogas e acaba sendo ocupado por atividades não previstas nem mesmo programadas que forçam o rearranjo das relações entre usuários, nem sempre amistosas.

A questão que chama atenção como ponto a refletir é justamente o desdobramento dos processos disparados pela presença desta estrutura que se apresenta como apta e disponível a ser ocupada. Os novos usos abriram um outro horizonte de possibilidades para a área coberta e protegida do viaduto e provocaram a disputa pelo seu conteúdo. Nesta dinâmica, diversos atores foram chamados a manifestar seus desejos e projetos em relação ao local e, no nosso entendimento, ganharam força as dinâmicas que se alinhavam às funcionalidades esperadas surgindo ideias, como por exemplo, a instalação de um estacionamento ou de um conjunto de pequenas lojas, em uma visão coerente com a funcionalidade viária da estrutura e de facilitação e reforço para o comércio de bens que já existe no local. Por outro lado, é possível concluir que a pacificação da situação de impasse seguiu uma lógica de esvaziamento da esfera política com o fracasso de um processo de negociação que resultou no simples banimento do Samba de Terça, atividade que mais se diferenciava do uso previsto para o local que era ser, no máximo, uma área para trânsito de pedestre.

3.1 A população como problema

Mobilizamos a análise sobre segurança, população e governo feita por Foucault (2008) como aporte necessário já que o autor busca, nos estudos sobre as cidades, os distintos tratamentos dados à questão do espaço, problemática que seria comum às estratégias de soberania, disciplina e segurança e assinala o aparecimento do meio não apenas como noção, mas como projeto ou técnica política dirigida ao controle da população. Postulando a necessidade de uma história dos mecanismos de gestão dos processos biossociológicos das massas humanas, Foucault desloca o foco de análise da questão do poder para o problema do governo e formula o conceito de governamentalidade para jogar luz sobre técnicas de segregação, disciplina e biopolítica com especial atenção para a correlação entre segurança e população, objeto e sujeito desses mecanismos.

Por esta palavra (governamentalidade) entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente não parou de conduzir, e desde há muito, para a premência deste tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e por outro o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade creio que se deveria entender o processo ou antes o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 144)

Dessa forma, mais que o poder do soberano, é a população que aparece como fim e instrumento do governo, ou seja, “sujeito de necessidade, aspirações e também objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2008, p. 140). Ao mobilizar a noção de governamentalidade é possível constituir uma abordagem da cidade como um meio histórico-natural que serve como alvo de intervenção. Para o autor, em qualquer nível de análise considerado (relação pais/filhos, indivíduo/poder público, população/medicina), existe uma racionalidade imanente aos micropoderes que configura um campo estratégico de relações móveis, transformáveis e reversíveis, onde são estabelecidos os tipos de conduta ou de “condução de conduta” que caracterizam o governo.

O meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania – em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos e de

desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008, p. 28)

Para avançar na análise, é útil recuperar a formulação do autor sobre os dispositivos de intervenção no espaço que estabelece que, enquanto “a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (FOUCAULT, 2008, p. 16). A partir desta demarcação, o autor recupera o deslocamento ocorrido nas cidades do século XVIII, onde o soberano e o arquiteto que moldavam o espaço disciplinado perderam terreno para uma prática de regulador do meio, já que naquele momento a questão não seria mais estabelecer limites e fronteiras, mas garantir a circulação, principalmente de mercadorias. Foucault comenta que a cidade tinha uma especificidade jurídica e administrativa que a distinguiu e isolava em relação a outras extensões e espaços, além de ter sofrido as consequências de ter ficado confinada por muito tempo aos limites dos espaços murados.

O desenvolvimento dos Estados Administrativos, o crescimento do comércio e o adensamento populacional no interior dos muros forçaram um repensar a cidade e sua inserção em um espaço de circulação. Com este deslizamento, impunha-se compreender uma nova racionalidade e a população emergiu como realidade tanto no plano político quanto epistemológico. Enquanto a estratégia da soberania tinha como meta organizar uma sede para o governo e assegurar o desenvolvimento econômico máximo por meio do comércio, as estratégias disciplinares tratavam de organizar o espaço com a distribuição das multiplicidades, estabelecendo uma lógica hierárquica e funcional dos elementos.

Na vigência da segurança, a estratégia de intervenção no espaço passou a ser a criação de um ambiente em função dos acontecimentos. A questão não era mais construir em um espaço vazio como ocorria nas cidades disciplinares, mas trabalhar sobre uma problemática de dada realidade (escoamento da água, ar, integração ilhas) com o objetivo de maximizar os elementos positivos e neutralizar os negativos. A ideia era planejar e construir a *boa cidade*, criando regularidades capazes de enfrentar um contexto de instabilidade, desfazendo aglomerações desordenadas e

regulamentando as relações com o entorno rural para abrir espaço às novas funções econômicas e administrativas.

O autor recomenda pensar a normalização disciplinar como uma força centrípeta que circunscreve o meio colocando um modelo de ótimo como referencial e adestrando a partir da fixação do que é proibido e da diferença entre normal e anormal. Já a normalização feita pelos dispositivos de segurança é centrífuga, integra elemento, organiza e deixa circuitos mais amplos se desenvolverem, identificando o elemento perigoso e estabelecendo formas de controle, manuseando a distribuição do normal e anormal e configurando uma série que inclui caso, perigo, risco e crise.

Dessa forma, na cidade, a marca das intervenções de segurança é a abertura de eixos e ruas suficientemente largas para garantir o arejamento e a higiene, favorecer o comércio interior e articular o sistema viário envolvido no abastecimento e controle aduaneiro, além de dar condições de vigilância para viabilizar a retirada das muralhas. Cria-se a ideia de meio como circulação e os dispositivos de segurança como instrumentos para trabalhar, criar, organizar e planejar esse meio, estabelecendo um campo de intervenção para agir sobre a população que pode ser a base da riqueza e do poder do Estado, desde que esteja regulamentada pela ação dos mecanismos de poder.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma técnica política dirigida ao meio, onde o poder se constituiu como uma ação física no elemento da natureza para regular a liberdade individual. Nessa lógica, a cidade está no centro da estratégia de controle que deixa de ser panóptica e se oferece como terreno para o governo das populações onde é feito o controle e neutralização dos perigos da circulação. A nova tecnologia de poder dirigida à população visa um equilíbrio global, uma espécie de homeostase que equilibra a segurança do conjunto e seus perigos internos ao mesmo tempo que respondeu aos problemas enfrentados pelas cidades nos séculos XVII e XVIII: as relações entre população e meio, o problema da escassez e da necessidade de circulação.

Neste quadro, caberia perguntar qual é a economia geral de poder e como funcionam os dispositivos de segurança³⁷. Com base nos dados empíricos recolhidos, nos parece possível concluir que a intervenção urbanística e viária que se materializou na série de estruturas

³⁷ Para o conceito de dispositivo ver: Foucault, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 243 – 27. Em linhas gerais, seria o conjunto que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Como diz o autor: “o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1979, p. 244)

implantadas entre 1970 e 1975 teve como sentido geral a conformação da circulação no centro de Porto Alegre e, por consequência, a fixação de um modo de deslocamento, marcado pela lógica de uma radial destinada a veículos que vencem a distância com rapidez. A resultante foi a delimitação de uma fronteira viária entre o centro da cidade e suas áreas imediatamente contíguas como, por exemplo, o bairro Cidade Baixa e Bom Fim. O detalhe que nos parece operar na lógica de um dispositivo é a determinação da função original do viaduto Imperatriz Leopoldina como uma estrutura dedicada a servir prioritariamente como ligação viária e apenas residualmente a espaço de convivência e uso de pedestres, como foi demonstrado já no abandono da construção da praça, prevista no projeto original e relatada pelo morador, em depoimento já citado. Dessa forma, a recusa ou a resistência à alteração do uso e à incorporação de atividades de cunho cultural eminente nos parece coerente como atualização desta proposição inicial onde a presença humana é dispensável ou admitida apenas pela naturalização do uso do viaduto para uma vivência de precariedade. Ou seja, embaixo de um viaduto é aceitável a presença de moradores de rua, mas não é aceitável a convivência com o barulho das atividades culturais.

Se estes dispositivos criam e organizam o meio como campo de intervenção para agir sobre populações e atingir o ponto onde os acontecimentos são naturalizados, é útil avaliar as formas de governo sobre o cotidiano das pessoas. Seguindo na tentativa de compreender as lógicas de intervenção no meio, podemos mobilizar Sennett (1997) e abrir uma via complementar para abordagem da forma de operação destes dispositivos sobre as populações. Amigo e interlocutor de Foucault, Sennett procura entender as relações existentes entre a conformação dos espaços, as experiências corporais das populações e o manejo das diferenças. Em linhas gerais, o autor estabelece que as imagens coletivas do corpo humano ocupam um espaço característico nas cidades do passado e nas atuais. As contradições e ambivalências se expressam nas cidades ocidentais através de alterações que subvertem a forma e o espaço urbano e contribuem para gerar direitos e dignificar as diferenças.

Imagens ideais do corpo humano levam à repressão mútua e à insensibilidade, especialmente entre os que possuem corpos diferentes e fora do padrão. Em uma sociedade ou ordem política que enaltece genericamente 'o corpo', corre-se o risco de negar as necessidades dos corpos que não se adequam ao paradigma. (SENNETT, 1997, p. 22)

O autor relaciona a conformação do espaço urbano da democracia ateniense à valorização do corpo e da voz do cidadão, na constituição de espaços preparados para falar. Na Roma do

Imperador Adriano, Sennett verifica que a crença na geometria tem sua tradução na concepção urbanística do império associada à necessidade de favorecer a visão como critério de confirmação da verdade, no que seria uma característica da lógica de raciocínio dos romanos. Já na Alta Idade Média, as crenças cristãs sobre o corpo e a conformação do desenho urbano estariam relacionadas à constituição de refúgios destinados ao alívio das agressões físicas, experimentadas no contexto da nova economia de mercado.

Com o Renascimento e o desenvolvimento científico, o conhecimento sobre o corpo humano e sobre a circulação sanguínea³⁸ teria servido como estímulo para experiências de livre locomoção na cidade e, como observa o autor, a constituição da imagem fixada na expressão “corpo político” teria definido uma hierarquia comandada pelo cérebro. Dessa forma, ao entender o funcionamento mental, seria possível controlar a arte de legislar. Já o triunfo do ideal de liberdade individual de movimento, paralelo ao surgimento das metrópoles do século XIX, teria criado um dilema já que a percepção da liberdade total para movimentar-se individualmente chocou-se com a incômoda presença dos outros.

A radicalização dessa experiência teria nos colocado em uma situação onde, atualmente, a ordem significaria justamente falta de contato. Para o autor, tanto a clausura do ambiente digital quanto os bairros isolados na periferia seriam consequências espaciais de problemas que reduziram o potencial da cidade como refúgio para quem não se enquadra na normatização. Recompôr a viabilidade da cidade para os chamados “banidos do Éden” implicaria em reativar a complexidade de vivências e de imagens disponíveis no ambiente urbano.

A cidade tem sido lócus de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem. Mas também foi nela que estas imagens se estilhaçaram, no contexto de agrupamentos de pessoas diferentes - fator de intensificação da complexidade social - e que se apresentaram umas às outras como estranhas. Todos esses aspectos da experiência urbana - diferença, complexidade, estranheza - sustentam a resistência à dominação. Essa geografia urbana, difícil e surpreendente, é que nos acena como uma promessa específica, baseada em valores morais, e pode abrigar os que se sentem como exilados do paraíso (SENNETT, 1997, p. 25)

Para dialogar e problematizar a proposição do autor de que o compartilhamento de valores morais poderia sustentar a possibilidade de incorporação de distintas formas de vivência da cidade,

³⁸ A primeira descrição do sistema circulatório humano foi feita pelo médico William Harvey na obra “De Motus Cordi”, publicada em 1628, em Frankfurt.

é importante ter em mente que o reconhecimento da pertença urbana é tensionado pela assimilação de um modo de viver. Como lembra Silva (2013, p. 21), ser urbano está relacionado a uma condição da civilização contemporânea que também funciona como referência para conformar os modos de ser cidadão. Nesse contexto, cabe pensar no processo de produção de estabilidade no ambiente urbano como forma de governo da população e os custos aí agregados para os que não se enquadram. De certa forma, o desconforto manifestado pelos moradores parece estar relacionado a esta necessidade de manter o uso do espaço coerente com as determinações prévias que tornam um viaduto inteligível como tal, ou seja, sua utilidade como estrutura viária destinada a facilitar o trânsito de veículos e cujo efeito colateral de degradar os espaços de convivência poderia ser mitigado com a radicalização de sua função e instalação de um estacionamento.

Trabalhamos com a premissa de que a construção desta unidade chamada cidade implica no achatamento das diferenças e, em vez de refúgio, o espaço urbano pode tornar-se tormento para os que não conseguem integrar aos códigos da urbanidade. Para observar os contornos desse desajuste mobilizamos o ideal preconizado por Judith Butler onde o “mundo como deveria ser teria que salvaguardar os rompimentos com a normalidade e oferecer apoio e afirmação para os que realizam estas rupturas” (2019, p. 40). A filósofa dialoga com Foucault e apresenta uma reflexão sobre biopolítica que, na sua concepção, configura os “poderes que organizam a vida, incluindo aqueles que expõem diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações por meios governamentais e não governamentais e que estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si (BUTLER, 2019, p. 216).

Para a autora, a precariedade é um componente irreduzível da política e decorre da nossa existência social como seres corporais que dependem uns dos outros para obter abrigo e sustento e que, portanto, correm o risco de ficar em uma situação de indigência, sem pátria e sem lar. Na sua concepção, a precariedade expõe nossa sociabilidade e as dimensões frágeis e necessárias da nossa interdependência ao mesmo tempo em que está relacionada em grande medida à “organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio” (BUTLER, 2019, p. 131). Dessa forma, a questão a analisar não seria a condição de dependência em si, mas as características de sua utilização como tática para governança das populações.

Pensamos que os bens são distribuídos de forma desigual no capitalismo, assim como os recursos naturais, especialmente a água, mas deveríamos certamente considerar também que uma maneira de administrar as populações é distribuir a vulnerabilidade de forma desigual de tal modo que ‘populações vulneráveis’ se estabeleçam dentro de um discurso e de uma política (BUTLER, 2019, p. 157)

É justamente na organização das relações sociais que a autora vai enxergar o manejo das categorias de precariedade e vulnerabilidade – marca da dependência radical dos outros ou de um mundo que precisa ser sustentável - como uma operação que determina que certas populações possam ser tomadas como passíveis de injúria ou descarte. Butler afirma que as estratégias específicas do biopoder prescindem da figura de um soberano para encaminhar a decisão sobre quem vai viver e quem é passível de morte. Essa trama seria evidenciada por uma valoração das vidas que implicaria em uma diferenciação no reconhecimento da visibilidade e na garantia de proteção de direitos.

Não importa se é colocado de maneira explícita ou não, todo esforço político para gerir populações envolve uma distribuição tática de precariedade, com frequência articulada por meio de uma distribuição desigual de precariedade, distribuição essa que depende das normas dominantes no que diz respeito às vidas que são passíveis de luto e que devem ser protegidas e às vidas que não são passíveis de luto ou que são dignas apenas de um luto marginal e episódico (BUTLER, 2019, p. 131)

Este raciocínio explicita a instrumentalização da precariedade como ferramenta para administração de populações, através da valoração desigual das vidas humanas. Estes instrumentos são materializados no espaço urbano e podem ser questionados a partir de um marco político que explicita as condições de igualdade e desigualdade e a aceitação da distribuição tática das situações de vulnerabilidade nas cidades. Algumas vidas valem, enquanto outras não valem e podem ser confinadas a uma situação de invisibilidade que retira a condição de sujeito detentor do direito de fruir e modificar o espaço. A questão que nos parece relevante ressaltar é que, diante dos dados recolhidos neste estudo, temos uma situação em que um espaço como o vão inferior de uma elevada que serviria justamente para consolidar a invisibilidade se torna ambiente para reivindicação e exercício do direito de aparecer. A equação é complexa e inclui tanto vetores que tensionam pela acomodação de populações como skatistas e moradores de rua que, de certa forma, tiram proveito da aceitação de sua permanência para seguir ocupando o local quanto elementos que expõe sua existência com o agendamento das atividades tanto no cotidiano do espaço quanto na pauta jornalística da capital.

Butler também afirma que a precariedade depende da organização das relações econômicas e sociais e da existência de uma infraestrutura de apoio. Ao relacionar o ponto de vista da autora às experiências analisadas, é possível postular que as atividades realizadas no Brooklyn evidenciam a carência de espaços e de mecanismos de suporte para populações urbanas que vivem situações de instabilidade econômica e social. Adolescentes skatistas, moradores de rua, trabalhadores em processo de empobrecimento, artistas populares e um público que procura situações de entretenimento em local público têm suas demandas por espaço desconhecidas por autoridades locais ou mesmo deslegitimadas. Para a autora, a exposição compartilhada à condição precária é um fundamento da nossa igualdade potencial e das nossas obrigações recíprocas de produzir conjuntamente as condições para uma vida possível de ser vivida.

A exposição a estas situações de penúria e abandono social pode ser facilmente verificada entre os frequentadores das atividades do Brooklyn. Selecionamos um depoimento, produzido durante uma entrevista feita no trabalho de campo, onde ficam evidentes as consequências das estratégias de distribuição da precariedade utilizada como para gerenciamento da população. Duas medidas oficiais tomadas em diferentes níveis da administração pública repercutem negativamente na vida de um indivíduo que já estava em situação de vulnerabilidade sem qualquer providência para mitigar este impacto, resultando no confinamento destes cidadãos a uma vida totalmente desprovida de valor. Como evidência deste impacto, apresentamos informações recolhidas durante esta pesquisa e registradas no diário de campo da pesquisadora.

Um homem se senta ao meu lado e pede que eu participe de um abaixo-assinado contra o fechamento de um abrigo mantido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, local onde mora. Corria a manhã de 27 de agosto de 2019. Humberto é um dos frequentadores mais antigos do Prato Feito. Conhece todos os voluntários. Ele tem 46 anos e está na capital desde 2004. Veio para a cidade em busca de tratamento médico para as sequelas de um acidente de trânsito que o vitimou aos 24 anos, na sua cidade natal (Arroio do Meio). Ele conta que na época do acidente tinha emprego fixo e carteira assinada. Ficou três anos “encostado”, situação em que os segurados do INSS esperam pela aposentadoria definitiva ou se recuperam para voltar ao trabalho. No seu caso, o afastamento temporário foi convertido em aposentadoria por invalidez. As múltiplas fraturas dos ferimentos sofridos no acidente provocaram a perda de um braço e de metade de uma perna.

Com sua nova condição física, precisou de ajuda para sobreviver e voltou a morar com os pais. Com a morte da mãe e, em seguida do pai, a vida começou a se desorganizar e sua condição física piorou. Como em inúmeros outros casos, o tratamento médico necessário só está disponível em Porto Alegre, 130Km de distância da sua cidade. Mudou para um quartinho na rua Coronel Vicente e passou a circular pela região central e pela rodoviária da capital. Os movimentos da perna ainda não estavam tão limitados e ele conseguia trabalhar com “venda de rua”, na sua definição de comércio ambulante, para complementar a renda da aposentadoria.

Em 2018, depois de 18 anos recebendo o benefício, o governo federal promoveu uma revisão nos cadastros do INSS e suspendeu as pensões de milhares de segurados. Em fevereiro daquele ano, a Controladoria Geral da União anunciou triunfante que economizaria R\$ 4,5 bilhões de reais com a suspensão de pagamentos indevidos de Auxílio Doença e Aposentadorias por Invalidez³⁹. Um dos benefícios suspensos era o do Humberto. Alegando que o beneficiário não fora localizado, a pensão deixou de ser paga. A consequência imediata é que esses supostos fraudadores não trabalham com reservas financeiras e rapidamente faltou dinheiro para o aluguel. Sem conseguir sequer fazer o cadastro do órgão municipal que cuida de habitação popular, o segurado da previdência foi parar na rua, onde dormiu por duas noites até conseguir uma vaga em um albergue. Logo depois foi para o abrigo que, naquele momento, a Prefeitura precisava fechar para conter os assustadores gastos públicos com assistência social.

Humberto já conhecia o Prato Feito antes do despejo e foi ali que conseguiu apoio e informação. Entrou na justiça e pediu a revisão da suspensão. Ele conta que na audiência diante do juiz não houve qualquer contestação nem pedido de opinião de perito. Diante da imagem de seu corpo mutilado, o juiz teve tranquilidade em decidir pela volta do pagamento. A audiência foi em abril de 2019, mais de um ano depois da suspensão, e a volta do pagamento não aconteceria antes de setembro.

Ele se orgulha de contar que assim que conseguiu sair da rua veio ao Prato Feito dizer que não comeria mais ali. Acha que não pode abusar e tirar a comida de outros que estão em situação pior, mas as voluntárias insistiram e “a gente se apega. Aqui nos ajudam e orientam”, conta Humberto. Provocado sobre a possibilidade de experiências como aquela construir

³⁹ Para conhecer detalhes da medida do governo federal, ver: <<https://www.cgu.gov.br/noticias/2018/02/cgu-combate-fraudes-e-atua-para-melhorar-gestao-da-previdencia>>

alianças de solidariedade, foi enfático na sua incredulidade. “Na rua, tem pouca solidariedade. É a lei do cão. Aqui, os voluntários são verdadeiros anfitriões. Eu aprendi a valorizar as pequenas coisas e admirar o amor deles. Quando você está na rua, comer uma comida boa faz muita diferença”

3.2 Financeirização e cerco à cidade

Para concluir esta primeira abordagem do tema da pesquisa, consideramos importante mobilizar dois teóricos que pensam os conflitos e disputas em torno dos destinos da cidade contemporânea e de seus espaços cotidianos. Ao sistematizar sua experiência como relatora especial para o Direito à Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas, entre 2008 e 2014, Rolnik (2015) traça um panorama global da tutela imposta pelas finanças globais à terra urbana e à moradia nas últimas décadas e mostra os enlaces e conexões entre iniciativas que ocorrem simultaneamente em cidades de todo o mundo. A autora assinala que nesse movimento global de financeirização - no Brasil ocorreu logo após o final dos governos militares em 1985 (redemocratização) - os governos nacionais tiveram um papel decisivo para submeter as distintas formas de existir nos territórios à lógica da rentabilidade da terra. Em cada uma das situações observadas, o Estado vai produzindo suas margens – tanto o subprime norte-americano como o informal das cidades do “Terceiro Mundo” – para, no momento seguinte, “destravar” seus ativos territoriais, ampliando as fronteiras do mercado” (ROLNIK, 2015, p. 14). Esta cidade, “colonizada pelas finanças, explode em insurgências, conflitos e violência” (ROLNIK, 2015, p. 16), em processos globais e, ao mesmo tempo profundamente locais, de disputa de territórios.

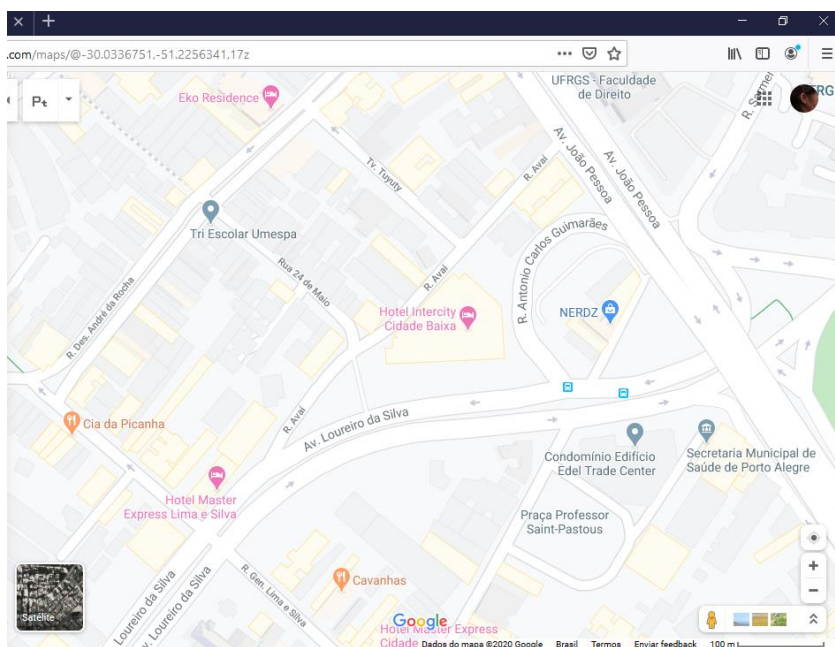
Este embate, nomeado pela autora como a “guerra dos lugares”, “tanto questiona as políticas quanto prefigura outros mundos urbanos possíveis” (ROLNIK, 2015, p.16), pois enquanto as finanças globais vislumbram nos empreendimentos imobiliários um desaguadouro para o excedente do seu capital acumulado, gravando seus resultados e padronizando as formas espaciais e os usos, as cidades são pressionadas a responder um conjunto diversificado de demandas e de populações que se deslocam com velocidade crescente entre fronteiras nacionais, culturais e comunicacionais cada vez mais díspares.

Além de analisar a trama que faz o modelo da casa própria adquirida via crédito hipotecário tornar-se o paradigma dominante, a autora trata dos sentidos sociopolíticos deste paradigma em diferentes contextos e aborda os processos globais de desposseção dos mais pobres e vulneráveis,

dando especial atenção ao caso brasileiro, onde o movimento global de financeirização da terra ocorre durante um período de redemocratização. A autora postula que o modelo neoliberal vai penetrando nas cidades e nas políticas urbanas e de moradia, capturando territórios, colonizando espaços e as formas de viver.

No território analisado, é possível observar que a área aberta pelas demolições realizadas para a construção da elevada foram configurando uma oportunidade para a ampliação da presença de equipamentos privados destinados a negócios e turismo como fica demonstrado na Figura 11.

Figura 11 – Perimetral, uma área para negócios



Fonte: Elaborado pela autora. Print Screen do Google maps⁴⁰

Ao centro, a Figura 11 mostra o Hotel Intercity Cidade Baixa, empreendimento hoteleiro mais recente inaugurado, em 2017, que instalou uma torre na avenida Perimetral que conjuga um mix de 228 apartamentos, voltados ao segmento “business”, e 206 salas comerciais. O prédio envidraçado foi instalado sobre o antigo leito da rua Avai e conta com um paisagismo dominado por palmeiras, tendo sido saudado pela imprensa local como um empreendimento feito no “bairro mais boêmio da cidade”, um “hub alternativo de Porto Alegre” pela sua localização estratégica,

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@-30.0353314,-51.224549,17.89z>> Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

explicou o gerente de marketing do empreendimento, em declarações a um jornal da capital⁴¹. O novo equipamento se junta a outros dois hotéis instalados em prédios que originalmente eram apartamento unifamiliares. No segmento residencial, vale destacar a recente implantação do Studio CB. Um prédio com unidades residenciais de 33m² apresentada como “um lugar ideal para quem busca o seu espaço, aproveitando toda a oferta cultural e facilidade de locomoção na Cidade Baixa. Mais do que um lugar para viver, um lugar para (con)viver”⁴². O Studio CB ainda não aparece no mapa reproduzido na Figura 10, mas está localizado na esquina das ruas Sarmiento Leite e Loureiro da Silva, exatamente em frente ao Hotel Master Express, instalado em um prédio originalmente dedicado a moradias.

É interessante observar que os empreendimentos apresentam a “oferta cultural” e as oportunidades de convivência oferecidas da região como um fator positivo para atrair clientes, mesmo que em inúmeras situações, como também ocorre no Brooklyn, estas atividades sejam fator de conflitos entre vizinhos e até de intervenções policiais. Por outro lado, também é importante sublinhar neste panorama, o caso em que houve a instalação de um condomínio comercial sobre parte do antigo terreno da empresa Carris. O prédio do Condomínio Edel Trade Center (na Figura 10, identificado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Praça Professor Saint-Pastous) inaugurado em 1992, apresenta sua localização como “coração da cidade, entre o centro e a Cidade Baixa (bairro boêmio e alternativo), bem ao lado do parque da Redenção, o mais tradicional da cidade”⁴³.

Dessa forma, estamos autorizados a pensar que há contradições tanto na definição da aceitabilidade das funções estabelecidas pelo planejamento urbano quanto na atuação do poder público como indutor desta ocupação. Rolnik (2015) caracteriza a conjuntura como uma situação em que o poder político se funde ao poder econômico e implanta uma forma de governança que molda a cidade às demandas econômicas, políticas e culturais transnacionais em uma combinação que facilita as iniciativas do mercado da terra e da moradia e enclausura o espaço público.

Os efeitos dessa colonização são político-territoriais, já que se trata também da emergência de uma nova forma de governo das cidades, denominada por alguns autores de pós-política ou pós-democrática, em que o dissenso e a negociação

⁴¹ Para detalhes, ver: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/05/economia/560924-intercity-chega-ao-coracao-da-cidade-baixa.html>

⁴² <https://www.onecia.com.br/lancamentos/studio-cb/>

⁴³ <https://edeltradecenter-rs.com.br/sobre/>

democrática são suprimidos em nome da eficiência e das tecnologias de governo (ROLNIK, 2015, p. 371)

Rolnik adverte que a implementação desse modelo não ocorre sem conflitos e reivindicações expressas em demandas pela manutenção do caráter público do espaço urbano e sua diversidade, em oposição à sua mercantilização. Além das demandas por saúde e educação, a restrição à circulação nas cidades, o acesso a serviços e espaços coletivos comuns de qualidade e a defesa de um “lugar” na cidade constituíram parte importante das reivindicações das jornadas de junho de 2013.

É importante notar que as demandas urbanas também provocam respostas pelo lado dos que pleiteiam uma solução através da criminalização da vida urbana e da ampliação do controle sobre a sociedade civil, feita principalmente a partir da constituição de uma ideia de insegurança permanente no ambiente urbano. Para Graham (2016), “os processos de urbanização oferecem formas territoriais fundamentais de dominação, hiperdesigualdade e insegurança e ajudam a propagar a violência” (GRAHAM, 2016, p. 44). O autor enfatiza que os espaços, a infraestrutura e os aspectos culturais da vida na cidade estão implicados na propagação de estratégias de violência e “construção da segurança” (GRAHAM, 2016, p. 43), sendo imprescindível avaliar como as cidades e os espaços urbanos são produzidos e reestruturados.

Graham (2016) observa que a demanda de ordenamento se apresenta como defesa da implantação de sistemas de vigilância e rastreamento semelhantes ao do modelo aeroportuário nas cidades e de um aparato de guerra contínuo, automatizado e robotizado nas fronteiras insurgentes. A ideia de guerra não seria apenas uma metáfora usada para descrever a condição de uma sociedade que vive em permanente luta contra as drogas, o crime e o terror, mas para designar atos de violência de alta tecnologia que configurariam o que o autor nomeou como um “novo urbanismo militar”. Essa forma de abordar o urbano consistiria na aplicação nas cidades de técnicas de uso civil e militar importadas das guerras de colonização.

Na obra *Cidades Sitiadas* (2016), o autor observa que a violência política e os imaginários de segurança estão voltando às cidades atuais e colonizando os ambientes cotidianos com uma doutrina militar e de segurança, apoiada pela demonização das cidades identificadas como locais intrinsecamente problemáticos ou perigosos e que exigem uma securitização radical. Graham

observa ainda a conexão entre infraestrutura urbana e a violência política contemporânea e os movimentos sociais que desafiam as táticas e tecnologias do novo urbanismo militar.

A mudança paradigmática que torna os espaços comuns e privados das cidades, bem como sua infraestrutura – e suas populações civis – alvos e fontes de ameaças é fundamental para o novo urbanismo militar (GRAHAM, 2016, p. 26)

Para o autor, essa mudança de modelo implica no uso de técnicas militarizadas de rastreamento e triagem de população e o retorno da centralidade da geografia das cidades e dos sistemas de ligação como elementos táticos de defesa, transformando os locais do cotidiano em “campos de batalha” onde a separação entre as funções de policiamento, inteligência e militarismo é borrada. Uma segunda característica desta nova conjuntura seria a sinergia entre operações de segurança nacional e internacional e a aplicação nas metrópoles de técnicas usadas nas guerras coloniais como, por exemplo, o uso rotineiro de drones, zonas de exclusão ou policiamento agressivo, característico de um aparato semelhante ao desenvolvido para a Faixa de Gaza. Este modelo bumerangue de influência reversa tem um atrativo econômico uma vez que a presença da segurança em todos os aspectos das políticas públicas e da vida social cria um mercado lucrativo e aquecido para consumo de tecnologias e produtos do setor.

Esses casos de efeito bumerangue fundem doutrinas de segurança e militares nas cidades do Ocidente com aquelas das periferias coloniais e são reforçados pelas geografias culturais que tendem a considerar as cidades em si espaços intrinsecamente problemáticos – os principais espaços de concentração de atos de subversão (GRAHAM, 2016, p. 32)

A vida urbana das áreas de conflito reverbera nas cidades metropolitanas onde os distritos de imigrantes são entendidos como zonas “atrasadas” ou “ruins” e representam uma ameaça à unidade do corpo político das nações ocidentais. Nesta atmosfera nacionalista, os bairros que concentram população diversificada são tratados como lugares externos à nação, ou mesmo territórios estrangeiros. Dessa forma, o autor sublinha que nas cidades “diaspóricas”, a presença de imigrantes pode ser considerada tão perigosa quanto a invasão de um exército nacional, justificando uma abordagem armamentista da imigração e um enfrentamento à heterogeneidade cultural.

De toda a análise feita por Graham (2016), chama atenção sua percepção sobre o uso da infraestrutura como parte da guerra urbana. Ao assinalar a estratégia posta em marcha para provocar um recuo na modernização da rede de serviços na Faixa de Gaza, o autor sublinha o objetivo de gerar, de forma deliberada, crises na saúde pública e o colapso nos sistemas de

abastecimento, configurando o que considera uma guerra infraestrutural formal, feita a partir das características das cidades contemporâneas.

A própria natureza da cidade moderna – sua dependência de complexas redes de infraestrutura, sua densidade e anonimato, sua dependência de água, alimentos e energia importados – cria a possibilidade de violência contra ela e por meio dela. Assim, a cidade é cada vez mais concebida como meio principal de travar guerras tanto para atores estatais quanto não estatais (GRAHAM, 2016, p. 39)

Graham está preocupado com o papel das cidades na atual configuração do poder globalizado e demonstra ceticismo em relação à possibilidade de integração cosmopolita ou da conformação de espaços para atividades criativas no ambiente tecnológico. Na sua percepção, as geografias urbanas do sul global estariam sendo palco de uma “violência urbicida” cujo objetivo seria a exploração de seus recursos econômicos e ecológicos para sustentar a acumulação de capital.

No caso específico das experiências analisadas nesta pesquisa, os dados coletados parecem nos autorizar a pensar que a questão da segurança ou da falta dela está sempre presente como justificativa tanto para ações de incremento quanto de restrição do uso do local. A falta de policiamento, a presença de moradores de rua, usuários e comerciantes de droga, além da incidência de pequenos furtos e até de homicídios é um assunto constante entre os frequentadores e moradores. Também foi possível observar que o rigor fiscalizatório do poder público sobre a comercialização de produtos e sobre o funcionamento de estabelecimentos comerciais ajudou a definir o perfil de atividades que podem ocorrer ali.

A ocorrência de um crime com o esfaqueamento de um morador de rua que dormia sob o viaduto foi citada pelo skatista Guilherme e pela gerente da Nerdz, Paloma Ceresani, nas entrevistas realizadas no trabalho de campo. Na opinião de Paloma, o viaduto “atrapalha a vida dos moradores em função da insegurança representada pelo beco” (identificado na Figura 4). Ela observa que a presença da Brigada Militar no local não é constante. Questionada sobre o impacto da percepção da insegurança sobre a viabilidade de manter a loja no local, a gerente minimiza o problema dizendo que “a cidade como um todo está insegura” e diz que nunca pensaram em procurar outra localização. “Seria difícil mudar. O lugar não é perfeito, mas nosso público está acostumado”, explicou Paloma.

No depoimento é interessante observar que o raciocínio da entrevistada deixa ver que frequentar o Brooklyn implica em estar “acostumado” com as características do local, ou seja, é

preciso vencer possíveis estranhamentos ou ser estar de certa forma familiarizado com os códigos e vivências que povoam aquele ambiente. Ao incluir a experiência do Samba de Terça para análise das dinâmicas que ocorrem entre os grupos que são capazes de transitar por estas fronteiras, percebemos a demarcação de alguns limites. O produtor do evento e músico, Diego Silva, disse em entrevista a esta pesquisadora que não precisou contratar segurança porque “nunca houve roubo ou assalto no meio da roda”, mas que observava a presença assaltantes ou dos vendedores de droga no local e que a intervenção da força policial não era dirigida a coibir estes problemas. “A polícia passava pelos assaltantes e pela boca de crack, mas não intervinha porque era chamada pelos vizinhos para atender uma ocorrência de perturbação da ordem, provocada pelo barulho da roda de samba”, contou Diego.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que parece haver certo entendimento de que o local é de difícil ocupação e aproveitamento pelas características que oferece, há uma seletividade na aceitação do que pode ser feito ali, talvez incompatível com o que de fato o local possa oferecer como potencial de oportunidade de negócio. Assim como é bastante interessante notar a diferença no grau de permissibilidade com a manutenção de atividades notoriamente ilegais e outras onde há comércio evidente de bebidas alcólicas – cuja venda e facilitação de consumo é proibida para menores de idade no Brasil - e uma suposição de criação de oportunidade para uso de substâncias ilícitas.

Por outro lado, diferente do viaduto Imperatriz Leopoldina cujo bloqueio de sua função viária dificultaria o escoamento do trânsito contribuindo para um possível colapso de uma das importantes vias de acesso e saída do centro da cidade, o Brooklyn parece ser uma estrutura que mesmo não sendo vital para a cidade, pode funcionar como um fator de desestabilização da ordem vigente. A ocupação do vão inferior com a criação de vivências que alteram o estatuto de invisibilidade a que o espaço e seus frequentadores estariam submetidos funciona como indicativo de um processo em que a cidade vivida se mostra diferente do programado, em um exemplo do que pesquisadora Lucrécia Ferrara indica como movimento em que “a cidade planejada vem se desmanchando na própria lógica do moderno que a gerou” (FERRARA, 2015, p. 158).

Segundo Ferrara, ao ser desmanchada, a cidade se fragmenta e se ressignifica em dimensões que permitem pensar não mais em uma cidade reproduzida tecnicamente em diferentes locais, mas em uma cidade articulada que é capaz de ultrapassar as simulações do planejamento e

produzir, em um dinâmica de esferas culturais, modos de interação que ocorrem através das manifestações dos seus lugares.

Por enquanto, excetuando a resistência dos moradores e a consequente desistência dos produtores na realização de eventos culturais, o espaço parece não ter despertado grande interesse do poder público e continua sendo utilizado pelo PF das Ruas e pelos skatistas. Entretanto, há uma tendência de mobilização de terras e patrimônio público para empreendimentos de naturezas diversas. Em São Paulo, o prefeito municipal expediu um decreto regulamentando a concessão das áreas que ficam embaixo de viadutos e pontes da cidade para a realização de atividades esportivas e recreativas em eventos que reúnam até 250 pessoas. A medida mira cerca de 62 pontes e viadutos cuja área atinge soma 290 mil m², sendo que destes 175 mil m² estariam sob os vãos inferiores contando, portanto, com cobertura⁴⁴.

Em Porto Alegre, ainda não há medida específica para áreas inferiores de pontes e viadutos, mas a administração municipal já tomou iniciativa de liberar as áreas de parques e praças públicas para concessão à iniciativa privada. O Projeto de Lei 011/2018, proposto pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB), autoriza o executivo municipal a conceder à iniciativa privada, por um período de até 35 anos, os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação, melhoramento e uso de praças e parques da capital gaúcha. A proposta foi aprovada pela Câmara de Vereadores após um período de tramitação de apenas cinco meses.

Dessa forma, estamos autorizados a pensar que o aumento do interesse privado e a disposição do poder público em mobilizar espaços públicos de lazer ou mesmo considerados pouco explorados tenham novos desdobramentos a partir da inclusão de elevadas e viadutos como focos da demanda.

⁴⁴ FÉLIX, Paula. Áreas embaixo de viaduto poderão ter eventos. Estados de São Paulo, 27 de abril de 2019. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,areas-embaixo-de-viaduto-poderao-ter-eventos-para-250-pessoas-e-quiosques-decreta-prefeitura-de-sp,70002807165>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020

**Berimbau
Toquinho**

*Quem é homem de bem
Não trai!
O amor que lhe quer
Seu bem!*

*Quem diz muito que vai
Não vai!
Assim como não vai
Não vem!...*

*Quem de dentro de si
Não sai!
Vai morrer sem amar
Ninguém!
O dinheiro de quem
Não dá*

*É o trabalho de quem
Não tem!
Capoeira que é bom
Não cai!
E se um dia ele cai
Cai bem!...*

*Capoeira me mandou
Dizer que já chegou
Chegou para lutar
Berimbau me confirmou
Vai ter briga de amor
Tristeza camará...*

IV. COMUNICAR E INSURGIR NA CIDADE

Na primeira parte deste trabalho, mobilizamos uma série de contribuições teóricas que autorizam a configurar um entendimento sobre o espaço como portador de uma codificação geográfica e política. Pretendemos ter explicitado que a compreensão de que a conformação da cidade é um processo natural, pautado por um mecanismo adaptativo, coloca a funcionalidade – qualidade que, na maior parte das vezes, está associada à garantia de espaços programados para o fluxo de pessoas, veículos e capital – como critério primordial para ocupação, decorrendo daí uma série de consequências como por exemplo a segregação de populações. Também estivemos envolvidos no esforço de compreender a relação da cidade com o pensamento comunicacional e com a própria configuração da ideia de comunicação. Para isso, analisamos o postulado interacionista que preconiza a reflexividade como mecanismo básico de um processo adaptativo no ambiente urbano e um conceito de comunicação que é construído com base na produção e compartilhamento da semelhança.

Ao desnaturalizar a lógica que configura o espaço urbano, encontramos um processo de territorialização bastante preciso que fixa funções e também modula o comportamento da população a partir do enquadramento do próprio corpo como um artefato para o exercício do governo. Neste ambiente, as subjetividades são cristalizadas a partir de dispositivos que tentam forjar uma homogeneidade tanto na fixação da visualidade da paisagem e quanto no controle dos fluxos informativos. A questão que se depreende da pesquisa realizada é que, mesmo com este esforço de estabilização, há uma demanda considerável pela constituição de espaços locais, algumas vezes despertadas pela própria inscrição de marcos materiais no espaço, como no caso que estudamos a partir da instalação de uma elevada na região central de Porto Alegre. São experiências socioespaciais que alteram o uso do espaço urbano, criando novas espacialidades e tensionando as dinâmicas de formatação dos seres que interagem neste ambiente.

A partir das informações produzidas na investigação sobre os três casos distintos de ocupação no Brooklyn, localizado no vão inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina, em Porto Alegre, foi necessário questionar quais são os contornos e os obstáculos para a ressignificação do espaço urbano a partir do uso pela população e da comunicação realizada nas metrópoles atuais. Do ponto de vista do enquadramento dos usos e dos padrões de fruição da cidade, estas experiências oferecem possibilidade para pensar os esforços de fixação da instabilidade e avaliar

como o ordenamento do espaço contribui para garantir algum grau de controle sobre a contínua metamorfose urbana e, por essa via, modula relações de força entre diferentes modos de vida agenciados cotidianamente pelo comunicar na cidade.

Dessa forma, este trabalho esteve motivado pela intenção de compreender as relações de sociabilidade para além da interação interpessoal e o impacto da materialidade das estruturas urbanas nos processos comunicativos. Para cumprir esta tarefa, mobilizamos este segundo conjunto teórico com o objetivo de pensar a viabilidade de uma interface entre a produção de um espaço comum e a instauração de um processo comunicativo que extrapola o compartilhamento de semelhanças. Consideramos que as cidades contemporâneas, especialmente as metrópoles, são compostas de situações informativas e circuitos eletrônicos que se manifestam como um conjunto de paisagens e de geografias midiáticas em que incidem nas práticas sociais e comunicativas. Neste quadro, a fruição das estruturas oferecidas é bastante dirigida por estímulos e obstáculos que direcionam os movimentos de alteração dos usos do espaço urbano e, como consequência, prejudicam os processos comunicativos que poderiam se desenvolver aí.

4.1 Produção do Espaço Comum

A primeira tarefa é avaliar os marcos em que ocorrem os movimentos de apropriação e experimentação no espaço urbano, compreendendo as dinâmicas que ocorrem a partir da regularização imposta à cidade e que estão envolvidas na configuração do espaço, conceito que tem como referência a obra pioneira de Henri Lefebvre, *Produção do Espaço*⁴⁵. Tendo como objetivo caracterizar a gênese do espaço na sociedade contemporânea, o autor postulou que espaço e tempo teriam deixado de ser um “fato da ‘natureza’” ou “simples fato de ‘cultura’” e teriam passado a ser “produto”, ou seja, “efeito da ação das sociedades sobre dados sensíveis, sobre matéria e energias” (LEFEBVRE, 2013, p. 124). Pela sua proposta, o conceito de espaço reuniria aspectos culturais, sociais e históricos, resultando de um processo complexo composto pela descoberta de espacialidades novas ou desconhecidas, pela organização espacial própria a cada sociedade e pela criação dos monumentos e da paisagem (LEFEBVRE, 2013, p. 126).

⁴⁵ Segundo Lefebvre, a obra publicada em 1970 estaria marcada por uma conjuntura em que as viagens interplanetárias teriam dado ao termo espaço “conotações novas e singulares, e distâncias cósmicas” (LEFEBVRE, 2013, p. 123), enquanto a conversão de terras urbanas em negócios imobiliários exigia organização e delimitação do espaço nacional.

O raciocínio do autor é construído em torno da ideia de que a produção do espaço reúne aspectos de prática por articular relações de propriedade e de funcionamento das instituições, ou seja, ao mesmo tempo que interfere no modo de produção, o espaço social muda com ele, ainda que não exista uma relação direta e imediata ou mesmo causal entre ambos. Na tese central apresentada no livro, o autor sustenta que um modo de produção organiza ou produz seu espaço (e seu tempo), simultaneamente às relações sociais. Assim, as dinâmicas econômicas e sociais seriam expressas sobre o terreno que, por sua vez, reagiria sobre elas. É importante salientar que, mesmo sem correspondência exata ou pré-definida entre as relações sociais e espaciais, quando um novo modo de produção se instala, ele organiza o espaço preexistente para atender a seus fins. Lefebvre lembra que até quando as modificações são lentas e penetram em uma espacialidade já consolidada, é possível que o espaço seja subvertido com brutalidade como ocorreu no caso das paisagens do século XIX que foram alteradas pela industrialização.

Ao tratar especificamente do “espaço da modernidade”, Lefebvre (2013) identifica como característica uma combinação aparentemente paradoxal entre homogeneidade-fragmentação-hierarquização. O uso de elementos e materiais, além dos métodos de gestão, controle, vigilância e comunicação provocariam uma sensação de “conjunto” que, no entanto, se demonstraria falsa diante da realidade fragmentada e hierarquizada de espaços delimitados pela sua funcionalidade e cuja tipologia estaria restrita a residenciais, comerciais, lazer e locais destinados a abrigar os marginais. Esse espaço estaria vinculado ilusoriamente à informatização e ocultaria, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos que se estabelecem no seu interior. Para o autor, o esquema de um espaço organizado por essa lógica de homogeneidade-fragmentação-hierarquização teria alcançado uma espécie de generalidade capaz de interferir sobre o funcionamento da sociedade inteira.

O autor reforça a percepção já expressa em outras obras mobilizadas neste trabalho de que organização do espaço de forma centralizada e concentrada serve ao poder político e à produção material, traçando um paralelo entre classe social e hierarquia dos espaços ocupados, mas também, chama atenção para um processo de constituição de espaços locais, capaz de impactar as formações nacionais em um processo contraditório, ligado aos conflitos pela divisão do trabalho, noção que está ligada ao conceito de produção do espaço que abordaremos de forma mais detida adiante. Para tanto, é bom ter em mente que o desenvolvimento das forças produtivas e a intervenção direta do conhecimento sobre a produção material provoca uma passagem da produção de coisas no espaço

– característica da industrialização – para a produção do próprio espaço, marca da urbanização. É neste espaço socialmente produzido e particularmente urbanizado no capitalismo que as relações sociais são reproduzidas, através de uma espacialidade concreta crescentemente fragmentada, homogeneizada e hierarquizada.

Resta elucidar a relação entre esse espaço fragmentado e as múltiplas redes que combatem a fragmentação e restabelecem, senão uma unidade racional, ao menos a homogeneidade. Através e contra a hierarquização, não pode romper, aqui ou ali, arquitetural ou urbanisticamente, “algo” que sai do modo de produção existente, que nasce de suas contradições, revelando-as e não as cobrindo com um véu? (LEFEBVRE, 2013, p.129)

É justamente neste terreno conflituoso que enxergamos a oportunidade de contextualizar os casos observados neste trabalho como exemplos do surgimento de linhas disruptivas na experiência da cidade contemporânea, tensionada pelas mudanças na organização do capital. As transformações do sistema capitalista ao longo dos últimos trinta anos têm sido motivo de debate em torno da centralidade do trabalho como categoria fundamental da sociabilidade humana. Como nos interessa observar justamente estas brechas na codificação do espaço, vale pontuar brevemente a atualidade sobre a compreensão da divisão do trabalho na sociedade atual e sua relação com a organização das cidades.

De modo geral, há um entendimento de que a partir da década de 70 do século XX, os serviços e o conhecimento assumiram um papel preponderante em relação ao trabalho industrial de modelo fordista. Uma das vertentes deste debate apresenta o conceito de precariado, criado na década de 80 pela combinação dos termos precário e proletariado e aplicado por Guy Standing na obra *O precariado: a nova classe perigosa*⁴⁶. Na obra, Standing afirma ser uma classe social emergente formada por pessoas que vivem uma condição de instabilidade no emprego, dividida internamente e suscetível a apelos extremistas.

Constituída principalmente por jovens instruídos, desempregados ou empregados em ocupações temporárias, esta nova classe social seria predominantemente urbana e estaria caracterizada por um intenso sentimento de insatisfação. A análise do papel histórico deste segmento e sua capacidade de forjar ou não uma alternativa ao capitalismo gerou uma polêmica em torno da caracterização destes trabalhadores: seriam uma nova classe social, um novo formato do antigo conceito marxista de exército de reserva ou ainda uma nova camada do proletariado? No

⁴⁶ STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe social**. Belo Horizonte. Autêntica, 2013.

Brasil, este setor teria sido um dos eixos de mobilização dos protestos que ocorreram em junho de 2013 nas cidades grandes e médias do país⁴⁷.

Em outra vertente dessa discussão, temos uma análise que identifica a reorganização do sistema produtivo e a perda da importância do tempo de trabalho como fatores determinantes para a produção. No chamado capitalismo cognitivo, o conhecimento é a principal força produtiva e a base da riqueza. O trabalho imaterial produz bens, serviços, produtos culturais, conhecimento e comunicação, além de corresponder a um novo tipo de subjetividade⁴⁸. Dessa forma, a economia do conhecimento implica em mudanças temporais e novas espacialidades capazes de responder aos vários aspectos da sociabilidade humana. Todo este circuito produtivo depende da informação e as mercadorias resultam de um processo onde a cooperação e a capacidade de comunicação são centrais, exigindo que o trabalhador lide com múltiplas funções como criatividade, iniciativa e conhecimentos diferenciados.

A mudança do sistema produtivo impacta sobre a conformação urbana e caberia pensar “o que significa uma cidade onde o capital fixo, o cérebro, foi tirado do patrão?” (NEGRI, 2017, p. 304). O autor pontua que quando a classe operária industrial permanecia como elemento central na estruturação da sociedade, o problema da construção das cidades estava ligado ao modelo da jornada de trabalho cuja distribuição do tempo seguia a proporção 3x8 (oito horas de trabalho, oito horas de transporte e atividades diárias, mais oito horas de sono). Com a modificação da jornada e das características do trabalho, as demandas da produção foram transferidas para o ambiente urbano. A mão de obra não é mais predominantemente manual ou serializada e também não está mais confinada à fábrica, em uma configuração onde flexibilidade de tempo e mobilidade espacial são fundamentais e a estrutura e a organização do trabalho não são mais uma responsabilidade do patrão.

A estrutura das cidades é agora a estrutura produtiva por excelência. A metrópole substituiu a fábrica. É como a extração do valor, a extração social do valor substituiu a exploração específica industrial. Portanto, estudar a metrópole hoje significa estudar a produção, se trata de reescrever O Capital não a partir da fábrica, mas a partir da metrópole (NEGRI, 2017, p. 301)

⁴⁷ Além das demandas por saúde e educação, a restrição à circulação nas cidades, o acesso a serviços e espaços coletivos comuns de qualidade e a defesa de um “lugar” na cidade constituíram parte importante das reivindicações de uma série de manifestações e protestos realizados em várias cidades brasileiras em junho de 2013.

⁴⁸ Para uma revisão sobre o conceito de trabalho imaterial e seu impacto na subjetividade: CAMARGO, Sílvia. Considerações sobre o trabalho imaterial. Pensamento Plural | Pelotas [09]: 37 – 56 julho/dezembro 2011. Disponível em: < <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/09/2.pdf>>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

Para o autor, a metrópole seria o novo chão de fábrica e caberia entender como ocorrem os processos de regulação desses novos fluxos produtivos, bem como das contradições criadas pela ampliação do controle do trabalhador sobre a organização do trabalho e sobre os saberes produtivos que ocorrem, simultaneamente, ao incremento do impacto dos processos de extração dominados por nexos logísticos internacionais. Se a força de trabalho cognitiva tem o poder sobre a cooperação e a organização do trabalho e do conhecimento, ela também abre novas formas de produção de subjetividade capazes tanto de recusar os regimes de acumulação quanto de forjar os corpos que vão aderir a eles. Dito de outra forma, o trabalhador livre vendia sua força de trabalho, agora ele é empresário de si e está vulnerável a novas tecnologias de assujeitamento.

Negri não desenvolve o raciocínio, mas manifesta interesse pelos aspectos físicos da cidade e sua possível relação com as formas de regulação desses fluxos produtivos – não confundir com trânsito de bens ou pessoas - justamente nesse momento em que supostamente temos o surgimento de novos aspectos decorrentes do aparente aumento do controle da mão de obra sobre o seu trabalho. Uma primeira consequência dessa nova configuração é o deslocamento do ambiente de trabalho para o próprio local de moradia ou para áreas públicas. As demandas deste novo formato não são atendidas nem pelos patrões nem pelo poder público, ficando sob responsabilidade do próprio “empreendedor”. Por exemplo, a disseminação da experiência do home office impôs à estrutura da cidade uma expansão de serviços de comunicação que, por ser economicamente atrativa, vem sendo suprimida pelas empresas que fornecem serviços de transmissão de dados. Por outro lado, a massa cada vez maior de trabalhadores envolvidos em serviço de entrega ou transporte por aplicativo não tem qualquer estrutura de apoio e ocupa praças e parques que servem de ponto de repouso e muitas vezes não dispõe sequer de fornecimento de água potável ou instalações sanitárias.

De certa forma, não seria precipitado confirmar que com ou sem participação estatal, a população vai customizando seus espaços a partir das necessidades do seu cotidiano. A questão posta para este trabalho foi justamente averiguar de forma mais detida o que acontece nestes processos de reconfiguração urbana a partir da experiência de transformação do viaduto Imperatriz Leopoldina no Brooklyn. Para isso, mobilizamos a ideia de produção do comum da experiência urbana coletiva. Tonucci (2017) enxerga em autores como Hardt, Negri e Harvey, a possibilidade de contemplar a potência do ambiente urbano como gatilho para encontros e relações de comunalidade e da própria cidade como recurso comum. Para Harvey (2014), o comum não é um

objeto, um ativo ou um processo mas como “uma relação social instável e maleável, entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerados cruciais para sua vida e subsistência” (HARVEY, 2014, p. 145). No centro dessa definição, temos uma prática social cujo cerne é a relação entre o grupo social e um aspecto do ambiente que supera a lógica da troca mercantil e das avaliações de mercado. Cabendo diferenciar bens públicos do comum, encontramos uma qualidade que resulta de uma ação política de quem pretende apropriar-se do espaço, tendo relevância como exemplo as situações em que as próprias ruas se tornam comuns urbanos.

A rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário, assim como em um espaço de repressão sangrenta (HARVEY, 2014, p. 144)

Em sua obra *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, David Harvey (2014) dedica um capítulo à análise da criação dos bens comuns urbanos e identifica o que seria uma intensificação das ameaças à comunalidade urbana em consequência tanto da onda de privatizações, quanto do aumento dos controles espaciais sobre a qualidade da vida urbana. O resultado destas ameaças seria um alto potencial para inibir novas formas de relações sociais “em um processo urbano influenciado, quando não dominado, por interesses de classe dos capitalistas” (HARVEY, 2014, p. 134).

Por este raciocínio, o comum assume várias formas, sendo que algumas exigem acesso livre, outras são reguladas e outras ainda são exclusivas de um grupo social. Neste contexto, é importante ressaltar que os espaços e bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública e não constituem necessariamente um comum. Embora espaços e bens públicos contribuam para as qualidades dos comuns, é necessária uma ação política dos cidadãos e das pessoas que pretendem se apropriar deles ou realizar essas qualidades. Estas práticas de comunalização podem estar presentes em qualquer grupo social e a relação com o aspecto do ambiente tratado como comum pode ser tanto coletiva quanto mercantilizada.

O direito de usar esse comum deve ser concedido a todos aqueles que participaram de sua produção. Esta é certamente a base para a reivindicação do direito à cidade por parte dos trabalhadores coletivos responsáveis por sua criação. (HARVEY, 2014, p. 153)

Tentativas de criar novos tipos de comum podem ser facilmente capitalizadas reduzindo ou limitando a potencialidade de comunalização a poucos grupos como nos casos de gentrificação

ou mesmo levar à degradação por uso abusivo. Para o autor, para proteger o comum, é preciso proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do comum. Dessa forma, o estímulo às práticas de comunalização deveria prever a ampliação da oferta pelo Estado de bens públicos para finalidades públicas, junto com a auto-organização das populações para apropriar, usar e complementar esses bens de maneiras que ampliem e aprimorem as qualidades dos comuns.

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais. (HARVEY, 2014, p. 143)

Dessa forma, cabe pensar as três experiências que elencamos como material de estudo, cujo resultado é uma ação comum que justificaria a legitimidade de ser utilizada por todos. Ao tirar proveito da materialidade da elevada, grupos distintos utilizam a área coberta e iluminada oferecida pelo vão central e criam situações que transformam uma via de passagem de um espaço público em um ambiente de convivência, provocando, em graus distintos, o contato entre pessoas de grupos sociais diferentes que se somam à população de moradores sem teto e ao ponto de venda de drogas que sempre estiveram no local.

Nos dados produzidos no trabalho de campo, foi possível perceber que o cuidado com a limpeza do local é uma preocupação comum entre os participantes das três atividades, mas há distinções interessantes na forma de distribuição e uso do espaço. O Prato Feito faz um uso funcional do espaço. Com uma estrutura maior e mais complexa (mesas, cadeiras, aquecedores), o material precisa ser armazenado em um depósito locado de um lojista, proprietário de um pequeno espaço em um edifício no beco. As áreas são demarcadas com isoladores e tudo está organizado com o claro objetivo de orientar e restringir o deslocamento do público para otimizar a distribuição da comida. “A proposta aqui não é compartilhar um espaço, mas prestar um serviço”, explica Roberto Vasconcelos, em depoimento colhido no dia 17 de agosto de 2019. Roberto trabalha como uma espécie de coordenador da logística. Ele conta que foram aperfeiçoando a distribuição da estrutura ao longo do tempo e que elaboraram um mapa para a localização do material no vão e no depósito.

A configuração do espaço tem variações, mas mantém uma estrutura constante. No momento em que foi realizada a entrevista, contava com áreas definidas para recepção da comida pronta, aquecimento no fogão industrial, preparo e montagem das marmitas, preparo do suco e da

sobremesa, ponto de distribuição. Como mostra a fotografia 12, em primeiro plano o espaço infantil conta com alguns brinquedos e voluntárias que monitoram as brincadeiras das crianças, enquanto os idosos, ao fundo, contam com mesas e cadeiras e podem fazer as refeições sentados. Idosos e crianças contam com mesas para fazer a refeição. Quem está fora destes grupos se ajeita como podem para sentar-se no chão, nas muretas ou no pequeno gramado e tem um tempo de permanência menor que o restante do grupo.

Fotografia 12 – PF das Ruas – Espaço Infantil



Fonte: perfil @PFdasRuas no Facebook⁴⁹

Todo o trabalho é feito pelo grupo de voluntário e tudo é recolhido logo após o encerramento da distribuição da comida. Eventualmente, os “assistidos” participam da retirada do equipamento do depósito e não parecem estar envolvidos em nenhuma outra forma de participação no evento.

O Samba de Terça utilizava a parte central, bem embaixo do viaduto, para montar a roda com duas mesas e algumas cadeiras. Em todas as edições, o equipamento e o pequeno amplificador de som eram trazidos e retirados por um veículo de frete. Em algumas edições, havia stands da organização do evento que comercializava bebidas, principalmente, cerveja. A presença de vendedores ambulantes era constante e, por vezes, em grande número. Na maioria, vendedores de

⁴⁹Publicada em 15 de março de 2020, sem texto e autoria. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pfdasruas/photos/a.1128071063939946/3026551870758513/?type=3&theater>>. Acesso em 25 de março de 2020.

cerveja, mas também foi possível identificar população empobrecida que tentava comercializar itens como livros, doces ou pequenos objetos⁵⁰. O espaço em torno da roda era utilizado livremente durante as quatro horas do evento. Muitos conversavam, cantavam, bebiam e até dançavam. A ausência de demarcação do espaço favorecia a circulação e o contato entre os frequentadores. Os organizadores contratavam banheiros químicos e a limpeza do local após o evento ficava por conta de uma moradora de rua que recebia pagamento em dinheiro pelo serviço.

Fotografia 13 – Samba de Terça no Brooklyn



Fonte: Imagem captada pela autora, em 29 de outubro de 2018

Os skatistas fazem a ocupação mais fluida do espaço, mas é a única que inscreveu marcos permanentes (rampas, obstáculos). Utilizam as muretas para sentar e a parte do piso com cobertura mais regular como pista, ocupando quase metade da área total. Os grupos são pequenos e cada um faz percursos individualizados e muitas vezes compartilham o espaço com pedestres. O tempo de permanência dos frequentadores no local é bastante variável.

⁵⁰ Em uma das saídas de campo para observação, foi possível adquirir pelo valor de 5 reais, um exemplar da **Flora Analítica de Porto Alegre**, obra de Irmão Teodoro Luis F.S.C, publicada em 1961 pelo Instituto Geobiológico La Salle, em Canoas. O pequeno livro faz um inventário de 1460 espécies vegetais encontradas na cidade de Porto Alegre e entorno, trazendo desenho, classificação taxonômica e características de cada planta.

Fotografia 14 - Rampas para skate no Brooklyn



Fonte: Imagem captada por Guilherme Santos, Jornal Eletrônico Sul 21⁵¹

Outra diferença percebida entre as atividades, é a relação com a institucionalidade. Enquanto os skatistas e o PF recusam qualquer relação, o Samba queria regularizar-se como evento junto à Prefeitura Municipal, estando disposto a atender as exigências impostas pelo Ministério Público quanto a limites de horários, limpeza e calendário. Das três, foi justamente o Samba que sofreu ação fiscalizatória do município e repressão policial.

Dessa forma, é possível considerar que presenciamos uma ação comum no sentido de alterar a função do espaço que constituiu oportunidade para agenciamentos e articulações entre setores distintos da sociedade. Nas três experiências, pudemos comprovar casos em que novas redes de solidariedade foram estabelecidas – envolvendo comércio informal, alianças para ações políticas e de apoio à população de rua, a formação de uma rede de ativistas culturais do samba e uma rede de convivência entre skatistas adolescentes originários de distintos bairros da cidade. No PF das Ruas, a formação deste componente de solidariedade é bastante evidente com a constituição de uma dinâmica de sensibilização de doadores que contribuem regularmente com dinheiro e alimentos, voluntários que atuam na preparação e distribuição da comida, profissionais que dão suporte aos assistidos e, em alguns casos, o aporte de recursos materiais e financeiros que vão além

⁵¹Imagem publicada em 21 de janeiro de 2018 no jornal eletrônico Sul21. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/01/sob-o-viaduto-do-brooklyn-ocupacao-de-espaco-publico-com-batalhas-de-mcs/>. Acesso em 20 de março de 2020.

da marmita distribuída no sábado. A coordenadora do grupo, Rose Carvalho, disse em entrevista à pesquisadora que percebe um sentimento muito bom em toda a cadeia mobilizada pela iniciativa. “A solidariedade contamina”, explicou Rose.

A ação impactou no assistido Humberto. Em entrevista realizada durante o trabalho de campo e já relatada anteriormente, ele observou que a lógica entre a população em situação de rua é de pouca cooperação e, por isso, conseguir uma refeição quente e bem preparada é ainda mais importante. Ao enfatizar que admirava muito “o amor dos voluntários que são verdadeiros anfitriões”, ele explicou que recolhia assinaturas para um abaixo-assinado de protesto contra o fechamento de um abrigo municipal para população vulnerável, indicativo de um processo que reconheceu o PF das Ruas como espaço legítimo e viável para organização e para exercício de solidariedade.

Dessa forma, consideramos que o resultado destas experiências é uma apropriação que ressignifica e produz diferentes inscrições, sendo notável um atravessamento maior da conjuntura política no samba, assim como um nível de aceitabilidade menor dos vizinhos em relação a esta experiência comparada às outras. Por este raciocínio, a prática de skate, a realização de eventos culturais e o uso do espaço para atividades assistenciais poderiam ser consideradas como indutor de qualificação daquele espaço como comum.

Neste sentido cabe pensar o compromisso com o espaço e com o estabelecimento de um novo código de convivência que viabilize a presença de todos. Dardot e Laval (2017) postulam que o comum tem um duplo componente que inclui tanto o sentido de obrigação quanto de participação. Dessa forma, a obrigação dependeria do engajamento em uma atividade conjunta a partir da qual seriam produzidas normas morais e jurídicas. Os autores recuperam as vertentes teológica, jurídica e filosófica para fazer uma associação entre a produção do comum e práxis. Sua formulação ataca a essencialização e a redução do comum a uma qualidade, juízo ou mesmo a um conceito de tipo humano, postulando que somente a atividade prática pode tornar as coisas comuns e produzir um novo sujeito coletivo. Dessa forma, o sujeito não preexistiria à atividade como titular de direitos, enquanto a universalidade teria um caráter prático onde os indivíduos, em dado momento e sob determinada condição, estariam engajados na mesma tarefa. Para os autores, pensar o comum significa romper a associação entre um sujeito livre e a coisa material oferecida ao domínio deste sujeito.

O comum não é um bem porque ele não é um objeto ao qual deva tender a vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 54)

Como princípio de transformação social, o comum é uma dimensão presente em todos os domínios da vida que faz convergir as atividades e instituindo politicamente a sociedade a partir do eixo do direito de uso. Por este postulado, a propriedade perderia seu caráter absoluto e ficaria submetida ao direito de uso do comum. Os autores assinalam que a guarda de um comum só pode ser confiada aos que se dedicam ao seu uso conjunto e não aos Estados. Dessa forma, o uso instituinte dos comuns não seria um direito de propriedade, mas sim “a negação em ato do direito à propriedade em todas as suas formas” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 509).

Esta norma de inapropriabilidade deriva da ideia de que o comum é algo definido por uma práxis, um espaço institucional aberto por um certo tipo de atividade que deve ser reservado ao uso comum e, portanto, não pode ser apropriado por alguém. A adoção dessa perspectiva abre possibilidade de criar de uma racionalidade alternativa ao neoliberalismo, onde um sujeito coletivo é produzido pelo ato comum de sua instituição e os usos são regrados, sem a prerrogativa de dispor de algo na condição de dono. Não existem bens comuns, existem comuns que devem ser instituídos (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 620).

Dessa forma, estaríamos falando do comum como um princípio que ordena, comanda e rege toda a ação política e exige que a participação numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política. Como postulam os autores, a atividade conjunta é o fundamento da coobrigação e o princípio que faz buscar o bem comum. Não sendo uma coisa (res), propriedade ou característica, não implica supressão da propriedade nem do mercado, mas exige a subordinação de ambos aos comuns, e neste sentido, limita e elimina o direito do abuso pelo qual algo fica inteiramente à mercê do proprietário.

O princípio político do comum delinea os contornos de uma dupla federação: federação dos comuns socioeconômicos constituídos sobre uma base socioprofissional, federação dos comuns políticos constituídos sobre uma base territorial. Constitui-se assim uma democracia dos comuns. (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 619)

Na formulação dos autores, o comum é um princípio político que implica na participação direta em uma mesma atividade. Ao constituir uma forma de opor-se ao capitalismo, também rompe definitivamente com o sistema de comunismo estatal por recusar a ideia de que o Estado poderia ser um anteparo da sociedade aos efeitos do capital. Esse princípio do comum retém a ideia de público quanto a destinação social, mas não supõe a forma jurídica de propriedade. “Em

resumo, a adesão substituiria a posse” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 498), em um processo gradativo de desaparecimento da propriedade, em especial da propriedade dos meios físicos de produção e consumo. A adesão ou locação criaria um laço de dependência que permitiria cobrar eternamente pelo serviço e controlar o tempo e o consumo do usuário, em um modelo onde a comercialização não é de bens ou direito de propriedade sobre coisas, mas de usos de bens e acessos a serviços.

A partir destes conceitos, consideramos que os três casos analisados atendem ao conceito de instituição de um comum por se tratarem de uma prática coletiva em que grupos de usuários instituem rotinas de ocupação para uso de um espaço público, criando ali uma referência que se legitima pelo resultado da própria ação, mas não constitui um estatuto de propriedade. Todas resultam de uma ação direta e organizada sobre o espaço, mas nenhuma reivindica a instituição de um estatuto de propriedade ou mesmo de posse. Entre as atividades, apenas os skatistas deixaram marcos materiais permanentes no Brooklyn, com a construção dos obstáculos. Todas as outras experiências, inclusive as que não foram objeto de investigação nesta pesquisa, têm uma presença efêmera que foram inscritas pela própria ação no local ou pela comunidade que conformaram em meios digitais.

De forma geral, é possível afirmar que as três experiências colocam em marcha a cooperação como um princípio político comum necessário a interferir no espaço para otimizar a estrutura disponível e viabilizar uma atividade diferente da prevista inicialmente, instituindo um comum que só pode ser apropriado por alguém, mas apenas realizado a partir de regras estabelecidas ao longo do processo particular de organização em cada evento.

Tonucci (2017) lembra que na conformação dos comuns urbanos, é necessário considerar de forma primordial a negociação de fronteiras e de solidariedades, pois a sobrevivência destas experiências dependeria de uma expansão contínua que fosse capaz de colocar em xeque a própria lógica de urbanização capitalista. O autor desencoraja qualquer ilusão pacificadora em relação aos processos de instituição do comum, já que este teria um caráter conflituoso em função da apreciação e valoração do recurso ser muito variada entre os habitantes da cidade, envolvidos direta ou indiretamente pelas experiências.

A questão posta pelo seu estudo e que se aplica a esta pesquisa como desafio é a oportunidade de pensar a possibilidade de cidades como Porto Alegre abrigarem arranjos de

propriedade baseados em direitos coletivos de uso e acesso em detrimento de direitos absolutos e propriedade privada. “Será possível falar do comum nas nossas metrópoles?” (TONUCCI, 2017, p. 71). O autor demonstra interesse por espaços em áreas que ele considera de periferia e que seriam produzidos e mantidos por relações informais de cooperação, compartilhamento e solidariedade. As práticas sociais das populações de trabalhadores e pobres, moradoras de favelas e periferias brasileiras, estão muito marcadas pelos conflitos e disputas pelo reconhecimento da legitimidade da posse das terras e pela insegurança constante sobre a permanências nas áreas ocupadas.

A experiência desenvolvida em torno do Brooklyn traz características específicas já que não ocupa uma posição periférica em relação a distribuição geográfica da cidade, mas se conforma como uma área de margem em relação aos modos de vida. Mesmo estando localizado em uma região central, vizinho à uma instituição de ensino superior considerada uma das melhores do país, é um espaço de invisibilidade. Outro detalhe é que não há qualquer reivindicação por uma ocupação permanente ou com finalidade residencial, diferindo dos movimentos de trabalhadores sem teto que pressionam pela ampliação das oportunidades de moradia. Como já referimos, não foi identificado um interesse claro na destinação do espaço e até aquele momento nenhum claro plano governamental para a área. Da mesma forma, as pressões de expropriação e cooptação por parte do capital e do Estado parecem difusas. Alguns dos empreendimentos imobiliários recentes feitos na área vendem a ideia da vida boêmia do bairro como um valor agregado para atrair novos moradores.

A sobrevivência das experiências de produção do comum pode estar ligada a uma articulação eficaz para resistir às pressões de expropriação e cooptação por parte do estado e do capital. Como já citamos, no caso do Brooklyn, as experiências analisadas participam de um circuito que comunica outras iniciativas semelhantes que ocorrem na cidade, mas não chegam a formar uma rede de cooperação.

Por outro lado, nos parece bastante apropriado admitir que a instituição do comum urbano só é possível se a comunidade de usuários participar não apenas do cuidado do espaço de experiência, mas também da sua gestão como um todo. No caso do Brooklyn, este nível de gerenciamento global não se constituiu. Há um nível de integração e convivência entre as atividades, inclusive com a participação cruzada nos eventos, mas a relação com o espaço é

estabelecida e limitada às demandas específicas de cada grupo. Enquanto os skatistas usufruem de uma materialidade que construíram de forma autônoma e sem qualquer relação com vizinhos ou autoridades, o PF das Ruas tem uma relação formal de aluguel onde paga pela utilização de um depósito em um dos prédios vizinhos. Também é importante notar a interface que o Samba de Terça estabeleceu com a institucionalidade, negociando a realização da atividade com o Escritório de Eventos, órgão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre cujo objetivo é “centralizar as demandas relacionadas ao licenciamento de eventos, no espaço público e privado”, além de orientar os proponentes de eventos quanto à regularização das suas atividades junto à prefeitura da capital⁵².

Dessa forma, nos parece evidente que, mesmo com um certo grau de autonomia em relação à determinação do uso, estamos longe de um quadro que configure participação efetiva na gestão do espaço. Havia cooperação e participação cruzada entre os eventos, mas não havia uma articulação efetiva entre os organizadores que tivesse alguma incidência no processo decisório sobre a utilização do Brooklyn. O Samba de Terça tentou formalizar sua relação com a administração municipal e institucionalizar a iniciativa como evento legalizado, fato que poderia representar uma incidência maior na dinâmica de decisões em relação ao local e consolidar um protagonismo do grupo naquele cenário. Mesmo assim, é evidente que ainda que não formalizadas ou verbalizadas, estas experiências de produção do comum guardam proximidade com as reivindicações pelo direito de decidir sobre o espaço urbano e dirigem sua atuação para além da simples reivindicação pela ampliação da atuação governamental, estabelecendo formas de cooperação e reivindicando recursos urbanos e o uso dos espaços da cidade.

Ao tomar as cidades como espaço de experimentação institucional. Nessa linha, a informalidade urbana tradicionalmente associada a fenômenos de carência e exclusão passa ser vista como mutáveis e provisórios agenciamentos de colaboração e ambientes urbanos marginalizados são celebrados como possíveis espaços de solidariedade e formação de comunidades (TONUCCI, 2017, p. 107).

Desse ponto de vista, as cidades deixam de ser percebidas como laboratório para observação dos conflitos adaptativos humanos e passam a ser consideradas como espaço para ampliação e qualificação de relações entre pessoas, comunidades e instituições. Esse movimento permite que a informalidade ou os elementos disjuntivos da configuração urbana sejam

⁵² Para detalhes sobre o funcionamento do órgão, ver: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/escritorio-de-eventos>

ressignificados e deixem de ser associados à exclusão e falta de recursos ou seja a vigência de um ordenamento diferente do previamente previsto deixa de ser sinal de degradação.

4.2 Direito à cidade insurgente

Para pensar sobre os casos analisados neste estudo, mobilizamos um conjunto de referências que analisam as reivindicações que reclamam a legitimidade de usufruir e modificar os espaços urbanos, materializada pela possibilidade de decidir sobre a configuração deste ambiente urbano. O conceito de direito à cidade vem do livro de *O Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre (2011) traduzido e publicado no Brasil em 1969, um ano após o seu lançamento na França, no ano anterior. A obra é apontada como um estudo que identifica a mudança da relação entre industrialização e urbanização, quando a primeira deixa de ser considerada o motor das transformações sociais e principal fator de indução do desenvolvimento das cidades.

Bianca Tavorari (2016) recupera a trajetória do conceito e a sua influência nos movimentos sociais e acadêmicos no Brasil. Ela lembra que foram feitas diferentes leituras da obra de Lefebvre, mas adverte a importância de manter o contexto de produção do livro, marcado pela confluência entre a faceta teórico-conceitual do pensamento acadêmico e o viés prático-reivindicativo das manifestações de 1968 na França. A autora recupera as nuances do debate onde é interessante citar a perspectiva apontada por Edésio Fernandes⁵³ ao indicar que na última obra publicada por Lefebvre, em 1991, *Du Contrat de citoyenneté*, o direito à cidade é incorporado como uma ampliação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 e estabelecendo as bases para um novo contrato social em que a função social da propriedade e a participação popular seriam interpretadas como o conteúdo do direito à cidade.

Neste percurso, o conceito inicialmente identificado com reivindicações por melhoria na infraestrutura nos bairros pobres, adquiriu um contorno mais amplo incorporando reivindicações por ampliação da cidadania e democracia. Em um contexto de crescimento dos movimentos sociais urbanos, tornou-se uma ferramenta operativa que ajudou a organizar lutas fragmentadas sob um eixo comum, ampliando pautas específicas para um contexto mais abrangente e interferindo na cultura política dos movimentos sociais urbanos. A autora lembra que o conceito contribuiu para

⁵³ FERNANDES, Edésio. “Constructing the ‘Right to the City’ in Brazil. *Social & Legal Studies*, v. 16, n. 2, 2007.

a crítica sobre a centralidade da tecnocracia e da burocracia estatal nos processos de decisão sobre políticas urbanas.

Como já indicamos no capítulo anterior, no mundo do século XX, as análises sobre a estrutura de produção e reprodução econômica não podiam mais ficar limitadas ao âmbito da fábrica, abrindo o foco para a inclusão da vida cotidiana da cidade e dando margem para a percepção de uma nova ordem de dificuldades enfrentadas pelos seres humanos submetidos a uma rotina de deslocamentos programados onde “a intervenção do planejamento urbano amparado pela técnica contribui de maneira decisiva para acirrar as cisões” (TAVOLARI, 2016) . Segundo a autora, a consequência desse novo enfoque é a ressignificação do que se entendia tanto por dominação quanto por libertação. “Não à toa, o horizonte de emancipação é designado pela expressão ‘direito à cidade’”, explica Tavolari (TAVOLARI, 2016, p. 100).

Neste contexto, o conteúdo das demandas reunidas em torno da ideia do direito à cidade expressa tanto uma crítica social à precariedade das condições de vida de parcelas da população que não tem acesso à moradia nem conseguem se movimentar, quanto uma contrariedade em relação à degradação da qualidade de vida, provocada pelo desequilíbrio ambiental ou pela redução das áreas convivência comunitária em favor de empreendimentos viários ou imobiliários. No último caso, as reivindicações estão ligadas à percepção de um novo tipo de miséria humana decorrente da descaracterização das cidades e da piora das condições de sobrevivência nos ambientes urbanos.

Essas demandas poderiam ser tratadas a partir de direitos específicos (moradia, saúde, transporte), mas ao se colocarem sob a denominação de direito à cidade e se associarem a experiências de produção do comum, abrem a possibilidade de qualificar a compreensão tanto sobre o direito quanto sobre a cidade. Mobilizamos novamente David Harvey para enfatizar o caráter do direito à cidade não apenas como garantia do acesso ao que já existe como materialidade, mas como legitimidade para reconfigurar o espaço urbano.

A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade de acordo com o desejo de nossos corações ... A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos (HARVEY, 2013, p. 28)

É justamente neste espaço de intervenção que vamos encontrar o conceito de insurgência, apresentado por Tonucci (2017) como um aspecto que se afirma nas práticas socioespaciais onde ocorrem processos de apropriação e experimentação que “cultivam o sentido do uso, da obra e da

diferença contra o valor de troca e a dominação e nas aberturas e desestruturações que desafiam as tentativas de manter a cidade ‘na linha’” (TONUCCI, 2017, p. 137). O autor é tributário do trabalho de Holston (2013) que desenvolve a ideia de Cidadania Insurgente, em um esforço para pensar sobre estratégias para resolução dos conflitos fundiários atuais. Entre as ideias propostas ali, nos importa enfatizar um conceito de cidadania relacionado à incorporação efetiva de indivíduos a uma comunidade política que demonstra disposição para distribuir direitos. Além disso, para compreensão do perfil do sujeito de direitos contemporâneo é importante considerar a experiência urbana da globalização. Segundo Holston (2013), apesar do investimento feito na constituição da cidadania nacional como estratégia para a construção dos Estados Nacionais, em detrimento da cidadania urbana clássica, as cidades acabaram se tornando ainda mais estratégicas justamente por serem o espaço utilizados pelas forças transnacionais para se inscreverem nas relações cotidianas.

As ruas das cidades misturam novas identidades de territórios, contrato e educação a outras qualitativas como raça, religião, cultura e gênero. Suas multidões catalisam essas novas combinações nos ingredientes ativos de movimentos políticos que desenvolvem novas fontes de direitos e agendas de cidadania relacionadas às condições mesmas da vida na cidade. Essa química, por sua vez, transforma os significados e as práticas da participação nacional. Assim, as cidades fornecem a densa articulação das forças globais e locais em resposta à qual as próprias pessoas pensam e agem na política, tornando-se novos tipos de cidadãos. Nesse processo, as cidades se tornam ao mesmo tempo o lugar e a substância, não apenas das incertezas da cidadania moderna, mas também de suas formas emergentes (HOLSTON, 2013, p. 49)

E como seria esta cidadania moderna e emergente? Holston (2013) sustenta que a cidadania contemporânea urbana se desenvolve em arranjos sociais que mesclam formas de resistência e também de inércia, ora manifestas como elementos de persistência ou de encapsulamento das antigas fórmulas dominantes, ora como a irrupção de atos contestatórios. Neste quadro, o insurgente perpetuaria alguns atributos de cidadania historicamente dominantes.

Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado. Sem dúvida o nazismo lançou um movimento de cidadania insurgente na Alemanha, assim como o fez a direita fundamentalista americana nos Estados Unidos. A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. A insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção. Desse ponto de vista, o presente é como um pântano: vazando, cheio de furos, lacunas, contradições e mal-entendidos, existentes logo abaixo de todas as pressuposições tácitas que conferem ao presente sua aparente coerência (HOLSTON, 2013, p. 62)

Ao aceitar que a insurgência não tem um conteúdo prévio, podemos considerar a hipótese do autor de que, em razão da persistência das velhas fórmulas de cidadania, o confronto entre o insurgente e o estabelecido cria um espaço instável. No Brasil, a modernização das cidades consolidou um espectro de diferenciação de cidadania relacionado a um padrão de distribuição centrífuga da população. Entre 1930 e 1980, o desenvolvimento do trabalho e das periferias urbanas potencializaram a segregação da população, viabilizada pela expansão das vias e do sistema de transporte urbano. Em alguns casos, é possível concluir que as populações são removidas para dar lugar a vias cujo objetivo imediato é justamente viabilizar o deslocamento para mais longe das regiões centrais. A persistência desse padrão de urbanização segregadora pode ser arrolado como um vetor de desestabilização capaz de minar categorias que davam um sentido de ordem e segurança ao cotidiano.

A disparidade entre a forma de governo e a substância da cidadania que analiso no Brasil sugere que todas as democracias – emergentes e estabelecidas – são normalmente disjuntivas em sua realização da cidadania. Isso indica não apenas que a progressão temporal e a substância do desenvolvimento da cidadania variam em diferentes contextos históricos e nacionais, mas também que esse desenvolvimento nunca é cumulativo, linear ou distribuído por igual. Em vez disso, a cidadania sempre se expande e se erode simultaneamente e de formas desiguais (HOLSTON, 2013, p. 37)

Seguindo o raciocínio do autor, é possível entender que a manutenção de uma sociedade de diferenças sociais organizada em função da distribuição espacial de privilégios implica na erosão da ideia de justiça social já que a igualdade existe apenas em sentido formal. Para o gerenciamento desta cidadania diferenciada em um ambiente de liberalismo econômico, é impossível prescindir de governos autoritários. Holston (2013) assinala que a administração das diferenças e os mecanismos de inclusão são um debate constante na constituição de qualquer cidadania e que a chave da questão estaria justamente nas formas como a sociedade problematiza e enfrenta estas disparidades. Na sua opinião, o Brasil se tornou um regime entrincheirado de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas porque nega uma distribuição igualitária de cidadania.

Dessa forma, caberia pensar como se constitui uma cidadania urbana e como se conformariam estas arenas de produção de direitos. Holston (2013) avalia as periferias da cidade de São Paulo, onde a reivindicação por moradia estaria na base da mobilização social por uma agenda de direitos e observa que os moradores do local tendem a considerar o lugar onde vivem como o resultado de um processo em que eles próprios transformaram estas regiões distantes em

bairros urbanizados tendo a autoconstrução como um atributo chave do padrão de ocupação do espaço. Dessa forma, os lugares carregariam o resultado de uma ação própria sobre a materialidade do ambiente e poderiam funcionar como um agente importante na construção da cidadania, através da vivência desse processo de intervenção.

As três experiências têm conteúdos distintos e favorecem a opção por escapar de uma abordagem interpretativa. Além disso, a permeabilidade deste espaço coloca como desafio a necessidade de considerarmos a vida cotidiana – território onde bens e necessidades se confrontam e se transformam em desejos – como arena para produção de cidadania a partir da materialidade daquele espaço.

4.3 Comunicação e presença

Durante o trabalho de campo, a presença do viaduto como uma estrutura física inscrita na paisagem foi tomando importância no conjunto da problemática que se constituiu como objeto de estudo. Talvez em um primeiro momento como estratégia de inserção em terreno conflagrado por um conflito em torno da aceitabilidade da natureza das atividades desenvolvidas no local, a pesquisa optou por uma via para abordar a questão a partir do dado concreto que era a existência da elevação no local, evitando assim dar relevância excessiva à disputa em torno dos argumentos sobre o conteúdo das atividades de ocupação da área. A opção se apresentou claramente como questão teórica a ser resolvida quando uma das pessoas entrevistadas enfatizou sua simpatia pela abordagem escolhida: “achei bom que o teu trabalho seja sobre o viaduto e não sobre as festas que acontecem ali. Isso dá mais chance de entender as coisas”, disse Paloma Ceresani, gerente da loja Nerdz.

Dessa forma, fomos alertados pelos dados coletados in loco sobre a importância de avaliar as condições materiais em que ocorria aquele caso específico. Para tanto, mobilizamos Gumbrecht (2010) na tentativa de apreender processos e eventos que detonam ou intensificam o impacto dos objetos sobre os corpos humanos. A via se mostrou particularmente adequada já que a ênfase dada pelo autor à observação de um tipo de aderência humana às “coisas do mundo” ofereceu-se como uma abordagem oportuna para problematizar os dados recolhidos. Para seguir este raciocínio é importante mobilizar o conceito de materialidades da comunicação formulado por Gumbrecht que o define como “todos os fenômenos e condições que contribuem para a produção de sentido sem

serem, eles mesmos, sentido” (GUMBRECHT, 2010, p. 28). A consequência de abordar os processos de comunicação pela via da materialidade é considerar que a medialidade dos meios afeta o sentido, ampliando o interesse do sentido em si para a busca pelas condições de sua emergência.

Nesta perspectiva, uma noção importante para este trabalho é pensar o material por onde o conteúdo se expressa, em linguagem grosseira, seria atentar para a tinta e não para a cor. Uma vez que passamos a nos preocupar com o impacto da materialidade do viaduto na comunicação produzida ali e na constituição de uma vida embaixo da ponte, passamos a observar as características do espaço que oferecem condições de ocupação e não somente buscar a interpretação do significado dos atos praticados ou inscritos naquele espaço. Dessa forma, fomos autorizados a pensar que na experiência do Brooklyn, a acústica e a proteção oferecida pela elevada contra a intempérie fizeram com que fossem experimentadas novas possibilidades para aquele espaço como veremos no desenvolvimento deste capítulo.

Hanke (2005) trabalha sobre a obra de Gumbrecht e postula que a materialidade é aquilo que sobra dos fenômenos da comunicação depois de abstraída a dimensão do significado, ou seja, o funcionamento de sistemas e o uso destes sistemas de conhecimento seriam duas coisas diferentes. Para o autor, a questão seria investigar “o que se pode fazer com uma caneta sem interpretar as palavras escritas com ela” (HANKE, 2005). Nesse esforço, caberia deter-se na ideia de produção de presença, cujo conceito traz uma relação espacial com o mundo e seus objetos, relação esta que é palpável, concreta, evidente e tem um impacto corporal.

Por esta linha de raciocínio, o ato de comunicar exige a presença de um suporte material para efetivar-se e sua interpretação precisa considerar as condições materiais de produção desse sentido. Nessa perspectiva, Gumbrecht postula que enfrentar a coisidade do mundo – experimentar todos os objetos disponíveis em presença pela sua condição pré-conceitual - possibilitaria reativar uma dimensão corpórea e espacial da nossa existência. A "produção de presença" aponta para todos os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos "presentes" – as coisas do mundo - sobre corpos humanos.

Estas distintas formas de entender a comunicação forjam o que o autor considera diferenças entre uma cultura de presença e uma cultura de sentido. Na cultura de presença, a referência humana seria o corpo e os seres se relacionariam a partir da inscrição de si mesmos na cosmologia

do lugar, o conhecimento legítimo seria revelado a partir do impulso que não vem do sujeito, mas do espaço que se constitui ao redor dos corpos, a dimensão primordial onde se negocia a relação entre os seres humanos e as coisas do mundo. Já na cultura de sentido, a autorreferência humana predominante seria o pensamento e o conhecimento legítimo seria aquele produzido por um sujeito no ato de interpretar o mundo, ou seja, no ato de ultrapassar a superfície material para encontrar a verdade, forjando uma conexão entre temporalidade e consciência e tendo como objetivo transformar o ambiente, produzindo melhorias ou embelezamentos.

Gumbrecht considera a distância do mundo cotidiano como um fator central na conformação de uma situação de experiência estética cujo efeito poderia ser a recuperação da dimensão espacial e corpórea da existência. Algo capaz de impedir que percamos por completo uma sensação ou recordação da dimensão física das nossas vidas. “Faz sentido esperar que a dimensão corpórea da nossa existência nos devolva a sensação de estar-no-mundo, no sentido de fazer parte de um mundo físico de coisas” (GUMBRECHT, 2010, p.146).

Entretanto, a reação a um ambiente cotidiano cartesiano e a reconexão com a materialidade não teria como imagem uma harmonia perfeita. Passar de observador à parte é uma possibilidade de recuperar o vislumbre sobre como poderiam ser as coisas do mundo, mas esta integração jamais será completa porque o estágio de matéria pura só poderia ser obtido com a morte. Mesmo assim, experienciar as coisas do mundo pela sua coisidade pré-conceitual pode reativar sensações articuladas em uma dimensão corpórea e espacial da nossa existência. Isso aconteceu no Brooklyn, onde a acústica e a proteção oferecida pelo vão livre fizeram com que fossem experimentadas novas possibilidades para aquele espaço, conformando uma situação peculiar de um ambiente aberto e ao mesmo tempo protegido. Gumbrecht se pergunta sobre como atingir um estágio de presença no mundo e postula que talvez o caminho fosse

...isolar fortes sentimentos individuais de alegria ou tristeza e se concentrando neles com nossos corpos e pensamentos, deixando que esses sentimentos diminuam a distância entre nós (sujeito) e o mundo (objeto) até o ponto em que a distância possa se transformar subitamente em um estado não mediado de estar no mundo (GUMBRECHT, 2010, p. 150)

Seguindo a trilha aberta pelo autor, teríamos como desafio habitar mundos que tenham formas cambiantes e sejam capazes de produzir desejo por aquilo que os conceitos e os discursos não conseguem alcançar. Nessa cultura de presença, a meta seria deixar que os corpos se relacionem com a paisagem e com outros corpos, apontando para aquilo que não é conceitual nas

nossas vidas. Dessa forma, o importante seria expor-se aos efeitos da comunicação e permitir ser tocado pelos acontecimentos do ambiente.

Por esta ideia, uma existência está sempre em contato substancial e espacial com as coisas do mundo, ou seja, está em uma paisagem, tem substância e ocupa um espaço. Assim, a presença de certas coisas daria possibilidade para que outras pudessem aparecer em suas primitivas qualidades materiais – efeito que poderia ser considerado parte da revelação do ser. Como exemplo, Gumbrecht sugere pensar que uma edificação construída sobre um penhasco acaba por ressaltar a rocha que serve como seu ponto de apoio, principalmente no caso de uma tempestade, situação em que poderiam se manifestar suas qualidades para enfrentar a intempérie, resistindo ou sucumbindo a ela.

A formulação oferece uma possibilidade de abordagem do caso proposto para estudo por esta pesquisa, cabendo avaliar as qualidades que o viaduto Imperatriz Leopoldina evidenciou na relação entre o espaço e os corpos dos frequentadores e pedestres e que contribuiu na constituição desta experiência chamada Brooklyn. Pelos dados produzidos em pesquisa histórica, observação e entrevistas, podemos afirmar que a implantação do Viaduto Imperatriz Leopoldina alterou a paisagem e a movimentação de veículos e pedestres ao mesmo tempo que criou um grande espaço vazio na sua parte inferior cuja previsão de ocupação não passava de um paisagismo básico. A primeira observação pertinente está relacionada à evidência de que sob aquele teto de concreto, o céu desapareceu. O fato foi assinalado pela obra *Céu*, da artista Zoé Degani já referida neste trabalho, que inscreveu painéis com mosaicos cerâmicos reproduzindo o formato de nuvens nos pilares que dão sustentação à elevada. Atualmente, os mosaicos já sofreram muitas interferências e talvez não provoquem mais o efeito do conjunto recém instalado, mas não seria inapropriado considerar que a instalação da obra evidenciou alguns possíveis efeitos da implantação da estrutura como a criação de um espaço que poderia ser ocupado.

A área imediatamente contígua à elevada tem um paisagismo bastante básico e acaba não sendo muito utilizada. Interessante notar que a área prevista pelo projeto urbanístico original como largo e área de convivência não é utilizada com esta finalidade e participa apenas residualmente das atividades observadas. As poucas árvores e os bancos instalados não chegam a despertar interesse. O local onde acontecem as atividades é justamente a parte do vão livre que não possuía qualquer tipo de mobiliário urbano para praças de lazer como bancos e lixeiras. Outro detalhe

interessante é observar que toda a atividade do chamado Brooklyn se concentra na face norte da elevada que difere da oposta por estar sobre o antigo leito da rua e possuir um revestimento no piso mais favorável ao trânsito. Estas diferenças materiais parecem estar relacionadas à utilização reduzida da face sul.

A situação é diferente na face norte. Pelos dados produzidos na pesquisa de campo, o vão inferior criado em consequência da elevada produziu um ambiente que oferece condições materiais para a realização de atividades que tiram proveito das características do lugar. É uma área protegida da intempérie e ao mesmo tempo aberta que conta com uma iluminação pública suficiente para garantir a realização de eventos noturnos sem a necessidade de instalação de refletores. Para chegar ao Brooklyn, os pedestres que se deslocam pelo campus da UFRGS ou pela faixa de pedestres que leva ao bairro Cidade Baixa têm acesso fácil, assim como os usuários que utilizam a ciclovia que liga o centro da cidade ao bairro Bom Fim e passa pelo Brooklyn. O local tem conexão com transporte coletivo para praticamente todos os destinos da cidade (zona sul, centro e leste).

Por outro lado, há inúmeras restrições para veículos. As vagas para estacionamento disponíveis no entorno são em pequeno número e há dificuldade para acessar o Brooklyn a partir da faixa principal de rodagem da avenida Perimetral. Quem vem do centro da cidade conseguiria chegar ao local se o acesso de retorno gerenciado pela prefeitura estivesse aberto para o trânsito de veículo. A alternativa para quem trafega do sentido Rodoviária ou avenida João Pessoa, vindo do Gasômetro ou da Cidade Baixa é entrar no bairro Bom Fim ou cruzar o túnel da Conceição para chegar à rua Sarmiento Leite e atravessar o campus central da Universidade Federal. As duas alternativas implicam em uma grande distância. Dessa forma, é possível concluir que a instalação da elevada tornou o local mais restrito para o acesso de pessoas que utilizam veículos ou que precisam de transporte particular para se locomover e, por consequência, pode ter impactado no perfil dos moradores. Para se instalarem ali, os empreendimentos comerciais precisam necessariamente contar com as peculiaridades do acesso ao lugar.

Em entrevista realizada durante o trabalho de campo desta pesquisa, o produtor cultural responsável pelo Samba de Terça, Diego Silva, conta como o local foi atraindo adeptos ao mesmo tempo em que foi consolidando um perfil específico de atividades. Ele conta que foi sendo criada uma rede de eventos com um perfil adequados ao que se convencionou chamar como “local maldito”. “Além disso, começamos a observar que, entre organizadores de eventos, era comum

pensar no Brooklyn como uma alternativa para resolver determinadas situações como, por exemplo, possibilidade de chuva. Era mais ou menos como se as pessoas pensassem: “na dúvida? Transfere para o Brooklyn”, contou Diego.

O depoimento deixa claro que, entre outros elementos, a garantia de proteção contra fatores climáticos oferecida pela presença material da estrutura foi um fator decisivo para viabilizar também a presença humana. O vão inferior tem condições acústicas muito peculiares, dando possibilidade de propagação do som sem grande dificuldade e, ao mesmo tempo, sem reverberar o barulho da avenida, cabendo ressaltar que a roda de samba funcionava com um equipamento bastante básico não indo além de um amplificador de baixa potência. O aproveitamento do vão livre pelo PF das Ruas e pelos skatistas já foi referido, mas cabe ser lembrado para enfatizar que o fato da área ser coberta possibilita o uso durante o inverno e mesmo em dias de mau tempo. A iluminação também oferece condições para prática noturna do esporte.

Aqui é interessante observar que a proteção oferecida pela elevada é resultado de um processo de edificação que utiliza o concreto armado, sistema estrutural da construção civil que se tornou um dos elementos chave do urbanismo do século XX⁵⁴. O concreto armado substituiu as elevadas metálicas, características das obras que modernizaram as feições das cidades oitocentistas. Naquele momento, o desenvolvimento da indústria têxtil e das técnicas de construção à base de ferro possibilitaram a disseminação de ambientes conhecidos como passagens, descritas por Walter Benjamin como uma “invenção do luxo industrial” em que as galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore cruzaram os quarteirões em toda a sua extensão. “Em ambos os lados dessas galerias, que recebem a luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura” (BENJAMIN, 2009:40)⁵⁵.

⁵⁴ O concreto armado usa uma espécie de forma metálica feita de ferro ou aço, preenchida com concreto, uma mistura de pedra, cimento, areia e água. O processo não exige mão de obra tão especializada quanto à empregada nas estruturas metálicas, mas gera uma quantidade considerável de resíduo e lixo. A demolição destas estruturas é bastante cara. Para conhecer mais sobre a técnica, consultar: KAEFER, Luis Fernando. **A evolução do concreto armado**. Disponível em: < <http://www.feb.unesp.br/lutt/Concreto%20Protendido/HistoriadoConcreto.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

⁵⁵ Benjamin faz uma leitura pioneira sobre as passagens como representação alegórica da mercadoria. Nas passagens, as mercadorias resplandecem com toda a sua força nas vitrines, brilham e envolvem os passantes. Dessa forma, as passagens seriam a própria imagem da sociedade do século XIX, composta principalmente da ilusão de progresso depositada nos avanços técnicos e no seu consumo. BENJAMIN, Walter. 2009. **Passagens**. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Por seu turno, o concreto armado foi um dos avanços técnicos mais determinantes para a arquitetura do novecentos, já que a técnica oferece sustentação com um ganho de resistência e flexibilidade para moldagem do material. Além dos vãos livres, lajes, terraços, pilotis e espaços com menor área de apoio ou bases mais estreitas que os andares superiores, o concreto viabilizou a disseminação de arranha-céus, casas pré-fabricadas e construções com peças pré-moldadas. No Brasil, a arquitetura modernista levou ao extremo as propriedades dessa técnica e inscreveu as curvas como marca comum de projetos arquitetônicos onde a referência a Oscar Niemeyer é inevitável.

Assim, se é possível concluir que a presença das passagens colocava como questão a permeabilidade da fronteira entre público e privado e interno e externo, as estruturas de concreto armado, em especial do vão livre, dão margem para a exploração do confronto entre rigidez e leveza, assim como oportunizam a experiência de estar em local aberto mas com horizonte limitado. Diferente das passagens onde a mercadoria guarda o brilho da promessa que não será cumprida, uma elevada concretiza o domínio da técnica cujo resultado é a instalação de um ambiente degradado e cinza. No caso do Brooklyn, linhas arredondadas que sustentam toneladas de concreto e oferecem abrigo, ao mesmo tempo que conformam uma barreira e não uma janela entre os seres humanos e o céu. Se a passagem oitocentista oferecia a imagem glamourizada, colorida e brilhante da mercadoria cujo consumo significava aderir a um sistema que embute os custos do desenvolvimento econômico nas suas mercadorias, o vão inferior da elevada oferece a possibilidade de experimentar o resultado de uma técnica capaz de sustentar toneladas de concreto sobre pilares para construir um céu cinza onde não se pode ver as estrelas nem usufruir do espaço sem aceitar a sua dureza e degradação que, nas cidades contemporâneas, encerram um elemento importante das paisagens urbanas.

Dessa forma, interessa pensar sobre de quem são e como se articulam no espaço os corpos dos frequentadores que produzem essa experiência chamada o Brooklyn no vão inferior do Viaduto Imperatriz Leopoldina⁵⁶. O PF das Ruas tira proveito do ambiente já conhecido por quem vive embaixo da ponte para desenvolver atividades assistenciais e lúdicas, transformando o espaço em um “verdadeiro ponto de encontro”, como descreveu Rose Carvalho, em entrevista à pesquisadora.

⁵⁶ A pesquisa não contempla a realização de um cadastro socioeconômico dos frequentadores de nenhuma das atividades. Os dados foram coletados a partir das entrevistas, observações e conversas informais com os frequentadores, realizadas durante os três meses de trabalho de campo.

A avaliação da coordenadora do grupo de voluntários pode ser confirmada pela observação dos eventos comemorativos a festas religiosas ou como no aniversário do PF, em agosto de 2019, onde além do cardápio especial, foram providenciados enfeites, bolos e música proporcionando momentos em que alguns poucos frequentadores até se atreveram a dançar. Além desta produção especial eventual, o espaço é organizado de forma a oferecer uma área infantil que mescla mesas para refeição com brinquedos e o espaço para a refeição dos idosos onde é possível permanecer por mais tempo. “Já saiu até casamento entre os idosos que vêm aqui”, conta Rosane.

Mesmo sem dispor de qualquer facilidade, os voluntários conseguem montar e desmontar toda a estrutura necessária para aquecer e servir as refeições no local. O equipamento utilizado fica guardado em uma sala alugada, de propriedade de um lojista, e a comida é preparada em casa e trazida já pronta pela equipe. O trabalho começa por volta de 9 horas da manhã e o espaço é dividido em áreas de recebimento de doações, aquecimento, preparo, distribuição e dois nichos especiais dedicados a idosos e crianças. A parte do vão que fica mais próxima da rua é ocupada pelos carros dos voluntários que ficam estacionados ou fazem embarque e desembarque de suprimentos e, nos dias dos eventos comemorativos, é o local onde são instaladas churrasqueiras para preparo de galeto assado. Toda a estrutura é desmontada e o espaço volta a sua configuração original por volta das 14 horas, sem qualquer resquício da atividade desenvolvida ali durante a manhã.

A distribuição de comida é feita semanalmente aos sábados e o público é composto em sua maioria por população sem-teto, moradores de albergues públicos, trabalhadores empobrecidos ou moradores do interior do estado em trânsito pela capital, mães e crianças em situação de vulnerabilidade social e idosos que vivem sozinhos sem assistência da família. Não há qualquer exigência para a participação nem impedimento para manter seus pertences. Muitos chegam acompanhados por seus cachorros e trazendo carrinhos, sacos de coleta de material reciclável, roupas e mochilas. Não há cadastro, inscrição ou verificação da condição socioeconômica. “Não fazemos seleção e não tiramos ninguém da fila. Se a pessoa está aqui, vai receber a marmita”, explica Rose Carvalho, coordenadora do grupo de voluntários do PF das Ruas.

Algumas vezes, o período de espera pode ser de até 30 minutos, momento em que alguns voluntários passam para conversar com público. É também na composição da fila que a heterogeneidade do grupo fica mais evidente. Alguns se relacionam, mas a maioria permanece em

silêncio. Idosos e crianças têm uma fila especial já que dispõe de um espaço específico onde há mesas e cadeiras disponíveis para fazer as refeições. No caso destes grupos, o almoço se torna uma oportunidade de socialização e o tempo de permanência no local é maior que o verificado entre os outros “assistidos”, denominação dada pelos organizadores para os frequentadores, que comem sentados nas muretas e, em com menor frequência, no gramado do Largo.

Para os skatistas, a iluminação e a proteção nos dias de chuva tornam o Brooklyn um lugar muito atrativo para a prática noturna do esporte. A frequência é majoritariamente masculina, mas o lugar também reúne muitas meninas. O Brooklyn faz parte de um circuito de pistas que liga estruturas especialmente construídas para a prática do esporte como a pista do Parque Marinha do Brasil e outras que resultam da ocupação improvisada do espaço como o entorno do monumento a Júlio de Castilhos, na Praça da Matriz. Estes locais são frequentados pelos skatistas individualmente ou em grupos. A palavra que define o regime de ocupação do espaço pelos skatistas é “aleatório”. Um depoimento recolhido na pesquisa e registrado no diário de campo dá uma ideia bastante aproximada do que seria o perfil e da dinâmica dos skatistas que frequentam o Brooklyn.

No final da tarde da sexta-feira, 1º de novembro de 2019, Guilherme não tinha planos para o feriado do dia seguinte. Morador do Bairro Partenon, olhava a pista vazia enquanto pensava nas manobras que faria com seu skate. Não havia marcado encontro com qualquer amigo, estava lá para “ver o que ia rolar”. Conversamos sobre muitas coisas. Ele contou que quando tem dinheiro para pagar a passagem, vem de ônibus. Quando não tem, como naquele dia, usa o skate para se deslocar pelas grandes avenidas que ligam seu bairro ao centro da capital e consegue chegar ao Brooklyn em um percurso de 30 minutos.

Guilherme contou que frequentava o lugar há sete meses. Perguntei se costumava ir até lá sozinho e fiquei sabendo que “algumas vezes fazemos contato com os outros, mas na maioria não. Todo mundo vem aqui quando pode ou quando quer”. Ele conta que os skatistas do Brooklyn também frequentam a Praça da Matriz e o Gasômetro, mas diferente de gerações anteriores, não formam grupos específicos. Eles circulam nestes espaços, têm amigos, mas não são organizados. Antes de começar a praticar skate, ele já havia participado do Slam que aconteceu na face sul do viaduto e frequentava as rodas de samba. “Este ano, estão meio parados com os eventos”, disse Guilherme ao notar a mudança na dinâmica das atividades culturais.

Eu perguntei se ele estudava e aí veio uma parte muito importante da sua história e da relação com o Brooklyn. Ele havia cursado três semestres do curso de Biologia de uma universidade privada da capital com auxílio de uma bolsa oferecida pela instituição. Neste período, tinha um estágio como educador ambiental em um órgão público municipal. No segundo semestre de 2018, entrou na UFRGS como cotista, critério que beneficia estudantes cujas famílias tinham renda mensal familiar de até 1,5 salários mínimos nacionais per capita⁵⁷. Cursou. No ano seguinte, foi desclassificado pela verificação feita pela comissão de avaliação da universidade. Guilherme explica que o valor recebido como ajuda de custo no estágio foi incluído no montante da renda familiar do ano anterior e superou o teto estabelecido como critério pela universidade. Ele conta que no momento da avaliação, o período de estágio já havia sido finalizado e que não conseguiu voltar para a universidade privada de onde havia saído. Na sequência da perda da vaga da Ufrgs, acabou uma relação afetiva que durava dois anos. Aos 21 anos, ele classifica essa sequência de episódios como uma situação de extrema desorganização da sua vida. É justamente neste contexto que o concreto armado torna o vão inferior do viaduto um lugar acolhedor chamado Brooklyn. Eu não sabia andar de skate. Comecei a vir pro Brooklyn pra não pirar. Eu não podia ficar em casa. Precisava vir pra rua, ficar em um lugar aberto. Foi um momento muito difícil da minha vida. Agora, estou melhor e continuo vindo pra cá. Estou tentando me reorganizar. Vou fazer o Enem e tentar um concurso em Florianópolis, disse Guilherme. A conversa acabou. Guilherme foi fazer suas manobras. No fluxo do final da tarde, não havia nada além dele e dos moradores de rua que vivem na parte posterior e menos iluminada de um dos pilares da elevada.

A partir destes dados, parece apropriado pensar o Brooklyn também como uma experiência de produção de visibilidade e avançar na análise sobre a conformação de um ambiente onde se manifesta a possibilidade do uso político desses corpos no espaço. Pela abordagem que trata do processo de produção de presença, temos possibilidade de entender diversos tipos de apropriação do mundo que passariam por uma relação sensorial e física entre o corpo e as coisas do mundo. Neste contato, vale lembrar que a relação dos corpos no espaço pode ser transformada em violência – ou seja na ocupação e no bloqueio do espaço pelos corpos – contra outros corpos. Esse é um dado que ganha relevância no caso estudado já que tratamos de uma estrutura feita para facilitar o

⁵⁷ Para conhecer os critérios das ações afirmativas da UFRGS, ver: <<https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/ingresso-cotistas/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

trânsito de veículos e que acaba adquirindo importância como local de convivência, expondo qualidades que colapsam a sua função ao oferecer condições para a reunião de pessoas que transformam a presença de seus corpos em uma ação política.

4.4 Cidade e corpo presente

Para avaliar a centralidade do corpo como eixo de mobilizações políticas, recorreremos à contribuição da filósofa Judith Butler (2019). Segundo Butler, os corpos em assembleia dizem “não somos descartáveis” e reivindicam uma “vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2019, p. 33). Butler trabalha com a hipótese de que ao “exercitar o direito de aparecer”, os “modos de reconhecer e mostrar certas formas de interdependência têm a possibilidade de transformar o próprio campo do aparecimento” (BUTLER, 2019, p. 50). A filósofa assinala que a assembleia pública é uma forma provisória e plural de coexistência que constitui uma alternativa ética e social distinta da “responsabilização”, lógica coerente a uma moralidade política que exige a responsabilidade individual ou opera em um modelo de privatização do cuidado associada à ideia de que o indivíduo seria capaz de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições extremamente desfavoráveis.

Dessa forma, ao desempenhar uma função e uma forma de ética distinta “sobre e contra uma sensação cada vez mais individualizada de ansiedade e fracasso, a assembleia pública incorpora a percepção de condição social compartilhada e injusta” (BUTLER, 2019, p. 22). A afirmação dessa existência plural seria capaz de articular uma oposição à precariedade, mas não seria garantia de triunfo.

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2019, p. 17)

A autora descreve estas mobilizações de vulnerabilidade, voluntárias ou deliberadas, como uma “exposição política” ou atos públicos de autoconstituição onde o eu individual seria substituído pela distribuição social de uma individualidade interdependente que conta com liberdade de expressão e de movimento e onde os corpos reivindicariam os seus direitos básicos ao trabalho, moradia e sustento. Esse mecanismo nos parece diferente do processo de constituição do self interacionista já abordado aqui e baseado na reflexividade como mecanismo de feedback

positivo, onde o indivíduo modularia seu comportamento a partir de respostas cuja expectativa de resultado seria uma melhor adaptação ao meio.

Assim, ao pensar a vida corporal sob o ponto de vista de relacionalidades complexas como propõe a autora, seria possível entender e cuidar do conjunto de relações e apoios humanos e não humanos que são necessários à nossa existência. No nosso entendimento, esse raciocínio oferece uma alternativa à ideia de cooperação como mecanismo capaz de engendrar a melhor resposta de uma comunidade humana em um processo seletivo de adaptação ao ambiente. A noção de precariedade como lugar de aliança de minorias ou de populações descartáveis e seu correspondente direito de aparecer sinaliza a possibilidade de enfrentar positivamente a vulnerabilidade corporal, as ameaças de apagamento e de extermínio em vez de sucumbir a seu caráter de aparente vulnerabilidade ou de uma suposta desvantagem na luta pela sobrevivência.

Seguindo o raciocínio de que as condições materiais da vida interferem na constituição das obrigações éticas, mobilizamos o pensamento de Butler (2019) para analisar o limite da noção de comunalismo. A autora considera que se os vínculos forem limitados a laços de proximidade ou familiaridade, a ética resultante será paroquial, comunitária e excludente. Em vez disso, ela defende uma ética de coabitação e de temporalidade cruzada que se opõe à ideia de que as obrigações éticas surgem apenas nos contextos das comunidades estabelecidas, reunidas sob uma mesma fronteira, unificadas pela mesma língua ou constituintes de um povo ou nação. É justamente esta ética de coabitação que torna produtiva a condição de convivência compulsória a que estamos submetidos nas cidades.

Butler (2019) mobiliza a crítica à concepção liberal clássica do individualismo feita por Hannah Arendt que contesta a ideia de que os indivíduos concordam conscientemente com certos contratos e aderem de forma deliberada e voluntária a acordos estabelecidos entre si. Butler postula que a liberdade impõe como condição a aceitação de que há coisas que não são passíveis de escolha e, portanto, não se prestam a acordos ou contratos. Entre estas coisas, estaria o fato incontornável de que a heterogeneidade da população é uma condição irreversível e ninguém teria a prerrogativa de escolher com quem quer viver na terra. Dessa forma, o “caráter compulsório de uma convivência plural” seria a marca para o estabelecimento de reivindicações éticas.

Outra vertente mobilizada por Butler (2019) para compor o seu pensamento vem de Levinas ao estabelecer que o processo de ser afetado pelo outro supõe uma proximidade corporal,

mas como a ética não é uma operação de barganha, não poderia estar baseada apenas na reciprocidade. Dessa forma, as nossas obrigações éticas não estariam limitadas aos que estão próximos em sentido físico ou mesmo aos que pertencem a uma comunidade reconhecível. Por este raciocínio, os valores éticos que ligam uma população a outra não dependem de marcas de pertencimento nacional, cultural, religioso ou racial. Se é fato que podemos nos vincular a quem não conhecemos e até a quem não escolhemos, também seria fato que a exposição do corpo ao outro constitui uma condição precariedade já que, nesta operação, tanto poderíamos obter apoio quanto prejuízos mútuos.

A autora postula que existe uma série de questões que são manifestas publicamente por meio da linguagem, da ação, dos gestos e do uso do corpo mesmo antes de conformarem um conjunto específico de reivindicações políticas. Essa ação em conjunto associada a uma forma de resistência é encontrada em discurso verbal ou na luta heroica, mas também nos gestos corporais de silêncio, movimento e recusa em se mover que caracterizam muitas manifestações cuja pauta é a exigência de um modo de vida mais democrático e substancialmente interdependente. “Esses corpos formam juntos redes de resistência” (BUTLER, 2019, p. 200) em disputas cujo objetivo é estabelecer condições mais sustentáveis e mais possíveis de ter uma vida vivível.

É neste terreno que consideramos adequado localizar as experiências encontradas no Brooklyn. Nenhuma delas teve como motivação central uma pauta reivindicatória, mas todas provocaram efeitos em função da sua existência e da exposição corpos com a consequente concretização da visibilidade de sua condição: corpos que compartilham a restrição do acesso a serviços públicos, assistência social, recursos econômicos e culturais. São sintomas da distribuição espacial da desigualdade e da realização limitada dos sistemas democráticos, expondo tudo aquilo que sobra na lógica de ordenamento e homogeneização do espaço urbano: não há lugar para os que transitam entre as fronteiras espaciais, sociais, econômicas e culturais de uma cidade, especialmente se este trânsito tiver um sentido descendente.

Eles não reivindicam participação nos mecanismos decisórios, apoio ou ajuda de órgão públicos, parlamentares, associações ou entidades de classe. Mesmo o Samba de Terça que teve um ambiente político mais bem delimitado ao assumir posições em relação a propostas eleitorais e tentar desempenhar uma função de representação no conflito com os vizinhos, não teve a ação política como resultado ou mote de mobilização. Esses grupos parecem ter como horizonte para

atuação a própria realização das atividades que constituem uma inscrição efêmera e eficaz do ponto de vista de sinalizar a existência de uma série de necessidades incompatíveis com a manutenção do atual funcionamento das cidades. Talvez a primeira das demandas que poderiam ser nomeadas aqui seria justamente a dificuldade para deslocamento como apontada por Guilherme. Os valores cobrados como tarifa pelas empresas concessionários do transporte público da cidade têm sido apontados há anos como abusivos frente ao poder aquisitivo da população, sendo uma queixa frequente na pauta das manifestações estudantis. No caso em questão, o estudante refere não ser incomum ter que percorrer o caminho entre sua casa no bairro Partenon e o Brooklyn de skate por não ter dinheiro para pagar a passagem.

Outra questão que podemos elencar é o despreparo da cidade tanto do ponto de vista de ambientação para vivência quanto de organização institucional para apoiar e receber pessoas que estejam em situações de vulnerabilidade ou instabilidade econômica ou emocional. O mesmo entrevistado refere que tinha necessidade de sair para a rua para aliviar o stress emocional provocado pela sucessão de eventos adversos que encontrava em sua vida. O mesmo ocorreu com o assistido do PF das Ruas que perdeu sua moradia e teve dificuldade para encontrar apoio dos órgãos oficiais. Dessa forma, a cidade mostra toda a sua hostilidade justamente em momentos onde deveria oferecer refúgio e abrigo para seus habitantes em momentos de instabilidade e transição econômica, social ou comportamental. Diego Silva aponta em entrevista realizada no Brooklyn durante o trabalho de campo um aspecto interessante sobre a função desempenhada pelo Samba de Terça. Na sua opinião, o evento criava uma oportunidade única para expressão de individualidades:

(o Samba de Terça) era um evento de inclusão que misturava população de várias camadas que coexistiam com liberdade para ser como de fato eram. Isso não existe em outros eventos, não é comum. Na maioria dos lugares, se aparecer um morador de rua, será expulso. Também é raro ver pessoas exercendo sua sexualidade livremente como se via aqui, contou Diego.

Portanto, estas experiências conformaram uma oportunidade para reconhecer a necessidade que temos um do outro e admitir princípios básicos sobre as condições sociais e democráticas da chamada “vida boa”. As negativas às oportunidades de realização e fruição desta melhoria na realização da vida conformam condições críticas do exercício da democracia e intensificam uma crise em andamento, pois correspondem a uma forma de pensamento e ação que não responde às urgências do nosso tempo. “Os corpos exigem alimento e abrigo, proteção contra o dano e a

violência, liberdade para se locomover, trabalhar, ter assistência médica; os corpos exigem outros corpos para apoiá-los e para sobreviver”, (BUTLER, 2019, p. 30).

A questão é que até o momento, as reivindicações pelo espaço público e por este direito de aparecer são tuteladas pelo poder policial que arbitra sobre deixar acontecer ou impedir a sua realização. “Aparecer nas ruas é correr o risco de detenção e prisão” (BUTLER, 2019, p. 201), observa a autora ao analisar casos de conflitos urbanos. Para a autora, aparecer em uma assembleia organizada contra esse desamparo e, ao mesmo tempo, ir além da recusa de um modo de vida significa adotar o princípio da não violência e corporificar, ainda que de maneira provisória, a alternativa pela qual luta.

No Brooklyn, o Samba de Terça contou com um nível menor de aceitação e um atravessamento maior da conjuntura político eleitoral vigente no país durante as eleições presidenciais de 2018. Reproduzimos aqui a sucessão de acontecimentos registrados nos meses de setembro e outubro daquele ano que culmina com a suposta interrupção das tratativas junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul para ajustamento e regularização do evento e o encerramento da roda de samba no local:

25 de setembro – A Secretaria Municipal da Indústria e Comércio fez uma ação de fiscalização durante a realização do Samba de Terça, apreendeu material e fechou o Espaço Cultural Lechiguana sob alegação falta de alvará de funcionamento. Os organizadores da roda de samba não tinham autorização para realizar o evento já que estavam tentando regularização junto ao Escritório de Eventos, órgão da prefeitura que cuida da liberação de atividades culturais na cidade. O evento sai da calçada em frente ao Bar e passa a ser realizado na parte iluminada do vão inferior do viaduto.

15 de outubro – Perfil Encruzilhada do Samba propõe máscara de apoio ao candidato à presidência da República Fernando Haddad (PT) com o slogan “Samba é Resistência”.

16 de outubro – Realização da roda de samba unificada “União de Sambistas contra o Fascismo” e nova ação fiscalizatória da SMIC, desta vez com apoio de grande efetivo da Brigada Militar.

23 de outubro – Samba de Terça realizado sem registro de fatos relevantes.

24 de outubro – Perfil do grupo Encruzilhada do Samba no facebook publica vídeo com Diego Silva informando sobre acordo realizado entre organizadores Ministério Público do Rio Grande do Sul e prefeitura municipal fixando horário de funcionamento, calendário quinzenal e alternância da realização do evento entre Brooklin e Gasômetro.

25 de outubro – Aula Pública sobre Democracia, com o candidato derrotado no primeiro das eleições presidenciais Guilherme Boulos (PSOL), no Brooklin.

28 de outubro – Segundo turno das eleições vencido pelo candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL)

30 de outubro – Último Samba de Terça realizado no Brooklyn. A programação inicial previa uma roda de samba, seguida de um cortejo festivo até o bar Consulado Latino-americano, localizado no bairro Santana. Às 16h, um vídeo publicado nas redes sociais e um áudio do Diego Silva distribuído para grupos de apoiadores em aplicativo de comunicação avisa sobre um recuo na negociação com o Ministério Público e anuncia a suspensão do evento no Brooklyn, convidando para o que seria a última Roda de Terça no local.

Desta sequência de acontecimentos, consideramos importante mobilizar para análise informações relacionadas à realização do evento “União de Sambistas contra o Fascismo” que reuniu 25 grupos da capital⁵⁸. O evento foi convocado pelo perfil do Encruzilhada do Samba nas redes sociais e a movimentação nas redes sociais será tratada na próxima seção. Segundo os produtores, o Encruzilhada do Samba teria sido apenas o “anfitrião” da atividade idealizada por integrantes de outros grupos que enxergaram no Brooklyn as características necessárias para um evento de conotação política.

Em entrevista registrada no diário de campo, Diego Silva conta que, naquele momento, o Encruzilhada fazia o papel de articulação da rede do samba. A proposta da roda contra o fascismo foi da turma do samba. A ideia de se posicionar e fazer o evento foi deles. A proposta foi do Mário

⁵⁸ Os grupos e sambistas que participaram da atividade foram: Bicho Solto, Instituto Brasilidades, Cachaça de Rolha, Celso Dias, Central do Samba, Edu Moreira, Glau Barros, Jesus Machado, Nanci Araújo, Não Mexe Comigo Que Não Ando Só, Olha a Caçamba, Seu Renato Borba, Roda de Choro, Samba Autoral, Samba de Rolê, Samba do Irajá, Seu Samba, Seu Trio, Sopapo Poético, Terreiro do Urtigão, Três Marias, Tribo Brasil, Triozinho da Silva, Turucutá, Yara Lemos.

Martins e de gente que toca na noite como Diego Kurtz e de gente de escola de samba. Eles entenderam que tinha que ser na roda do Encruzilhada, no Brooklin. Essa decisão tem relação com o Brooklin, não com o Encruzilhada. Não foi pela nossa influência no cenário musical, mas pela nossa ocupação no Brooklin, pelo fato de que nós seguramos a roda em local que é central e plural. Diego Silva descreve o evento como a “maior roda de samba que Porto Alegre já viu” por ter contado com a participação de integrantes muitos grupos de sambistas da capital. Esse dia me impactou. Praticamente todos que compareceram, tocaram. É difícil lembrar tudo o que aconteceu ali.

Para buscar alguns dos detalhes que não estão muito claros na memória do organizador do evento, apelamos para a observação direta feita na fase de prospecção anterior ao trabalho de campo, mas também registrado em diário.

A conotação de manifestação política atraiu um público maior e majoritariamente simpatizante da candidatura de Fernando Haddad. Diferente das outras noites, não foi possível notar a presença dos moradores de rua que costumam dormir junto aos pilares da base da elevada. Um dado que ganhou relevância na observação foi a ação fiscalizatória da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. Por volta das 20h, uma equipe com dez agentes de fiscalização, apoiada por viaturas e integrantes da Guarda Municipal, além de uma viatura e três policiais da Brigada Militar, participaram diretamente da ação de recolhimento dos barris de cerveja artesanal comercializados por duas barracas autorizadas pelo evento. A ação não teve os ambulantes como alvo. A maioria dos vendedores deixou o local rapidamente e retornou logo após a saída dos fiscais, mas alguns permaneceram mesmo durante a ação fiscalizatória. Um efetivo de reserva do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar ficou de prontidão aguardando dentro de um ônibus, estacionado na rua Sarmento Leite.

A situação experimentada no local pode ser considerada como tensa, principalmente logo após a chegada das autoridades em função do objetivo daquela aparição não ter sido compreendido de imediato. Um dos organizadores do evento foi conversar com a equipe da prefeitura e por alguns minutos o samba parou. Quando os agentes começaram a retirar o material apreendido, os músicos retomaram o ritmo, enquanto algumas pessoas ensaiaram uma pequena vaia. Em pouco tempo, tudo parecia ter chegado a um ponto de normalidade: os fiscais

colocaram o material apreendido no caminhão da prefeitura e os policiais fizeram a segurança dos agentes, enquanto público cantava e bebia cerveja em lata, adquirida junto aos ambulantes.

Neste momento, gostaríamos ainda de mobilizar algumas informações sobre a Aula Pública sobre Democracia, realizada no dia 25 de outubro de 2018, com forte conexão ao processo eleitoral que seria encerrado no domingo seguinte. Promovida pela entidade sindical que reúne funcionários da Universidade Federal (Assufrgs), sem participação de qualquer grupo de produtores ou realizadores do Brooklyn, a manifestação estava prevista para o interior do campus central da universidade. Entretanto, com a decisão da Justiça Eleitoral de suspender a atividade, o evento foi transferido para o Brooklyn⁵⁹. Esse fato reforça um dado já mencionado aqui de que o vão livre do viaduto passou a ser uma possibilidade de real de abrigo para grupos identificados por um perfil de ação política específico. “O fato de terem transferido a Aula Pública pra cá, é um indicativo do reconhecimento como espaço de resistência”, avaliou Diego Silva, durante entrevista realizada no Brooklyn.

Fotografia 15 – Aula Pública Sobre Democracia



Fonte: Imagem captada pela autora, 25 de outubro de 2018

⁵⁹ Gaúcha ZH informa em texto publicado em 23 de outubro de 2018 que a atividade foi suspensa por decisão do Juiz auxiliar Rômulo Pizzolatti (TRE-RS) em resposta ao pedido do deputado federal **Jerônimo Goergen** (PP) e do deputado federal eleito **Marcel van Hattem** (Novo), argumentando que é vedada a utilização de bens da administração direta para campanha eleitoral em favor de algum candidato. A texto está disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/justica-impede-realizacao-de-aula-publica-com-presenca-de-boulos-e-tarso-na-ufrgs-cjnmipfi207ph01rx2kev2pix.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2020

Como notamos em observação direta realizada no evento, para a aula pública, o espaço foi organizado como auditório onde a plateia estava em frente aos oradores que ocupavam um palco simples montado. A aula contou com discursos de lideranças da esquerda local e atraiu um grande número de pessoas. Todo o vão inferior da face norte foi tomado pelo público e por ambulantes. Muitos trouxeram cadeira de praia e era notória a presença da chamada comunidade universitária, além dos frequentadores habituais. O gramado foi usado por muitas pessoas que se sentaram no chão e dividiram o espaço com ciclistas. Houve muita movimentação e a presença de moradores de rua não foi notada.

A partir destes dados reunidos no trabalho de campo, consideramos pertinente afirmar que as atividades que se desenvolveram no Brooklyn constituíram experiências que compartilharam a reivindicação e o exercício do direito de aparecer. À medida que estes atos de constituição de presença foram se consolidando, deram visibilidade não apenas a um conjunto de possíveis novos usos para aquele lugar como também sinalizaram a viabilidade de uma coabitação entre populações que compartilham uma condição de vulnerabilidade. Em paralelo, a conjuntura política colocou em debate projetos distintos para a sociedade brasileira e impactou estes segmentos que já frequentavam o Brooklyn, abrindo interfaces com outros grupos que viram naquele lugar o que consideraram ser um “espaço de resistência”.

Por outro lado, cabe observar que até onde podemos perceber, uma característica importante do Brooklyn é a sua capacidade de servir como um ponto de cruzamento que a partir de uma estrutura física bastante rudimentar consegue articular diferenças não apenas sociais, mas também de localização. Butler (2019) avança na análise da relação de distância e proximidade em uma discussão que interessada particularmente à comunicação. Na vigência dos atuais circuitos globais, as exigências éticas seriam forjadas em meio a reversibilidade entre proximidade e distância. Esta conectividade global daria estatuto de existência aos eventos locais, mas seria provisória e limitada pelo fato de que mesmo que possamos ter contato com outros ambientes através da ação de algum mídia, nosso corpo não pode ser transportado de fato.

Se estamos ao mesmo tempo lá e aqui, negociamos uma multilocalidade e uma temporalidade cruzada em que poderíamos chamar de globais. Neste cenário, cabe pensar sobre as quais seriam as características de uma reivindicação ética que não estivesse mais reduzida ao consentimento nem ao acordo e que ocorreria fora dos vínculos comunitários já estabelecidos.

Longe de abordar a questão sob a ótica de uma construção social, Butler opta pela análise de um conjunto de relações possibilitadoras e de dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade, verificadas quando os corpos se reúnem em assembleia e experimentam a solidariedade como uma condição paradoxal, ou seja, como possibilidade de realizar uma ação conjunta, mesmo quando não há condições para isso.

É exatamente em um mundo no qual os apoios para a vida corporal de um número crescente de pessoas se provam altamente precários que os corpos surgem juntos nas ruas e nos seus refugos, ou ao longo de um muro que as separa de sua terra – essa assembleia, que pode incluir participantes virtuais, ainda supõe um conjunto de locações interligadas para um conjunto plural de corpos. E dessa maneira, os corpos pertencem à rua, ao chão, à arquitetura e à tecnologia por meio dos quais vivem, se movem, trabalham e desejam (BUTLER, 2019, p. 199)

Este trabalho não teve como pretensão aprofundar a discussão do ativismo em redes sociais, mas a partir do texto de Butler (2019) nos sentimos provocados a pensar a interface virtual dessa aliança de corpos. Como já referimos, os skatistas têm uma relação “aleatória” com espaço e não usam o ambiente digital com grande ênfase. O PF das Ruas também mantém uma presença mais institucional, utilizando o perfil no facebook para mostrar a comida distribuída, pedir doações e apresentar alguma atividade realizada. Dessa forma, das experiências que analisamos, o Samba de Terça era o de maior atividade nas redes sociais e o evento “Sambistas Unidos contra o Fascismo” se apresentou como um bom motivo de análise.

Convocado pelo perfil do Encruzilhada do Samba, as postagens no Facebook usaram textos poéticos e ritmados para apresentar a proposta do evento, marcado para 16 de outubro de 2018, como uma união de sambistas dispostos a se posicionar contra a violência e o fascismo e a favor da diversidade⁶⁰. Além disso, os organizadores utilizaram a hashtag #elenão, vinculada ao

⁶⁰ Em postagem do evento – Todas as Rodas do Samba, organizado por Samba de Rua, as informações sobre a roda: o samba pede passagem pra dar seu recado: o samba democrata, brasileiro na batata, que nasce na alma sem pele e sem cor, o samba ciência com consciência, é nó na madeira, é resistência contra essa onda insana de violência. **TODAS AS RODAS DO SAMBA** é união de sambistas contra o fascismo, quem sabe chegar é bem chegado pra dizer no pé, na palma da mão e no gogó que o samba não tem gênero, cor, orientação nem idade, **O SAMBA É DIVERSIDADE!**

é o samba em defesa da liberdade, do amor e da alegria, é poesia contrapondo o discurso de ódio, é não dar pódio pra vilania. é celebração de raiz e ancestralidade pra preservar os direitos das minorias, conquistados com tanta dificuldade. é mandinga de periferia botando fé que nessa encruzilhada não tem marcha ré nem saída pela direita, é coisa feita de mulher viada (sic), é macumba da negrada, é batuque das minorias, é capoeira dando pernada pra avançar com valentia.

vamos fazer a maior roda de samba da cidade pra mostrar pra essa sociedade doente que nosso partido vem do alto, que a verdadeira identidade nacional tá na quebrada e tá no asfalto, tá no meio da rua e embaixo do viaduto, e que o

movimento de mulheres que se posicionou contra a candidatura de Jair Bolsonaro, dando o tom da convocatória e do engajamento da iniciativa. Houve dois perfis empenhados na divulgação do evento, 14 compartilhamentos da postagem inicial, 2 mil confirmações de presença e vários comentários de internautas marcando outras pessoas e convidando amigos e familiares para irem juntos ao samba daquela terça-feira, 16 de outubro.

Fotografia 16 – Todas as Rodas do Samba



Fonte: Perfil @gborinfotografia no facebook⁶¹

Ao observar este evento, foi possível notar que, durante a ação fiscalizatória da Prefeitura Municipal já referida aqui, o comportamento no ambiente digital mostrou certa sintonia e mesmo uma ação de suporte à experiência presenciada no local. A primeira postagem foi feita naquela

samba não aceita o luto sem a luta, e que nenhum filho da ditadura vai silenciar nossa cultura.
[...] pois quem faz samba fala e a quem fala, atenção:
força nenhuma cala a voz da multidão!
e cantar inda vai ser bom
quando o samba primeiro não for prisioneiro
desse desespero e resignação
e lá vai minha voz espalhando então
o meu samba guerreiro,
fiel mensageiro da população.
#ELENÃO

Disponível em < <https://www.facebook.com/events/1862186750516870/permalink/1866916236710588/>>

Acesso em 15 de setembro de 2019

⁶¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/gborinfotografia/photos/a.1146007025563270/1146010752229564/?type=3&theater>

noite pelo perfil do Encruzilhada do Samba para iniciar a transmissão ao vivo do evento. A transmissão tem duração de 1 hora e 38 minutos e está focada nos músicos que formam a roda de samba, sem preocupação em registrar o entorno. Sem imagens dos fiscais ou dos policiais, a única menção à ação fiscalizatória é feita aos 56 minutos de transmissão, durante uma parada para troca de músicos, quando o produtor do Encruzilhada, Diego Silva, fala ao microfone sobre a presença dos fiscais e da polícia militar. A fala acontece já no momento em que as equipes estavam se retirando após a apreensão do material. Durante uma intervenção oral de cerca de cinco minutos, dirigida às pessoas que estavam presencialmente no local, Diego informou o que acontecia naquele momento e lembrou que estava em curso uma negociação para regularização do evento. Disse que a ação era dirigida contra o samba porque o evento seria “contra os interesses da prefeitura”. “O prefeito não quer que aconteça. Esse não é o samba que ele quer. Esse não é um samba qualquer. Tem de tudo aqui e eles não querem que a gente se misture no espaço público”, disse Diego. Ele caracterizou a ação como um “confisco” e pediu que o público não reagisse. Ao final da fala, Diego deu a deixa para a continuidade do evento: “Vamos seguir com o samba na medida do possível. Segue o samba”.

Os comentários e a interação dos internautas neste post da transmissão ao vivo não fizeram menção à ação fiscalizatória. A situação apareceu através de postagens de pessoas que passaram pela avenida, perceberam a movimentação inicial e o efetivo da Brigada Militar e iniciaram postagens cujo objetivo seria alertar a quem estava presencialmente no evento sobre a presença da polícia. Letícia de Abreu Rodrigues registrou em imagem o ônibus de policiais localizado e informou a localização: “Pessoal da Choque na Sarmiento Leite quase esquina com Perimetral”. Isa Faria assinalava seu status como “apreensiva” em postagem que seguia o mesmo tom: “Gente, a polícia CHOQUE está se organizando na Praça Edel. Se cuidem!”. Pelo mesmo perfil, aparece o registro do fim da ação policial: “Polícia e Choque recuaram. Foram embora! Parabéns! Recua, recua é o samba que tá na rua”.

No dia seguinte ao evento, a timeline do evento apresenta uma combinação de postagens, comentários, fotos e selfies que apresentam o aspecto festivo e o clima de confraternização vivido na noite anterior. Um aspecto interessante é observar que a ação dos fiscais e da polícia é apresentada com um tom de vitória. Exemplo disso, é o vídeo de 30 segundos veiculado pelo perfil

@emdefesadobrooklyn⁶² que mostra o momento exato da retirada dos fiscais e policiais acompanhado do texto:

polícia indo embora, levando a maior vaia do povo!
e a roda segue, o show tem que continuar...

#elenão
#elenunca
#EmDefesaDoBrooklyn

O caso apresentado aqui dá margem para uma série de observações, principalmente em relação a presença de uma articulação política que resulta das conexões estabelecidas entre pessoas que compartilham uma vivência em um ambiente digital. A partir de uma localidade que é múltipla e de eventos ou conteúdos que permanecem ativos, temos experimentado uma possibilidade de concretização de alianças que extrapolam a necessidade de estar presente no mesmo lugar em um mesmo momento. Enquanto a roda contra o fascismo acontecia no Brooklyn, simpatizantes e vizinhos manifestaram apoio e de certa forma tentavam forjar alguma forma de participação e cooperação através das postagens em redes sociais. Esse vínculo fica mais evidente quando participantes, vizinhos ou pessoas que simplesmente se depararam com uma situação que visualmente poderia ser lida como risco evidente usaram as redes sociais para tentar alertar o grupo que estava no local sobre a presença da polícia, em uma manifestação que pode ser considerada como solidariedade.

Estas experiências que cruzam vivências presenciais em ambiente físico e virtual ampliam os vínculos e os laços de familiaridade para além das comunidades que estão próximas no seu cotidiano, oferecendo dados para compreender os novos elementos presentes na mediação das relações éticas contemporâneas, marcadas por uma tensão entre proximidade e distância. Além disso, como matéria de análise, o caso chama atenção para possíveis diferenças na percepção sobre os acontecimentos, experimentadas entre os que estiveram no Brooklyn fisicamente e os que participaram no ambiente digital. A importância disso está em considerar os impactos destas nuances perceptivas em eventos que são acompanhados em tempo real e influenciados por informações que chegam de localidades por vezes distantes.

⁶² Disponível em: < https://www.facebook.com/emdefesadobrooklyn/videos/354163378664611/?active_tab=discussion >

Neste cenário, é importante lembrar que mesmo em uma combinação de localizações que sobrepe eventos que ocorrem em distintos lugares, o efeito dos riscos se dá sobre os corpos das pessoas que estão presentes. Esta ideia fica evidente em um diálogo registrado em uma postagem que informava sobre o fim da ação dos fiscais caracterizado como “recuo da polícia”, em post de Izo Faria. O texto informava que “polícia e CHOQUE recuaram. Foram Embora! Parabéns! Recua, recua é o samba que tá na rua!”. O tom ufanista não tranquilizou a internauta Andreia Laimer que, a partir do seu perfil, comentou o post manifestando sua preocupação: “tá tudo bem por aí? Minha irmã levou minha filha pequena no samba e não consigo me comunicar com ela!”. Seguindo o diálogo interativo, em resposta à Andreia, Daniela Laimer utiliza um emoji para inscrever um coração como resposta. A conversa acaba e o código vigente no ambiente digital autoriza pensar que a visita policial acabou sem transtornos e, assim como o samba, a filha de Andreia seguia bem.

O link do evento permanece ativo, mas não há atualização desde 19 de outubro de 2018. As últimas postagens guardam o clima alegre da atividade e a percepção de que a continuidade da roda teria significado uma vitória diante da investida das autoridades. Entretanto, como já evidenciamos na cronologia dos acontecimentos, a realização do Samba de Terça no Brooklyn foi suspensa pelos próprios organizadores, em uma decisão que tem relação direta com o episódio da ação fiscalizatória e policial na roda União de Sambistas contra o Fascismo. “Entendi que o tom da intervenção havia mudado. Ali, eu decidi recuar da ocupação”, disse Diego Silva ao argumentar que a única possibilidade de manter a atividade e evitar alguma ação repressiva violenta seria obter a autorização da Prefeitura Municipal.

A partir daí, a interlocução com o público voltou para o perfil do grupo Encruzilhada do Samba onde Diego Silva aparece em um vídeo de 2 minutos e 32 segundos, publicado às 18h05 do dia 24 de outubro para informar sobre os termos do acordo fechado entre organizadores Ministério Público do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal para regulamentar e legalizar a atividade. Além do horário fixo e de um calendário quinzenal que alternava o local do evento entre Brooklin e Gasômetro, os produtores aceitavam as outras condições exigidas pelos moradores como contratação de segurança e de banheiros químicos, até porque esta última já era feita.

A minha preocupação era regularizar o samba para que não houvesse violência e truculência da polícia e da SMIC ali nas terças-feiras. Isso, nós conseguimos. A partir de agora, vamos ter que seguir algumas regras, mas não vamos ter que lidar com a truculência da polícia e da SMIC. Beleza? Acho que foi uma pequena

vitória, com algumas concessões, mas foi o que deu pra fazer. Tá bom? Valeu gente (SILVA, 2018)⁶³

O vídeo teve 18 compartilhamentos, 1.100 visualizações e 23 comentários na maioria elogiando o acordo e saudando em tom familiar o organizador pelo empenho em criar “um espaço de convivência criativa que terminou se transformando num espaço de resistência, alegria e de exercício de cidadania!”, como registra um comentário de Newton Teixeira.

A postagem seguinte informava sobre a Roda Itinerante que juntaria o Samba de Terça, no Brooklyn, e a Roda de MPB do bar Comitê Latino-americano (bairro Santana). A atividade programada para a terça-feira, 30 de outubro, previa um cortejo festivo que faria o percurso entre os dois espaços. Na tarde do dia 30, por volta de 16h, um áudio de Diego Silva circula em grupos de Whatsapp chamando para o “último samba no Brooklin” e informando que houve uma reunião de moradores com a prefeitura e o acordo feito na semana anterior e mediado pelo Ministério Público não estaria mais valendo. No final da tarde, postam pelo perfil do Encruzilhada uma transmissão ao vivo do Diego Silva já no Brooklyn reforçando o caráter de “último samba”, relacionando a mudança no andamento da negociação à conjuntura política e convidando os frequentadores para “se despedir” do evento.

Os moradores talvez empoderados pela eleição do presidente entendem que eles não precisam mais acordo, eles não querem mais acordo, eles querem varrer esse povo aqui do samba porque o samba tem esta questão democrática de juntar todo tipo de gente negros, brancos, pobres, ricos, pessoal trans, pessoal homossexual, heteros, pessoal morador de rua, em situação de rua. Então, aqui o samba mistura tudo e acho que essa mistura é tudo que eles não gostam e não querem mais que aconteça por aqui (SILVA, 2018)⁶⁴

O argumento expresso girou em torno da expectativa de que em função da situação política do país a “violência e a brutalidade policial devem aumentar” e que não há segurança para “fazer

⁶³ SILVA, Diego. Sobre a audiência com o Ministério Público para tentar regularizar o Samba de Terça. Porto Alegre, 24 de out. 2018. Facebook: @encruzilhadosamba. Disponível em: [https://www.facebook.com/encruzilhadosamba/videos/273035673342190/?__tn__=kCH-R&eid=ARDF0yOQoHIBPI7_qhRR59JHbTs_HSMNBKIi4Z43VcLRmG1QC4ecFzx-hSRfjEYUnPPow-nOLZ7dohTl&hc_ref=ARTzt82GZiYnkTY0waS_IMIAfQmW0dwMhsNHR5bwCR-RFCZmMxURWCN7Gh7nkwXZPbs&fref=nf&__xts__\[0\]=68.ARB692L0MwHMyOJbhO5HNjYTR8tWa9fPk9lmwIS1xoKiGevklmpEe-52MDz-kD-hkCoIXyd8W0TQEt2c8vasvBtpxjE-SUurb9FzSxqq4X8QK7CE8LAEmjzoHXW36LNBfyDpG0EbFMcccc2zPFJQPIuPZSGLEhkDe8PuMVPU1ZcLZyC5xZ30cBPxdc1eFi17VtW_-V9yh8CMrQWPYMtRLUubtdPHj3II_3bIANx2fw](https://www.facebook.com/encruzilhadosamba/videos/273035673342190/?__tn__=kCH-R&eid=ARDF0yOQoHIBPI7_qhRR59JHbTs_HSMNBKIi4Z43VcLRmG1QC4ecFzx-hSRfjEYUnPPow-nOLZ7dohTl&hc_ref=ARTzt82GZiYnkTY0waS_IMIAfQmW0dwMhsNHR5bwCR-RFCZmMxURWCN7Gh7nkwXZPbs&fref=nf&__xts__[0]=68.ARB692L0MwHMyOJbhO5HNjYTR8tWa9fPk9lmwIS1xoKiGevklmpEe-52MDz-kD-hkCoIXyd8W0TQEt2c8vasvBtpxjE-SUurb9FzSxqq4X8QK7CE8LAEmjzoHXW36LNBfyDpG0EbFMcccc2zPFJQPIuPZSGLEhkDe8PuMVPU1ZcLZyC5xZ30cBPxdc1eFi17VtW_-V9yh8CMrQWPYMtRLUubtdPHj3II_3bIANx2fw). Acesso em 25 de janeiro de 2020.

⁶⁴ SILVA, Diego. Último Samba no Brooklyn. Porto Alegre, 30 de out. 2018. Facebook: @encruzilhadosamba. Disponível em: <<https://www.facebook.com/encruzilhadosamba/videos/315568425923752/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

alguma coisa aqui que não esteja legalizada, regulamentada. É muito difícil tocar uma ocupação agora”, explicou Diego ao expressar o objetivo de “resguardar a integridade física de todo mundo, não ter violência e de não ter estas reclamações”. O vídeo postado no perfil do Encruzilhada da Samba teve 91 compartilhamentos, 2.100 visualizações e 27 comentários que lamentaram e chamaram a participação no evento. Muitas declarações pareceram entender aquela situação como o início de uma escalada de revezes que estaria por vir manifestando expressões como: “eu sabia”, “começou”, “vem coisa pior pela frente”. Observamos que, em apenas um comentário, a disposição era de manter a atividade em caráter de ocupação. Durante a realização do evento, a movimentação nos perfis engajados foi praticamente inexistente. Observamos apenas uma postagem no perfil do Encruzilhada, feita por volta de 21h35, pouco antes do término da roda de um vídeo de baixa qualidade que exibia um verso do samba “não deixe o samba morrer, não deixe o samba acabar”. A situação do ambiente digital contrasta com os dados obtidos da atividade do evento presencial, obtidos pela observação direta realizada na noite do último samba.

Como registramos no diário de campo, a partir de observação feita ainda no período exploratório, talvez por estar marcado como a última roda de samba no Brooklyn, o evento se apresentou como o mais rico entre os observados na fase de prospecção desta pesquisa. Havia gente sentada no gramado do Largo e bicicletas penduradas nas árvores. Algumas pessoas dançavam aos pares, como se estivessem em uma gafieira. Além das bancas de cerveja artesanal associadas ao evento, chamou atenção o grande número de vendedores ambulantes e também o perfil um tanto incomum entre eles como a mulher jovem que vendia pipoca uniformizada, o pai e a filha que comercializavam água e refrigerante e a moça que vendia mojito em uma bicicleta adaptada, demonstrando que o samba do Brooklyn havia se tornado uma opção atrativa para trabalhadores informais de um estrato menos precarizado.

A certa altura, um homem pediu para falar no microfone. O samba foi interrompido. Vestido com uma camiseta do Grêmio Futebol Portoalegrense e boné em estilo turco, ele se apresentou como morador de uma ocupação de sem teto que abriga crianças e adolescentes em situação de rua. O objetivo da intervenção era informar sobre a Amada Massa⁶⁵, padaria

⁶⁵A Amada Massa é um projeto de geração de renda que reúne trabalhadores sem teto em torno de uma padaria comunitária. Para conhecer e aderir ao projeto, consultar: <<https://amadamassa.com.br>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

comunitária que seria inaugurada nos dias seguintes. Ele disse que o momento exigia solidariedade e que o seu grupo estava junto com o “pessoal do samba” porque “o próximo período será difícil”. Depois de falar, ele permaneceu na festa e interagiu normalmente com vários grupos antes de ir embora. A mesma desenvoltura e liberdade de movimentos pode ser observada no rapaz que abordava os frequentadores para comercializar livros usados obtidos por doação. Ele explicava que vivia com mais três famílias, em uma casa paga pela prefeitura municipal na modalidade de aluguel social, após a remoção de uma ocupação. O dinheiro obtido naquele trabalho seria destinado às despesas da casa. Ele carregava uma sacola com vários livros e revistas e o primeiro a ser oferecido era Memórias Póstumas de Brás Cubas, o clássico de Machado de Assis.

Fotografia 17 – A última dança no Brooklyn



Fonte: Imagem captada pela autora, 25 de outubro de 2018

Dessa forma, foi possível constatar que a vivência do evento no espaço físico do Brooklyn ofereceu a oportunidade de recolher dados que se mostraram importantes no nosso corpo de análise, em especial evidências da livre fruição do espaço por pessoas de distintas classes sociais e a convivência compartilhada tanto da materialidade da estrutura quanto de variadas situações de vulnerabilidade social.

Para concluir este recorte teórico e pensar especificamente sobre a experiência do Brooklyn, optamos por mobilizar a análise de Irene Machado (2014) sobre as dinâmicas da produção do espaço no século XXI, do ponto de vista da comunicação. A pesquisadora se dedica a pensar a interdependência entre comunicação e espaço, a partir da inserção dos meios eletrônicos audiovisuais na cultura. Motivada pela experiência de contato com artistas que reciclaram uma antena integrante do sistema de vigilância da antiga União Soviética, na Letônia, Machado afirma que a digitalização produz novas espacialidades. Com as tecnologias de mídias locativas, mídias sociais, geolocalização, smartphones e sensoriamento via satélite, o espaço se desligaria da superfície geográfica para se tornar uma base de dados numérica e de projeções infográficas em telas. A simultaneidade do espaço e seu caráter contínuo seriam apreendidos como frequência e ressonância, assumindo um caráter de invisibilidade “não porque se opõe a lugar físico, mas porque se manifesta por vibrações” (MACHADO, 2014, p. 13).

Partindo da premissa de que toda atividade humana se desenvolve vinculada a modelos de espaço e que as formações espaciais criam construções culturais, Machado (2014) entende que os processos de comunicação são orientados pelo contato com o entorno, transformado estas informações em linguagem. Ao perceber e lidar com as informações espaciais disponíveis em experiências de contato e movimento no espaço, a comunicação se constitui como um gesto sensorial de apreensão, capaz de garantir orientação, trânsito e interação. Entretanto, ela adverte que “meios e processos de comunicação não são apenas potencialmente criadores de espaço, como também definem a natureza espacial dos seres que nele interagem” (MACHADO, 2014, p.2).

A codificação do espaço se deu pela geografia e pela política. O que marcou o surgimento dos Estados nacionais senão a codificação do espaço segundo o domínio territorial político? Tanto o código gráfico quanto as línguas nacionais tornam-se expressão do espaço geo-político e ambos se confundem (MACHADO, 2014, p. 12)

Diante deste contexto de crescimento dos meios de tecnologia eletrônica e informática, a pesquisadora aponta a oportunidade de problematizar experiências que até então resultavam em formas de comunicação cuja ênfase recaía sobre a superfície e visualidade. Na sua análise, no espaço audiovisual eletrônico, o movimento não anula, mas subjuga a visualidade e o posicionamento. “Com isso, as relações entre comunicação e espaço como circunscrição de limites e vínculo a lugar passam a ser alvo de revisões” (MACHADO, 2014, p. 2).

Para a pesquisadora, lugar e posicionamento não são mais suficientes para denominar um espaço que se tornou meio, em uma situação onde até mesmo a própria noção de circulação fica comprometida. A qualidade sensorial dos circuitos audiovisuais promoveria modelos em que as interações se desvinculariam da transmissão, ampliando o campo de possibilidades comunicativas. “O espaço de informação deixa de ser uma linha que liga dois pontos para se tornar um circuito vibrante de ressonância”, conclui Machado (2014, p. 4).

Com a ideia de um espaço caracterizado pelo movimento e ressonância, caberia rever também a ideia de produção cultural do espaço. Ao reconhecer um espaço contínuo e infinito, o espaço de comunicação não estaria restrito ao lugar. Neste contexto, a questão não é a expansão de um território, mas o domínio destes fluxos de ressonância em um campo estratégico de intervenções políticas e de controle de dados.

A questão que esteve posta para diálogo neste trabalho de pesquisa foi justamente a articulação desse espaço infinito e contínuo de circuitos comunicativos vibrantes com aquele espaço que foi delimitado na malha urbana contemporânea de Porto Alegre para ser o vão inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina e cujo atrito produziu uma experiência chamada Brooklyn. Para problematizar os dados que produzimos nesta pesquisa, trabalhamos com três ideias apresentadas por Machado (2014) sobre os processos de comunicação: a) são orientados pelo contato com o entorno, b) não apenas criam espaço como também interferem na definição da natureza espacial dos seres que ali interagem e c) deixam de ser uma linha que une dois pontos para tornarem-se um circuito de ressonância.

A partir destas referências, foi possível perceber que o contato com o entorno e as informações obtidas na vivência da materialidade do vão inferior do viaduto Imperatriz Leopoldina produziram uma forma particular de estar ali, expressa na forma de compartilhar o espaço e de inscrever a presença de atividades efêmeras destinadas a uma convivência compulsória. Como dado possível de confirmação, observamos que a liberdade de circulação naquele espaço que caracterizava o samba e a prática de skate encontrou correspondente na linguagem corporal e nas intervenções artísticas produzidas em torno das duas atividades. Enquanto o ordenamento espacial utilizado pelo Prato Feito manteve os corpos em fila, no samba as pessoas evoluíram livremente em passos de dança solitária ou aos pares e os praticantes de skate desafiaram o domínio do próprio corpo inscrevendo manobras com suas pranchas sobre a pista improvisada.

Assim, além de constatar que a constituição do Brooklyn de Porto Alegre implica em um processo combinado de produção tanto do espaço quanto dos seres que ali interagiram, consideramos oportuno afirmar que o processo comunicativo envolvido nesta experiência guarda certas peculiaridades. Cabe observar que as três experiências são muito diferentes entre si e não há um formato específico para as atividades desenvolvidas. Até onde foi possível concluir, as vivências se potencializam justamente ao evidenciarem suas diferenças, não por compartilharem traços de semelhança. Dessa forma, achamos mais produtivo e oportuno aplicar a ideia de um circuito de ressonância e não de feedback para abordar as formas de comunicação que encontramos no Brooklyn. Diferente do feedback, onde uma transmissão de tipo ponto a ponto tem a reação do receptor à mensagem como critério de qualidade e funcionalidade, a ressonância implica em um sistema vibratório que leva um outro sistema a oscilar com maior amplitude, mesmo que em uma frequência específica. Dessa forma, estas atividades em torno do Brooklyn vão reverberando um caráter disjuntivo de uso do espaço que, em vez de sinalizar a impossibilidade de constituir um denominador comum, acabaram reforçando a posição de cada uma neste circuito de diferenciação e acentuando sua amplitude em função de estímulos externos como os atravessamentos da conjuntura política e eleitoral mencionados aqui.

Por último, cabe assinalar a alteração da toponímia do lugar como dado para indicar que a relação da comunicação com o espaço não é uma circunscrição de limites ou de lugares. A partir da materialidade de uma ponte, os habitantes de Porto Alegre ocuparam o vão inferior do Viaduto Leopoldina e estabeleceram uma conexão com o Brooklyn norte-americano⁶⁶. Em Nova York, a ponte que nos interessa é oficialmente chamada de New York and Brooklyn Bridge (Ponte de Nova York e Brooklyn). Construída em aço e inaugurada em 1883 é uma notável obra de engenharia, tendo sido a primeira ponte de aço suspensa construída no mundo e considerada marco histórico dos Estados Unidos. A ponte liga o Brooklyn ao sul de Manhattan e na margem do Brooklyn funcionava o porto da cidade, desativado progressivamente até que, em 1984, os antigos piers foram destinados ao Brooklyn Bridge Park⁶⁷. Vendido como a melhor vista de Manhattan, o local vem sendo considerado como um reduto hipster e o bairro figura como exemplo clássico dos

⁶⁶ O Brooklyn era uma cidade independente até 1898 quando passou a ser parte de Nova York. Com 250 km² de área, se permanecesse sendo uma cidade independente, seria a quarta mais populosa dos Estados Unidos. A população é caracterizada pela grande diversidade cultural e variedade linguística, com forte presença de judeus, hispânicos e negros, além de uma expressiva comunidade LGBT.

⁶⁷ Sobre o parque, consultar <<https://www.brooklynbridgepark.org/park>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020

processos de gentrificação que têm ocorrido nas grandes cidades do mundo nas últimas quatro décadas. Mesmo assim, as referências ao Brooklyn estão permeadas pelas informações sobre a vivência de situações de precariedade e violência enfrentadas pelas populações vulneráveis que residem na área⁶⁸.

Dessa forma, teríamos aqui a conformação de um cruzamento de referências geográficas que constituem conexões e conformam uma espacialização própria, feita a partir de processos comunicativos que extrapolam os determinantes operados nos limites da contiguidade física. Machado (2014) informa que a codificação do espaço feita pela geografia e pela política marcou a consolidação dos estados nacionais e teve como forma de expressão os códigos gráficos utilizados nos mapas e nas línguas nacionais. Assim, consideramos pertinente postular que a inclusão de novas variantes comunicativas na produção do espaço pode favorecer a constituição de circuitos de referência que extrapolam as fronteiras demarcadas pelo espaço físico. A partir dos dados recolhidos, julgamos possível afirmar que a experiência do Brooklyn relaciona localidades múltiplas e geografias cruzadas, colocando em funcionamento um circuito que faz do compartilhamento compulsório da condição precariedade uma possibilidade de aliança no meio urbano.

⁶⁸As gangues de jovens e adolescentes são um personagem recorrente na narrativa sobre o bairro. Em 1959, Bruce Davidson fotografou os célebres Jokers. O trabalho pode ser visto no site da Magnum: <<https://pro.magnumphotos.com/Package/2K7O3RNC780>> Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se dedicou a analisar os processos comunicativos envolvidos em uma experiência desenvolvida na cidade de Porto Alegre, onde a materialidade de uma estrutura viária apresentou-se como oportunidade para o desenvolvimento de práticas socioambientais que enfrentaram a imprevisibilidade dos encontros citadinos e fizeram um uso imprevisto do espaço urbano. Dessa forma, este trabalho se alinha ao esforço que discute no campo da comunicação, a relação do uso dos espaços urbanos, as formas de construção de novas espacialidades e o surgimento de traços de insurgência cidadã.

Na primeira parte deste texto, mobilizamos uma série de contribuições teóricas que autorizam a configurar o entendimento sobre o espaço como portador de uma codificação geográfica e política. Pretendemos ter explicitado que o postulado que entende a conformação da cidade como um processo natural e pautado por um mecanismo adaptativo, dá à funcionalidade centralidade como critério para determinar a ocupação dos espaços, decorrendo daí uma série de consequências como por exemplo a segregação justificada de populações.

Também estivemos envolvidos no esforço de compreender a relação da cidade com o pensamento comunicacional e com a própria configuração da ideia de comunicação. Para isso, analisamos o postulado interacionista que preconiza a reflexividade como mecanismo básico de um processo adaptativo no ambiente urbano e um conceito de comunicação que é construído com base na produção e compartilhamento da semelhança.

Ao postular que a conformação do espaço exerce influência em um contexto onde indivíduos e relacionamentos se modificam e interfere também nas relações e estruturas sociais, pudemos relacionar a ideia da cidade como uma unidade homogênea ao esvaziamento de suas funções políticas. Neste sentido, temos a pretensão de afirmar que o postulado da comunicação como compartilhamento de traços culturais comuns e dispositivo necessário à assimilação de populações em ambiente urbano empobrece o cenário comunicativo e contribui para dificultar os movimentos de apropriação e vivência dos espaços.

Ao buscarmos o tratamento dado à cidade no campo da comunicação, nos deparamos com o Interacionismo Simbólico (IS) e com a necessidade de enfrentá-lo, tanto pela importância da Escola de Chicago nos estudos da comunicação como pelo seu pioneirismo na conformação do

campo da sociologia urbana. Pressionados pelo crescimento demográfico das cidades norte-americanas, os teóricos pontuaram a centralidade da cidade na experiência humana e buscaram no ambiente urbano a expressão da vida mental de uma sociedade. A sociologia urbana desenvolvida ali estabeleceu uma estreita relação com o desenvolvimento do jornalismo ao preconizar que a cidade era um laboratório para investigação e a notícia era uma forma de conhecimento do mundo, ferramenta necessária para educar as populações migrantes e garantir a coesão social.

Tivemos particular interesse no conceito de Ecologia Urbana, formulado em uma leitura do fenômeno da urbanização acelerada como um fator de sobrecarga sensorial capaz de provocar desvios de conduta. O adensamento demográfico era entendido como uma “patologia”, em um contexto de debates que admitia inclusive a vigência de um pensamento que propugnava o antiurbanismo. A cidade precisaria ter uma ordem política e moral capaz de impor a tradição e a lei sobre as forças econômicas e, neste contexto, a comunicação foi chamada a funcionar como um fator de coesão, capaz de evitar que a agitação e a confusão do mundo moderno degradassem o ambiente mental dos indivíduos.

Informados por esta leitura, fizemos uma aproximação ao pensamento urbanístico que estabelece a metáfora do organismo funcional para operar na cidade, ambiente hostil que necessita submeter qualquer disjunção a um efeito estético capaz de garantir aparência de unidade e assim oferecer certa segurança mental a seus habitantes. Para assegurar este efeito, a gestão urbana funcionaria como uma ação coordenada e reflexiva que ordena a representação do espaço e permite a execução de um formalismo conceitual, ou seja, produzindo uma sintaxe capaz de garantir que as intervenções sejam vistas como melhorias e como possibilidade de dominação da incerteza. Neste contexto, haveria uma objetificação da cidade que aparece como um território idealizado, conformada por representações limitadas a apenas alguns futuros possíveis.

Dessa forma, para discutir os limites para a fruição da cidade, nos apareceu como incontornável a tarefa de desnaturalizar a lógica que configura o espaço urbano. Neste movimento, encontramos um processo de territorialização bastante preciso que fixa funções e também modula o comportamento da população a partir do enquadramento do próprio corpo como um artefato para o exercício do governo. Neste ambiente, as subjetividades são cristalizadas a partir de dispositivos que tentam forjar uma homogeneidade tanto na fixação da visualidade da paisagem quanto no controle dos fluxos informativos. A questão que se depreende da pesquisa realizada é que, mesmo

com este esforço de estabilização, há uma demanda considerável pela constituição de espaços locais, algumas vezes despertadas pela própria inscrição de marcos materiais no espaço, como no caso que estudamos a partir da instalação de uma elevada na região central de Porto Alegre. São experiências que alteram o uso do espaço urbano, criando novas espacialidades e tensionando as dinâmicas de formatação dos seres que interagem neste ambiente.

As três experiências estudadas são resultado de um uso não previsto do espaço que tirou proveito da estrutura da elevada. Ao garantir proteção contra chuva e calor, o vão inferior do viaduto minimizar a interferência de eventos climáticos e oferece possibilidade para desenvolver distintas atividades. Todas criaram situações que, em grau diferente, trincaram o objetivo da mobilidade, transformando uma via de passagem em um ambiente de convivência. As três provocaram, em níveis distintos, o contato entre pessoas de grupos sociais diferentes, oriundas de vários pontos da cidade. Todos conviveram com a presença de pessoas em situação de rua que dormem sob a elevada e com um ponto de comércio de drogas ilegais que existe no local. A roda de samba e o PF das Ruas também compartilhavam o cuidado com a limpeza e recolhimento de resíduos, podendo ser considerado um claro indicativo de preocupação com o local. Segundo relatos e dados produzidos, as três atividades conformaram um ambiente de encontro, troca de experiência e solidariedade.

O que observamos de distinto entre elas? Primeiro, a forma de uso do espaço. O PF das Ruas usa uma estrutura maior e bem mais complexa (mesas, cadeiras, aquecedores) que precisa ser armazenada em uma sala alugada de um dos comerciantes da área. Ocupando praticamente todo o vão e fazendo um uso funcional do espaço, demarca áreas com isoladores e organiza o fluxo do público para otimizar a distribuição da comida. Apenas velhos e crianças têm espaço para comer sentados, enquanto os outros se arrumam como podem e permanecem no local apenas enquanto esperam na fila e consomem a refeição.

Os skatistas têm a ocupação mais fluida do espaço, mas a única que inscreveu marcos permanentes (rampas, obstáculos). Eles utilizaram as muretas para sentar e a parte do piso com cobertura mais regular como pista de rodagem, ocupando pouco menos da metade da área total. Os grupos são pequenos e cada um faz percursos individualizados por onde distribuem manobras típicas da prática do skate. Muitas vezes compartilham o espaço com pedestres e o tempo de permanência dos frequentadores no local é bastante variável. O Samba de Terça utilizava a parte

central, bem embaixo do viaduto, para montar a roda com duas mesas e algumas cadeiras. Eles levavam instrumentos e um pequeno amplificador de som. Diferente das outras duas experiências, as rodas atraíam grande número de vendedores ambulantes. Os eventos semanais tinham uma duração de cerca de quatro horas. O espaço era utilizado livremente pelos frequentadores que permaneciam no local por um período variável para conversar, cantar, beber cerveja e, algumas vezes, dançar.

Diferente das outras duas, a roda de samba teve um atravessamento político mais evidente e uma influência notável da conjuntura eleitoral de 2018. Além do evento “Todas as Rodas - Sambistas contra o Fascismo”, realizado durante uma edição do Samba de Terça, o Brooklin foi palco de um grande ato político contrário à candidatura de Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais. Outra diferença notável entre as experiências foi a relação com a institucionalidade e o nível de aceitabilidade. Enquanto os skatistas e o PF das Ruas recusam qualquer relação, o Samba de Terça queria regularizar-se como evento junto à Prefeitura Municipal, estando disposto a atender as exigências impostas pelo Ministério Público quanto a limites de horários, limpeza e calendário. Das três, foi justamente a roda de samba que sofreu ação fiscalizatória do município e repressão policial, em um contexto de hostilidade que incluiu uma mobilização de vizinhos que alegaram problemas provocados pelo barulho da música e se contrapuseram a realização do evento no local.

Pudemos constatar uma ação comum que alterou a função do espaço criado como via de mobilidade para uma área de permanência e convívio, constituindo um espaço para agenciamentos e articulações entre setores distintos da sociedade. Nas três experiências, pudemos comprovar casos em que novas redes de solidariedade foram estabelecidas – envolvendo comércio informal, alianças para ações políticas e de apoio à população de rua, a formação de uma rede de ativistas culturais do samba e uma rede de convivência entre skatistas adolescentes originários de distintos bairros da cidade. Uma apropriação que ressignifica e produz diferentes inscrições, sendo notório um atravessamento maior da conjuntura política no samba, assim como um nível de aceitabilidade menor dos vizinhos em relação a esta experiência comparada às outras.

Ao analisar a dinâmica das atividades, pudemos constatar que configuram experiências socioespaciais que alteram o uso do espaço urbano, criando novas espacialidades e tensionando as dinâmicas de formatação dos seres que interagem neste ambiente. Encontramos elementos que

dizem respeito às características de interatividade que marcam a vivência urbana contemporânea. Diferente da urbe cosmopolita do século XIX, cuja percepção estaria marcada pelas novas formas de deslocamento no espaço e pelo incremento da exposição individual fora dos ambientes privados, e da metrópole do século XX, marcada pela funcionalidade comunicativa, as megalópoles do século XXI conjugam uma experiência cruzada do tempo e do espaço na vivência de uma localidade múltipla que articula espaços locais e globais.

Estas vivências constituíram uma oportunidade comunicativa que foi além dos processos de imitação e persuasão característicos de espaços mediados e normalmente dotados de uma função predominantemente comercial, econômica ou técnica. Essa cidade vivida de forma assimétrica impõe a conectividade como competência comunicativa e oferece a possibilidade do desenvolvimento de circuitos disjuntivos que se relacionam e se reforçam sem necessidade de constituírem uma síntese comum. Essa cidade já não responde à produção do espaço a partir de sua função e rompe o equilíbrio que tornava o ambiente urbano um sistema de alta previsibilidade formal. De forma geral, é possível concluir que presenciamos um processo que demonstra o espaço de tensão envolvido na constituição de espacialidades em uma sociedade cuja divisão do trabalho foi alterada e a cidade deixou de funcionar como contiguidade ao espaço da fábrica na tarefa de formatação das sociabilidades.

Identificamos e descrevemos o que acontecia no Brooklyn, com especial atenção para as formas de organização, o nível de formalidade e as relações produzidas. Percebemos a constituição de alianças de solidariedade e a conformação de um ambiente específico que tirou proveito da condição de abrigo oferecida pela estrutura da elevada e já utilizada por populações em situação de vulnerabilidade. No nosso entendimento, foi exatamente este compartilhamento da precariedade que criou a base para as alianças que transformaram o vão inferior do viaduto no experiência chamada Brooklyn. Nesse processo, o restante da cidade tentou capturar e gourmetizar o que acontecia ali como um evento cultural passível de aceitação. Entretanto, a experiência parece demonstrar que há um nível de tolerância para a diferenciação das atividades. Além da legitimidade da reclamação dos vizinhos, o atravessamento da conjuntura eleitoral e o conteúdo político da ocupação cultural do samba contribuíram para fazer o evento destoar daquele enredo e configurar-se como o maior grau de imprevisibilidade naquele espaço.

A partir das observações e reflexões construídas em torno desta pesquisa, consideramos legítimo afirmar que o viaduto conforma um espaço para invisibilidade ao mesmo tempo em que

oferece uma materialidade capaz de provocar experiências que iluminam e reabrem o leque de vivências possíveis para aquele espaço. No caso em tela, as ocupações materializaram a tensão provocada pelo descompasso entre as funções urbanas previamente planejada e as demandas de uma população que busca espaços para ampliar os processos comunicativos e para criar novos conteúdos de comportamento e alianças. Pelo que observamos, é possível afirmar que existe um nível de aceitabilidade dessas modificações cujo limite pode ser relacionado ao grau de alteração do conteúdo e de visibilidade destes novos usos. Ao extrapolar esta barreira, as novas vivências sofrem uma pressão para retornar a uma situação de invisibilidade e evitar que sirvam como um elemento desestabilizador da lógica de ordenamento da cidade.

Consideramos possível afirmar que identificamos a conformação de um processo comunicativo caracterizado por Machado (2014) como circuito vibrante de ressonância, onde as formas particulares de estar naquele local e realizar uma convivência compulsória são desenvolvidas por cada grupo e funcionam como estímulo externo para ampliar a atividade dos outros em suas frequências específicas, sem necessariamente constituir um mecanismo de feedback ou compartilhamento de elementos comuns. A ideia da física parece confirmada pela avaliação feita por Guilherme sobre a suspensão do Samba de Terça. Mesmo sem interferir diretamente na prática do skate, ele acha que “agora, o Brooklyn está meio parado”.

Essas ações conjuntas usaram positivamente o caráter compulsório de uma convivência plural e estabeleceram uma ética de coabitação que enfrentou positivamente as distintas formas de vulnerabilidade experimentadas entre elas. Ao constituírem um espaço de convivência, estas experiências expuseram relacionalidades complexas e individualidades interdependente que tiveram liberdade de expressão e de movimento para que os corpos reivindicassem seu direito básico de se juntar e aparecer em espaços públicos, inclusive os virtuais.

Dessa forma, a partir da experiência do Brooklyn, consideramos plausível supor que a aceitabilidade da fruição do espaço urbano está relacionada ao seu grau de diferenciação e de distanciamento em relação aos usos normatizados. Por outro lado, também podemos afirmar que espaços considerados degradados ou sem função podem oferecer as condições materiais para servir como abrigo e acolhimento para experiências capazes de estabelecer alianças éticas, revalorizar e visibilizar corpos e sociabilidades precarizados pela lógica urbana, reabrindo as possibilidades para a vida dos que, por muitos motivos diferentes, estão embaixo da ponte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre et al. Efeitos de Lugar. In.: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019
- CAIAFA, Janice. **Comunicação e Diferença nas Cidades**. Compós, 2012. 11º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós 2002), de 4 a 7 de junho de 2002. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_742.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2019.
- CONDE, Maria R. Berganza. A Contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da Comunicação. In. BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz, **A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais do Jornalismo**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2008 (p. 15-32).
- CORDEIRO, Edmundo. Deleuze: Comunicação, controlo, palavra de ordem. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, [S.l.], n. 8, July 2011. ISSN 1645-2585. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2306>>. Acesso em: 06 de novembro 2019.
- CRUZ, Milton. **O impacto da Participação Social no processo de elaboração da Polícia de Planejamento Urbano de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/democraciaparticipativa/biblioteca-1/arquivos/O_impacto_da_participacao.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- DI FELICE, Massimo. **Paisagens Pós-Urbanas – o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo, Editora Annablume, 2009.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: BARROS, Antônio (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo, Atlas, 2005 (p.62-82)
- FERNANDES, Síntia; HERSCHMANN, Micael. **Uso da cartografia nos estudos de comunicação e música**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos 17(3): 290-301, Unisinos, setembro/dezembro 2015

- FERRARA, Lucrecia. **Comunicação mediações interações**. São Paulo, Paulus, 2015.
- _____. **A comunicação que não vemos**. São Paulo, Paulus Editora, 2018.
- FIGUEIREDO, Rita M.M. **Praia de Belas, o Campus da UFRGS que nunca existiu**. 1º Colóquio Internacional História Cultural da Cidade. GT História Cultural RS, Anpuh RS. Porto Alegre, 2015. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/53CDRitaMariaMendoncadeFigueiredo.pdf>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas. O novo urbanismo militar**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença - o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2010.
- HANKE, Michael. **Materialidade Da Comunicação – Um Conceito Para A Ciência Da Comunicação?**. V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/109969973774915535518237202042688629820.pdf>
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra, 2005.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E. KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, V. **Pistas do método cartográfico**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.32/51
- PASSOS, E.; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Revista Fractal de Psicologia**. V.25. n.2. mai./ago., 2013.
- KILPP, Suzana; LOPES, Tiago. Algoritmos performativos de deriva: o caminhar como gesto estético em aplicações para dispositivos móveis. In: SILVA, Maurício (org.). **Mobilidade, espacialidade e alteridades**. Compós, Salvador, EDUFBA, 2018, Pp. 13 a 29

LEFEBVRE, H. (2013). **Prefácio: a produção do espaço**. Estudos Avançados, 27(79), 123-132. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68706>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

MACHADO, Irene. **Espaços Semióticos Modelizados pelos Meios**. Compós XXII Encontro Annual da Compós. Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em <http://www.compos.org.br/biblioteca/i.machado_compos2014_2151.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020

MARTÍNEZ, Emilio. Introducción. In PARK, Robert. **La Ciudad y otros Ensaio de Ecología Urbana**. Ediciones Serbal, Barcelona, 1999.

MEAD, G.H. **Espírito, persona y sociedade**. Desde el punto de vista del conductismo social. Editorial Paidós, México, 1993.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas jornalísticas e conhecimento do mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, F. MOURA; ADGHIRNI, Z. (org.). **Jornalismo e sociedade. Teorias e Metodologias**. Florianópolis, Insular, 2012.

NEGRI, Antonio. **Negri no Trópico 23°26'14"**. São Paulo, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017

PARK, Robert. **La Ciudad y otros Ensaio de Ecología Urbana**. Ediciones Serbal, Barcelona, 1999.

_____. A história natural do jornal. In. BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz, **A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais do Jornalismo**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2008, p. 33-50, v.2.

_____. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In. BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz, **A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais do Jornalismo**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2008, p. 51-70, v.2.

_____. **Human Migration and the Marginal Man**. The American Journal of Sociology. Vol. XXXIII, n.6, Maio 1928, pp 881-893. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/214592>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

_____. **The City. Suggestions for the Investigation of Human Nature in the Urban Environment**. Chicago: University of Chicago Press, 1925. Disponível em:

<<https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/212433>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020

RIGON, Nicole. **Sociabilidade, conflito e resistência: etnografia no viaduto do Brooklyn em Porto Alegre, 2018**. Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, TCC, 2018

RIZO, Marta. **El interaccionismo simbólico y la Escuela de Palo Alto. Hacia un nuevo concepto de comunicación**. Portal de la Comunicación. Disponível em <http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/17_esp.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2013.

ROSÁRIO, N.M. Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos. In: MOURA, C.P.; LOPES, M.I.V. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

SFEZ, Lucien. **Crítica da Comunicação**. Edições Loyola, São Paulo, 1994.

SILVA, N. F. **A Contribuição e o Pioneirismo de Robert Ezra Park nos Estudos de Jornalismo e da Comunicação**. Estudos. PUC De Goiás, Goiânia, v. 38, n.4 p. 689, 2012.

TAVARES, Felipe. **Mobilizações espaciais de autonomia e comunalização: reflexões e práticas à produção de uma cidade pós-capitalista**. XV Colóquio Internacional de Geocrítica: Las Ciencias Sociales y la edificación de una sociedade post-capitalista. Barcelona, maio, 2018. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FelipeTavares.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual**. Novos estudos. Cebrap vol. 35 n1. São Paulo, Mar. 2016 (p 93 – 109). Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100005>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

TONUCCI FILHO, João. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Otília. **A cidade do pensamento único. Desmanchando Consensos**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000. P 75 a 105

VALLADARES, Lícia. **A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório**. CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100003>. Acesso em 11 de setembro de 2019.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Comunicação e Cidade – As experiências socioespaciais insurgentes em Porto Alegre*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte do processo de doutoramento de Sinara Regina Sandri, tem como principal objetivo avaliar os processos comunicativos que ocorrem em duas experiências que alteram o uso de espaços urbanos em Porto Alegre. A pesquisa se mostra relevante pela sua possibilidade de contribuir na melhora na vivência dos habitantes das cidades do século XXI.

Serão realizadas **entrevistas e observações, além da participação** da pesquisadora em atividades com o objetivo de coletar informações. Além de contribuir em um processo de análise e na produção de conhecimento sobre a vida urbana contemporânea, a participação na pesquisa terá como **benefício** esperado o registro e a difusão destas experiências, bem como o acesso a ferramentas teóricas que podem ajudar a pensar e identificar pontos relevantes para o desenvolvimento da própria experiência, melhorar os processos comunicativos do grupo e compreender a importância dos espaços públicos na vida urbana.

As informações são confidenciais e estão garantidos o **sigilo** e a **privacidade** das suas informações durante todas as fases da pesquisa. Os dados coletados serão armazenados pela pesquisadora em disco rígido durante a realização da pesquisa e deletados após cinco anos da conclusão, avaliação acadêmica e publicação dos resultados. O participante, em qualquer fase do trabalho, recusar-se a participar ou **retirar seu consentimento**, sem risco de qualquer penalização. O participante pode requerer as transcrições da entrevista para conhecimento ou mesmo requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

Caso a participação na pesquisa ou o uso das informações provoquem qualquer tipo de desconforto, será retirada da tese qualquer menção ao conteúdo apontado. Entre os possíveis riscos decorrentes da participação na pesquisa, estaria o envolvimento com polêmicas sobre a adequação da utilização do espaço ou exposição de posicionamentos em relação a situações e controvérsias específicas. A pesquisadora vai mitigar estes riscos ao evitar utilizar questões pontuais ou declarações que impliquem no envolvimento de terceiros. Se julgar absolutamente necessário o aproveitamento de declarações ou observações que tenham algum caráter polêmico será pedida autorização expressa para o participante.

Qualquer dúvida pode ser esclarecida com Sinara Sandri (pesquisadora) através do telefone (51) 98115.9591, Nísia Martins (orientadora) pelo telefone (PPGCOM) ou o **Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (Telefone: 3308 3738)**.

(Participante) Nome:

(Pesquisador) Nome:

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA GUILHERME

Diário de Campo de Sinara Sandri – 1º de novembro de 2019

Entrevista com Guilherme, skatista. Realizada no Brooklyn, entre 17 e 18h.

Guilherme não é propriamente uma pessoa muito falante. Estuda as palavras, pontua o discurso com intervalos e grandes silêncios. Estivemos juntos por quase 40 minutos. Quando cheguei ele estava sozinho sentado no banco, observando a movimentação de pedestres na véspera do feriado de finados.

Na aproximação, apresentei a proposta de pesquisa e iniciamos a conversa.

- Você vem sempre aqui?

Sempre que eu posso venho.

- Tem algum dia ou horário que você gosta mais?

Não. Sempre que dá, eu venho. É meio aleatório. Não tem assim um dia especial. Normalmente, durante a semana, quando posso eu venho. De tarde.

- Você vem direto de casa ou aproveita algum intervalo de outra atividade?

Normalmente, venho direto de casa

- Onde você mora?

No Partenon

- Como você vem até o Brooklyn?

Normalmente, venho de ônibus, mas quando estou sem dinheiro para passagem, como hoje, venho de skate pela Bento Gonçalves e depois pela João Pessoa.

- Não acha perigoso?

Mais ou menos. É preciso ter cuidado. De skate, chego aqui em 30 minutos.

- Desde quando você frequenta o Brooklyn?

Comecei a andar de skate aqui há uns sete meses. Antes eu vinha no Slam e nas rodas de samba.

- Você veio sozinho hoje?

Sim

- Não combinou para vir com algum amigo?

Não. Normalmente, não combino. Venho para ver o que vai rolar.

- Qual sua idade?

21

- Você estuda?

No momento, estou tentando voltar. Eu consegui uma bolsa e fiz três semestres de Biologia na UniRitter. Fazia estágio como educador ambiental no Dmae. No segundo semestre de 2018, entrei na Ufrgs como cotista pelo critério de renda mensal familiar. No início de 2019, fui desclassificado pela comissão de avaliação, porque incluíram o meu estágio como renda familiar e aí ultrapassei o teto. O detalhe é que, em 2019, o estágio já tinha acabado. Perdi a vaga na Ufrgs e não consegui voltar para a UniRitter porque já tinha perdido a bolsa lá também.

- Que situação difícil.

Pois é. E na sequência, acabei um namoro de dois anos.

- Muita coisa ao mesmo tempo?

Sim. De repente, as coisas ficaram muito desorganizadas. Aí resolvi começar a vir para cá. Eu não podia ficar em casa. Me sentia preso. Eu ia pirar. Precisava fazer alguma coisa. Me movimentar. Ficar trancado em casa estava muito ruim para mim. Precisava vir para rua, ficar em um lugar aberto. Foi um momento muito difícil da vida. Agora estou melhor e continuo vindo para cá. Estou tentando me reorganizar, vou fazer o Enem e tentar um concurso em Florianópolis. Se der tudo certo, mudo para lá. Preciso superar, esse ano foi muito ruim na minha vida.

- Neste momento você começou a andar de skate aqui?

Sim, quando deu esse rolo todo na faculdade. Mas eu vinha aqui antes para ver as batalhas de Slam. As batalhas eram ali embaixo, do outro lado da avenida. No ano passado, vim algumas vezes no samba. Agora não tem mais. Está meio parado. No skate mesmo, estou há uns sete meses.

- Você sente falta dos outros eventos?

Era legal. Eu gostava. Movimentava aqui.

- Você já sabia andar quando começou a vir aqui?

Um pouco. Não muito.

- É difícil se enturmar?

Mais ou menos. A gente sempre nota quem é novo, mas aí a pessoa vai chegando e acaba se integrando.

- Você frequenta outras pistas?

Vou na Praça da Matriz. Às vezes no Gasômetro.

- Como você escolhe em qual pista vai?

Depende. Vejo como está. Às vezes já saio de casa decidido.

- Tem um grupo certo em cada pista?

Não. Todo mundo circula, mas não tem o grupo da Matriz ou do Brooklyn ou do Gasômetro. É um pouco diferente das gerações anteriores que parece que tinham grupos mais certos de cada local. Não sei bem como era, mas agora não tem.

- O pessoal que anda aqui combina para vir junto?

É mais aleatório. Às vezes alguém avisa que vem, faz um contato, mas na maioria ninguém combina. Todo mundo vem quando pode ou quando quer.

- E como é para andar de skate ali? É andar de skate que fala?

Sim, pode falar andar de skate. É só andar. Pegar o skate e andar.

- Mas não tem um circuito? Um lugar que começa? Uma ordem para andar?

Não, não tem isso. Tem os obstáculos e cada um vai fazendo as manobras que quiser.

- Entendi.

Agora, preciso ir.

- Tá certo. Muito obrigado pela entrevista. Espero que corra tudo bem no Enem e que você consiga voltar pra faculdade.

Eu também espero. Então tá, tiau.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS DE DIEGO SILVA

Diário de Campo de Sinara Sandri

Entrevista com Diego Silva, músico, integrante do grupo Encruzilhada do Samba e produtor do Samba de Terça. 9 de agosto de 2019, 18h, Brooklin

Após contato realizado a partir de mensagens trocadas em redes sociais, marquei data e horário. A proposta de fazer a entrevista no Brooklyn foi minha. Apresentei o plano de trabalho da pesquisa. Conversamos por cerca de duas horas. Era uma sexta-feira e chovia em Porto Alegre. Ficamos sentados no banco de concreto que limita o vão inferior do viaduto e o pequeno gramado do Largo. Enquanto conversávamos, a dinâmica do lugar ia acontecendo. Além do movimento de pedestres, muitos moradores de rua e o ponto de venda de drogas em plena atividade. Entra e sai de moradores, trânsito de veículos no estacionamento e de clientes e frequentadores da loja.

A conversa começou, mas a movimentação perturbava um pouco. Era perceptível que ambos estávamos preocupados com a reação à nossa presença. Não falamos explicitamente, mas eu particularmente estava bastante atenta, talvez até um pouco incomodada com a hipótese de termos algum tipo de constrangimento. Resolvi aproveitar a situação como ponto de partida para a conversa.

- Você se sentia confortável no Brooklyn quando fazia o samba? E agora?

Eu me sentia em casa, hoje não é mais assim. É a primeira vez que volto aqui. A dinâmica da rua é muito rápida.

- Queria começar recuperando algumas informações básicas sobre o Encruzilhada do Samba. Você poderia me contar como chegaram aqui?

Começamos em 2017, na Escadaria da Borges, em uma atividade vinculada ao Tutti Bar. Ali, a gente não tinha custo. A gente passava o chapéu e recebia um plus no valor da cerveja que era pago pelos consumidores. Havia um limite do espaço para o crescimento do samba ali. Em fevereiro de 2018, saímos da Borges e viemos para o Brooklin. O público da Borges veio junto, também ampliamos um pouco aqui. Misturou com gente de mais grana. A questão é que chegamos e já havia um conflito instalado. Em dezembro, tinham começado um processo contra a ocupação cultural do Brooklyn e o Ministério Público estava fazendo audiências para tentar mediar.

Começamos o samba na frente do Lechiguana, um bar que tinha nesse prédio bem da esquina. Havia também uma loja de discos. O problema é que o movimento do bar atrapalhava o estacionamento. Dois meses depois, o bar fechou porque não conseguiu alvará. É preciso entender que o que está em disputa aqui é a área do estacionamento.

- E quando o bar fechou?

Aí a roda de samba veio aqui para baixo do viaduto. A gente já tinha experiência do Samba na Rua e queria regularizar através do Escritório de Eventos da prefeitura, mas não foi possível por causa da disputa judicial. Então fizemos no formato de ocupação. A gente fazia limpeza e varria depois do evento. Não tinha estrutura no local, mas fizemos porque queríamos fazer. Era uma questão política.

- Houve problema com os moradores de rua? Esse ponto de venda de droga funcionava?

Não houve atrito. No final da noite, nós contratávamos alguém entre o pessoal que estava dormindo ali para limpar. Normalmente, a gente pagava uns 50 reais. Tinha muita gente da rua que participava do samba.

- E a relação com os vendedores ambulantes?

Mudou quando passamos para área embaixo do viaduto. Quando estávamos no bar, eles respeitavam. Além disso, passamos a ter custo e tentamos negociar com os ambulantes para ratear a despesa. Alguns participavam. A ideia era que a venda da bebida viabilizasse o custo que naquele momento era baixo. Resolvemos fazer uma parceria com uma marca de cerveja artesanal (Nazca) para que fosse a cerveja do evento.

- E como era a relação com a fiscalização?

A SMIC fez duas batidas e apreendeu mercadoria. Em uma dessas batidas, uma ambulante distribuiu toda a cerveja para o público e ganhou muitos clientes (risos). Outra coisa interessante era a Brigada Militar. Eles vinham sempre por causa de queixas de perturbação da ordem. O diálogo era bom. Mas o samba era um evento político. Na roda de samba contra o fascismo tinha 150 policiais. Ali, entendi que o tom da intervenção havia mudado e decidi recuar da ocupação. Pedi uma audiência com o Ministério Público. Nossa proposta era regularizar pelo Escritório de Eventos e

atender todas as normas que os moradores queriam. Eles não queriam um evento semanal, tinha que acabar até 22h e ter banheiro e segurança.

Na segunda-feira, após o segundo turno da eleição presidencial, eles roeram a corda. Na roda de terça, a SMIC e Brigada vieram com grande efetivo. Tinha um batalhão do BOPE (Operações Especiais), ali na rua Sarmiento Leite. Recolheram o material, mas a gente optou por manter a roda. Chorei no meio da roda. Estava tudo armado para dar problema. Pessoalmente, minha posição seria enfrentar, mas olhei para as pessoas e percebi que precisava recuar. A polícia nunca havia entrado no samba, mas entendi que isso não seria mais a regra depois da eleição.

- Por que você acha que o samba enfrentou problemas no Brooklyn?

Pela diversidade que promovia. Homossexuais se sentindo à vontade, dançando, beijando. Pessoas de grana dançando com pessoas de rua. Não vi isso acontecer em outro lugar. Parar foi muito deprimente.

- Como a banda se formou?

O grupo tem um viés de resistência desde o início, faz shows temáticos com repertório ligado ao feminismo, racismo e direitos humanos. O Encruzilhada mudou um pouco com a roda de samba, mas mantém característica e também influencia a formação do público. A roda de samba não era aberta, mas quem chegava podia tocar.

- Como vocês organizavam o espaço para a roda aqui no Brooklyn?

A montagem começava por volta de 17h30. Era tudo muito simples. Uma mesa e algumas cadeiras. Usava o espaço que tinha e como estava. O equipamento de som também era bem básico porque a acústica aqui não precisa de muita coisa. O que delimitava a área para o público era a organização do espaço. Qualquer um poderia chegar. Nunca precisei chamar segurança. Nunca houve roubo ou assalto na área da roda. A gente sabia que continuavam acontecendo nos locais costumeiros por ali (aponta para a área do chamado beco). A polícia passava pelos assaltantes e pela boca e não interferia. As chamadas eram por perturbação da ordem provocada pelo samba.

- Por que a ocupação incomodava?

Havia um conflito ideológico. O comércio do local não era prejudicado pelo evento, mas o dono não concordava com aquilo. Nem passava pela cabeça dele a possibilidade de ser beneficiado, mas

ele não concorda. Eram eventos de inclusão que misturavam população de várias camadas sociais que coexistiam com liberdade de ser como são. Essa liberdade não existe em outros lugares. Você não vai ver um exercício de sexualidade como tinha aqui. Os outros eventos são organizados de forma que já limita. (Faz um círculo como que fechando um espaço) Banquinhas ... se tiver um morador de rua é expulso, mas na verdade nem precisa expulsar porque ele nem se aproxima. A Aninha que limpava o Brooklyn depois do samba, se sentia da turma.

Tudo isso não é acaso. O samba na rua tem repertório de esquerda, o grupo é super diverso, temos mulheres, negros e gente mais velha. O repertório não era popular, mas pegou. As pessoas mais jovens que não conheciam as músicas, saíam cantarolando. As palavras não são ocas, em algum momento, as pessoas vão entender.

Nós sabemos e apostamos no potencial de aglutinação e transformação da música, mas contra o ódio, não adianta conversa, precisa alguma convivência. Quando eu era adolescente no IAPI, um lugar com área verde e espaço para convivência e socialização, muitos jovens se reuniam e fumavam maconha. Eu tinha um vizinho mais velho que só começou a ver aqueles jovens de maneira menos reprovável depois que ficou amigo de um deles. A gente divide a sociedade em guetos e os guetos não podem se misturar.

- Como foi o movimento de resistência aqui no Brooklyn?

Os grupos que ocupavam Brooklyn não se relacionavam. Passaram a se relacionar depois da denúncia dos moradores com queixas por causa do barulho. Naquele período, foi publicada uma matéria sobre o samba de terça que, na minha opinião, foi positiva. Eu criei um evento no facebook chamado Em Defesa do Brooklyn que lotou. Dali saiu uma reunião onde foi formado um grupo. Eu explodi aquele grupo porque achei que algumas pessoas estavam instrumentalizando politicamente aquele movimento com manifestações em redes sociais.

- O que aconteceu depois que vocês saíram do Brooklyn?

Fomos para Praça do Aeromóvel, no Gasômetro. O custo triplicou e a relação com ambulantes piorou. Aumentou o número de gente trabalhando e a relação ficou pior. A SMIC limitava o número de pontos de venda de cerveja do evento, mas não fiscalizava os ambulantes. Na verdade, eles nunca nos trataram como empreendedores. É engraçado dizer isso, mas se a SMIC fiscalizasse

a venda, a gente não teria quebrado. Os fornecedores tinham que ser pagos adiantado e a renda vinha da venda da cerveja.

Fizemos quatro rodas na praça da Alfândega e algumas outras na Praça Garibaldi e na Isabel Católica (Pão dos Pobres). Eu tenho a impressão que, ao sair do Brooklin e manter as mesmas características, acabamos incomodando mais. De alguma forma, aqui era um espaço de gueto.

Entrevista 2 com Diego Silva, realizada em 13 de setembro, na casa dele.

Diário de campo de Sinara Sandri

Comecei o encontro esclarecendo que eu precisaria de mais detalhes sobre o inquérito aberto pela Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente do MPRS e sobre o movimento gerado em defesa da permanência das atividades culturais no local.

- Como foi a movimentação em defesa do Brooklyn?

Antes da nossa chegada no Brooklyn, no verão de 2018, tinha uma liminar proibindo o ensaio do Bloco da Laje. Depois de uma matéria da imprensa da capital sobre o Samba de Terça, o MP nos chamou para conversar. Também criamos o perfil do Facebook, @emdefesadobrooklin e um grupo no Whatsapp que reunia representantes da Feira do Vinil, Bloco da Laje, RAP, Slam e Não Mexe Comigo e respondia pelas atividades.

O MP formalizou uma proposta de regramento para as atividades e o grupo do Brooklin considerou a proposta inviável. Fizemos uma contraproposta que também era inviável, com o objetivo de forçar uma negociação.

- Quem mais atuava na região?

A SMIC só atuava na fiscalização dos comércios que estavam mais próximos do Brooklyn e defendia os interesses de alguns. Fechou o Bar Lechiguana que realizava atividades culturais. Outro detalhe é que a liminar que impedia o uso do espaço era específica em relação aos ensaios do bloco da laje. Soubemos pela imprensa que havia investigação. Logo depois, organizaram um abaixo-assinado contra o Samba da Terça.

- O problema era só com o samba?

Os outros eventos eram mais esporádicos. Alguns moradores desciam para o samba, mas quem não gostava sabia que ia se incomodar todas as semanas. Havia eventos que extrapolavam no tamanho e no barulho, mas o fato é que estava sendo criada uma rede de eventos em um local maldito. Em caso de chuva, funcionava mais ou menos assim: na dúvida, transfere para o Brooklin.

- Como foi a negociação com os moradores?

Houve uma medição de ruído, quando a gente ainda tocava na frente do bar. Quando fomos para o vão embaixo do viaduto, as caixas de som ficavam viradas para o lado da Redenção, onde não tem prédios residenciais.

As propostas apresentadas eram muito radicais. A do MP inviabilizava as atividades como evento. Ficou um impasse, mas acabamos recuando e aceitando as propostas depois do evento contra o Fascismo. Aceitamos todas as exigências, inclusive o calendário quinzenal e comunicamos o MP. Nestas alturas, já não havia mais um grupo organizado e a negociação era toda com o Encruzilhada. O samba era o único evento que ainda permanecia no local. Houve uma audiência com o MP onde formalizaram a aceitação, outra audiência com o Escritório de Eventos onde foram feitas novas exigências para enquadrar a atividade como evento. A proposta foi formalizada entre MP, Escritório de Eventos e Encruzilhada. Os moradores manifestaram concordância, mas não haviam formalizado o acordo. Na terça-feira, após o segundo turno da eleição presidencial, o MP comunicou que os moradores não haviam aceitado o acordo. Voltamos a uma situação de impasse. O Escritório de Eventos não poderia regularizar porque havia a questão judicial sobre uso. Voltamos à situação anterior, só que com uma conjuntura política diferente. Fizemos uma avaliação e concluímos que o risco seria muito grande.

- Vocês receberam alguma notificação?

Não. Recebemos apenas um telefonema da promotora.

- E o que aconteceu? Aquele era dia de samba.

Eu fiz uma live logo depois do telefonema. Não lembro bem. Me pegou muito de surpresa. Eu estava achando que tínhamos um acordo. Fiquei emocionalmente meio fora. Foi mais ou menos como no evento sambistas contra o fascismo. Não sei direito tudo que aconteceu. Esse dia me impactou. Até hoje fico sabendo de coisas sobre aquele dia que são novidade para mim. Foi a

maior roda de samba que já participei. Estava todo mundo lá dos outros grupos. A gente do Encruzilhada quase nem tocou. Não sei quem tocou. Toquei em alguns momentos, provavelmente abri e fechei a roda. Foi a maior roda de samba de Porto Alegre. Eu organizei tudo e depois a polícia chegou. Fizeram a apreensão da mercadoria e isso criou um problema econômico.

- E qual foi a reação ao fim do samba no Brooklin?

Muitas pessoas que eu nem conheço se manifestaram. Ouvi de tudo um pouco, até gente nos chamando de covardes. Para mim estava muito claro que para resistir era preciso continuar existindo. Naquele momento, resistência era continuar vivo. O Encruzilhada fazia o papel de articulação da rede do samba. A proposta da roda contra o fascismo foi da turma do samba. A ideia de se posicionar e fazer o evento foi deles. A proposta foi de gente que toca na noite e de gente de escola de samba. Entenderam que tinha que ser na roda do Encruzilhada, no Brooklin. Isso tem relação com o Brooklin. O Encruzilhada não influencia no cenário apenas musicalmente, mas também pela ocupação no Brooklin, por segurar a roda, ser em local central e plural. Outros grupos atuam na rua. Não começou com o Encruzilhada, mas eram nichos mais específicos. Quem misturou tudo, públicos, classes, orientações sexuais fomos nós.

- O que atrai o público nas rodas do Encruzilhada?

O repertório e a diversidade na composição do grupo. Somos quatro homens e três mulheres, na faixa etária entre 27 a 70 anos. São três pretos, quatro brancos; dois de classe mais alta e cinco de classe mais baixa.

- Tinha cache?

A gente passava o chapéu, mas dois não entravam na divisão. A venda da bebida pagava o custo do evento. Quando a gente tocava em bar, recebia 20 por cento da bebida. Como no Brooklin era irregular, a comercialização era restrita em função do risco de apreensão. A maioria dos ambulantes não contribuía para pagar o custo do evento. Em tese, eles topavam mas não repassavam nenhum valor.

- E o repertório? Qual era?

O grupo tem um diferencial apresentando samba mais cadenciado, mais raiz, diferente do que é mais comum na cidade. Temos um repertório mais antigo com canções consagradas que não são

tão restritas aos grupos de samba. O repertório também flerta com a MPB (Música Popular Brasileira) com composições de Baden Powell, João Bosco, Chico Buarque, além de clássicos do Noel Rosa e Cartola.

As composições juntam religiosidade africana com samba de ponto que é música de terreiro. A execução também tinha um diferencial. Não é cover, é uma interpretação com assinatura. Ainda aconteceram coisas como a Volta do Malandro (Chico Buarque), uma música que tinha um público mais restrito porque está apenas no disco do filme e virou hit. Tenho certeza de que foi por nossa causa. Muita gente ia lá por causa do rolê e passou a consumir samba. Se sentia à vontade. Não era público do samba e passou a gostar. Na escadaria da Borges, criamos público. No Brooklin, expandimos e começou a vir gente pelo evento. Tudo isso fomentou a cena do samba.

- Uma roda de samba é uma espécie de jam session?

Quatro horas de música, com improvisação e repertório organizado e intensidade crescente. Começava como um ensaio e ia esquentando. Quando já tinha mais público, a gente começava a “falar sério” com um ponto de Exu. Exu é um orixá que vem na frente e abre caminhos. Quando tinha algum convidado ou outro cantor, entrava no meio. O final era com as mais populares e sempre encerrava com Ronco da Cuíca (João Bosco).

Normalmente, a gente executava Consolação, Canto de Ossanha, Berimbau, A volta do Malandro, Io e Batuque na Cozinha.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM PALOMA CERESANI E JADIR
DEI SVALDI

Diário de campo de Sinara Sandri. 4 de novembro de 2019. Entrevista realizada na loja Nerdz.

Paloma Ceresani, 39 anos, gerente da Loja Nerdz.

Paloma nasceu em Santo André (SP). Trabalhava em São Paulo em uma distribuidora de produtos especializados em jogos interativos, onde conheceu os donos da Nerdz. Mudou para Porto Alegre há 15 anos para trabalhar na loja. Paloma morava no mesmo prédio da loja e mudou para o bairro Menino Deus por causa do barulho das festas que iam até muito tarde.

A Nerdz é uma das maiores lojas do país no ramo de jogos (mangás, cardgames, quadrinhos, RPG, acessórios e colecionáveis). Está localizada na Rua Sarmiento Leite, 627, em um dos prédios remanescentes do período anterior à construção do viaduto Imperatriz Leopoldina e atual Largo Archymedes Fortini. A propriedade do prédio não mudou durante este tempo, mas já tiveram vários tipos de negócios no local como uma residência geriátrica, pizzaria, loja de roupas. Atualmente, os dois sócios da loja são moradores do prédio.

- A presença do viaduto interfere na vida dos moradores e dos clientes da loja?

O viaduto atrapalha pela insegurança gerada pelo beco (área da João Pessoa).

- A insegurança não é mais uma sensação?

Não, tem casos de assalto e violência com nossos clientes, funcionários e comigo também. Para mim, os mendigos não são um problema, mas entre eles acaba tendo bandidos que aproveitam a situação e praticam roubos. Semana passada, teve um caso de um homem esfaqueado que acabou morrendo. Ele saiu correndo por aqui em busca de socorro.

(Jadir dei Svaldi interrompe a entrevista para falar com Paloma. Aproveito para colher algumas informações. Ele também é pai do dono da Nerdz e antigo morador do local).

- O senhor sabe como era aqui antes da construção do viaduto?

Sim, eu morava aqui. Esse prédio é de 1887. Ali onde está o Relógio (pequeno monumento no Largo) que ficava no portão de saída da garagem da Carris.

- O traçado original da perimetral não era esse, né?

Não, era para passar pelo campus da Ufrgs, mas a discussão para desapropriar se arrastou por meses. O problema era que teriam que demolir prédios históricos. Tinha uma proposta de fazer uma praça. Precisava desapropriar os prédios. Chegaram a fazer proposta de valores, mas com aquele prédio de 14 andares ali na João Pessoa encareceria muito e o projeto acabou abandonado.

- Então, o viaduto mudou bastante aqui? Melhorou? Piorou?

Para nós aqui desse lado, o acesso para carros queo vem no sentido cidade baixa-centro ficou difícil. Se você estiver ali do outro lado da rua e o retorno embaixo do viaduto estiver fechado como agora, tem que dar a volta lá no HPS (Hospital de Pronto Socorro) para pegar a rua Sarmento Leite pelo acesso da Avenida José Otão. Outro problema eram as festas. Antes da atuação da defensoria (sic), havia festa todos os finais de semana. Isso diminuiu depois que a SMIC fechou os bares.

Ele se despede e sai dizendo que não quer atrapalhar a conversa. Volto a conversar apenas com a Paloma.

- Paloma, o que você acha das atividades que ocorriam aqui?

Houve uma ação da defensoria (sic) e o principal problema era o barulho e as festas muito frequentes que iam até de madrugada. Não posso afirmar se tinha venda de droga ou tráfico, mas dava para ver que tinha menores e consumo de bebida alcoólica. É um lugar aberto. Outro problema era banheiro. Algumas vezes, foi preciso lavar as calçadas antes de começar a trabalhar para limpar paredes e o chão onde as pessoas tinham urinado. Houve conflito com frequentadores em função desse problema.

As festas prejudicavam coisas boas como o PF das Ruas e o Skate. São atividades realizadas só durante o dia. Quando as festas pararam, deu espaço para outras coisas legais como PF e skate. No skate, ficam lá a tarde toda e não fazem barulho. O PF dá apoio para pessoas que precisam. Teve até um funcionário nosso que passou por dificuldade financeira e algumas vezes foi lá pegar comida. Eles dão apoio e a pessoa sai daquela situação. Tem gente que não gosta de mendigo, mas eu acho que é uma questão de humanidade. Dão apoio e ajudam os outros. Isso que tem que ser.

Também tinha feiras que eram bem bacanas. O problema é que as festas iam até muito tarde. Uma vez mediram o barulho. Havia vários grupos envolvidos na organização, mas não posso fazer

afirmações sobre uso e venda de drogas. Quando os bares foram fechados, as festas pararam. Ficou apenas o Samba. Neste grupo, não abriram mão de fazer barulho. Os moradores queriam apenas que fosse respeitado o horário de silêncio. Alguns queriam e outros não.

- Você acompanhou essa polêmica?

Não, o Rafael, filho do sr. Jadir, acompanhou mais todo o processo.

- Como você gostaria que fosse essa parte embaixo do viaduto?

O ideal seria fazer um estacionamento pago. Em Santo André, fecharam o vão e fizeram um estacionamento. Outra possibilidade seria colocar lojinhas como tem no viaduto da Borges (viaduto Otávio Rocha, na Av. Borges de Medeiros, centro de Porto Alegre), bancas para comércio de flores, um camelódromo. Seria interessante ter mais atividades e jogos com escolas carentes. Isso é atividade cultural, não é ficar bebendo e usando drogas.

- Você acha que assim como está o viaduto está legal?

Não, é horrível. O pessoal que é mendigo não incomoda. Ficam ali, mas no meio sempre tem quem rouba. Até nos avisam quando tem ladrão.

- Tem policiamento?

A Brigada Militar não é constante. Mas hoje, tudo é perigoso, né? A cidade toda está insegura. Às vezes, vem a prefeitura e tira tudo deles. A gente fica com pena.

- Desde que trabalha aqui, lembra de algum caso de violência?

Trabalho na loja há 15 anos e lembro de mais ou menos três mortes.

- Já pensaram em mudar a loja para outro lugar da cidade?

Mudar é difícil. A região não é perfeita, mas nosso público está acostumado.

Achei legal que você quer estudar o viaduto. muita gente vem aqui só para falar das festas. Aí não é legal porque não enxergam o ponto de vista do morador.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM ROSE CARVALHO

27 agosto de 2019. Brooklyn.

Diário de Campo de Sinara Sandri.

Rose Carvalho, 45 anos, analista de crédito (bancária). Fundadora e coordenadora do PF das Ruas.

- Por que escolheram o Brooklyn para fazer o PF?

Sempre fizemos aqui no Brooklin. Escolhemos o lugar pela localização que fica entre centro, Redenção e Gasômetro. Essa região central é onde se concentra a maior parte dos 5 mil moradores de rua da cidade. Também é uma área coberta, o que facilita principalmente nos dias de chuva.

- Tem outras iniciativas parecidas na cidade?

Sim, tem várias experiências em outros viadutos como Conceição e Silva Só. Mas todas são atividades independentes. Todos se ajudam, mas cada um faz a sua.

- Desde quando vocês estão aqui?

O primeiro PF foi no dia 27 de agosto de 2016. Cinco voluntários distribuíram 50 marmitas. Hoje, temos 160 voluntários e distribuímos uma média de 1.300 marmitas em cada sábado.

- Como vocês começaram?

Começamos com um grupo de amigos que tinha experiência anterior em voluntariado. Reunimos gente de várias regiões da cidade e temos um perfil no Facebook com mais ou menos 5 mil seguidores.

- Você poderia me explicar como vocês fazem a comida?

A comida vem pronta. Cada voluntário cozinha uma parte em casa e só aquecemos aqui. Em média, cada semana são 70kg de arroz, 70kg de massa, 30kg de feijão, 30kg de carne moída, salada verde com tempero.

- E os mantimentos? Como compram?

Fazemos campanhas de arrecadação e temos alguns doadores fixos.

- E as embalagens? São um custo grande. Não é possível reutilizar?

As quentinhas são nosso maior custo e não podemos reutilizar para evitar problema de contaminação. Também gastamos com a compra de mesas e material para o espaço kids e para idosos e deficientes.

- Quem são as pessoas que comem aqui?

Os assistidos são desempregados, moradores de rua, idosos que moram em albergue.

- Vocês fazem algum tipo de cadastro, seleção para distribuir a comida?

Não tem seleção para distribuir marmita e não tiramos ninguém da fila. Se entrar na fila, vai receber a comida.

- As mudanças na rede de assistência refletem aqui?

Sim, com certeza. Por exemplo, quando o restaurante popular fechou, percebemos que o pessoal começou a pedir quentinha para levar para casa para alimentar outras pessoas da família ou para comer à noite.

- Como é o clima aqui? O pessoal se ajuda?

Alguns assistidos ajudam nas tarefas e tem alguns que criam vínculo. Para muitos, somos um ponto de apoio. Temos duas psicólogas que ficam circulando para falar com eles. Tem casos como uma mulher trans que saiu da rua, conseguiu emprego e alugou uma peça. Nós ajudamos a montar a casa. Outro caso que acompanhamos foi uma família que estava na rua e entregou as crianças para o conselho tutelar. A mulher conseguiu emprego na Cootravipa (Cooperativa de Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre) e alugaram peças. Nós mobiliamos a casa. O Conselho aprovou a volta das crianças para casa.

- Também é um espaço para convivência?

Sim, para os idosos é um pouco de lazer. Já saiu casamento entre idosos. Acabou virando um ponto de encontro mesmo. Os migrantes sentam aqui para comer e fazem relações. Na verdade, a solidariedade contamina com sentimento bom.

- E como é com os vizinhos aqui?

Os moradores do prédio dizem que tem problema quando tem utilização da praça e reclamam da sujeira. Nós também temos preocupação e cuidamos da limpeza.

- Vocês recebem algum apoio aqui para estrutura, guardar material?

Pagamos aluguel por uma sala do prédio onde fazemos um depósito para deixar as coisas. Não é solidariedade, é um contrato.

- E o ponto de droga? Atrapalha?

Temos uma relação de boa vizinhança. Ninguém se mete no negócio do outro.

Rose pede licença para sair e diz que precisa ajudar no preparo da comida.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DE OBSERVAÇÃO E ENTREVISTA COM ROBERTO
VASCONCELOS

17 de agosto de 2019. Brooklyn.

Diário de Campo de Sinara Sandri.

Chego por volta de 10h50. O espaço está todo demarcado, e já tem gente esperando na fila. A equipe de voluntários arruma tudo e antes de iniciar a distribuição fazem uma roda e, com as mãos dadas, uma mulher faz uma saudação e diz: “Esperamos não precisar mais estar aqui, mas enquanto este dia não chega, estaremos aqui. Boa ação para todos”. Se abraçam e seguem para seus postos para dar início à distribuição das quentinhas.

Um voluntário se aproxima e começamos a conversa.

- Qual seu nome?

Roberto

- O senhor participa do grupo de voluntários?

Sim, eu organizo o espaço aqui.

- Ah que interessante, eu vi a marcação no chão.

Sim, já deixamos o chão marcado. Facilita a colocação dos isolamentos. Também fiz um mapa do depósito. A gente vai aperfeiçoando a distribuição na área para organizar o espaço. Vai mudando para melhorar o recebimento, preparo e distribuição da comida.

- E os vizinhos aqui, se incomodam com a movimentação?

Já houve reclamação dos vizinhos pela sujeira, mas a relação é boa. Uma loja cede espaço para depósito, luz e água para o suco.

Ele me pergunta sobre o que é o meu trabalho. Eu explico e ele responde:

Aqui, não é uma proposta de compartilhar espaço, mas de prestar um serviço de assistência.

- Entendo, vocês têm alguma relação com instituições como prefeitura e igrejas?

Não, não queremos nada disso aqui.

Ele sai caminhando entre a atividade. Circula, conversa com os outros voluntários, coordena a realização de tarefas.

O espaço está organizado em áreas de preparo (área do fogão para aquecimento da comida, montagem de quentinhas, preparação de suco e sobremesa) e distribuição da comida. Um detalhe importante é que a fila não chega na mesa. As quentinhas são repassadas entre dois voluntários até o assistido que vai receber. As crianças e idosos têm áreas especiais.

Tudo está localizado embaixo do viaduto. Há uma fila de automóveis estacionados. Entre o estacionamento e o isolamento, passagem de pedestres. Notamos um homem dormindo em um colchão e o ponto de venda de droga funcionando. Neste sábado, entre o pilar e a base do viaduto, estavam instalados os barbeiros de rua. Na parte descoberta, stand da Secretaria Municipal de Saúde para testagem rápida de DST. Atendente sai para cumprimentar pessoa da fila, parecem conhecidos

Um dado importante na observação é o fato de que, com exceção das crianças e idosos, poucos permanecem por muito tempo no lugar. A maioria, pega a quentinha, come e quando não entra na fila para repetir, sai rapidamente. No espaço de idosos e crianças é diferente. Sentam, ficam mais tempo, comem mais lentamente. Para adultos não tem espaço para fazer a refeição. Os adultos usam os poucos bancos ou as muretas. Apenas no segundo dia de observação, vi o primeiro casal de meninas jovens sentadas no gramado e usando a tampa do bueiro como mesa. Parece um piquenique. Uma mulher de meia-idade tenta sentar no gramado e derruba quentinha. Fica irritada, parece também decepcionada, levanta e vai embora. Deixa a quentinha no chão.

A quentinha é uma embalagem de alumínio. Junto tem copo e colher de plástico. Logo depois que começam a distribuição, já aparecem voluntárias recolhendo as sobras e embalagens em sacos pretos que depois são empilhados como lixo. Usam bastante as lixeiras.

Por volta de 12h, começam a chegar os trabalhadores da Cootravipa.

Para ficar junto com uma mulher que está na área kids (criança e um acompanhante) – um trabalhador da Cootravipa come acorçado junto ao cordão de isolamento. Junto grupo de mulheres com crianças pequenas. Elas se ajudam no cuidado com os bebês. Os filhos maiores de uma delas comem e vão brincar no espaço.

Pouco trânsito de pedestres locais.

Observação em 27 agosto

Montagem leva cerca de 40 minutos. Cheguei por volta de 10h 15. Estavam esperando o dono do depósito abrir a sala. Vários “assistidos” ajudaram. Retiraram material do depósito e colocaram no lugar demarcado. Aos poucos foram constituindo os nichos que correspondiam a cada coisa. O chão já estava demarcado e só precisava colocar os isoladores. Os voluntários foram orientando e montando as mesas, distribuindo cadeiras, recebendo a comida. Começaram a preparar a sobremesa, suco e aquecer a comida que chegava. Lavavam a salada em um balde com água com a água que vinha do depósito em galões. Não tem torneira nem água disponível no local. Um assistido ajuda no transporte da água para lavar salada. Uma voluntária varre “quanto menos sujeira no chão, mais tempo fica limpo”, comenta.

APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM HUMBERTO

27 de agosto de 2019, Brooklyn.

Diário de Campo de Sinara Sandri.

Enquanto observo a movimentação do PF, um homem sentou ao meu lado e pediu que eu assinasse um abaixo-assinado contra fechamento do albergue municipal onde mora.

- Qual o seu nome?

Humberto.

- Você é de Porto Alegre?

Não, nasci em Arroio do Meio. Vim pra Porto Alegre em 2004.

- Quantos anos você tem?

46

- Faz tempo que vem aqui no PF?

Desde o início, em 2016.

- E por que você veio para Porto Alegre?

Para fazer o tratamento depois de um acidente de moto. Na minha cidade não tinha o que eu precisava.

- Como foi o acidente?

Moto. Eu tinha 24 anos. Tive várias fraturas e perdi um braço. Fiquei com muitas sequelas.

- Começou o tratamento lá em Arroio do Meio?

Sim, na época do acidente eu já tinha 10 anos de carteira assinada. Fiquei três anos encostado, de 1997 a 2000 e aí converteu em aposentadoria por invalidez. No início, eu morava com os meus pais, mas quando a minha mãe morreu as coisas começaram a complicar. Depois que o meu pai morreu, vim para Porto Alegre.

- Para onde aqui em Porto Alegre?

Aluguei uma peça na (rua) Coronel Vicente. Circulava ali pela região do centro e rodoviária. Trabalhava com venda de rua para complementar a renda. Naquela época eu ainda não estava com os movimentos tão limitados pela sequela da perna.

- E por que você foi para o abrigo da prefeitura?

Em 2018, o INSS fez uma revisão e perdi o benefício. Fazia 18 anos que eu recebia. Alegaram que eu não tinha sido localizado. Entrei na justiça para pedir a revisão da suspensão. Quando cheguei no juiz, ele olhou para mim e nem pediu a perícia e mandou voltar o pagamento.

- Quando você volta a receber a aposentadoria?

A audiência foi em abril. Espero que volte agora em setembro.

- Como você está se virando?

Depois que suspenderam, não consegui mais pagar o aluguel. Fiquei duas noites na rua. Consegui entrar em um albergue e depois fui para esse abrigo que estão querendo fechar agora. Busquei ajuda no Demhab, mas não consegui nem fazer o cadastro. Quando esse dinheiro sair, quero comprar uma casinha para ter um canto para mim.

- Você gosta de vir aqui no PF?

Quando consegui vaga no abrigo, pensei em vir aqui e dizer que não comeria mais. Mas as voluntárias insistiram para eu continuar vindo. A gente se apega. Aqui nos ajudam e orientam com informações.

- Você acha que é possível criar mais solidariedade entre o pessoal que vem aqui?

Na rua, tem pouca solidariedade. É a lei do cão. Aqui os voluntários são verdadeiros anfitriões. Eu aprendi a valorizar as pequenas coisas e admirar o amor deles. Quando você está na rua, comer uma comida boa faz muita diferença. O que faz diferença aqui é o tratamento dos voluntários.